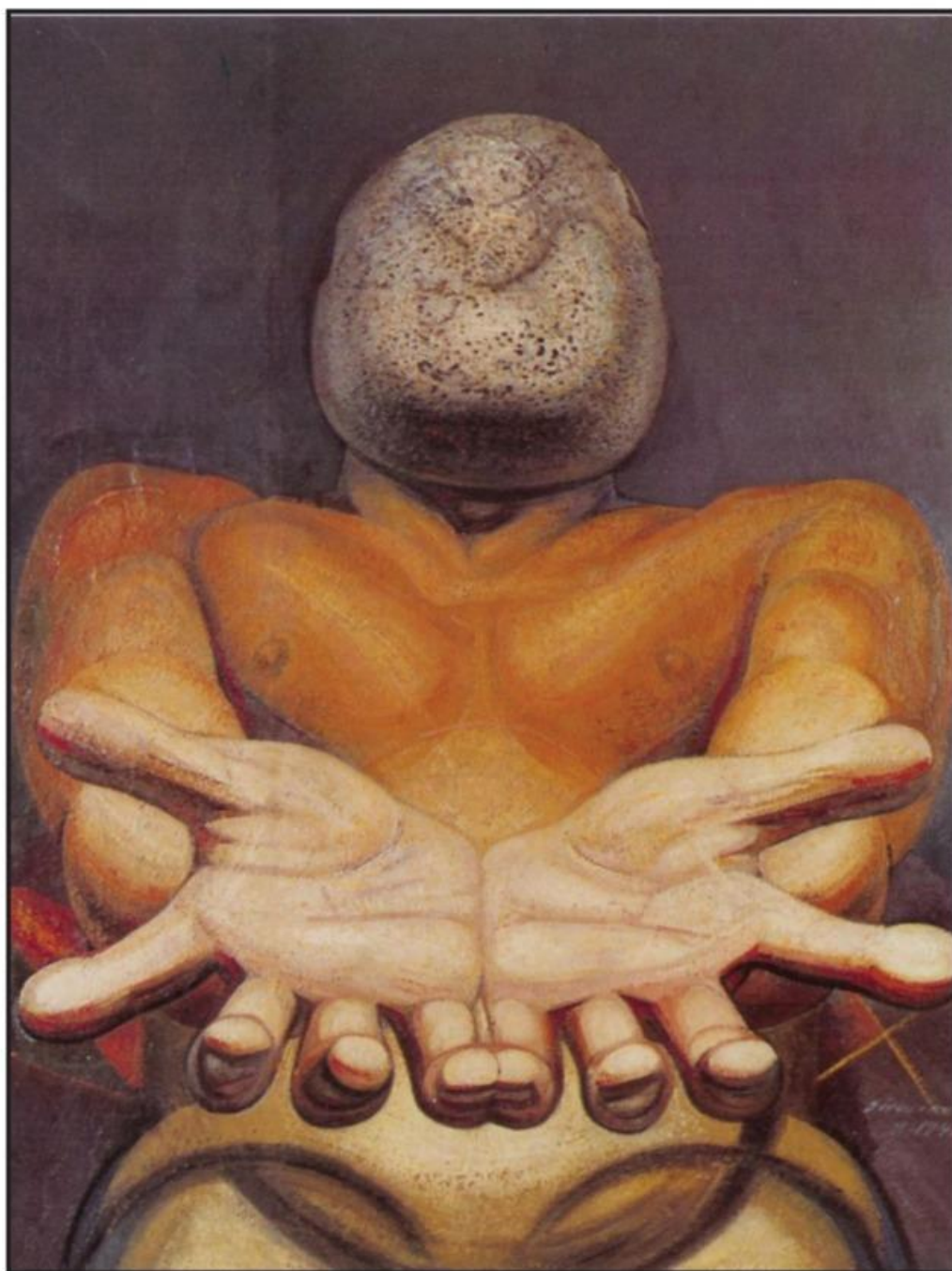




Volume 14, N° 1, 2020



David Alfaro Siqueiros, *Nuestra imagen actual*, 1947. Museo de Arte Moderno, México

Editor Chefe

Raphael Lana Seabra, Universidade de Brasília

Editor-Assistente

Daniel Bin, Universidade de Brasília

Secretário Executivo

Paulo Roberto, Universidade de Brasília

Secretária Editorial

Luara Wandelli Loth, Universidade de Brasília

Comitê editorial

Elaine Moreira, Departamento de Estudos Latino-Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Flávia Lessa de Barros, Departamento de Estudos Latino- Americanos – Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Laura Rivoir Cabrera, Departamento de Sociología de la Universidad de la República, Uruguai

Ana Maria Fernandes, Universidade de Brasília (in memorian)

Andy Higginbottom, Associate Professor Kingston University

Benício Viero Schmidt, Universidade de Brasília

Carlos Eduardo da Rosa Martins, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil

César Germaná Cavero, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru

Cristóbal Kay, Rotterdam Erasmus University, Haia, Holanda,

Daniel H. Levine, Pontificia Universidad Católica del Perú, Peru

Daniel Mato, Investigador Principal de CONICET, Argentina

Danilo Enrico Martuscelli, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, Brasil

Eduardo Devés Valdés, Universidad de Santiago de Chile, Chile

Eugenio Enrique Espinosa Martínez, Professor titular da Universidad de La Habana, Cuba

Evelina Dagnino, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gilberto Maringoni de Oliveira, Universidade Federal do ABC

Juan Agulló Fernández, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Juan Pablo Pérez Sáinz, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Costa Rica

Marcos Roitman Rosenmann, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Mariano Feliz, Departamento de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Maristella Svampa, Universidad Nacional de la Plata, Argentina,

Marie Laure Geoffray, Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine- Sorbonne Nouvelle/Paris 3, França

Mirian Jimeno, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

Nildo Domingos Ouriques, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Nora Garita Bonilla, Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Pablo Gentili, CLACSO, Argentina/ UFRJ, Brasil

Patrício Valdívieso, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

Ronald Inglehart, Universidade de Michigan, EUA

Sônia E. Alvarez, University of Massachusetts, Estados Unidos da América do Norte

Timothy Power, University of Oxford, Inglaterra

Victor Armony, Université du Québec à Montréal, Canadá

Wilson Fernandez, Universidad de la Republica, Uruguai

Yamandú Acosta Roncagliolo, Universidad de la República, Uruguai

Copyright © 2015

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA
Universidade de Brasília (UnB)

Capa: Luara Wandelli Loth

Arte: David Alfaro Siqueiros, *Nuestra imagen actual*, 1947. Museo de Arte Moderno, México.

É permitida a reprodução dos artigos desde que mencione a fonte.

Universidade de Brasília (UnB)

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

Instituto de Ciências Sociais

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-Diretora: Carla Costa Texeira

Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA

Chefe: Cristhian Teófilo da Silva

Coordenação do Programa de Pós-Graduação: Leonardo Cavalcanti

Coordenação de Graduação: Raphael Lana Seabra

A correspondência comercial deve ser enviada para Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília – Distrito Federal - Asa Norte, CEP 70910-900 Brasília-DF - Brasil

A **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (ISSN 1984-1639) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB), indexa da embases de dados Nacionais e Internacionais, como o LATINDEX, DOAJ,, REDIB, Sumários e periódicos CAPES. Na classificação QUALIS da CAPES está situada como B1 nas áreas Interdisciplinar, direito e Planejamento Urbano e Regional/Demografia. A revista aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos, resenhas de livros ou entrevistas. A Revista abrange todas as áreas classificadas no CNQP como Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Os trabalhos deverão contemplar: (i) a discussão dos grandes temas e problemas que caracterizam o pensamento sobre as Américas; (ii) a ênfase nos estudos comparativos e interdisciplinares; e (iii) a consistência com as linhas de pesquisa do programa de pós-graduação do ELA. A Revista publica trabalhos em português, espanhol e inglês. Poderão ser publicados trabalhos em outras línguas, a critério do Comitê Executivo.

Sumário

Apresentação

Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas

Marx e a Transformação Social - *César Benjamin*..... 1

Entrevistas

A Pesquisa em Ciência Política e os Povos Indígenas no Canadá: uma entrevista com Christopher Alcantara - *Leonardo Barros Soares*..... 21

Artigos

Geopolítica de um Retorno Anunciado: hybris neoliberal na região latino-americana e a direitização do mundo - *José Guadalupe Gandarilla Salgado*..... 28

A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo - *Edemilson Paraná, Lucas Trindade Silva* 46

Edelberto Torres-Rivas, Sociologia Histórica e a Noção de Dependência - *Julieta Carla Rostica* 79

O Papel do Medo na História: a heterofobia e a paranoia coletiva na produção da violência racista - *Lucas Voigt, Karl Monsma*..... 100

A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decolonias - *Renata Vieira, Paulo Roberto de Oliveira* 123

Pachukanis em Caracas: o direito internacional entre a forma jurídica e a guerra (neo)colonial - *Ricardo Prestes Pazello, Moisés Alves Soares* 145

Considerações da Evolução do Tratamento das Relações China-América Latina nos Documentos da CEPAL - *Marcelo Pereira Fernandes* 188

Você já foi a Portugal dos Pequenitos? Da fruição lúdico-educativa à reflexão (anti)colonial - *Ana Clara Giannecchini, Bárbara Ramalho, Lúcia Helena Alvarez Leite* 233

Contextualização Sócio-Histórica da Fronteira Brasil-Uruguaí - *Cintia da Silva Pacheco*..... 257

Resenhas

A Quiet Evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnerships in Canada - *Leonardo Barros Soares* 294

Apresentação do Número

Caras e Caros leitores,

A presente edição traz um artigo da seção “Clássicos das Ciências Sociais Latino-Americanas”, texto de autoria do intelectual-militante César Benjamin sob o título *Marx e a Transformação Social*. Mesmo que se trate de um texto em português, de autora de um brasileiro, ele contém a principal característica que marca a seção até então compromissada com a tradução, divulgação e incentivo à leitura de textos fundamentais sobre a América Latina e Caribe: a busca daquilo que Guerreiro Ramos definiu como a “redução sociológica”, de se apropriar e de impulsionar os elementos exógenos e, assim, elaborar uma interpretação própria sobre a realidade da região.

Neste número trazemos uma entrevista realizada por Leonardo Barros Soares com Christopher Alcantara professor de ciência política da *Western University* do Canadá, a entrevista é relativa a seus estudos sobre os povos indígenas e a política indigenista canadense, ampliando a noção de América da edição. Também contamos com uma seção variada de artigos com temáticas desde a problemática neoliberal na América Latina, a atualidade do capital financeiro em Lenin, passando por artigos sobre sociologia histórica latino-americana, a importância do jurista russo Pachukanis para a análise da Venezuela, as relações China-América Latina desde a CEPAL, uma análise anticolonial de um parque temático em Portugal, até a relação linguística da fronteira Brasil-Uruguai.

Deixamos aqui nosso agradecimento sincero às e aos avaliadores e avaliadoras deste número, como também às e aos autores e às autoras que o compõem. Agradeço nosso Comitê Editorial pelo apoio, ao nosso Secretário Executivo, Paulo Roberto e à Secretária de Edição Luara Wandelli Loth, pessoas que sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

No mais, desejamos uma boa leitura!

Marx e a Transformação Social*

César Benjamin¹

1. A história da modernidade é a história da formação, pela primeira vez, de um sistema-mundo. Nos últimos quinhentos anos, os antigos subsistemas humanos, que existiram em relativo isolamento durante milênios, foram unificados em um novo sistema muito mais amplo. Essa unificação foi feita por meio da incorporação de áreas e povos ao controle e influência do antigo subsistema europeu.

Nenhuma sociedade humana ficou imune ao transbordamento da história europeia em história mundial. As sociedades do Hemisfério Americano foram violentamente desestruturadas, e o que restou delas foi reincorporado como pólo fornecedor de metais preciosos, outros minérios, bens agrícolas ou força de trabalho. Nas sociedades africanas, a prática da escravidão, preexistente, se disseminou amplamente a partir do momento em que os circuitos mercantis em expansão passaram a demandar quantidades crescentes de mão-de-obra. Os grandes Estados asiáticos, via de regra, tornaram-se colônias e assim permaneceram, de fato ou de direito, até o século XX.

Todas essas áreas, que sempre abrigaram a grande maioria da humanidade, vieram a formar a periferia do moderno sistema-mundo.

2. Como não poderia deixar de ser, os agentes e promotores das transformações construíram suas próprias maneiras de compreender e conferir sentido ao que faziam. Primeiro foi a difusão do cristianismo, mas ela correspondia à consciência de um tempo histórico que estava sendo ultrapassado.

* Texto publicado na Alemanha em uma coletânea de artigos sobre os impasses teóricos da esquerda mundial. O título original era "Caminhos da transformação".

¹ Doutor *Honoris Causa* pela Universidad Bicentenario de Aragua, Venezuela. Editor-chefe da Editora Contraponto, no Rio de Janeiro.

Logo veio uma consciência nova. A sociedade burguesa entendeu que sua vocação era expandir-se e revolucionar o planeta. A humanidade inteira caberia nela. Pela primeira vez, a história passou a ser concebida como um processo, e a filosofia da história permitiu o planejamento utópico do futuro. A catastrófica mutação em curso permaneceu envolta no véu mítico da idéia de progresso, que permitia a fuga para frente em que estamos imersos até hoje.

O Iluminismo forneceu os dois conceitos fundamentais – Razão e liberdade – que justificaram o papel universal da burguesia européia. Conceitos gêmeos. Até então, a revelação e a tradição é que forneciam normas válidas para a organização da vida social. O pensamento só poderia ocupar esse lugar se também dele fosse possível deduzir princípios e normas universais que escapassem dos limites da mera opinião. Os iluministas, ousadamente, afirmaram que isso era possível: o pensamento podia produzir esses conceitos, e à sua totalidade eles denominaram Razão. A Razão pressupunha a liberdade, pois o sujeito só pode atingir a verdade se o seu esforço de conhecimento não reconhecer nenhuma autoridade externa que lhe imponha limites, e a liberdade pressupunha a Razão, pois ser livre é poder agir de acordo com o conhecimento da verdade.

Ao contrário dos defensores das tradições, sempre vinculadas a sociedades específicas, as vanguardas da modernidade européia logo proclamaram a validade universal de suas proposições. A partir daí, o tribunal da Razão, presidido pela burguesia, enquadrou todas as esferas da vida. As mitologias, as religiões, a arte, a tradição, o direito, o Estado, a política e a economia, tudo foi julgado à luz do ideal homogeneizador do progresso. Todas as demais formas de estar-no-mundo foram declaradas arcaicas. Estavam em curso, segundo Max Weber, a racionalização e o desencantamento do mundo, que formariam a essência mesma da modernidade².

1. São muito significativas as primeiras frases de Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (edição brasileira, São Paulo, Pioneira, 1979): “Um filho da moderna civilização européia sempre estará sujeito à indagação de qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais cujo desenvolvimento tem valor e significado universais”.

3. Se quisermos debater o advento de um mundo novo, no século XXI, é da crítica a esses fundamentos que devemos partir. A crítica à consciência histórica da burguesia européia deve começar por inserir essa consciência na história. Marx propôs-se fazer isso. Mostrou que o motor da expansão européia não estava na Razão ou na liberdade, considerados como conceitos abstratos, mas em outro lugar: estava no desenvolvimento pleno, pela primeira vez, das potencialidades e das contradições da forma-mercadoria. Ela esteve presente, é verdade, na grande maioria das sociedades, mas sempre de maneira marginal e limitada. A sociedade burguesa a libertou, transformando-a em princípio organizador da vida social.

Marx estudou a fundo esse novo mundo. Depois de muito meditar, definiu como ponto de partida a própria mercadoria: é valor de uso, é valor de troca, é fruto do trabalho humano. Não pode existir no singular: só há mercadoria onde há mercadorias. A relação mais simples é, pois, $M - M$, e o sentido dessa relação é claro: é a troca de qualidades, pois, considerado como valor de uso, o primeiro M (por exemplo, trigo) é necessariamente diferente do segundo (por exemplo, lã). Por outro lado, a troca só se torna possível porque os agentes nela envolvidos estabelecem um princípio de equivalência entre duas coisas distintas. (Para efeito da análise que vamos fazer, não importa qual é esse princípio e nem ele precisa ser imutável; basta constatar que ele está presente em cada situação concreta de troca; defenderei, implicitamente, a idéia de que os intermináveis debates sobre a substância do valor têm menos importância do que o próprio Marx lhe atribuiu, e tentarei mostrar que essa diferença de ênfase tem grande importância política.)

A troca direta, na forma $M - M$, jamais poderá organizar em torno de si a vida social, pois é muito limitada no espaço e no tempo: o proprietário de trigo que necessita de lã precisa encontrar, no mesmo momento, no mesmo lugar, o proprietário de lã que necessita de trigo. Se essa dupla condição não for cumprida, o ato de troca não se realiza. Por isso, a forma $M - M$ só opera na margem da vida social.

Para que o espaço mercantil se desenvolva é necessário explicitar e desvelar aquele princípio de equivalência que, na troca simples, estava implícito e velado. Isso ocorre quando uma mercadoria qualquer passa a representá-lo.

Essa mercadoria que se torna equivalente geral – não importa se é ouro, prata, sal ou outra qualquer – se chama dinheiro. Com o tempo, ele perde seu substrato material para tornar-se completamente simbólico. Quando ele passa a intermediar o ato de troca, este assume a forma $M - D - M$. O sentido da operação original ($M - M$) é preservado, pois também aqui os agentes partem de um dado M (por exemplo, trigo) para chegar a outro M (por exemplo, lã), qualitativamente diverso. D serve apenas como facilitador do processo: agora, o proprietário de trigo que precisa de lã não necessita mais encontrar o proprietário de lã que precisa de trigo. Ele troca sua mercadoria com qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer momento, e recebe o equivalente geral. De posse desse equivalente, compra a mercadoria que desejar, de qualquer outra pessoa, em qualquer outro lugar, em qualquer outro momento. O espaço-tempo da troca se amplia.

A direção do processo aponta para um novo desdobramento. Pois logo a posse do equivalente geral torna-se mais desejável do que a posse de uma mercadoria específica: quem tem o equivalente, tem *in potentia* qualquer mercadoria. Grupos sociais crescentemente importantes passam a operar em um outro circuito de troca: $D - M - D'$. Desaparece a diferença qualitativa entre as duas pontas do processo. É de uma acumulação quantitativa que agora se trata: obter mais do mesmo (D' deve ser maior do que D). Libertadas dos estreitos limites do valor de uso, as relações de troca se expandem ainda mais, agora colocadas a serviço da ampliação da riqueza abstrata, ilimitada por definição.

Essas passagens foram realizadas muitas vezes ao longo da história, em muitas sociedades, criando por toda parte a figura de comerciantes, atacadistas, mercadores e banqueiros. Mas, em todas as sociedades antigas, a acumulação de capital era sempre bloqueada num ou noutro ponto, mesmo quando havia empreendedores capazes de colocá-la em marcha (Wallerstein, 2001). Às vezes não havia força de trabalho disponível para produzir o que vender; às vezes não havia redes de distribuição dos produtos; às vezes não havia pessoas dotadas dos meios necessários para comprá-los; às vezes o processo ia do início ao fim, mas o empreendedor não conseguia reter consigo o lucro e reinvesti-lo, reiniciando o ciclo. Antes dos tempos modernos, esse conjunto de condições raramente se

completou e nunca adquiriu estabilidade suficiente. Com muita frequência, os detentores da autoridade política, militar ou moral agiam para desmontá-lo, considerando-o perigoso ou imoral. A acumulação primitiva de capital, via de regra, foi interrompida por guerras, confiscos e perseguições. Afinal, como dizia Marx, o dinheiro tem um papel dissolvente das qualidades, e por isso sua acumulação sempre representou uma ameaça a sociedades tradicionais, que reagiam a ela.

4. O que houve de novo na Europa moderna, e que está na gênese do mundo atual, foi a inclusão, no circuito do dinheiro, de três elementos que sempre haviam ficado fora dele: a força de trabalho humana, a terra e os meios de produção. Transformar coisas em mercadorias é banal, mas não é banal transformar em mercadorias os atributos fundamentais das pessoas e da natureza. Em um livro notável, Karl Polanyi (1980) chamou essa passagem de “a grande transformação” e mostrou a violência que ela implica.

Se tudo se transforma em mercadoria, então o circuito mercantil reorganiza à sua imagem e semelhança, pela primeira vez na história humana, toda a vida social. Todos os agentes sociais relevantes, inclusive os detentores do poder político, agora incluem-se nele. Eis a nova forma, muito mais abrangente: $D - [FT + T + MP] - M - D'$, em que FT é a força de trabalho, T é a terra e MP são os meios de produção. Agora, toda produção é produção de mercadorias, e, para usar a expressão de Piero Sraffa, a produção de mercadorias é feita por meio de mercadorias (Sraffa, 1983). As coisas não mais se transformam em mercadoria; elas são mercadoria. O circuito mercantil se completou, como a cobra que mordeu o próprio rabo, e assim se tornou irreversível. Nenhum poder externo pode mais destruí-lo.

O estudo específico desse circuito, na sua forma mais avançada, é o objeto de *O capital*. Marx demonstra que a sociedade organizada para produzir essa acumulação ampliada de riqueza abstrata desenvolverá, pelo menos, quatro características novas:

(a) será compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias (M), seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo será

transformado em mercadoria;

(b) será compelida a ampliar o espaço geográfico inserido nesse circuito, de modo que mais riquezas e mais populações dele participem; no limite, esse espaço será todo o planeta;

(c) será compelida a criar permanentemente novos bens e novas necessidades; como as “necessidades do estômago” – ou seja, relacionadas à sobrevivência – são limitadas, esses novos bens e novas necessidades, criados para dar sustentação a uma acumulação ilimitada, serão, cada vez mais, bens e necessidades voltados para a fantasia, que também é ilimitada;

(d) será compelida a contrair o tempo em que o capital existe encarnado em coisas e valores de uso (FT, MP, M), de modo a mantê-lo, tanto quanto possível, na sua forma preferencial de riqueza abstrata (D); logo veremos por que isso será decisivo.

Essas características vão definir a dinâmica fundamental da nova sociedade. Ela aponta para três direções: uma revolução técnica incessante (voltada para aumentar a potência produtiva, expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação), uma profunda revolução cultural (para fazer surgir o homem portador daquelas novas necessidades em expansão) e a formação do sistema-mundo (para incluir o máximo de populações no processo mercantil).

Um enorme esforço de pensamento foi feito durante cem anos – mais ou menos entre 1780 (William Petty) e 1880 (Léon Walras, Carl Menger, William Jevons, Alfred Marshall) – para justificar a existência e demonstrar o potencial dessa sociedade sem mecanismos visíveis de regulação, na qual tudo é móvel e “o que é sólido desmancha no ar”. Uma sociedade muito estranha, quando vista em perspectiva histórica.

O discurso que afirma a possibilidade de uma sociedade desse tipo funcionar tornou-se conhecido como economia política, uma ciência européia e moderna por excelência.

5. Marx fez a crítica da economia política. Não vamos revisitá-la aqui. Para encerrar a parte introdutória deste texto, basta lembrar a engenhosa solução que concebeu para o enigma da acumulação capitalista. Ao contrário do que

dizia a economia política de seu tempo, o excedente, que impulsiona essa acumulação, não pode se formar no próprio mercado, pois ali as trocas, sendo troca de equivalentes, resultam em um jogo de soma zero entre compradores e vendedores. O excedente só se forma porque existe uma mercadoria especial – a força de trabalho – cujo consumo é realização de trabalho, ou seja, produção de valor. Ao ser consumida, ela produz mais valor do que o valor que possui.

Aqui aparecem os fundamentos da teoria da exploração, que legitimou e impulsionou o movimento operário, especialmente na Europa, e foi considerada o eixo em torno do qual deveria girar a luta de classes no mundo contemporâneo. Para demonstrar a exploração do trabalhador, a teoria do valor é necessária, pois a exploração é apresentada como sendo a extração de mais-valor.

Foi nessa análise que o movimento socialista se baseou para definir sua estratégia: o capitalismo seria superado por uma luta de classes voltada para eliminar a exploração do trabalho (ou seja, a extração de mais-valor). Essa superação ocorreria nas sociedades capitalistas maduras, onde essa forma de relação social estaria generalizada e plenamente desenvolvida. Não fazia sentido esperar que as sociedades mais atrasadas parisssem algo mais avançado do que as mais avançadas. (A partir do Iluminismo, lembremos, a história havia sido compreendida como um processo.)

É bem verdade que a história real subverteu esse esquema, com a revolução ocorrendo na Rússia atrasada, mas isso não foi suficiente para alterar bases conceituais tão solidamente demonstradas. A superação do capitalismo na Europa permaneceu sendo o evento aguardado por todos os socialistas, mesmo depois da grande cisão do movimento operário. Socialdemocratas e comunistas – movimentos de clara matriz europeia – compartilharam essa visão de fundo, divergindo quanto à via de implementá-la.

Os caminhos, que ambos propuseram, mostraram-se limitados e problemáticos. Conduziram à crise atual do ideal socialista. A meu ver, aspectos dessa visão de fundo são o elemento comum do fracasso.

6. Na esfera política, a socialdemocracia – forma predominante de organização dos trabalhadores nos países centrais – propôs uma luta



essencialmente pacífica. As reformas produziram uma transformação processual. Mantidas as regras do sistema democrático, múltiplos atores políticos atuaram, em igualdade de condições, no contexto de um conflito regulado. A competição eleitoral entre eles, associada à pressão sindical, fazia prevalecer os interesses da maioria. Assim imaginada, a luta política admite uma sucessão infindável de pontos de equilíbrio que se sucedem no tempo. Não é difícil ver que estamos diante da política considerada como uma variante do mercado.

A socialdemocracia demonstrou a possibilidade de realizar reformas dentro do capitalismo, pelo menos em certos contextos, mas não demonstrou que sua estratégia pudesse produzir uma sociedade nova. Pois esta última condição só se realizaria se as reformas fossem (a) irreversíveis, (b) cumulativas em seus efeitos, (c) conducentes a novas reformas, (d) capazes de alterar estruturalmente a correlação de forças entre as classes sociais e (e) orientadas para edificar uma nova lógica de funcionamento da vida social. Nenhuma dessas condições se cumpriu (Przeworski, 1985).

A história mostrou que (a) as reformas são reversíveis, havendo a possibilidade de desnacionalizar indústrias, eliminar programas de bem-estar, reduzir a proteção contra o desemprego, restringir liberdades civis, etc; (b) mesmo que não sejam revertidas, as reformas não seguem uma sucessão algébrica cumulativa, pois, com o passar do tempo, a própria agenda de questões se modifica;

(c) nem todas as reformas conduzem a novas reformas; (d) a correlação de forças não se altera estruturalmente, pois os capitalistas continuam podendo defender seus interesses no dia-a-dia, ao decidir como e onde desejam investir o excedente, enquanto os trabalhadores só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, com a intermediação de organizações que se inserem em sistemas de representação; (e) muitas reformas acabam sendo absorvidas pela lógica do sistema dominante, contribuindo para sua modernização, e não para sua superação.

A possibilidade de realizar reformas, em certos contextos, não é suficiente para demonstrar que o reformismo seja uma estratégia viável de transição para o socialismo. Aliás, hoje sabemos que a conjuntura do segundo após-guerra, que

permitiu o aparente êxito da estratégia reformista, foi excepcional e já deixou de existir. O keynesianismo foi o limite da socialdemocracia, abatido pela globalização do capital.

7. Os comunistas apostaram na revolução. Neste caso, a política é concebida como um confronto entre forças que se preparam para uma batalha decisiva, na qual um lado imporá ao outro a própria vontade. Mesmo nas fases processuais, preparatórias do desenlace, está presente a tendência a uma bipolarização entre dois blocos organizados em torno de um plano estratégico que visa à máxima acumulação de forças para o momento do enfrentamento final. Não é difícil ver que estamos diante de uma concepção da política como uma variante da guerra.

Essa concepção não teve êxito nas sociedades que Gramsci qualificou de “ocidentais”, nas quais o poder não está concentrado no aparato estatal, *stricto sensu*, mas espalhado em um conjunto de instituições da sociedade civil. Foi na Rússia – uma sociedade “oriental” no sentido gramsciano do termo – que a revolução ocorreu. Foi ali, então, na década de 1920, que a questão da transição ao socialismo se colocou como um problema prático. A forma como ele foi pensado e resolvido nesse contexto específico acabou por marcar profundamente a história do socialismo no século XX.

Combinando centralização econômica (planejamento) e centralização política (autoritarismo), o modelo soviético criou condições para recuperar com grande rapidez o atraso econômico inicial. Ele acelerou a acumulação de capital industrial, ajudando a concentrar os recursos escassos, antes dispersos, e a colocar estes recursos a serviço de objetivos bem-definidos. Isso possibilitou investimentos em grande escala e a rápida multiplicação da produção em massa de insumos e bens padronizados. Foi um êxito, pelo menos por algum tempo e sob certo ponto de vista. Por isso, seduziu mais de uma geração de valorosos lutadores. Porém, não resolveu o problema da transição ao socialismo. Na verdade, gerou uma grande confusão: capacidade de recuperar atrasos do passado foi confundida com a construção da sociedade do futuro.

O que assistimos no fim do século XX não foi o fim da possibilidade do

socialismo, mas o esgotamento de modelos de transição pensados na Europa no início do século XX. O caminho socialdemocrata mostrou-se incapaz de transcender o sistema e vulnerável ao seu contra-ataque. O caminho comunista limitou-se a mimetizar e até radicalizar a matriz produtiva típica do capitalismo de então, matriz que o próprio capitalismo alterou.

O impasse parece hoje insuperável, quase paralisante. É hora de rever fundamentos.

11. Retornemos a Marx. Sabemos hoje que o Marx da maturidade, o Marx que fez a crítica da economia política (ao contrário do Marx do *Manifesto*) não imaginou que o capitalismo necessitasse de uma exploração crescente dos trabalhadores, em termos absolutos. Foi um crítico feroz da “lei de bronze dos salários”, defendida por Lassalle, que apontava para um empobrecimento inevitável do proletariado; sempre divergiu de Bakunin, que associava pobreza e revolução; formulou com grande consistência teórica a possibilidade de caminhos alternativos para o desenvolvimento capitalista, baseados na expansão da mais-valia relativa (que introduz a possibilidade de um conflito de classes de soma positiva, para usar uma expressão da moderna teoria dos jogos).

Mas, há algo ainda mais importante: o percurso teórico de Marx não foi interrompido na análise do modo de produção capitalista, tal como ele aparece na forma $D - [FT + T + MP] - M - D'$. Seu verdadeiro lance de gênio foi ter percebido que o capitalismo não se deteria aí, pois a acumulação realizada assim força o capital a entrar e sair permanentemente de sua forma líquida, imobilizando-se sucessivamente em “coisas”. É uma forma de acumulação arriscada e que contém em si, do ponto de vista do capital, muito tempo morto. Ao deixar a forma D , o capital não tem garantias de que ressurgirá ampliado em D' . Inúmeras causas, analisadas em detalhe em *O capital*, podem impedir o desfecho exitoso do processo.

Marx concluiu que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação na forma $D - D'$, na qual ele nunca deixa de existir como riqueza abstrata. E anteviu, com grande ousadia: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise. Pois, ao repudiar as

“coisas”, o trabalho e a atividade produtiva, ao afastar-se do mundo-da-vida, a acumulação de capital não poderia mais ser o eixo em torno do qual a vida social se organiza. A forma-mercadoria – que, levada às últimas conseqüências pelo capitalismo, havia reorganizado profundamente as sociedades humanas e impulsionado o desenvolvimento da técnica – teria então de ser superada ou, pelo menos, remetida novamente a um lugar secundário, cedendo a vez a algum outro princípio de organização da vida social³.

O fim do capitalismo, assim concebido, não decorre do aumento nos níveis absolutos de exploração do trabalho. É de uma crise civilizatória muito mais ampla que agora estamos tratando. Marx não precisaria estudar tanto, nem ter grande talento, para anunciar a superação de um sistema que, a partir de certo ponto, não pudesse mais funcionar ou causasse o empobrecimento permanente dos trabalhadores. Nesse caso, o desenlace seria óbvio. O gênio de Marx foi ter percebido que o capitalismo se esgotaria, mesmo dando certo. Ou melhor: se esgotaria justamente por dar certo, por desenvolver plenamente suas potencialidades.

12. É verdade que o Marx economista e militante enfatizou a crítica à exploração do trabalho pela extração de mais-valor, talvez pelo seu potencial mobilizador do movimento operário. Porém, o Marx filósofo – que é o mais importante – apontou também outra coisa: mantida sob o comando do capital e aprisionada nos sucessivos rearranjos da forma-mercadoria, a capacidade criadora da humanidade – capacidade que decorre da sua liberdade essencial, ontológica – poderia tornar-se muito mais destrutiva agora, quando a potência técnica da própria humanidade já estaria muito mais desenvolvida. Dependendo de quais forças sociais predominassem, essa potência técnica expandida poderia ser colocada a serviço da liberdade (com a abolição do trabalho físico, cansativo,

³ “As relações de dependência pessoal (...) são as primeiras formas de organização social, nas quais as forças produtivas humanas estão muito pouco desenvolvidas, e só em regiões isoladas. A independência pessoal, baseada na dependência em relação às coisas, é a segunda grande forma, que permite, pela primeira vez, o desenvolvimento de um sistema universal de troca, relações universais, necessidades universais e uma riqueza universal. A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e em seu domínio conjunto sobre suas forças produtivas sociais e sua riqueza, cria a terceira fase. A segunda cria as condições da terceira.” (Marx, 1981 – tradução do original pelo autor).

mecânico e alienado) ou da destruição (com a tendência ao desemprego e à guerra).

Esta me parece ser a disjunção mais relevante proposta por Marx e sua profecia mais certa. O capitalismo venceu. Estamos, finalmente, em um sistema- mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir mais loucamente, e se consome loucamente para se produzir mais loucamente. Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, faz-se guerra por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. Cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época - um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: como vimos, a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites.

O capitalismo venceu. Talvez, agora, possa perder. Pois, antes que o novo possa surgir, Hegel dizia, é preciso que o antigo atinja a sua forma mais plena, que é também a mais simples e mais essencial, abandonando as mediações de que necessitou para desenvolver-se. O momento do auge de um sistema, quando suas potencialidades desabrocham plenamente, é o momento que antecede seu esgotamento e sua superação.

13. A necessidade de encontrar outra forma de organização social não decorre primordialmente de os trabalhadores serem mais ou menos explorados – este não é o aspecto essencial da questão. Decorre do fato de que a humanidade, agora manejando técnicas tão poderosas, precisa finalmente assumir o comando de sua própria história, se quiser sobreviver. Esse passo pressupõe que o princípio organizador da vida social deixe de ser a acumulação de capital e a forma-mercadoria. É este o desafio que está posto para nós neste século. Ainda não sabemos como resolvê-lo.

Já sabemos, porém, que o socialismo não deve ter como meta fazer melhor do que o capitalismo as coisas que o capitalismo já faz. Não cabe ao socialismo ser mais eficiente que o capitalismo, pois não há eficiência abstrata. Tampouco o socialismo pode pretender ser um capitalismo planejado, que se libertou das suas

próprias crises, o que, de resto, é impossível. Ele tem de ser pensando como uma outra sociedade, com outros valores, outros fins e outra dinâmica. Cabe ao socialismo, antes de tudo, reorganizar a convivência humana, preservando e valorizando todas as conquistas civilizatórias que lhe antecederam, e recolocando o ser humano no centro.

Por que, então, não olhamos com maior abertura de espírito para a humanidade como um todo? Pois um dos motivos do nosso impasse atual talvez resida no eurocentrismo da esquerda, uma pesada herança. Todo o debate que resumi até agora é, antes de tudo, um debate europeu.

14. Permitam-me uma confissão: sinto-me incomodado com o eterno papel de coadjuvante que temos outorgado aos povos da periferia, que sempre foram a grande maioria. Eles foram avassalados, é certo, pelo jovem capitalismo em expansão. Mas, em quinhentos anos, realidades novas surgiram. Na fase do capitalismo senil, quem sabe não lhes seja possível desempenhar um novo papel, mais ativo? A incorporação desses povos ao capitalismo seguiu caminhos específicos, diferentes, mal compreendidos. Seu papel na construção do futuro pode estar mal compreendido também.

No centro, como sabemos, a transição ao capitalismo foi impulsionada por um processo endógeno, que desagregou os modos de vida tradicionais ao mesmo tempo em que integrava a força de trabalho, a terra e os meios de produção em relações mercantis. Mesmo às custas de muito sofrimento, tudo ali se reorganizou para permitir a produção de mais-valor. Nesse processo, instituições estatais e mercados internos em expansão garantiram um desenvolvimento basicamente autocentrado, que gerou nações capitalistas plenamente constituídas. No século XX, especialmente no segundo após-guerra, sob pressão dos trabalhadores, estabeleceu-se uma forte articulação entre a produção de bens de capital e a de bens de consumo de massas, de modo que o desenvolvimento das forças produtivas e o nível de remuneração do trabalho mantiveram entre si uma relação positiva, possibilitada pelo amplo predomínio do mais-valor relativo, tal como Marx previra. O capitalismo ganhou ali mais flexibilidade. Prevaleceu um padrão de luta de classes que não apontava para a necessidade de transcender a

organização social em vigor. Seu eixo era a luta pela melhor repartição de um excedente que tendia a crescer. Esse padrão acabou sendo assimilado pelo capitalismo central como um elemento de seu aperfeiçoamento econômico, político e cultural.

Nada disso aconteceu na periferia. Nela, o capitalismo foi introduzido por meio da dominação política. A desagregação das sociedades tradicionais não foi um processo endógeno, e as sociedades resultantes foram governadas por elites mais articuladas para fora do que para dentro. As relações externas determinaram o sentido e o ritmo do desenvolvimento. A acumulação em regime de dependência e baseada na exploração de recursos naturais (ou no latifúndio monocultor) formou com rapidez uma grande massa despossuída, que se reproduzia nessa condição, sem que, no outro pólo, formasse capital capaz de absorvê-la em atividades modernas. Essa massa marginalizada permaneceu imersa na mera luta pela sobrevivência. A maioria nunca foi chamada a engrossar os contingentes do proletariado industrial. Constituiu apenas uma imensa reserva de mão-de-obra, que sempre deprimiu a remuneração do trabalho. Daí o papel pouco relevante dos mercados internos, papel reforçado pela integração subordinada no sistema internacional e pelo caráter extrovertido das economias periféricas, modernizadas a partir dos seus setores exportadores. Tais sociedades não tenderam a construir Estados nacionais acabados, a serviço das classes locais. É de nações incompletas que estamos falando (por isso, aliás, a questão nacional é diferente no centro e na periferia do sistema).

15. Os conservadores sempre nos disseram que, com esforço e poupança, as economias subdesenvolvidas progrediriam para se igualar a economias capitalistas desenvolvidas. Isso se mostrou falso: a condição periférica se reproduz e se aprofunda dinamicamente. Mas também se mostrou falso o esquema canônico do materialismo histórico, codificado depois da morte de Marx. Ele nos fala de uma sucessão de modos de produção: escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo. Esta sucessão não é universal, a começar pelo fato de que o feudalismo e o capitalismo desenvolvido são especificidades da história da Europa (incluindo-se, no caso do capitalismo, as projeções extra-

continentais da civilização européia: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). A artificialidade desse esquema fica visível quando se vê que o próprio Marx teve de lançar mão de uma construção *ad hoc* – o “modo de produção asiático” – para dar conta de uma forma específica de organização social, considerada quase uma anomalia, que prevaleceu num continente em que sempre viveram dois seres humanos em cada três. Que anomalia!

Se o esquema não é universal quando descreve como foram o passado e o presente, por que acreditar em sua universalidade quando ele descreve como será o futuro? Ele não é politicamente neutro. Pois nos diz que, assim como o progresso burguês, o socialismo também tem de vir do centro para a periferia. Enquanto isso não acontecer, resta à periferia fazer um esforço de modernização. São estas hipóteses que quero debater, para concluir este texto. Começo a pensar que são falsas. Permitam-me usar, primeiro, o exemplo do meu país.

16. A integração do atual Brasil no sistema-mundo capitalista em formação colocou problemas novos, que exigiram uma solução também nova. Desde os tempos antigos, três padrões tradicionais regeram as relações entre povos dominadores e povos dominados: a pilhagem de riquezas acumuladas, a cobrança de impostos e o estabelecimento de relações desiguais de comércio. Nenhum desses padrões se aplicava aqui. Pois nenhum tornava viável e rentável a colonização de um vasto território sem minerais preciosos (a descoberta do ouro, no Brasil, ocorreu mais de trezentos anos depois do “descobrimento”) e habitado por grupos humanos pequenos, nômades ou seminômades, que ainda viviam no Neolítico. Durante mais de trinta anos esse problema não teve solução. Para resolvê-lo, organizou-se finalmente uma empresa territorial de grande dimensão, com administração portuguesa, capitais holandeses e venezianos, mão-de-obra indígena e africana, tecnologia mediterrânea (desenvolvida em Chipre) e matéria-prima (a cana-de-açúcar) dos Açores. Esses elementos foram articulados em uma *holding* multinacional, regida pelo cálculo econômico e pela busca do lucro. Essa *holding* criou a primeira mercadoria de consumo de massas do mundo – o açúcar –, e em torno dessa mercadoria constituiu o moderno mercado mundial.

Para sustentar esse processo, o território brasileiro e as sociedades que ele abrigava precisaram ser completamente reinventados. Tudo o que existia – a natureza e as pessoas – foi reconstruído para fins mercantis, tendo como horizonte nada menos que o mercado mundial em formação. Nossas primeiras fronteiras externas (Tordesilhas) e internas (as capitânicas) foram eixos cartesianos. Nossa exploração econômica foi planejada, com cuidadosa escolha de produtos rentáveis e tecnologias eficientes. O ambiente natural preexistente foi adaptado a essas escolhas, com a substituição das florestas de espécies nativas pela nova geometria das plantações de espécies transplantadas, associada à extração e queima de madeira, em um enorme entorno, para produzir energia. Os habitantes originais foram dizimados em sua maioria e substituídos por mão-de-obra recrutada em continentes distintos. Gigantescos recursos foram mobilizados nas principais praças financeiras da Europa. Constituiu-se um eficaz sistema de controle contábil. O Estado e a Igreja, desde o início, eram fracos. Não havia tradição, tudo era cálculo, tudo estava voltado para o lucro e a acumulação de capital.

O que é isso, senão modernidade em estado puro?

17. Nós sempre fomos radicalmente modernos. Fomos uma criação completamente moderna, num período em que a própria Europa ainda não era moderna, pois não disseminara os efeitos da Reforma Protestante e não realizara nem a Revolução Francesa nem a Revolução Industrial^{4,7}. Nascemos modernos porque fomos uma criação das vanguardas modernas da Europa – banqueiros, navegantes, comerciantes, desbravadores, aventureiros –, que já eram portadoras dos valores e das práticas da modernidade e queriam escapar de limites e perseguições impostos pelos poderes tradicionais de suas sociedades. Só depois de estabelecer sólido domínio na América, e graças aos frutos desse domínio, essas vanguardas européias fortaleceram-se suficientemente para modernizar a própria Europa. Elas puderam agir de forma mais rápida e mais eficaz aqui, nas regiões novas, do que no seu continente de origem, onde havia relações de poder cristalizadas há séculos.

⁴ Faço aqui uma livre reinterpretação de idéias contidas em um artigo de Luiz Gonzaga de Souza Lima.

A suposição – que está na base das teorias que apelam à modernização – de que as sociedades dominantes eram necessariamente modernas e as sociedades dominadas eram necessariamente tradicionais é apenas isso, uma suposição derivada de esquemas teóricos preconcebidos. Também neste caso, a história inverteu a teoria. Fomos nós que nascemos radicalmente inseridos no mundo da forma-mercadoria. Fomos paridos por ele. A construção da periferia moderna, por meio da conquista, antecedeu cronologicamente a construção das sociedades modernas na Europa, por meio das revoluções.

O principal resultado desse processo foi a constituição de povos novos, diferentes dos povos cultural e etnicamente estáveis por séculos ou milênios e que, embora sofressem influências externas, evoluíram principalmente por processos endógenos. Os povos novos americanos, que formaram o Brasil, a Colômbia, a Venezuela, o Chile, as Antilhas e Cuba, têm duas marcas constitutivas fundamentais: (a) resultaram da fusão étnica e cultural de contingentes humanos desenraizados – em geral, índios destribalizados, brancos deseuropeizados e negros desafricanizados –, recrutados pelo capitalismo moderno para trabalhar nas principais áreas de exploração comercial; (b) subordinaram-se desde o início a um processo histórico – a generalização da forma-mercadoria – que não se originou neles mesmos. Povos-objeto, nunca tiveram a possibilidade de conduzir, e nem mesmo influenciar, os processos que os geraram e em que sempre estiveram inseridos. Para eles, os conceitos europeus de Razão e liberdade nunca existiram de fato; só conheceram degenerações e contrafações desses conceitos, que apareciam por aqui como “idéias fora do lugar”.

Para a gênese e o desenvolvimento do mundo moderno, a constituição desses povos-objeto tem sido pelo menos tão importante quanto a constituição dos proletariados industriais no centro do sistema.

18. A expansão do subsistema europeu, com que começamos este texto, constituiu duas formas fundamentais de sociedades, ambas modernas: de um lado, as sociedades dominantes, “para si”, que concentraram as riquezas e criaram os valores que legitimavam a nova ordem; de outro, as sociedades

dominadas, “para as outras”, recriadas artificialmente – em muitos casos, até mesmo em suas populações – para produzir mercadorias e transferir recursos para fora; seus valores originais foram esmagados. Do ponto de vista da história da humanidade como um todo, esse último processo foi o mais relevante – e o mais catastrófico.

Se isso é verdade, e se é verdade que – contrariando as expectativas do movimento socialista – o centro do sistema adquiriu uma configuração relativamente estável, absorvendo as pressões sociais endógenas, se é verdade que a classe trabalhadora europeia não cumpriu a missão que lhe atribuímos, talvez o evento histórico decisivo para a superação da modernidade capitalista venha a ser a transformação das sociedades periféricas em sociedades para si, de modo que elas venham a definir, pela primeira vez, os seus próprios projetos existenciais coletivos. Isso exige, evidentemente, a revolução de suas estruturas internas. Não temos muita clareza de que projetos serão. Mas, talvez haja neles maiores espaços do que se pensa para questionar a supremacia da forma-mercadoria. Afinal, a forma-mercadoria sempre escravizou esses povos.

No caso do Brasil, nossa constituição radicalmente moderna, como uma empresa colonial “para os outros”, explica a facilidade com que os conservadores reivindicam para si o discurso da modernização: ele nos fala de buscarmos mais do mesmo, com as *plantations* coloniais substituídas agora pelo agronegócio.

19. Devemos reconhecer que o movimento histórico não foi o mesmo em toda parte. Quando se fala em periferia, melhor seria falar em periferias, até mesmo se tratamos apenas da América. Além dos povos novos, a expansão europeia no Novo Continente formou pelo menos outros dois grandes grupos de povos^{5:8} (a) os povos- testemunho, localizados principalmente na Bolívia, Equador, Peru, México e em outros países da América Central, herdeiros das grandes civilizações inca e asteca cuja identidade indígena está pulsando com cada vez mais força no continente (também há resíduos de povos-testemunho de matriz tupi); e (b) os povos transplantados, que reproduziram na América o perfil étnico, lingüístico e cultural de suas regiões europeias de origem; apesar de ser

⁵ A classificação dos povos americanos como “novos”, “testemunho” e “transplantados” foi proposta por Darcy Ribeiro em *As Américas e a civilização* de 1988.

uma sociedade multiétnica, os Estados Unidos, por sua formação histórica, são o principal exemplo dessa última realidade, que aparece também no Canadá, no Norte, e na região dominada por Buenos Aires, no Sul. Onde os povos transplantados se estabeleceram, as sociedades pré-colombianas foram praticamente extintas, não havendo propriamente um processo de incorporação de suas populações ao novo contexto.

Refiro-me a isso, de passagem, para realçar que a periferia é o lugar da diversidade. Se alargarmos a nossa visão, para abranger as periferias como um todo, muito mais diversidade aparecerá. É falando um pouco sobre ela que vou concluir.

20. Todas as visões eurocêntricas, de uma forma ou de outra, nos falam de uma tendência à homogeneização. É verdade que ela está presente no desenvolvimento do capitalismo, mas nunca poderá completar-se. O próprio capitalismo produz contratendências, que aparecem, principalmente, na reprodução das contradições entre centros e periferias. A diferença não é um resíduo, uma reminiscência do passado. Ela é ativamente recriada e pode conter as sementes do futuro. A formação de um sistema histórico agressivo e expansivo decorreu da reorganização da vida humana sob o predomínio, sem freios, da esfera econômica dominada pelo valor de troca. Superando-se este predomínio, será novamente maior – e não menor – o espaço para a diversidade na experiência do existir humano. Como regra geral, a história universal é sempre uma história de desenvolvimentos desiguais.

Também o mundo da cultura só experimenta relativa homogeneização quando se subordina à forma-mercadoria. Se ele passar a ser o centro da organização social e voltar a ser o espaço em que os valores de uso são organizados no plano simbólico – pois é assim que devemos imaginar as sociedades do futuro –, disso resultará mais diversidade, e não mais uniformidade. Sempre que a vida social foi regida pelo valor de uso prevaleceu a diversidade, reproduzida antigamente no âmbito de subsistemas regionais.

É claro que a crítica à modernidade européia não pode nos remeter a nada que tenha existido antes dela, o que seria impossível e indesejável. Não se chega a lugar nenhum lamentando-se o que é historicamente irreversível. O ponto de

partida para o futuro é a superação – e não a negação – do mundo moderno, no sentido de *aufheben*, de Hegel: superação com conservação. Talvez tenhamos que imaginar o futuro como o tempo de uma nova diversidade no âmbito de um sistema-mundo.

Isso concede outro estatuto teórico à luta das sociedades periféricas. Dizer que a nova sociedade vem necessariamente, univocamente, do centro para a periferia implica aceitar que a história da humanidade continuará gravitando em torno dos movimentos do subsistema europeu (e dos enclaves que ele criou), movimentos que, como vimos, estão na origem da crise atual. Na prática, nega-se assim a possibilidade de que outros povos construam suas próprias variantes da história, embora eles representem a esmagadora maioria da humanidade. Se isso for verdade, a modernidade capitalista ainda terá um longuíssimo tempo histórico pela frente, pois a mutação está bloqueada no centro, onde, como vimos, o padrão de luta de classes mais reproduz do que ameaça o sistema.

Só pensando na humanidade como um todo é que podemos ver que o problema da superação do capitalismo está colocado e pode ser resolvido. A incapacidade estrutural de o sistema generalizar suas próprias promessas pode ser a fissura por onde a nova qualidade poderá emergir.

Referências

Lima, Luiz Gonzaga de Souza: “Sobre o sistema internacional: uma perspectiva crítica a partir da periferia moderna”, mimeo.

Marx, Karl. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag, 1981.

Polanyi, Karl. *A grande transformação*. São Paulo, Campus, 1980.

Przeworski, Adam. *Capitalismo e socialdemocracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.

Ribeiro, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis, Vozes, 1988.

Sraffa, Piero. *A produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo, Abril Cultura, série Os Economistas, 1983.

Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

A Pesquisa em Ciência Política e os Povos Indígenas no Canadá: uma entrevista com Christopher Alcântara

Leonardo Barros Soares¹

Você poderia começar contando para nós um pouco mais sobre tua carreira? Por que o interesse por questões indígenas? Quando você decidiu pesquisar o assunto?²

[CA] Meu interesse pelas questões indígenas começou durante meus estudos de graduação em história e ciências políticas na Universidade McMaster, em Hamilton, Ontário, Canadá. Meu colega de quarto, na época, estudava a questão indígena e falava constantemente comigo sobre o que estava aprendendo no programa por ele frequentado; essas conversas acabaram despertando interesse em mim. Depois de concluir o meu *Honors BA*³ na McMaster, me candidatei e fui aceito no programa de mestrado da Universidade de Calgary em ciências políticas, em 2001. Eu esperava trabalhar com o Dr. Ted Morton ou o Dr. Rainer Knopff em questões relacionadas à Suprema Corte do Canadá, mas ambos estavam ocupados demais com tarefas administrativas. O Dr. Knopff, sabendo que eu tinha interesse nas relações políticas entre colonizadores⁴ e indígenas, sugeriu que eu falasse com o Dr. Tom Flanagan. Tendo lido seu livro *“First Nations? Second Thoughts”*, fiquei muito relutante⁵, mas senti que não havia mais ninguém para supervisionar minha tese e, assim, me propus a encontrá-lo. Ele

¹ UFMG. Contato: leonlbs@yahoo.com.br

² Entrevista realizada por e-mail e traduzida do inglês pelo autor. Acrescentamos ao texto “Nota do entrevistador” [NE] e “Nota de tradução” [NT] para, respectivamente, prover ao leitor/ à leitora algum contexto teórico ou histórico a algumas das afirmações do entrevistado e esclarecer alguma expressão ou termo da língua inglesa.

³[NT] *Bachelor of Arts*, correspondente ao bacharelado nas universidades brasileiras.

⁴ NT: o termo *settler society*, traduzida aqui por “colonizadores”, é utilizado amplamente nos estudos relativos aos povos indígenas no Canadá.

⁵ NE: Alcântara faz referência ao livro *First Nations? Second thoughts*, de autoria do cientista político canadense Tom Flanagan, obra que desencadeou uma grande controvérsia no debate acadêmico canadense sobre o tema indígena devido às suas proposições consideradas racistas por diversos analistas.

ouviu pacientemente minhas ideias ainda meio “cruas” e me deu três projetos de pesquisa que eu poderia assumir para minha tese. Eu escolhi aquele sobre direitos de propriedade privada nas reservas indígenas canadenses e que levou a uma série de artigos de periódicos, capítulos de livros e, eventualmente, um livro em co-autoria chamado *Beyond the Indian Act: Restoring Aboriginal Property Rights* publicado pela McGill-Queen's University Press, em 2010.

Depois de terminar o mestrado, em 2002, me candidatei ao doutorado e fui aceito pelo departamento de ciências políticas, da Universidade de Toronto. Lá, aceitei uma sugestão do Dr. Anthony Sayers, um dos meus professores da Universidade de Calgary, para desenvolver um projeto que investigasse os fatores que levavam à obtenção de tratados modernos de reivindicação de terras⁶. Trabalhando com o Dr. Graham White, escrevi uma tese sobre o assunto, que acabou se tornando meu segundo livro, *Negotiating the Deal: Comprehensive Land Claims Agreements in Canada*, publicado pela *University of Toronto Press*, em 2013. Desses projetos e interações iniciais com os formuladores de políticas indígenas e líderes, comecei a desenvolver uma variedade de outros projetos relacionados às relações políticas entre indígenas e sociedade colonizadora no Canadá.

Seu livro, *Negotiating the Deal: Comprehensive Land Claims Agreements in Canada*, recebeu o Network-Réseau d'études canadiennes Prize de melhor livro de Estudos Canadenses em 2014; o International Council for Canadian Studies Pierre Savard Award de 2014, como melhor livro de Estudos Canadenses; o Seymour Martin Lipset Best Book Award de 2017, da American Political Science Association, seção de Política Canadense. Qual é o argumento do livro?

[CA] O livro investiga os fatores que afetam se os grupos indígenas são ou não capazes de concluir negociações sobre um tratado moderno, também conhecido como *comprehensive land claims agreement*. Esses acordos fornecem o que parecem ser grandes benefícios, incluindo esclarecimentos sobre direitos de propriedade e jurisdição indígenas, dinheiro e o direito de criar instituições governamentais regionais. Da perspectiva indígena, no entanto, eles fornecem

⁶ NT: a política de reconhecimento de territórios indígenas no Canadá é chamada de *Comprehensive Land Claims Agreements Policy*, que dá ensejo aos chamados “tratados modernos” entre povos indígenas e o Estado canadense, em contraste com os chamados “tratados históricos” (*historical treaties*), realizados no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

menos terra, dinheiro e jurisdição do que o que tinham historicamente e mantêm, atualmente, sem um tratado. Tentei me manter agnóstico com relação a essa diferença e, em vez disso, queria ver por que alguns tratados são concluídos e por que outros não. Descobri que a Coroa⁷ e os grupos indígenas estavam participando de um jogo no qual a Coroa tinha a maior vantagem em termos de recursos legais, humanos e financeiros. Como tal, para concluir um tratado, os grupos indígenas tinham que satisfazer as expectativas e preferências da Coroa. Em essência, o livro adota uma abordagem de escolha racional para o problema das negociações de reivindicações de terras no Canadá.

No livro *A Quiet Evolution: The Emergence of Indigenous-Local Intergovernmental Partnerships in Canada*, co-escrito com Jen Nelles, você se concentrou no relacionamento entre os povos indígenas e os governos em nível municipal. Quais são as principais conclusões do livro e como você acha que os agentes públicos e as lideranças tradicionais podem se beneficiar das parcerias que você analisa na pesquisa?

[CA] Neste livro, examinamos as relações existentes entre os governos indígenas e governos municipais no Canadá. Grande parte do foco entre os acadêmicos, a mídia e os formuladores de políticas está nos níveis federal e provincial/estadual, mas descobrimos que muitas relações locais estavam surgindo e que eram significativas, positivas e transformadoras de maneiras diferentes. Nosso livro esboça quatro modelos de relacionamentos existentes, usando um conjunto de dados original de acordos intergovernamentais e quatro estudos de caso em Ontário, Quebec e Território de Yukon, no Canadá⁸. Descobrimos que um conjunto de fatores relacionados à capacidade e disposição para cooperar explica as diversas relações que observamos nessas regiões. Uma das principais conclusões, do ponto de vista de políticas públicas, é que as relações de cooperação entre os governos surgem frequentemente quando os líderes da sociedade civil de ambas as comunidades criam relações não políticas umas com

⁷ [NE] O Canadá é uma monarquia constitucional, em que a Rainha da Grã-Bretanha performa, nominalmente, o papel de chefe de Estado, e seu representante no país é o “Governador Geral” (*Governor General*). Na prática, no entanto, sua função é meramente simbólica, e as funções de chefe de Estado e de governo são acumuladas pelo primeiro-ministro. A “Coroa” (*The Crown*), portanto, funciona como um símbolo para designar simultaneamente o governo e o Estado canadenses.

⁸ [NE] Para uma resenha mais ampla do argumento do livro, ver Autor (no prelo).

as outras. Portanto, quando líderes escolares do município constroem relacionamentos com artistas ou líderes indígenas, esses relacionamentos podem ter um efeito indireto de incentivar líderes políticos a cooperar.

Quais são os principais desafios metodológicos e teóricos das pesquisas relacionadas aos povos indígenas?

[CA] Há muitos! Historicamente, os povos indígenas foram marginalizados e enfraquecidos pelo colonialismo. Alguns pesquisadores universitários estiveram no centro dessas atividades [de enfraquecimento das comunidades indígenas], extraindo informações e ideias dessas comunidades sem seu consentimento e sem beneficiá-las, tudo para alcançar fama e fortuna individuais na academia. Como resultado, grande parte da pesquisa hoje está se direcionando para pesquisas baseadas na comunidade⁹, nas quais a comunidade é coautora do pesquisador imediatamente, desde o início até o fim. Embora eu pense que esse desenvolvimento é positivo, ele torna a pesquisa tradicional, que ainda acho útil e que pode ser conduzida com respeito, mais difícil de realizar (embora não seja impossível). Hoje, os pesquisadores precisam construir parcerias melhores e mutuamente benéficas com as comunidades indígenas, tratando-as como parceiras, e não como objetos de pesquisa.

Na sua opinião, quais são as controvérsias centrais do campo?

[CA] Mais uma vez, há muitas! Eu penso que uma delas seja em torno do desenvolvimento de maneiras apropriadas de incorporar e respeitar metodologias e o pensamento político indígenas ao lado daqueles não indígenas. Outra diz respeito ao descobrimento do que significa descolonização e reconciliação e quais são as ferramentas mais apropriadas para alcançar esses objetivos. Outra, ainda, trata do descobrimento dos meios apropriados para elevar ou ajudar as comunidades indígenas marginalizadas a encontrar seu próprio caminho para sair da pobreza e do desempoderamento político. Em todas essas questões, existem perspectivas concorrentes e diferentes e não temos ferramentas acadêmicas

⁹ [NT] no original, *community-based research*.

eficazes para julgá-las de maneiras que respeitem as visões de mundo e os métodos indígenas e não indígenas.

Quais são as convergências e divergências do seu trabalho com outros campos de estudo, como direito e antropologia?

[CA] Surpreendentemente, meu trabalho é menos citado e usado na ciência política em comparação com outros campos de estudo, como direito, antropologia, história, geografia, estudos indígenas e ciência ambiental. Minha pesquisa aborda temas tais como a ordem constitucional indígena, desenho institucional, direitos de propriedade, desenvolvimento econômico, votação e comportamento político, e essas áreas de estudo frequentemente abordam tópicos investigados por outras disciplinas.

Como é o interesse do campo das ciências políticas no Canadá pelo estudo com os povos indígenas e da política indígena do país? Os alunos e professores estão motivados? Este é um campo de estudo promissor?

[CA] Penso que a ciência política canadense é líder em termos de interesse no campo da política indígena e política indigenista em comparação com outros países. A Associação de Ciência Política do Canadá desenvolveu um conjunto de leituras recomendadas que os cientistas políticos podem utilizar em seus cursos e desenvolveu um comitê de verdade e reconciliação para desenvolver estratégias para melhorar o relacionamento de nossa disciplina com a pesquisa e os povos indígenas. Há muito interesse no tópico entre os alunos, com certeza, mas ainda temos um longo caminho a percorrer. É necessário fazer mais para gerar interesse, pesquisa e ensino focados nesses tópicos em todo o Canadá, mas há um grupo de estudantes e acadêmicos dedicados tentando alcançar esses objetivos.

O que você diria a um(a) aluno(a) que está interessado(a) no tópico, mas não sabe como começar? Você daria a ele/ela algum conselho?

[CA] Eu aconselharia a todos(as) os(as) alunos(as) a aprender sobre política indigenista e política indígena em vários países. Aprenda sobre suas histórias, instituições, comportamentos políticos e as situações, metas e aspirações atuais. Aprecie as diferenças entre as comunidades indígenas e adquira algum

conhecimento e respeito pelas metodologias e visões de mundo indígenas. Procure ser um aliado respeitoso das comunidades indígenas. Por outro lado, parece que, pelo menos no Canadá, há uma preferência agora de contratar apenas estudiosos indígenas para posições acadêmicas estáveis no campo da política indígena. Atualmente, é raro um professor não-indígena ser contratado para ministrar cursos de política indígena e, portanto, eu desaconselharia a especialização nesta área de pesquisa, a menos que você seja indígena em termos de conexões com uma comunidade. Talvez isso mude no futuro, mas, por enquanto, essa é a realidade que os acadêmicos juniores enfrentam ao procurar entrar na academia hoje.

Referências

AUTOR. Povos indígenas e governos locais. *Revista de estudos e pesquisas sobre as américas*. No prelo.

ALCANTARA, Christopher. *Negotiating the deal: comprehensive land claims agreements in Canada*. Toronto: University of Toronto Press, 2013.

ALCANTARA, Christopher; NELLES, Jen. *A quiet evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnership in Canada*. Toronto: University of Toronto Press, 2016.

ALCANTARA, Christopher. *Beyond the Indian Act: Restoring Aboriginal Property Rights*. McGill-Queen's University Press, 2010.

FLANAGAN, Tom. *First Nations? Second Thoughts*. McGill-Queen's University Press, 2000.

A Pesquisa em Ciência Política e os Povos Indígenas no Canadá: uma entrevista com Christopher Alcantara

Resumo

Christopher Alcantara é professor de ciência política da Western University em London, Canadá, e tem se dedicado ao estudo de povos indígenas e da política indigenista canadense a partir deste campo disciplinar. Seu livro *Negotiating the Deal: Comprehensive Land Claims Agreements in Canada*, publicado pela *University of Toronto Press*, em 2013, recebeu diversos prêmios importantes e se constituiu como uma referência para pesquisadores da área. Nessa entrevista, buscamos apresentar este importante autor do campo da ciência política canadense para a comunidade acadêmica brasileira, revisando os principais argumentos de seus dois mais recentes livros. Alcantara discorre sobre os desafios de fazer pesquisa científica que seja, ao mesmo tempo, decolonial e emancipatória, além de trazer benefícios concretos para as comunidades indígenas envolvidas. Por fim, o pesquisador dá conselhos a quem deseja iniciar seus estudos sobre esse

tópico de pesquisa e não sabe por onde começar. Com esta entrevista, almejamos fortalecer o intercâmbio acadêmico de ideias e metodologias de pesquisa entre Brasil e Canadá, instigando o interesse de alunos e alunas de graduação e pós-graduação por assuntos relacionados à questão indígena nos dois países.

Research in Political Science and Indigenous Peoples in Canada: an interview with Christopher Alcantara

Abstract

Christopher Alcantara is a professor of political science at Western University in London, Canada, and has dedicated himself to the study of indigenous peoples and Canadian indigenous politics from this disciplinary field. His book *Negotiating the Deal: Comprehensive Land Claims Agreements in Canada*, published by the University of Toronto Press in 2013, received several major awards and was a reference for researchers in the field. In this interview, we sought to present this important author of the field of Canadian political science to the Brazilian academic community, reviewing the main arguments of his two most recent books. Alcantara discusses the challenges of doing scientific research that is, at the same time, decolonial and emancipatory, in addition to bringing concrete benefits to the indigenous communities involved. Finally, the researcher gives advice to those who want to start their studies on this topic of research and do not know where to start. With this interview, we aim to strengthen the academic exchange of ideas and research methodologies between Brazil and Canada, instigating the interest of undergraduate and graduate students and students for issues related to the indigenous issue in both countries.

Investigación en Ciencia Política y Pueblos Indígenas en Canadá: una entrevista con Christopher Alcantara

Resumen

Christopher Alcantara es profesor de ciencias políticas en la Universidad Western en Londres, Canadá, y se ha dedicado al estudio de los pueblos indígenas y la política indígena canadiense desde este campo disciplinario. Su libro *Negotiating the Deal: Comprehensive Land Claims Agreements in Canada*, publicado por la University of Toronto Press en 2013, recibió varios premios importantes y fue una referencia para los investigadores en el campo. En esta entrevista, buscamos presentar a este importante autor del campo de la ciencia política canadiense a la comunidad académica brasileña, revisando los principales argumentos de sus dos libros más recientes. Alcántara analiza los desafíos de la investigación científica que, al mismo tiempo, es decolonial y emancipadora, además de aportar beneficios concretos a las comunidades indígenas involucradas. Por último, el investigador da consejos a aquellos que quieren iniciar sus estudios sobre este tema de investigación y no saben por dónde empezar. Con esta entrevista, nuestro objetivo es fortalecer el intercambio académico de ideas y metodologías de investigación entre Brasil y Canadá, instigando el interés de los estudiantes de pregrado y posgrado y estudiantes por temas relacionados con la cuestión indígena en ambos países.



Geopolítica de um Retorno Anunciado. *Hybris* neoliberal na Região Latino-Americana e Direitização do Mundo*

José Guadalupe Gandarilla Salgado¹

“No nos está permitido enloquecer en una época demente, aunque nos pueda quemar vivos un fuego cuyo igual somos”, René Char²

Neoliberalismo como Fascismo Soterrado. Algo mais que Arrepiantes Afinidades

Muito se tem falado sobre as semelhanças que poderiam existir e que são possíveis de se detectar, sobre a condição de colapso de uma época e de catástrofe econômica, entre a situação atual do mundo e os anos que precedem a consolidação do fascismo na Europa no segundo quarto do século XX. E, se as situações de prostração econômica estão assumindo magnitudes semelhantes, entre os dois períodos, não haveria longa distância que esperar nesse elemento como precipitador de tendências fascistas na resolução de conflitos sociais, como alimento espiritual para a elevação autoritária da razão de Estado, para o estabelecimento de relações devastadoras a respeito dos “desfavorecidos de sempre” e ingrediente propício para atacar as personificações sociais em que encarnam a alteridade. Nossa época é também a de um fascismo subterrâneo e que às vezes estoura de modo mais claro quando os interesses do capitalismo

* Tradução do original em castelhano por Luara Wandelli Loth (mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, da Universidade de Brasília – PPG-ECsA-UnB), revisão da tradução por Raphael Lana Seabra (docente do PPG-ECsA-UnB).

¹ Doutor em Filosofia Política pela Universidade Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Pesquisador Titular da Universidade Nacional Autónoma do México no Centro de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências e Humanidades nesta universidade. É autor de *Asedios a la totalidad. Poder y política en la modernidade, desde un encare de-colonial* (2012), *Modernidad, crisis y crítica* (2015), organizou os livros *La crítica en el margen. Hacia una cartografía conceptual para rediscutir la modernidade* (2016), *Del monólogo europeo al diálogo inter-filosófico. Ensayos sobre Enrique Dussel y la filosofía de la liberación* (2018). Seu livro autoral mais recente é *Colonialismo neoliberal. Modernidad, devastación y automatismo de mercado* (2018). E-mail para contato: joseg@unam.mx.

² Poeta francês (1907-1988) (Nota da Tradutora. N.T.).



complexo e corporativo se veem expostos a certo freio ou nos momentos em que sua predominância está em disputa ou quando se mostra francamente a inoperância de sua errática instrumentação ou mesmo seus raquíticos resultados.

Entretanto, se por neoliberalismo entendemos “a imposição de uma lógica normativa global” (Laval, Dardot, 2013, p. 12) que vem sendo executada há mais de quatro décadas (ao menos desde 11 de setembro de 1973 com o golpe militar no Chile, que destituiu o governo democraticamente eleito de Salvador Allende), é preciso dizer que, no atual momento histórico, tal programa associado à reversão de conquistas sociais e ao retraimento das ações de governo (quando estas ameaçam o capital e sua rentabilidade) encontra-se já mais estendido, pelo mundo inteiro, do que o próprio fascismo pôde imaginar até mesmo em seu momento de maior esplendor.

Portanto, é viável encontrar certa analogia nos gestos críticos que alguns autores, desde o interior ou às margens da chamada “Escola de Frankfurt”, ensaiaram em relação à difícil circunstância na qual tiveram de viver. Na sua obra “Rua de mão única”, mais precisamente no fragmento intitulado “Panorama imperial”, Walter Benjamin detecta um espírito do tempo na maneira de viver do burguês alemão médio que bem poderia sintetizar nossa própria circunstância e o rumo para o qual nos encaminhamos: “o sofrimento do indivíduo e das comunidades, só há um limite além do qual ele não continua: o aniquilamento” (Benjamin, 1987, p. 21). Isto parece elevar à condição de fundamento um estado de ânimo que deriva da trama social, do entrecruzamento de nossas ações e do desentendimento em relação aos seus resultados, o que os sociólogos tematizam como “não intencionalidade da ação” e que Walter Benjamin assinala como as “obscuras potências das quais sua vida se tornou serva” (Idem, p. 22). Nosso autor atribui este fato a

“um estranho paradoxo: as pessoas só têm em mente o mais estreito interesse privado quando agem, mas ao mesmo tempo são determinadas mais que nunca em seu comportamento pelos instintos da massa. E mais que nunca os instintos de massa se tornaram desatinados e alheios à vida. (Benjamin, 1987, p. 22).

Para o pensador alemão, esta situação tende a se agravar e a desatar o que no jargão sociológico se descreve como “consequências indesejáveis”. Tudo isso por causa da conjunção de vários processos que, em diacronia ou sincronia

temporal, não fazem senão acompanhar funcionalmente os interesses do establishment e das camadas mais favorecidas, e afastam, até quase obscurecê-las, a possibilidade de uma postura crítica das pessoas frente ao atual estado das coisas.

Para Benjamin, naquela altura da partida histórica que estava em jogo (marcada pela catastrófica situação econômica, crise da República de Weimar, crescente instabilidade que promove a expansão e aceitação social do fascismo) é claro que “ele [o burguês] acredita que tem de encarar como instável todo estado que o desapossa” (Benjamin, 1987, p. 20), isso também se potencializa numa escala que parece não encontrar limite, pois não somente significa que se repita como em etapas anteriores (o que para Benjamin parece incluir o período que viu florescer as esperanças na social democracia alemã e que foi percebido, mesmo que por um breve momento histórico, como favorável ao comunismo), na “desamparada fixação a representações de segurança e de posse”, mas que “impede o homem médio de aperceber-se das estabilidades extremamente notáveis, de espécie inteiramente nova, que estão no fundamento da situação presente” (Benjamin, 1987, p. 20).

O olhar apurado de Benjamin o permite efetuar uma mudança em relação à figura social, à máscara econômica, ao personagem da situação ao qual deseja concentrar sua crítica. O autor já não somente fala do burguês médio, mas daquele contingente que, sem reunir tais condições na distribuição econômica, sustenta as posições sociais daquele grupo que precisamente o explora e domina.

Mais ainda, é justamente “o cidadão comum”, como segue sendo até o momento, o que engrossa as “camadas [sociais] para as quais a situação estabilizada [consiste na] miséria estabilizada.” (Benjamin, 1987, p. 20), o que Benjamin detecta, no entanto, não se detém aqui, mas deve se potencializar quando “somente um cálculo que reconhece encontrar no declínio a única ratio do estado presente” se estabilize também, e leve a assumir “os fenômenos de declínio como o puramente estável e a considerar unicamente o que salva como algo de extraordinário, quase no limite do miraculoso e inconcebível.” (Benjamin, 1987, p. 20).

Mas o fato de que os povos da Europa central, aos quais Benjamin buscou compreender e que, não obstante, dirigiram “o olhar para nada a não ser o extraordinário” (Benjamin, 1987, p. 21) como aquilo que podia salvá-los, não é suficiente para assumir tal processo (o fascismo) como resultado de um “misterioso contato” com as “forças que nos assediam”, mas sim como resultado de um processo complexo em que “a diversidade de alvos individuais se torna irrelevante perante a identidade das forças determinantes” (Idem, p. 21).

Que eles os determinem e os unifiquem, numa identidade, é certo, mas muito peculiar, não uma que resulte de um traço étnico, histórico ou cultural (embora possa chegar a sê-la, como de fato já foi em certas circunstâncias, e o fascismo delas, que a unificação identitária projeta marcadores de poder e critérios de classificação racializados), mais sim, resultante de critérios claramente regidos pelo econômico ou crematístico para as relações sociais, que não prescindem de um imaginário simbólico unificador que faz emergir, de fato, as camadas espirituais do religioso e o mítico, sendo assim, com o “neoliberalismo global” a identificação que se dá vem articulando-se ao redor da “religião secularizada de mercado” (como rotinização de uma atitude de impulso competitivo que governa a sociedade e que se traduz em intermináveis atos de consumo) e do “mito do progresso” (como relançamento interminável de suas promessas).

Portanto, a conclusão de Benjamin diante do advento de uma aceitação crescente do fascismo na Europa dos anos trinta do século XX, mostra-se válida para documentar a ampliação do raio de ação e a incidência do programa neoliberal em praticamente o globo inteiro, como vem ocorrendo nos últimos quarenta anos. Nas palavras de Walter Benjamin:

Todas as relações humanas mais próximas são atingidas por uma claridade penetrante, quase insuportável, na qual mal conseguem resistir. Pois, uma vez que, por um lado, o dinheiro está, de modo devastador, no centro de todos os interesses vitais e, por outro, é exatamente este o limite diante do qual quase toda relação humana fracassa, então desaparece, cada vez mais, assim no plano natural como no ético, a confiança irrefletida, o repouso e a saúde. (...) A cega vontade de salvar o prestígio da existência pessoal, de preferência a destacá-la, pelo menos, através da soberana avaliação de sua impotência e de seu embaraço, do pano de fundo do engeguimento geral, impõe-se quase por toda parte. [...] Por isso mesmo o ar está também tão cheio de ilusões, miragens de um futuro cultural que apesar de tudo irrompe florescente da noite para o dia, porque cada

qual se compromete com as ilusões óticas de seu ponto de vista isolado. (Benjamin, 1987, p. 21-22; 24).

Benjamin sugere, como princípio de atuação ética diante de tal cenário, operar com responsabilidade, não se subtrair à contemplação da decadência, e fazê-lo através do desprezo tanto pela cumplicidade como pela impotência, descartando, pois a indiferença frente à nossa responsabilidade na generalização deste caos. Isso não soa nada distante da postura que, ao modo partiano, Antonio Gramsci expressou em um de seus chamados “escritos de juventude” sob o sintagma “ódio aos indiferentes”. Para Gramsci, de fato, com essa apatia alimenta-se “o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas” (Gramsci, 2011, p. 19) daqueles que, em seu atrevimento, animam-se em construir o programa e a arquitetura de “a cidade futura”.

Por outro lado, não é muito distinto o diagnóstico que, praticamente uma década antes da publicação de *Rua de mão única*, havia oferecido o pensador sardo no texto ao qual estamos nos referindo. O grande intelectual e revolucionário italiano também conseguiu perceber a diferença de qualidade na articulação política que desenvolve, por outro lado, o grupo dominante:

“Mas os fatos amadurecem a sombra, entre poucas mãos, sem nenhum tipo de controle. (...) Os destinos de uma época são manipulados segundo visões estreitas, objetivos imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos. (...) Mas os fatos que amadureceram chegam a confluir, mas a tela tecida na sombra chega a seu fim: e então parece ser a fatalidade a arrastar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um gigantesco fenômeno natural (...), do qual todos são vítimas” (Gramsci, 2011, p.20).

E, por outro lado, aqueles grupos e coletividades que têm de lutar pela hegemonia, se desejam reverter sua condição de subalternidade, entretanto, como é sabido, não há nenhuma garantia de conquista para eles. Em um dos fragmentos mais citados de sua obra (que Gramsci redige já nas masmorras de Mussolini, este praticamente simultâneo ao escrito de Benjamin), assim descreve esta luta:

“a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica (...) na atividade histórica desses grupos há uma tendência à unificação (...) mas (...) é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes. Grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se sublevam” (Gramsci, 2000: 178).

Esta face do caminho de estabelecimento do fascismo faz ver que, como projeto, foi mais além do que o rompimento dos pontos de resistência e de aproveitamento de certo colaboracionismo (fora por ação ou por omissão, por apatia ou por medo), ou inclusive de um maléfico plano conspiratório; parecia que sua instrumentalização revelava-se mais consistente na medida em que certos princípios que o estruturavam se enraizaram socialmente.

Não é muito diferente o que está ocorrendo com o neoliberalismo, enquanto perfil atualizado do programa do grande capital corporativo, leva a entender que o neoliberalismo está alcançando os objetivos aos quais aspiravam os fascistas (em termos de níveis de acumulação e concentração da riqueza, da exploração ou entrega gratuita do esforço laboral de contingentes imensos de população, das conquistas e ocupações territoriais). Como o fascismo, o neoliberalismo mostrou todo um arsenal de procedimentos com finalidades de expulsão e despossessão de comunidades, povos ou países inteiros.

Por este conjunto de razões, não seria arbitrário propor como hipótese de trabalho o estabelecimento de uma relação estreita entre ambos os processos históricos (fascismo europeu e neoliberalismo global), e isto para fins que vão além de detectar “afinidades eletivas”. Pois, uma intenção analítica comparativa ou analógica não somente destacaria características de insuspeita correspondência, senão que corroboraria o fato de que se trata de programas políticos mais orgânicos e integralmente interligados.

A M(m)atrix(z) neoliberal

Desde seus antecedentes mais remotos (O Colóquio Lippmann, a Sociedad Mont Pelerin) até a ascensão dos trabalhos da Escola Austríaca de Economia, na obra de Ludwig von Mises ou Friedrich Hayek, que converteu os postulados filosóficos destes em premissas mainstream do pensamento econômico (Escalante, 2015), o neoliberalismo conseguiu transbordar definitivamente as limitações que sob o keynesianismo, quando este ocupava o lugar de “pensamento único” (até meados dos anos setenta do século passado), eram-lhe legitimamente impostas.

Enquanto que com a reabilitação do capitalismo do segundo pós-guerra, esta ideologia “foi mantida à margem”, como um projeto identificável com certos



grupos conservadores que nunca negaram sua fobia ante qualquer critério de regulação pelo lado do público ou governamental, e que sempre apostaram não que a “mão invisível” impulsionaria a economia de mercado, mas que, se necessário, com a ajuda da “mão visível” e autoritária do Estado, operaria-se uma “grande transformação” que instalaria como critério absoluto e indisputado a construção e o asseguramento de “sociedades de mercado” (objetivo que com Thatcher e Reagan, nos anos 80 do século XX, já haviam coroadado) (Harvey, 2007).

A partir dessa ruptura histórica (precedida pelo endividamento do terceiro mundo e pelo estalido da crise das dívidas), aspirou-se à eleição dos princípios neoliberais como critério e marco categorial de racionalidade exclusiva, cuja outro lado da moeda acabava por lançar qualquer esquema que tentasse disputar sua hegemonia na qualidade de projeto suspeito de irracionalidade (Gómez, 1995), para isso se colocou à disposição dos gestores neoliberais autóctones, verdadeiros lacaios e, em alguns casos, aliados do poder corporativo multinacional, toda a necessária parafernália desestabilizadora que os nichos do poder global poderiam colocar geopoliticamente a seu alcance, e que foram ensaiando pelo mundo inteiro, com objetivo de exorcizar e banir qualquer possibilidade de autodeterminação ou que pretendesse trabalhar em nome de princípios soberanos para a gestão do público e do social.

Já naquela data os dogmas neoliberais hayekianos e friedmanianos não somente eram assumidos como axiomas da ordem econômica espontânea e naturalizada, que toda escola ou faculdade de economia que se desse ao respeito acolhia em seu currículo, senão que eram transmitidos sob uma completa estratégia de meios que os pulverizavam socialmente e os espalhavam tal qual mancha de azeite; o propósito era claro, internalizá-los como inexoráveis valores da pessoa “normal e comum”, aceitáveis porque circulavam pelas camadas ideológicas de nossas sociedades como se fossem o novo senso comum.

Este aspecto da questão já havia sido minuciosamente discernido por Franz Hinkelammert, no primeiro livro que publicou quando pisou no solo latino-americano, que tentava refletir sobre as possibilidades de “revolucionar” as estruturas de poder do sistema social vigente, justamente porque percebeu e

vislumbrava que isso poderia acontecer em nossa região, ele detectava atinadamente que:

“[Os] valores [afins a certo sistema] estabelecem e justificam uma certa pressão social que se impõe ao indivíduo e o obriga a se conformar com o sistema social existente. Desta pressão social resultam mecanismos de estabilização do sistema social e da estrutura de poder envolvida, que são muito difíceis de atacar” (Hinkelammert, 1967, p. 10).

Esta utopia do fim das utopias, ou distopia “em estado puro”, que após o colapso do socialismo realmente existente, a queda do muro de Berlim e a ideologia celebratória do “fim da história”, já na década dos anos noventa do século XX, havia acrescentado à sua causa novos apoios e adeptos, demandava e recrutava maiores níveis de legitimidade, aspirou desde aquele momento que o mundo não fosse outro que o aquele em se originava de sua lógica econômica (cujos fins eram muito particulares e localizados) expressa de forma oculta como “imparcial”, desenho organizacional inquestionável (pois pretende se mostrar como a expressão mais acabada de valores universais), quando na realidade sempre correspondeu a um planejamento completo “por objetivos”, a uma “engenharia social” em grande escala.

Apresentado o estado de coisas de tal modo, seus critérios e princípios ficariam resguardados por uma blindagem, a do princípio da lei, que como armadura, impediria qualquer intenção de revertê-lo. Se os limites de sua legitimidade chegaram a se estreitar (como de fato ocorreu com a virada do século), os neoliberais (que não fazem nada senão gerir os interesses econômicos e políticos do grande capital) sempre tiveram claro que recorreriam ao princípio da proteção que a abismalidade do princípio de legalidade lhes oferecia, para isso lançariam mão de todo um programa de “intervencionismo negativo” por parte dos governos que se colocaram militarmente a seu serviço, de uma engrenagem jurídica finamente provida de um “institucionalismo conservador de alto impacto”, de parlamentares que operam e fazem lobby a seu serviço sem vergonha nenhuma, pois devem pagar os favores que lhes permitiram um lugar nas cômodas bancadas do poder legislativo, dos atos de corrupção abertos ou encobertos nas instâncias judicializadas em que se resolve, finalmente, a correlação de forças sociais.

Para o programa capitalista e colonial do neoliberalismo global foi se revelando com mais clareza, uma vez que a crise não fez senão se ampliar e se aprofundar, que para fazer com que seus fins perdurassem deveriam aspirar por se colocar acima de qualquer tentativa de poder constituinte que ameaçasse seus critérios constitucionais e supranacionais, estabelecidos à sua imagem e semelhança, ou que tal “potência constituinte” tivesse, mesmo como aspiração mais modesta, o despropósito de operar certo desprendimento, distanciamento ou desconexão com relação aos contornos e compromissos que sua condicionalidade havia herdado, segundo as apocalípticas apostas dos “neoliberais até o fim”, que desejavam vê-lo regendo até o final dos tempos.

Por volta do limiar histórico do século XXI, o neoliberalismo se projetava com um domínio incontestável edificando-se como uma “nova razão do mundo”, em “razão global”, o que além de sua reminiscência hegeliana, em termos de se ocupar do alcance em “escala mundial”, o que a conferia esse caráter é sua qualidade de tender à totalização, de “fazer mundo” em termos de desenvolver um poder para integrar e subsumir todas as dimensões da existência humana, de colocá-las ao seu serviço e de servir-se delas, “razão do mundo, é ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo’” (Laval e Dardot, 2013: 14). Neste ângulo de sua complexidade, a ordem que está se erigindo no mundo inteiro poder ser bem recuperada numa chave foucaultiana, isto é, o neoliberalismo expressa:

“uma racionalidade (...) tende a estruturar e a organizar não só a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados (...) [e] tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Laval e Dardot, 2013, p.15)

Por meio da racionalidade neoliberal, fez-se das pessoas um mecanismo transmissor das lógicas que governam seu funcionamento, como se fossem de determinada parte de uma máquina social, da qual funcionalmente advém um desempenho autorregulado, daí o interesse de Foucault por discerni-lo numa chave biopolítica. Entretanto, a história não se deteve para reproduzir-se ad eternum ao modo de uma reprodução interminável de tal código, registrou já ao final do século XX, pelo contrário, manifestações de rebeldia e ações de resistência suficientes para tentar expressar outras dinâmicas e não curvar

plenamente “o mundo da vida” à fixidez que a governamentalidade neoliberal presumia haver alcançado, como um modo naturalizado de todo o viver.

América Latina como Campo de Luta

Uma pequena amostra de que a história não se submete a este tipo de desígnios é oferecida pela América Latina em sua fase mais recente. Para desgosto daqueles que gostariam de ver um horizonte histórico cancelado, posto na medida certa para se adequar a certo tipo de programa, o novo século de nossa América abriu-se a outro tipo de aventura, permitiu-se a nos oferecer uma imagem um tanto mais alentadora.

Enquanto os grupos e interesses identificados com o grande capital corporativo multinacional, que se servem ao papel de cúmplices e comedidos lacaios para a entrega, de modo complacente (e inclusive cínico, por comemoração), das últimas reservas de riquezas e recursos, almejavam que isto aconteceria per se, se depararam com um ciclo de mobilizações (e com explosões que foram registradas paulatinamente durante quase um quarto de século e em quase toda a região) que foram capazes de integrar e combinar um conjunto de estratégias viáveis para inclinar o cenário e colocá-lo na contramão das ações combinadas daqueles setores que não esmoreceram em relação à intenção de executar semelhante aliança (propícia para perpetuar, com o neoliberalismo, a colonialidade de nossos países).

Tais agrupamentos ou blocos, chamados de progressistas ou até de desenvolvimentistas e, claro, de neopopulistas entenderam que as repartições de recursos (que monopolicamente provém aos aparatos de governo de rendas naturais, que de outra maneira seriam apropriadas “naturalmente” pelo capital multinacional) devem ser defendidas enquanto possíveis bases para uma futura demanda por políticas soberanas. A história, de nosso anômalo início de século, quando o mundo se inclina cada vez mais em direção a opções políticas e a pensamentos de direita, não se submeteu a tais caprichos, foi disputada teimosamente, mostrou que é forjada no fogo brando dos conflitos e laços de força. E, também, que não há garantia alguma dos triunfos assegurados ou plenos,





ainda mais quando se responde (como diria Walter Mignolo) a partir de histórias locais a desenhos que são globais.

América Latina é um campo de tensão e de conflito onde se joga e se jogou a deriva do neoliberalismo; de sua imposição, da tentativa de sua retração e agora de um enigmático retorno. Se levamos em conta o corte estrutural dos anos 1980 em diante, teríamos que falar de um esquema ou modelo (o qual foi abertamente aceito como “Consenso de Washington”, não casualmente em 1989) em nenhum sentido improvisado, senão sistematicamente ensaiado para uma implementação multissetorial e de localização reticular. Houve (dos anos oitenta do século passado em diante) uma naturalização de uma visão negativa do que naquele momento se caracterizava como populismo ou o exercício final de certo populismo histórico. Para certa análise da crise capitalista dos anos 1970, havia uma naturalização da ideia de que a “ineficácia governamental” era equivalente a esse tipo de populismo, com o qual se conferia certa legitimidade à reestruturação neoliberal que se fundamentava em outros princípios, que demandariam uma eficiência perdida.

Mas esta legitimidade, já em inícios dos anos noventa, com o caracazo e o Ya Basta!! Zapatista, foi erodida em vários terrenos, talvez não tanto no aspecto cultural e ideológico, mas sim nos âmbitos econômico, social e, sobretudo, no ambiente político.

Um das características que cruzaram transversalmente este tipo de processos, que envolveram a maioria dos nossos países foi justamente, no terreno sociopolítico, a condição de impossibilidade do capitalismo de então, como o de agora, de proporcionar lógicas de redução da pobreza. A pobreza foi o tema da moda dos anos 1990, o BM, o BID, a CEPAL produziam análises em abundância sobre essa questão, e para a produção de modelos de intervenção (biopolíticos) que evitavam que a agenda social dos problemas fosse em direção à outra parte que não a “governamentalização” das populações, ou a sua franca aniquilação, quando da biopolítica passou-se à necropolítica (como é o caso, infelizmente, no México atual, e chegou a ser o da Colômbia e de certos espaços concentrados de outros países).

E, contudo, a pobreza foi somente uma das condições que suscitaram exigências que conduziram em direção a uma crise de representatividade política, para que estas fissuras colidam como crises deveriam vincular-se dialeticamente com o outro lado da pobreza e da desigualdade: a insultante concentração e acumulação de riqueza, em termos de renda e patrimônio, entre alguns capitalistas e grandes holdings e negócios. Os partidos que haviam hegemonizado ou petrificado a política, em determinado momento, erodiram sua legitimidade e a do sistema político em geral.

Daí surgiu processos políticos de grande mobilização e erupção popular, mas não só isso, senão que expressaram certa capacidade de se movimentar em paralelo, ou inclusive por fora, aos núcleos políticos que haviam sido os dominantes até esse momento.

Conformações partidárias ou articulações de movimentos, como em seu momento demonstraram o MST e o PT com Lula da Silva, tentativas de blocos e frentes, por fora dos sistemas de partidos existentes que, como no caso de Hugo Chávez na Venezuela, de Rafael Correa no Equador e de Evo Morales na Bolívia, combinaram virtuosamente uma prática política que abraçou os campos da mobilização social, o instrumento político (ao modo dos partidos) e a vocação em exercício de governo (com relativos graus de eficácia) e, em instâncias de agrupamento regional (chegando a erguer até instituições que contiveram em alguma medida a agressão externa: ALBA, UNASUR, CELAG, etc.), tiveram que aprender, na hora, a combinar todo este conjunto novo de políticas, e a combater em cenários cada vez mais complexos, contra inimigos que não deixaram de apostar suas fichas. E parece que por maiores que fossem estes esforços, os inimigos são muito poderosos e “não param de vencer”, ou de fazer o mesmo para não permitir sequer um instante de relativa tranquilidade.

Ainda que alguns exercícios de interpretação do neoliberalismo, ou com maior precisão da “razão neoliberal”, sem dúvida valiosos, partissem do pressuposto de que “o debate em nosso continente pode ser enquadrado, desde vários ângulos, dentro de um contexto pós-neoliberal” (Gago, 2015, p. 333), a progressão dos acontecimentos mais recentes nos obriga a proceder com maior cautela. Haveria que explicar a tentativa de sair da condição neoliberal (na qual,

sem dúvida, avançou nossa região) em um marco global que não somente permaneceu dominado por este paradigma reconstrutivo do social, senão que em seu próprio interior triunfaram as tendências associadas aos interesses mais conservadores.

Não é que a estratégia nacional-popular esteja esgotada por causa de uma espécie de implosão de suas contradições, senão que sucumbiu diante de um panorama agudo de crises que nesta região reverteram os avanços e expuseram estes ensaios alternativos a um panorama substantivamente mais agressivo e incólume, ressentido e vingativo, por parte das forças mais influentes do capital corporativo multinacional, que veem este momento as sustenta, como uma oportunidade para obter rendimentos, não apenas políticos, mas econômicos, para sustentar rentabilidade e assegurar concentrações e acumulações. A tensão, em nossa conjuntura mais imediata, não faz mais que reaparecer, as forças da direita não cessam em instrumentar seu programa, isso nos abre ante a imensa tarefa de orientar o campo político para a esquerda. As retóricas de “fim de ciclo” não contribuem, ao meu juízo, com essa finalidade, parecem alimentar, mesmo sem querer, um horizonte de desencanto.

Certas características, pelas quais se chegou a vislumbrar um momento “pós-neoliberal” da política, foram modificadas, em direção a situações de contradições mais profundas, de coordenadas muito agudas nos enfrentamentos, pelas condições de um capitalismo envolto numa crise brutal. O momento que estamos vivendo, embora esteja produzindo também um ressurgimento inegável da desigualdade, que muitas das análises internacionais estão voltando a colocar em discussão, não está conduzindo a articulações que se inspirem no valor inegável do “comum”, ou de um entendimento vias de reivindicar o coletivo, com evidente responsabilidade pelo destino do outro, que é o seu próprio destino (Cano, 2015).

Como nunca antes o capitalismo está produzindo e reproduzindo condições de desigualdade e de polarização social. Não somente o fato de os grandes multimilionários que não encontram limite aos seus excessos, como também de condições progressivas que conduzem ao desastre econômico para a maioria da população. Um dos elementos necessários de se analisar é o rumo que

tais processos estão experimentando, o tipo de conflito que esta situação está gerando, o tipo de abertura na diferença ontológica da existência.

Fendas, emergências e lampejos nos quais parece que a submissão é celebrada, e que esta desata uma politicidade que retroalimenta, por exemplo, o desencontro, o desencanto, a atomização, a saída individualizada do “salve-se quem puder”, uma capitalização do ressentimento, em face do que é ideologicamente desqualificado como acesso a certos regimes de privilégio, no qual o assunto do mal chamado privilégio não está ligado ao fato capitalista, à obtenção de rendimentos, e às formas cleptocráticas de acumular, mas sim à demanda ou legitimação de um completo desmonte de todo o regime de direitos.

O que atualmente governa a condição do capitalismo global é um amplo programa para a perda de direitos, para uma precarização integral da existência; o que surpreende é que as camadas dominantes encontrem entre os desfavorecidos ou nas camadas médias aliados engajados nesta cruzada, quando os mesmos engrossarão também as fileiras de afetados por esses processos.

Diante deste rumo paradoxo, já há alguns economistas, analistas políticos, psicanalistas e filósofos que introduzem outros tipos de categorias para destacar certas fissuras analíticas mais complexas, justamente para recuperar, da rota neoliberal, uma disposição mais flexível no seu modo de instrumentalização. Referem-se assim, por exemplo, ao “ordoliberalismo”, ressaltando um aspecto mais violento, bárbaro e desprovido de piedade no ataque a instituições sociais sem recair, no entanto, em modelos de fato, uma vez que se reconheceu a necessidade de travestir tais planos (que seguem passo a passo os manuais de desestabilização), sob a máscara dos incidentes parlamentários, comissões de investigação, ou ações de judicialização da política. Em anos recentes, em vários países, julgados como irresponsáveis, quando não dissidentes, até os golpes de Estado foram conduzidos e patrocinados de outros modos (o impeachment contra a presidenta legitimamente eleita do Brasil, Dilma Rousseff, o caso mais recente), em formas brandas que, não obstante, foram historicamente executados e pateticamente festejados.

O filósofo argentino Hugo E. Biagini (2014) formulou, por tais razões, um termo, simpático ao meu juízo, e não por isso menos preciso, ao qual denomina

“neoliberalismo”. Uma espécie de interiorização, como princípio de atuação da pessoa (não somente estóica, senão guerreira, a da “ética do mais forte”) que se instalou como senso comum, isto é, disposição à aceitação como próprios os valores que legitimam as práticas dos grupos dominantes, e que se elevam a slogans sociais ou midiáticos que articulam, até com certo “excesso de positividade” (Han, 2012), a derrubada subjetiva, certa modalidade de ser suscetível de aceitar doses crescentes de entrega sacrificial.

Este tipo de atitude ética gera correspondentemente um processo político muito específico, resultante das formas emergentes de encadeamento nas figuras novas de subjetividade. As transformações do capitalismo que derivam da imposição planetária da razão-mundo neoliberal conduzem à perpetuação do “discurso capitalista”, posto que o esvaziamento ou dissolução do “significante-mestre” efetua um pequeno, mas decisivo desvio, e instala como agente do discurso “um sujeito, o sujeito-mestre” (Alemán, 2014, p. 30), torna “inviável a experiência do inconsciente”, não deixando espaço ao “lugar onde efetuar seu corte” e lhe entrega plenamente uma circularidade inquebrável e irrefreável: o capitalismo relança a produção da falta, o que Marx detectava como geração crescente de novas necessidades, mas já não resulta (esta produção da falta) na existência de necessitados insolventes, mas sim que os recria nesta condição.

“a falta como insaciabilidade incessante, como carência em excesso, que leva sempre ao rendimento em excesso do sujeito, fazendo uma ‘produção de si mesmo’ sem a experiência do vazio (...) sem Castração (...) essa relação falta/excesso, sem a mediação simbólica que a ordene e sem a construção fantasmagórica que a sustente, excede às condições da força de trabalho entendida como mercadoria, tornando assim inviável a experiência do inconsciente. (...) o discurso capitalista condena cada ser falante a ser ‘um indivíduo’, a ser Uno, entre seu ser de sujeito e seu modo de gozar. Quando este Uno-Indivíduo é capturado pelas exigências de rendimento próprias do ‘empresário de si’ ou por seu reverso ‘o credor’ indefinido e sem solução simbólica, a produção de subjetividade está cumprida” (Alemán, 2014, p.32; 35).

Se o mundo da vida já não tende a ser puxado pela fúria do oprimido o é, em parte, porque as pessoas “sem senhor algum se explora a si mesm[a] de forma voluntária” (Han, 2014: 12), talvez seja por isso que a contrapartida desse excesso de positividade (correspondente a uma ordem que se autorregula, como ação combinada de “sujeitos de rendimento”) seja a dificuldade de identificação sobre desde onde dirigir a potência da negatividade, e a conformação de uma

dialética bastante peculiar, não da história como avanço progressivo na negação da negação, mas sim o registro de que a auto-coação (alimentada psicanaliticamente pela combinação de falta crescente e excesso de gozo), enlaça uma série de subjetivações e servidões, sejam as da dívida, da precarização, da promessa de consumo, do autofechamento ou da ascensão de certas formas de “autossatisfação complacente” derivadas do envolvimento em um espectro crescente de éticas débeis, que recriam ou excluem a auto-atribuição de formas fundamentadas em sentidos mais densos ou sólidos de vivência ou convivência com “o político”, as quais deveriam ser nossa condição humana por excelência, e que a racionalidade neoliberal gostaria de extirpar de cada um de nós.

Não deveria nos surpreender, mas sim causar nossa reflexão, que contribuamos com a reformulação do drama: uma grande massa social, constituindo maiorias eleitorais, outorga novas oportunidades de pilhagem aos seus antigos carrascos. Tudo isso aponta, entretanto, para algo distinto ao autismo, ao autorreferenciamento, ao solipsismo monológico, nos fala de certas determinações pelas quais se refere às dimensões do sujeito ao mundo da técnica, às suas engrenagens e operações, aos programas que governam a lógica dos dispositivos e à maneira pela qual eles afetam os desejos e as ações.

À vontade, por mais minguada que queira ver-se, convertida em reminiscência, foi atirada ao centro de um turbilhão. E, no marco desta captura, o mecanismo que se retroalimenta desvia ou separa, inevitavelmente, a pessoa de sua vontade, daquilo que uma matriz, um eixo, um vetor do comum poderia simbolizar, ou coagular, e em tal sentido, potencializar como ação somada de forças que tratam de evitar seu autossubmetimento, porque tentam articular-se como “vontade coletiva”, forjada na intenção de dar forma a seu projeto, e não ao de uma força alheia (o sujeito-capital) que parece indecifrável.

A revelação que o jovem Gramsci ofereceu, em seu momento, parece falar-nos daquilo que muito recentemente passamos a testemunhar e do desafio do qual enfrentamos hoje:

O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa enrolar os nós que, depois, só a espada pode desfazer, deixa promulgar leis que depois só a revolta fará anular, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma sublevação poderá derrubar (Gramsci, 2011, p. 19-20).

Referências

- Alemán, Jorge. En la frontera. Sujeto y capitalismo. Barcelona: Gedisa, 2014.
- Benjamin, Walter. "Rua de mão única" em Obras escolhidas II. Editora brasiliense: 1987.
- Biagini, Hugo y Peychaux, Diego Fernández. El neoliberalismo y la ética del más fuerte. Buenos Aires: Octubre, 2013.
- Cano, Germán. Fuerzas de flaqueza. Nuevas gramáticas políticas: del 15m a Podemos. Madrid: La catarata, 2015.
- Escalante Gonzalbo, Fernando. Historia mínima del neoliberalismo. México: Colegio de México, 2015.
- Gómez, Ricardo. Neoliberalismo y pseudociencia. Buenos Aires: Lugar, 1995.
- Gramsci, Antonio. Cuadernos de la cárcel, vol. 6. México: Era, 2000.
- Gramsci, Antonio. Odio a los indiferentes. Barcelona: Ariel, 2011.
- Han, Byung-Chul. La sociedad del cansancio. Barcelona: Herder, 2012.
- Han, Byung-Chul. Psicopolítica. Barcelona: Herder, 2014.
- Harvey, David. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007.
- Hinkelammert, Franz J.. Economía y revolución. Santiago: Editorial del pacífico, 1967.
- Laval, Christian y Dardot, Pierre. La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Gedisa, 2013.

Geopolítica de um Retorno Anunciado. Hybris neoliberal na região latino-americana e direitização do mundo

Resumo

Algumas abordagens de Walter Benjamin e Antonio Gramsci são recuperadas para descrever a atmosfera social em que se desenvolveu, na Europa do segundo quarto do século XX, o processo do fascismo. Posteriormente argumenta-se como analogamente a luta para impor o neoliberalismo global é montada em princípios de comportamentos individualistas e competitivos semelhantes. O lugar que a América Latina ocupa na deriva histórica deste processo sublinha a importância de nossa região, a qual se encontra em disputa. A batalha contra a pretensa irreversibilidade da forma social neoliberal mostra processos persecutórios a quem a isso se opõe. Quando estas forças chegam a governar e conduzir o aparato estatal enfrentam toda uma rede consolidada de acordos e cumplicidades quase supra-constitucional que buscam promover na América Latina uma linguagem disciplinante ou persuasiva para impedir que os beneficiários deste modelo econômico

vejam seus vorazes intereses mingoados. A pugna pelo Estado e para onde este se conduza; para fins alternativos (sempre incertos), ou facciosos (que são encobertos sob o principio de um respeito irrestrito à “legalidade”), parece ser hoje o grande desafio que o Sul do mundo enfrenta.

Palavras-chave: Fascismo - Neoliberalismo – Racionalidade Neoliberal – América Latina

Geopolítica de um Retorno Anunciado. Hybris neoliberal en la región latinoamericana y derechización del mundo

Resumen

Se recuperan algunos planteamientos de Walter Benjamin y Antonio Gramsci para describir la atmósfera social en que se desplegó, en la Europa del segundo cuarto del siglo XX, el proceso del fascismo. Luego se argumenta cómo análogamente la lucha por imponer el neoliberalismo global se monta en principios de comportamiento individualistas y competitivos semejantes. El lugar que América Latina ocupa en la deriva histórica de este proceso subraya la importancia de nuestra región, y lo que se halla en disputa. La batalla contra la pretendida irreversibilidad de la forma social neoliberal muestra procesos de persecución a quienes a eso se oponen. Cuando estas fuerzas llegan a gobernar y conducen el aparato estatal enfrentan toda una red consolidada de acuerdos y complicidades cuasi supra-constitucionales que intentan promover en América Latina un mensaje disciplinante o persuasivo para impedir que los beneficiarios de este modelo económico vean mermados sus voraces intereses. La pugna por el Estado y hacia donde se conduza; hacia fines alternativos (siempre inciertos), o facciosos (que se encubren bajo el principio de un respeto irrestrito a la “legalidad”), parece ser hoy el gran desafío que enfrenta el Sur del mundo.

Palabras clave: Fascismo - Neoliberalismo – Racionalidad Neoliberal – América Latina

Geopolitics of an Announced Return. Neoliberal hybris in the Latin American region and righting-wing of the world

Abstract

Some approaches by Walter Benjamin and Antonio Gramsci are recovered to describe the social atmosphere in which the process of fascism unfolded in Europe in the second quarter of the 20th century. Then it is argued how similarly the struggle to impose global neoliberalism is based on similar principles of individualistic and competitive behavior. The place that Latin America occupies in the historical drift of this process underscores the importance of our region, and what is in dispute. The battle against the alleged irreversibility of the neoliberal social form shows processes of persecution for those who oppose it. When these forces come to govern and lead the state apparatus, they face a whole consolidated network of quasi-supra-constitutional agreements and complicities that try to promote a disciplinary or persuasive message in Latin America to prevent the beneficiaries of this economic model from seeing their voracious interests diminished. The fight for the State and where it leads; towards alternative (always uncertain), or factional (which are covered by the principle of an unrestricted respect for “legality”), it seems to be the great challenge facing the South of the world today.

Keywords: Fascism - Neoliberalism - Neoliberal Rationality - Latin America



A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo

Edemilson Paraná¹

Lucas Trindade da Silva²

1. O Conceito de Capital Financeiro em Hilferding e Lenin – e sua Importância para a Construção da Análise Leniniana do Imperialismo

Aquilo que se consolidou como a “teoria do imperialismo” é o resultado de um conjunto de séries investigativas. Tem seu ponto de partida no que se pode chamar de liberalismo crítico, na obra *Imperialism*, de 1902, escrita por Hobson, e logo depois passa a ganhar frutíferos desenvolvimentos no campo de problematização marxista, onde encontramos os comentados ensaios de Hilferding (1910), Luxemburgo (1912), Kautsky (1914), Bukharin (1915, publicado em 1917) e, enfim nosso objeto no presente ensaio: *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lenin (1916, publicado em 1917).

Amaral (2012) nos oferece um panorama sintético das principais proposições presentes nas obras acima citadas. Buscaremos resumir este panorama em linhas gerais no interesse de delineamento de um olhar *perspectivo* sobre a obra de Lenin: buscaremos definir a sua singularidade e examinar a sua potência heurística tendo uma mínima clareza sobre a produção anterior a esta obra seminal, dando particular atenção a Hilferding. Num momento posterior, assumiremos a nossa própria atualidade temporal e a ampliação da

¹ Pseudônimo de Edemilson Cruz Santana Junior, professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Sociologia da UFC e em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Núcleo de Estudos em Economia, Tecnologia e Sociedade (NETS). Email: edemilsonparana@ufc.br.

² Professor adjunto do Instituto Humanitas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), membro do Grupo de Pesquisa Social (GPS) da UFRN, do Periféricas - Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br.



intertextualidade acumulada para inquirirmos o texto clássico em sua capacidade de gerar sombras, mas, sobretudo, de iluminar caminhos, o que se evidencia pela antecipação de *tendências* futuras, hoje conceitualmente delineadas e debatidas nas chaves da *mundialização* e da *financeirização*.

Seguindo a argumentação de Amaral (2012, p. 12-13), o imperialismo em Hobson não se define pela “busca de novos mercados”, mas pelo “emprego lucrativo de excedentes financeiros que está na base do imperialismo”, sendo os agentes promotores preponderantes do imperialismo, portanto, os “financistas” e “especuladores”, capazes de pressionar o Estado “no sentido de fazerem valer seus interesses particulares”. Tal preponderância da finança, ou melhor, dos financistas e dos especuladores, continuará a ser acentuada no trabalho de Hilferding, onde o “capital financeiro” como processo de “uniformização do capital” significa precisamente a “direção comum” dos setores industrial, comercial e bancário pelas “altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos”.

A formação de cartéis e trustes são fenômenos empíricos decisivos para a reflexão de Hilferding. Opera-se a passagem da concorrência ao monopólio, o que implica também em significativas mudanças na forma do Estado em relação à valorização do capital. Delineia-se aqui a ideia do capital financeiro como a fusão entre o capital industrial e o capital bancário, do monopólio como *superação* (tendência e negação) da concorrência, e do capital financeiro como, para usar os termos atuais de Fontes (2010, p. 36), propriedade não necessariamente direta dos meios de produção, mas como “*propriedade das condições sociais de produção a cada dia envolvendo dimensões mais extensas*”. Com a emergência do “capital acionário”, também analisada por Hilferding, opera-se simultaneamente um processo de transformação da propriedade, de “relação de produção para tornar-se um título de renda... Com isso, o capitalista torna-se mero prestador de dinheiro, pois sua transformação em acionista liberta-o da camisa de força que o investimento em capital fixo representa” (Amaral, 2012, p. 15, nota 8).

Como Amaral (2012, p. 14) enfatiza, “o capital financeiro [em Hilferding] não configura um setor; ele se coloca como um dispositivo (poderoso) a serviço

dos grandes capitalistas, por possibilitar o controle da grande economia, financeira e não financeira”. Trata-se o imperialismo não como uma “fase”, mas como “um tipo particular de política – a política predileta do capital financeiro”. Tal dispositivo, o capital financeiro, para Hilferding, conferiu muito mais força aos processos de “exportação de capitais”, sobretudo a partir da concessão de empréstimos. Ampliando-se a escala de atuação do capital, ampliam-se e diversificam-se também seus interesses no mercado mundial, as antigas colônias começam a se apresentar como espaços potenciais de aplicação de capital para além de “meras áreas de venda do excedente de mercadorias produzidas na metrópole”.

A obra de Rosa Luxemburgo é de menor importância no quadro de interesses deste artigo. Isto porque a sua noção de *Imperialismo*, elaborada a partir de uma problematização dos esquemas de circulação, reprodução simples e reprodução ampliada presentes no Livro II de *O Capital*, não se relaciona necessariamente com uma noção de *capital financeiro*. Para Luxemburgo (Amaral, 2012), a exportação de capitais que caracteriza o capitalismo é um efeito sucedâneo aos problemas de realização que o capital encontra em suas fronteiras nacionais. Para realizar a totalidade do valor (capital constante c + capital variável v) e da mais-valia (m) produzidos, dado que só a primeira parte ($c + v$) é realizada pelos capitalistas e trabalhadores no interior de suas fronteiras nacionais, o capitalista vê-se coagido a exportar seus capitais para então realizar a parte (m) resultante do processo de valorização. A dinâmica do capital se reduz a periódicas crises de subconsumo e à remediação dessas crises através da busca de novos mercados até a inevitável catástrofe.

Também Kautsky³ – que desenvolve um conceito de imperialismo relacionado à crescente demanda de produtos agrícolas criada pelo aumento da produtividade –, e Bukharin – que atenta sobretudo para as tensões entre a “intensificação do processo de exportação de capital” e a “nacionalização” crescente das relações econômicas” (Amaral, 2012, p. 22) –, não serão melhor analisados neste espaço por não desenvolverem o vínculo entre o conceito de

³ Lenin expressamente rejeitará o conceito de Imperialismo em Kautsky por privilegiar o capital industrial, quando é o capital financeiro o elemento que singulariza essa nova fase do capitalismo (ver Lenin, 1982, p. 90-1).

imperialismo e capital financeiro para além das contribuições postas por Hilferding e Lenin.

Numa mirada superficial, pode-se dizer que também em Lenin, assim como em Bukharin, não há diferença na definição do *capital financeiro* em relação a Hilferding, forma do capital que expressa “uma fusão, cada vez mais completa, ou, segundo a feliz fórmula de N. Boukharine, uma interpenetração do capital bancário e do capital industrial, e por outro lado, a transformação dos bancos em estabelecimentos que, no sentido mais exato do termo, apresentam ‘caráter universal’” (Lenin, 1982, p. 42). Veremos mais a frente em que, precisamente, Lenin se distingue de Hilferding.

A potência da análise leniniana, como é comum frisar, está na capacidade de estabelecer mediações entre os movimentos estruturais e conjunturais, nesse caso, a relação necessária entre a dinâmica monopolista do imperialismo e a partilha do mundo na Primeira Guerra Mundial. Como escreve em seu prefácio de 1920 às edições francesa e alemã, “[e]ste livro [*Imperialismo...*] mostra que a guerra de 1914-18, foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das ‘zonas de influência do capital financeiro, etc.” (Lenin, 1982, p. 9-10).

Fundamental reter que uma das bases de dados utilizada por Lenin é precisamente o resultado da dinâmica imperialista, é “a desigual repartição da rede ferroviária, a desigualdade de seu desenvolvimento [que] constitui, à escala mundial, o balanço do moderno capitalismo monopolista” (Ibid., p. 10). Vimos como Hilferding já chamava a atenção para o impulso dado pelo capital financeiro para a exportação de capitais por todo o globo.

Para além do conceito de monopólio – que já prefigura a monopolização “da mão-de-obra especializada, os melhores engenheiros” (Ibid., p. 25) – e de capitalismo monopolista⁴, uma leitura contemporânea do texto de Lenin deve

⁴ Lenin (1982), a partir da obra de Kestner, elenca como estratégias dos cartéis: 1) privação de matéria-prima; 2) privação de mão-de-obra; 3) privação dos meios de transporte; 4) fechamento de mercados; 5) acordos com os compradores comprometidos com os cartéis; 6) “baixa sistemática de preços”; 7) “privação de créditos”; 8) boicote (Lenin, 1982, p. 25-6).

chamar atenção para o seu conceito, também já presente em Hilferding, de *integração*,

Isto é, a reunião em uma única empresa de diversos ramos da indústria que possam abranger as sucessivas fases de tratamento da matéria-prima (por exemplo, a produção de uma obra de ferro fundido a partir do minério de ferro e a transformação do ferro fundido em aço e talvez, também, a fabricação de diversos produtos acabados de aço) ou então que possam desempenhar uma em relação às outras, o papel de auxiliares (por exemplo, a utilização de resíduos ou subprodutos; a fabricação do material de embalagem etc.). [...] “A integração”, escreve Hilferding, “elimina as diferenças de conjuntura e assegura, também, à empresa integrada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a integração elimina o intermediário. Em terceiro lugar, possibilita aperfeiçoamentos técnicos e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares por confronto com os da empresa ‘simples’ (isto é, não integrada). Em quarto lugar, na luta de concorrência que se desencadeia no momento de uma forte depressão (diminuição dos negócios, crise), quando a baixa dos preços das matérias-primas não acompanha a baixa dos produtos manufaturados, ela fortalece a posição da empresa integrada em confronto com a da empresa ‘simples’” (Ibid., p. 18).

A simples leitura do trecho faz saltar aos olhos como tal dinâmica de *integração*, identificada por Hilferding e Lenin, só se intensificou no capitalismo contemporâneo através de diversas modalidades. Um exemplo óbvio é a integração da própria produção por empresas a princípio ligadas à circulação de mercadorias (pensemos no Walmart). Também as chamadas *terceirizações*, além de integrarem um conjunto de atividades ao redor de uma grande empresa, permite que a contratante central numa rede de terceirização usufrua de todas as vantagens elencadas acima por Hilferding: taxa de lucro mais estável; eliminação do intermediário ‘independente’; lucros suplementares em relação às empresas não integradas ou que não terceirizam suas atividades, não necessariamente através de aperfeiçoamentos técnicos, mas principalmente através da precarização do trabalho; melhores condições de sobrevivência em caso de depressão, isto porque são as próprias empresas simples terceirizadas ou subcontratadas que sofrerão os principais efeitos de um desaquecimento ou crise na economia.

Com olhos aguçados, como Marx, para tendências de desenvolvimento, Lenin (1982, p. 24) também versa sobre a formação de “sociedades filiais [da parte dos trustes] tendo como fim, unicamente, a compra de patentes”.

Ainda no que diz respeito aos processos de monopolização, Lenin chama atenção, no capítulo V, *A partilha do mundo entre os grupos capitalistas*, para o

que denomina “cartéis internacionais” (Ibid., 66), exemplificado pela união entre a General Electric (estadunidense) e a Sociedade Geral de Eletricidade (alemã), uma das modalidades do processo hoje chamado de multi ou transnacionalização empresarial.

Fornece também elementos cruciais, ao refletir no capítulo VI sobre *A partilha do mundo entre as grandes potências*, para a formulação de um conceito de dependência, quando escreve que “[o] capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política” (Ibid., p. 81). Marini (2011, p. 134-5) entende a dependência precisamente “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”⁵.

Distinto de Hilferding e Bukharin, Lenin concebe o imperialismo como “algo além de um mero arranjo político, entendendo este processo como uma fase particular do desenvolvimento capitalista” (Amaral, 2012, p. 25). O imperialismo, e o capital financeiro, também é algo mais do que um “dispositivo”. O Imperialismo significa a “fase” em que “[o] capitalismo se transformou num sistema universal de opressão colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do globo por um punhado de países ‘avançados’”

⁵ Lenin chega mesmo a utilizar a expressão, não necessariamente o conceito, dependência: “Desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, deve notar-se que o capital financeiro e a política internacional que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados, mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática. Já indicamos uma destas formas: as semi-colônias. Eis uma outra da qual por exemplo, a Argentina, nos oferece o modelo” (Lenin, 1982, p. 84). Portugal é outro exemplo. “Portugal é um Estado soberano, independente, mas, de fato, desde há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1701/1714) que se encontra sob protetorado britânico” (Ibid., p. 85). “Relações deste tipo entre pequenos e grandes Estados sempre existiram, mas, na época do imperialismo capitalista, tornam-se um sistema geral, fazem parte integrante do conjunto das relações que regem a ‘partilha do mundo’, formam elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (Ibid, p. 85).

(Lenin, 1982, p. 11)⁶. Não causaria nenhum efeito de anacronia utilizar esse trecho para caracterizar o capitalismo no século XXI.

Mas sigamos a letra leniniana sem saltos. Tendo em vista o nosso objetivo de ler a teoria do imperialismo à luz do que se coloca hoje sob o signo da financeirização, já na nota de apresentação de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* Lenin, mais uma vez buscando distinguir-se de Hilferding, nos oferece uma chave fundamental de leitura quando se refere a *O Capital Financeiro*, do “marxista austríaco Rudolf Hilferding” como “uma análise teórica... eminentemente preciosa”, “[a] pesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro...” (Ibid., p. 15).

Nossa questão é precisa: qual foi o erro de Hilferding e qual é a (correta?) teoria do dinheiro que fundamenta o conceito de capital financeiro em Lenin?

Esta resposta começa a ser dada a partir de uma reflexão, que constitui o capítulo II da obra publicada em 1917, sobre *Os Bancos e a sua Nova Função*. A “função essencial e inicial dos bancos é a de intermediários no pagamento”, ou seja, transformar “o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, criador de lucro, e, reunindo os diversos rendimentos em espécie, eles colocam-nos à disposição da classe dos capitalistas” (Ibid., p. 32). Sua *nova função*, por sua vez,

À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispondo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista (Ibid., p. 30).

E, mais uma vez, é enfatizada a questão da *integração*, as pequenas empresas não “se ‘ligam’ e submetem” às “grandes empresas, sobretudo os bancos”, mas são literalmente incorporadas no “agrupamento” ou “consórcio,

⁶ Lenin salienta cinco características principais do imperialismo: 1) “concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica”; 2) “fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira”; 3) “diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular”; 4) “formação de uniões internacionais monopolistas de capitais que partilham o mundo entre si”; 5) “termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências” (Lenin, 1982, p. 88).

graças à ‘participação’ no seu capital, à compra ou troca de ações, ao sistema de créditos, etc., etc.” (Ibid., p. 31). Os bancos promovem uma “contabilidade geral” dos processos de valorização, “não apenas dos capitalistas, uma vez que os bancos reúnem, pelo menos durante algum tempo, todas as espécies de rendimentos em dinheiro provenientes de pequenos patrões, de empregados e da diminuta camada superior dos operários” (Ibid., p. 36). Neste sentido, Lenin conclui haver, através dos bancos, uma socialização formal dos meios de produção. Eles são a própria forma dessa socialização, na medida em que a ‘contabilidade geral’ é a superação de uma contabilidade privatista, socialização esta que, obviamente, está longe de ser conteudística ou concreta, dado que os bancos, antinomicamente, são também a expressão de uma extrema concentração e centralização (privada) de riquezas.

É nesta altura da exposição que Lenin define o seu conceito de capital financeiro como caudatário direto de Hilferding e Bukharin, ou seja, o capital financeiro como uma interpenetração do capital bancário e do capital industrial e a transformação dos bancos em estabelecimentos de carácter universal. “Deste modo, o séc. XX marca o ponto de partida de viragem em que o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital em geral” (Ibid., p. 45). Não é fortuito que uma afirmação de tal magnitude se localize justamente numa reflexão sobre a mudança de função dos bancos, pois é a nova função dos bancos a expressão maior da nova fase do capitalismo.

O erro ou a lacuna de Hilferding, embora ele mesmo em outros momentos de *O Capital Financeiro* ofereça elementos para esta crítica, na medida em que também é um estudioso dos “monopólios capitalistas” (Ibid., p. 46), está na sua exposição última do conceito de capital financeiro como “um capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam” (Hilferding apud Lenin, 1982, p. 46), silenciando “um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio” (Ibid., p. 46). Lenin propõe então uma definição completa: “Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital

financeiro e o conteúdo desta noção” (Ibid., p. 46).

Essa passagem também fornece elementos para responder uma parte da nossa pergunta, a saber, qual é o erro de Hilferding em relação à teoria do dinheiro apontado por Lenin em sua nota de apresentação de *Imperialismo...*?

Embora ofereça elementos cruciais para entender o Imperialismo e o capital financeiro, pode-se dizer que a definição estrita de capital financeiro em Hilferding acaba por prender-se àquilo que Lenin chama de “função essencial e inicial dos bancos”, ou seja, a função de intermediários no pagamento, transformando capital inativo em ativo, colocando dinheiro à disposição dos capitalistas industriais. O dinheiro aqui, ou melhor, o capital-dinheiro, por derivação lógica, também opera como simples intermediário, como *meio* para a valorização, e os bancos são delineados como meros portadores dessa *função de mediação*, por assim dizer.

Reiterar a relação necessária entre a monopolização (concentração e centralização de capitais) e a preponderância do capital financeiro⁷ é, em Lenin, um pôr rigoroso da ideia do capital financeiro como *fusão* entre capital industrial e capital bancário, “a transformação de uma massa modesta de intermediários em um punhado de monopolistas”. Não se trata de um *meio*, de um *intermediário*, mas do próprio condutor dos processos de valorização.

Parece-nos correto dizer, portanto, que a originalidade do conceito de imperialismo em Lenin não se limita à sofisticada reflexão sobre as relações necessárias entre econômico e político, entre o imperialismo e a Primeira Grande Guerra, mas também, de um ponto de vista estritamente conceitual, por consolidar uma concepção do capital financeiro – na nova fase do capitalismo, “transformação da quantidade em qualidade” (Ibid., p. 89) – não mais como mero meio, mas como a *forma* preponderante de valorização do capital.

Não é por acaso que Lenin dará especial atenção às formas de valorização, fundadas ou não no trabalho vivo, do chamado capitalismo por ações:

A ‘democratização’ da posse das ações, da qual os sofistas burgueses e os oportunistas pseudo-social-democratas esperam (ou afiançam que esperam) a ‘democratização do capital’, a acentuação do papel e da importância da pequena produção, etc., na realidade não é mais do que um dos meios de aumentar o

⁷ “Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo” (Lenin, 1982, p. 87).

poderio da oligarquia financeira. Eis porque, diga-se de passagem, nos países capitalistas mais evoluídos ou mais antigos e ‘experimentados’, o legislador permite a emissão de títulos de reduzido montante. Na Alemanha, nos termos da lei, uma ação não pode ser de montante inferior a mil marcos e os magnatas alemães da finança invejam a Inglaterra onde são permitidas ações de uma libra esterlina (= 20 marcos, cerca de 10 rublos). Siemens, um dos maiores industriais e “reis da finança” alemães, a 7 de junho de 1900, afirmava no Reichstag que a “ação de uma libra esterlina constitui a base do imperialismo britânico”. [...] O “sistema de participações”, porém, não serve apenas para aumentar imensamente o poderio dos monopolistas, mas, além disso, permite levar a cabo as piores traficâncias e roubar o público impunemente porquanto, sob um ponto de vista formal, em face da lei, os diretores, dirigentes da ‘sociedade-mãe’, não são responsáveis pela filial, considerada como “autônoma” e por *intermédio* da qual *tudo* é possível “fazer desculpar” (Ibid., p. 48).

A excepcional rentabilidade da emissão de títulos, uma das principais operações do capital financeiro, desempenha um papel muito importante no desenvolvimento da oligarquia financeira (Ibid., p. 54).

Dispensando comentários diante de tamanha clareza, vemos como Lenin também oferece elementos para pensar as formas desconectadas da produção, e mesmo espoliativas, de valorização através das operações financeiras. No capítulo VIII da obra, *O parasitismo e a decomposição do capitalismo*, Lenin reflete sobre a emergência do “‘Estado-rentista’ (*Rentnerstaat*) ou ‘Estado usurário’”, moeda corrente nas discussões sobre o imperialismo, presente inclusive em Hobson, “um Estado de capitalismo parasitário, decomposto” (Ibid., p. 101), a divisão do mundo entre “Estados-usurários” e “Estados-devedores” (Ibid., p. 100). Delineia-se de forma indubitável a imagem de um capitalismo completamente viciado nas formas não-industriais e rentistas de lucro. “A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem de rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (Ibid., p. 58).

2. A Financeirização do Capitalismo Contemporâneo⁸

Apresentada e discutida a definição de capital financeiro em Hilferding, posteriormente retrabalhada e desenvolvida por Lenin, chegamos finalmente a questão central que mobiliza este esforço de investigação: passado um século,

⁸ As ideias apresentadas ao longo desta seção estão baseadas, em grande medida, em investigação desenvolvida em Paraná (2016a).

qual a pertinência e funcionalidade desta formulação para a análise do capitalismo contemporâneo?

Para tanto, será necessário, antes, operacionalizarmos um breve panorama daquilo que convencionou-se chamar financeirização – aqui compreendida como a constituição de um regime flexível de acumulação capitalista, dirigido pela valorização financeira. Dado este ser um denso e polêmico debate no interior da tradição marxista, nos concentraremos em uma abordagem do problema que julgamos a mais adequada. Feito isso, e nos dirigindo para uma resposta àquela pergunta, seremos finalmente encaminhados para uma crítica do conceito de capital financeiro – aqui reposicionado à luz desta breve análise sobre o estado contemporâneo do modo de produção capitalista.

Começemos, então, por definir o processo de financeirização, elemento em torno do qual se organiza nossa análise da economia capitalista na conjuntura presente. Seguindo as formulações de François Chesnais (1996, 2005, 2014), trata-se de um processo de reordenação lógica geral da acumulação de capital em prol da valorização financeira, ou seja, de submissão do processo produtivo como um todo aos objetivos e modos de funcionamento desta. Tal processo é caracterizado contemporaneamente pela: i) autonomização da esfera financeira em relação à esfera da produção e ao controle do Estado; ii) pelo fetichismo próprio das formas de valorização do capital de natureza financeira (devido ao seu caráter altamente abstrato e fictício); iii) pelo crescente poder dos “operadores financeiros” de traçar os contornos e os rumos da economia como um todo, ao decidirem quais agentes, de que países e que tipos de transação podem entrar ou não na mundialização financeira. Assim, “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o *capital portador de juros* está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (Chesnais, 2005, p.35, grifo nosso).

Se isso é correto, cabe destacar que esse capital, “que busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações, e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida” (Ibid., p. 35), só pôde adquirir a condição de dominância graças a um conjunto de transformações históricas que

ampliaram as liberdades para acumulação e circulação de capital em sentido amplo, sobretudo para o capital financeiro, em âmbito global⁹. Tal processo, relacionado ao movimento de rearranjo político, iniciado nos países centrais a partir de meados da década de 1970 e depois ampliado para o conjunto das demais economias, conhecido como neoliberalismo, permitiu a emergência de um alargado espaço financeiro mundial, que configurou, em consonância com outras medidas, terreno fértil para o avanço da valorização financeira.

As raízes desta virada estão na busca do capital por se desvencilhar de barreiras postas à valorização, gestadas no período das políticas de bem-estar nas economias capitalistas centrais – os “30 anos gloriosos” do fordismo-keynesianismo do pós-guerra. O acúmulo em produção, estoques, em suma, em capacidade represada durante os “anos dourados” contribuiu para que se intensificassem as pressões por uma reestruturação produtiva, marcada, sobretudo, pela racionalização e intensificação do controle do trabalho. Na esteira deste movimento, entram em cena medidas de integração, liberalização e desregulamentação dos mercados, bem como ações de incentivo à ampliação da concorrência entre os capitais. Em conjunto, tais medidas possibilitam reposicionar a operação e o funcionamento de grandes indústrias e suas cadeias produtivas, intensificar a exploração do trabalho e redesenhar padrões de consumo na conformação de uma *mundialização financeira* de novo tipo.

O fim do padrão-ouro, com subsequente desvalorização do dólar e adoção do regime de câmbio flutuante¹⁰ são alguns dos elementos que marcam o início

⁹ “Classicamente, os autores distinguem três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: a *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira, a *descompartimentalização* dos mercados financeiros nacionais e a *desintermediação*, a saber, abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional” (Chesnais, 2005, p.46, grifos no original).

¹⁰ Duménil e Lévy (2005) destacam, ademais, dois fatos importantes ocorridos neste período: i) o desenvolvimento do mercado de eurodólares (no qual uma moeda estrangeira operando fora do seu país não pode ser gerida nem pelo país emissor nem pelos hospedeiros), e ii) o aumento da taxa de juros dos EUA sob a responsabilidade de Paul Volker. O primeiro significou uma expressiva fuga de regulamentações, o segundo marca a liberalização dos juros, até então administrados nos marcos dentro de uma visão keynesiana. Mollo (2015, p.61) explica que “a reciclagem dos eurodólares se fez por meio das dívidas, em particular dos países do Terceiro Mundo, e sua renegociação deu origem aos processos de securitização das dívidas públicas, iniciando um movimento típico de desenvolvimento do capital fictício. O processo de securitização vai também, num segundo momento, caracterizar o comércio de dívidas privadas. As privatizações das previdências públicas vão levar ao crescimento enorme dos fundos institucionais, em particular os fundos de previdência privada e fundos mútuos”.

da derrocada do regime de acumulação keynesiano-fordista como modelo de gestão das contradições sistêmicas do capitalismo. Essas e outras dinâmicas ensejam, no fim do século XX e início do século XXI, uma nova forma de gestão da acumulação capitalista. Sistematizada conceitualmente como regime de acumulação com dominância da valorização financeira (Chesnais, 2005) ou regime de acumulação flexível (Harvey, 2013). Tal modelo sustenta-se na hegemonização de uma configuração específica da propriedade privada capitalista, a propriedade patrimonial, entesourada modernamente pelas figuras simbólicas do proprietário-acionista e do acionista institucional possuidor de títulos de empresas.

No bojo deste processo, o Estado, igualmente reestruturado, orienta-se, cada vez mais, pela tarefa de garantir a sustentação da valorização financeira. Ao mesmo tempo em que conserva sua capacidade de disciplinar o trabalho e impulsionar os fluxos de ativos nos mercados financeiros (por meio da emissão de dívida e outros mecanismos vinculados à sua função de arrecadador central de impostos e gestor de política monetária), privatiza inúmeros setores e serviços, exime-se de atribuições sociais de outrora, sendo paulatinamente esvaziado de importantes instrumentos de intervenção macroeconômica, como controle de fluxos de capitais e câmbio. Cabe destacar que, neste momento, o Estado é não só o principal e mais ativo promotor da liberalização das economias, mas também se vale diretamente desta por meio de privatizações e venda de títulos de dívida nos mercados financeiros mundiais.

Observa-se, desse modo, um imbricamento entre neoliberalismo e imposição da dominância financeira, processo que se intensifica especialmente nas últimas quatro décadas. Na medida em que amplia as possibilidades de valorização do capital financeiro, a desregulamentação da atividade financeira e dos fluxos de capitais é determinante no processo de neoliberalização. Conforme aponta Harvey (2008, p. 41), “a neoliberalização significou a ‘financeirização’ de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado e [...] a vida cotidiana”.

A partir desta mesma linha de raciocínio, essa “mudança de poder da produção para o mundo das finanças” (Harvey, 2008, p. 42) pode ser

adicionalmente compreendida como resultado de pressões dos representantes do capital portador de juros sobre os governos, que, por sua vez, ao abraçarem a desregulamentação financeira, acabaram por fortalecer ainda mais o poder social destes. O processo que instaura esse giro financeiro no padrão de acumulação de capital está, desse modo, intimamente vinculado aos esforços da ação neoliberal para diminuir o poder do trabalho e reorganizar as dinâmicas de poder no interior dos grupos economicamente dominantes.

Essa nova categoria de capitalistas rentistas, que são “proprietários situados em posição de exterioridade à produção e não como credores” (Chesnais, 2005, p. 48), fortalece-se por meio do acúmulo de “propriedade patrimonial”, que tem por finalidade primária, “nem o consumo, nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’”, em busca do “entesouramento estéril”.

Cabe notar que, a despeito deste “predomínio da finança ou das operações financeiras sobre as produtivas” e da relativa “perda de relação entre a produção real e a circulação de valores” (Mollo, 2011, p. 488) que caracterizam esta fase, a conformação deste “capitalismo patrimonial” não sugere de forma alguma o fim da importância do processo produtivo de mercadorias, mas, distintamente, sua submissão aos objetivos e modos de operação da esfera financeira por meio dos mecanismos acima mencionados. Desse modo, ainda que o capital financeiro não possa prescindir da valorização produtiva em última instância, este novo arranjo – definido pela desregulamentação dos fluxos de capitais em nível global – acaba por colocá-lo em primazia.

Novamente acompanhando Chesnais (2005), entendemos que tal reestruturação do poder da finança tem pelo menos dois resultados sistêmicos fundamentais: 1) a ampliação da centralização e concentração do capital; e 2) o alojamento da lógica de operação da finança (exterioridade da produção) no seio dos grupos industriais.

No que se refere ao primeiro aspecto, trata-se de uma tendência geral do processo de reprodução ampliada do capital, descrita por Marx no livro I d’*O Capital*, que aponta para a centralização e concentração de capital em momentos de expansão e crise, respectivamente – algo ademais, como vimos, também

explorado por Hilferding e, em especial, Lenin. De modo simplificado, cumpre apontá-lo como um efeito da própria concorrência entre os capitalistas. No contexto da mundialização financeira, esse processo, que ocorre nacional e internacionalmente, é intensificado por meio de fusões e aquisições (por meio da compra em massa de ações) dirigidas por investidores financeiros e seus conselhos.

A financeirização da produção industrial e da própria administração das indústrias, vinculada ao segundo aspecto, é um dos desdobramentos desse novo tipo de relação entre setor industrial e financeiro, aqui não mais definida em termos de mera aliança sob o comando de um deles (Hilferding, 1981), mas de uma verdadeira subsunção da indústria à finança, em que aquela se submete no que há de mais fundamental em sua cognição administrativa para atender às crescentes demandas desta: retornos vultosos e de curto prazo para seus acionistas. Com esse horizonte, as indústrias terminam por submeter as demais necessidades produtivas ao movimento que o valor de suas ações e dividendos representa nas bolsas de valores, bem como a sua capacidade de garantir retornos que possam abastecer a continuada necessidade de liquidez dos mercados.

Por meio de regras e padrões de “governança corporativa”, conselhos de acionistas e seus representantes, que passam ao comando dessas companhias (os CEOs, que em sua maioria são, eles próprios, remunerados com ações da empresa – *stock options*), a finança aloja os fundamentos do capital portador de juros (que, por meio de sua “exterioridade” referente à produção, está voltado para a busca de crescente autonomia frente à produção) no seio da administração industrial. Assim, além de operar em dinâmicas curto-prazistas, a empresa passa ela própria a especular com ativos e papéis nos mercados, como forma de obter mais ganhos, especialmente em cenários de retornos minguanes na esfera produtiva. Desse modo, os grandes conglomerados industriais tornam-se parte das cadeias de valorização financeira, de modo a reforçar a tendência, anteriormente mencionada, de centralização¹¹.

¹¹ De acordo com Bellofiore (2002, p. 65), tais critérios de gestão das empresas são aqueles que “maximizam o valor das ações e estabelecem um patamar elevado de rendimento ‘mínimo’ do capital sobre os fundos internos, o que leva, por um lado, a favorecer cortes salariais e ocupacionais, reduzindo a capacidade produtiva, e, por outro, a aumentar o endividamento sobre

Como resultado, há redução do montante referente aos salários na composição e repartição da renda, por meio de inúmeros mecanismos de intensificação da exploração do trabalho, com conseqüente crescimento no endividamento das famílias. Cresce, desse modo, a desigualdade social na medida em que se avolumam os lucros concentrados na mão de cada vez menos grupos financeiros globais, que operam, de modo igualmente concentrado, em poucas praças financeiras internacionais.

Conforme sistematiza Mollo (2011), a obtenção de recursos para esta ciranda de valorização financeira foi historicamente ampliada com a privatização das previdências públicas, canalizando-as para os fundos de pensão e fundos mútuos. Adicionalmente, os consumidores são estimulados a aplicar no mercado de ações e produtos financeiros, o que reduz o custo das aposentadorias, voltando a estimular os mesmos fundos¹². O enorme volume de recursos provenientes desta junção dos mercados de crédito em todo o mundo possibilita certo desenvolvimento econômico¹³ como expressão de uma enorme inflação de ativos, algo que se concentra, como vimos, sobretudo em poucos mercados desenvolvidos.

No entanto, toda essa enormidade de produtos financeiros caracteriza-se por uma fraca relação com as rendas geradas na produção. Isso porque a contaminação generalizada da lógica do retorno de curto-prazo pressiona e constrange os investimentos no processo produtivo – aquilo que possibilitaria o crescimento da produção e da renda necessárias para realimentar tal dinâmica de valorização. Desse modo, os preços dos ativos financeiros crescem pressionados pela demanda ao mesmo tempo em que o crescimento das economias entra em processo de estagnação – ao que Crotty (2005) chamou de “paradoxo neoliberal”.

o capital próprio, tornando frágil a estrutura financeira e criando, assim, as premissas de crises financeiras cada vez mais graves”.

¹² Adicionalmente, “Do ponto de vista das empresas amplia-se o mercado para ofertas iniciais na bolsa (IPOs), aumentando o número de empresas que se autofinancia com a emissão de securities. Cresce o mercado para títulos de alto rendimento, assim como a emissão de debêntures (Guttman e Plihon 2008). Enquanto isso, ficam estagnados os salários em geral, mas o consumo cresce financiado pelo crédito, em particular nos Estados Unidos” (Mollo, 2011, p. 491).

¹³ Mais do que desenvolvimento orgânico e sustentado, o que o grande volume de recursos possibilita, principalmente, é que haja volume expressivo de demanda por ativos financeiros que podem, assim, se valorizar, desenvolvendo, desta forma, o conteúdo do capital fictício.

Na mesma direção, a vocação do capital portador de juros para exigir da economia sempre mais do que ela é capaz de dar, consequência direta de sua exterioridade à produção, amplia de modo relevante as tendências sistêmicas de produção de crises. Vinculado aos demais fatores aqui descritos, observa-se a ampliação da “fragilidade sistêmica”, contexto em que as crises passam a ser mais recorrentes e abruptas, dado desenrolarem em um quadro de instabilidade econômica crônica. Tal fragilidade sistêmica vincula-se, ademais, ao aumento de complexidade e opacidade nos mercados globais, possibilitadas pelo desenvolvimento da liberalização, e potencializada pela adoção de inovações financeiras e tecnologias avançadas de operação nos ambientes de negociação (Paraná, 2016a).

Dito de outro modo, cumpre entender tais crises (com a força do exemplo avassalador da crise financeira de 2008) como resultantes da própria ampliação das liberdades para o capital fictício em sua trajetória de autonomização perante a economia real – algo que, em seguida, mobilizamos como definição alternativa e complementar para o processo de financeirização ora sistematizado.

2.1. Financeirização como Desenvolvimento do Capital Fictício

Para além da sistematização dos processos sociais, políticos e econômicos, historicamente determinados que, nesta conjuntura, desenham a constituição de um novo regime de acumulação, uma forma alternativa e complementar de definirmos financeirização, desde um ponto de vista conceitual, conforme Epstein (2005), Chesnais (1996, 1998) e Brunhoff (1990, 2006), é caracterizá-la como uma forma de expansão e desenvolvimento do que Marx chamou de capital fictício¹⁴. Para tanto, cumpre nos determos, a este conceito.

É no livro III d’*O Capital*, editado por Friedrich Engels, que Marx apresenta noções do que denomina como capital fictício; compreensão, aqui, derivada diretamente do chamado capital portador de juros – ambos configurando juntos, nesta abordagem, a definição marxiana de capital financeiro. Estas duas formas, apresentadas conjuntamente na referida obra, são, de acordo com o autor, as

¹⁴ Chesnais (2010), por exemplo, vem há anos chamando atenção para a “massa elevada de capital fictício” vinculada à mundialização financeira, ao que relaciona à crescente vulnerabilidade sistêmica da economia mundial.

mais alienadas ou fetichistas que o capital pode assumir e, não por acaso, as formas, por excelência, dominantes em processos de financeirização.

Geralmente disposto em sua forma monetária, o capital portador de juros está na base do funcionamento dos sistemas de crédito, ou seja, na quantia de capital monetário (ou capital-dinheiro) antecipado para realizar-se na produção, de modo a voltar, depois de valorizado pela subsequente produção de mercadorias com extração de trabalho e de mais-valia, às mãos de seu possuidor. Tem por razão fundamental, como toda forma de capital, sua própria valorização, que, por sua vez, não pode ocorrer senão após a produção efetivada, que permite a realização do juro como fatia da mais-valia obtida no processo produtivo. Expresso em sua forma aparente $D-D'$, e ocultando, desse modo, sua forma real $D-[D-M...P...M'-D']-D'$, faz com que o processo produtivo pareça desnecessário (como se fosse possível produzir dinheiro a partir de dinheiro).

Diretamente vinculado a esse, como uma derivação produzida pela extrapolação do sistema de crédito, está o capital fictício que, por meio de suas promissórias, letras de crédito e de câmbio, é caracterizado como um *capital portador de juros em nível secundário*, que não tem vinculação direta com a valorização material real (e possui, desse modo, autonomia relativa¹⁵ perante a mesma), ou seja, a produção de mercadorias – daí ser chamado fictício.

Com ajuda de Mollo (2011, p. 9), podemos detectar em Marx uma diferenciação importante¹⁶. O capital de empréstimo portador de juros tem como valor de uso “o de funcionar como capital” (Marx, 1974, p. 392), e “na qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar”, já está “prenhe de mais-valia” (Marx, 1974, p. 396), ou seja, o “empréstimo do dinheiro como capital – a cessão condicionada à restituição após determinado prazo – supõe que o dinheiro seja realmente

¹⁵ É necessário frisarmos a relatividade dessa autonomia, já que uma autonomia plena da circulação perante a produção ou do capital fictício perante a produção real seria impossível. É da produção real que advém a remuneração do capital portador de juros e, portanto, do capital fictício, sempre como uma fração de mais-valia extraída por meio do sobretrabalho. É justamente o desencontro entre as duas esferas ou, melhor posto, sua não realização na produção, que configura as crises financeiras.

¹⁶ Carcanholo e Panciera (2010) igualmente demarcam as diferenças entre capital financeiro, capital portador de juros e capital fictício; reconstruindo a partir daí uma discussão sobre as formas autônomas no livro III d'O Capital, seção V. Apontam, assim, como o capital bancário se desenvolve para mais além de suas funções técnicas (como capital especializado no comércio de dinheiro) graças ao desenvolvimento do sistema de crédito.

aplicado como capital, volte efetivamente ao ponto de partida” (Ibid., p. 404). Distintamente, no caso do capital fictício, “primeiro se converte a renda monetária em juro, e com o juro se acha então o capital de onde provém” (Ibid., p. 534), ou seja, a avaliação do capital perde relação com o processo de produção real, de geração de mais-valia¹⁷. A partir de tal diferenciação, Marx aponta três formas assumidas pelo capital fictício: as letras de crédito e de câmbio, a dívida pública e as ações de empresas¹⁸. A partir dessas formas, por meio de um processo chamado “capitalização”, “todo capital parece se duplicar ou mesmo triplicar, graças às diversas maneiras em que um mesmo capital ou simplesmente um crédito aparece em mãos diferentes sob formas diferentes. A maior parte deste capital dinheiro é puramente fictícia” (Marx, 1970, p. 435-6).

Em qualquer um desses casos, esse capital fictício, que se autonomiza de modo sempre relativo, depende diretamente de uma produção equivalente (futura) de mercadorias ou de uma realização de valor subsequente. Quando isso, por inúmeras razões, não ocorre, a tendência é que haja um “reajuste” na dinâmica de tal distanciamento, que geralmente leva à produção de crises¹⁹.

Desse modo, fica patente um esclarecimento importante no contexto dos debates acerca da constituição do regime de acumulação com dominância financeira: o capital fictício só é capital para seu possuidor individual, que obtém renda advinda de sua posse, e apenas temporariamente, enquanto a ciranda de valorização financeira nos mercados for capaz de se sustentar graças a correspondentes injeções de liquidez, advindas, primariamente, da produção real, de modo que o funcionamento regular dos mercados seja capaz de garantir sua

¹⁷ Note-se que não há consenso sobre estas definições no interior do campo marxista. Para Meacci (1998), Nelson (2008), Pinto (1998), por exemplo, capital de empréstimo produtor de juros ou todo tipo de crédito em geral pode se confundir com capital fictício, enquanto para outros, como Brunhoff (1990, 2006), Mollo (2011, 2015), Foley (2005), capital fictício é, distintamente, algo definido pela falta de lastro em valor-trabalho.

¹⁸ Para um panorama sobre essas distintas formas de capital fictício ver Paraná (2016a).

¹⁹ Conforme, citando Marx, resume Mollo (2011, p.14): “O capital fictício, vimos, é um caso típico de disjunção ou autonomia da circulação com relação à produção, diferentemente do capital de empréstimo produtor de juros e da emissão primária de ações que podem potencializar produção e até adiar crises sincronizando etapas e antecipando produção e consumo. Mas o desenvolvimento do capital fictício, ao ampliar, necessariamente, a disjunção mencionada por Marx, acha-se na base da crise, em particular da crise financeira, definida por Marx (1971, p. 152) como ‘tipo particular de crise de dinheiro que pode surgir independentemente, repercutindo sobre o comércio e a indústria. São crises cujo centro motor é o capital-dinheiro, exercendo sua ação imediata na esfera dos bancos, bolsas de valores e finanças’”.

conversão em dinheiro e, assim, em riqueza efetiva. Isto posto, torna-se clara a natureza fetichista e contraditória dessa figura: não sendo capital do ponto de vista social, na medida em que não há riqueza suficiente para materializá-lo de modo integral, o capital fictício só pode existir, enquanto tal, na medida em que todos ou muitos de seus possuidores não tentem convertê-lo em dinheiro ao mesmo tempo. Dessa maneira, vale notarmos, conforme conclui Marx, do ponto de vista do capital, a produção que possibilita a valorização do valor torna-se apenas “um mal necessário” em busca deste fim. Dito de outro modo: “é necessário, para salvar alguns milhões de dinheiro, sacrificar bons milhões de mercadorias” (Marx, 1970, p. 475).

Com isso, podemos voltar, finalmente, à caracterização da financeirização como um processo de desenvolvimento do capital fictício. Parece evidente que a busca por autonomia crescente da valorização em relação à produção coloca-se como tendência da própria evolução do modo de produção capitalista enquanto tal, sempre voltado que é para a busca de maior liberdade possível para acumulação, valorização e circulação dos capitais. Assim, superar as custosas e trabalhosas “barreiras” configuradas pela produção real (obtenção de matérias primas, gestão de capital, exploração do trabalho, etc.) à rápida valorização do valor significa substituir o processo de valorização mediado pela produção de mercadorias (D-M-D’) por outro essencialmente rentista, dominado, em todas as suas etapas, pelo capital portador de juros (D-D’). Tal busca, no entanto, apenas aprofunda ainda mais a natureza contraditória deste modo de produção, devido ao fato de, conforme destacamos, essa autonomia nunca poder se concretizar de fato sem produzir graves crises.

Sabemos que ao longo da financeirização recente, mais do que o crescimento do valor das ações das empresas, cresce o comércio de moedas, de dívidas (securitização) e de dívidas de dívidas (derivativos). Conforme aponta Paulani (2012, p. 13), “essas considerações indicam a presença, no capitalismo de hoje, de um fortíssimo traço rentista; rentismo esse que é agora constitutivo do processo de acumulação, e não um ‘pecado contra a acumulação’, como chegou a ser interpretado pela Economia Política quando de seu nascimento”. Tudo somado, podemos concluir que “seja no que se refere ao baixo crescimento da

produção em relação à hipertrofia das finanças, seja em função da ideia de fazer dinheiro do próprio dinheiro sem passar pela produção, seja nas operações meramente especulativas, o que se vê é que a financeirização nada mais é do que o desenvolvimento do capital fictício” (Mollo, 2015, p. 59).

Contemporaneamente, como vimos, esse desenvolvimento, na dimensão em que ocorreu, foi possível, antes de tudo, graças à liberalização dos mercados financeiros – que tem no neoliberalismo seu braço sócio-político. O capital fictício, como nos lembra Marx²⁰, necessita do sistema de crédito para se expandir porque este possibilita separar a produção da circulação, de modo que ativos sem relação direta com valor em trabalho, como é o caso capital fictício, possam ter preços – e preços que se valorizem ao longo do seu desenvolvimento.

3. Para uma Crítica do Conceito de Capital Financeiro em Hilferding (e Lenin)

Apresentado um panorama da conjuntura do sistema capitalista nas últimas décadas, e oferecida uma definição de financeirização, podemos, por fim, voltar ao conceito de capitalismo financeiro em Hilferding e Lenin, de modo a construirmos um posicionamento a respeito de sua pertinência.

Vimos como, já no início do século XX, Hilferding e Lenin se empenharam na elaboração de uma definição de capital financeiro que ajudasse a decifrar as relações entre capital monopolista e imperialismo. Conforme aponta Chesnais (2010, p. 90), “Hilferding é o primeiro teórico, depois de Marx, a ter verdadeiramente se dedicado à análise da finança, e permanece praticamente sozinho”. De acordo com o economista francês, para além da consagrada definição sociopolítica de capital financeiro como a aliança entre os capitais comercial, industrial e bancário sob direção das “altas finanças”, é possível encontrar em Hilferding ainda uma segunda definição para o conceito, igualmente ancorada, como ademais faria Lenin, na ideia de unificação de capital, derivada das formulações de Marx. Trata-se da centralização de capitais (não só em relação a diferentes setores de capital, mas também a junção de

²⁰ “Tanto na circulação simples de mercadorias, quanto na circulação do capital, mas, em particular, com o desenvolvimento do crédito e do capital fictício, e de maneira crescente, Marx chama atenção para o aumento da autonomia relativa dos valores e dos preços, e da circulação relativamente à produção” (Mollo, 2011, p. 485).

pequenas somas de capital-monetário, que, dispersas, não dispõem das mesmas condições para valorizarem-se de modo relevante) sob a dominância da forma de valorização típica do capital portador de juros, ou seja, D-D'.

Apesar de discordar de sua caracterização, no tocante à realidade observada no fim do século XX e início do século XXI, que desenha uma relação mais embaralhada e até mais conflituosa entre indústrias, bancos, fundos e outros agentes do mercado sob domínio da valorização financeira, Chesnais (2010) parece apontar duas dimensões para a definição de capital financeiro, igualmente observadas em Harvey (2005) – que as denomina de “visões”: i) um modo particular de circulação de capital, definido pela proeminência do capital portador de juros com conseqüente ampliação de capital fictício, e ii) a conformação de blocos de poder no interior da burguesia, “a finança”.

É a partir desse debate, articulando criticamente as formulações de Marx e Hilferding a respeito de capital portador de juros, capital fictício e capital financeiro, além de constructos teóricos da escola regulacionista francesa, que Chesnais desenhará um conceito de financeirização de largo alcance que, dentre múltiplos aspectos, aponta com maior ênfase para a centralidade e dominância do capital financeiro na economia mundializada, conceito esse, como ficou evidente, basilar na construção do diagnóstico aqui mobilizado.

Sem divergir diretamente desta caracterização mais ampla de financeirização, Mollo (2011, p. 8), voltando à Marx, e em diálogo com as formulações de Brunhoff (1978), é mais crítica a Hilferding quanto à sua definição de capital financeiro. Nas palavras da autora:

A visão de Marx, que adotamos aqui sobre capital financeiro é diferente da de Hilferding (1970), apesar da sua tradição marxista. Após Hilferding (1970) e Lenin (1916), o capital financeiro passou a ser associado à fusão do capital bancário e do capital industrial (BIDET, 1982). A abordagem monetária de Hilferding, porém, é diferente da de Marx, porque ‘ela considera inicialmente a moeda não como um problema, mas como uma solução’ (BRUNHOFF, 1979, p. 42). Dado isso, sua percepção de capital financeiro privilegia o caráter funcional do mesmo, impedindo-o de bem apreender a crise financeira (Mollo, 1989). Daí porque, para ele ‘a Bolsa torna possível a mobilização dos capitais’ (HILFERDING, 1970, p. 206), como Marx já analisara, mas dado o crescimento do tamanho das empresas e as sociedades por ações e a cartelização do crédito, considera que ‘a derrocada do crédito não é... tão completa como as crises do período do início do capitalismo’ (p. 393). Além disso, diz ele que ‘a evolução da crise de crédito para a crise financeira tornou-se difícil pelas mudanças ocorridas na organização do crédito, em primeiro lugar, e as relações entre o comércio e a indústria’ (p. 393). A ideia é a de que o sistema bancário concentrado permite a redução dos riscos e

a queda da especulação (BRUNHOFF, 1974). Não vê, assim, que o mesmo sistema de crédito que potencializa a acumulação, desenvolve também o capital fictício, que está na base das crises financeiras.

Mollo (2015, p. 58), destaca ainda que:

Ele [Hilferding] descreve uma situação típica da Alemanha na sua época como se fosse generalizada e tendência geral no capitalismo. Para ele, “uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e empregado pelos industriais”. Observe-se, aqui, que sua definição exclui do capital financeiro a parte que não vai para investimento na indústria ou na produção real e que é, por isso, definida nos termos de Marx como capital fictício.

Já entrando na apropriação leninista do conceito, Brunhoff (1978, p.103-4, grifos no original) nos traz, por fim, ao centro teórico dessa discordância:

(...) o termo “capital financeiro” é o título de uma obra de Hilferding, surgida em 1910, e designa a fusão do capital industrial e do capital bancário num “estágio” particular do capitalismo posterior à época de Marx. E foi retomado pela tradição marxista, principalmente citado e validado por Lenin, de modo que este segundo sentido do termo “capital financeiro” *apagou o primeiro*, isto é, o do *Capital*. A questão não seria grave se, na noção que utiliza, Hilferding levasse em conta a definição de Marx e o caráter crítico e dialético desta, de modo que “fusão” por ele concebida não tivesse sido esvaziada das contradições identificadas graças aos conceitos básicos do *Capital*. Desejando levar em conta estas contradições, vamos partir da noção de “capital financeiro” em Marx. Não para utilizá-la hoje e tal e qual, como se o capitalismo não se tivesse modificado, mas para descobrir os aspectos que, em qualquer caso, permanecem importantes.

Resta claro, então, o núcleo do problema: o desnível conceitual entre as definições de capital financeiro de Marx, por um lado, e de Hilferding e Lenin, por outro. Tal desnível, argumentam as autoras, decorre do fato de que Hilferding “abandonou toda referência à moeda como equivalente geral e aos conceitos a ela ligados” (Brunhoff, 1978, p. 109).

No quadro de uma leitura dos processos de reprodução simples e ampliada de capital a partir de uma teoria monetária do valor²¹, o capital financeiro é aqui compreendido como aquele especializado no comércio de dinheiro – algo, como vimos, que envolve, por um lado, o capital de crédito produtor de juros e, por outro, o capital fictício, aquele se autonomiza relativamente em relação à produção; capitais estes diferentes entre si. Os

²¹ Sem adentrar ao denso embate que enseja, cumpre registrar que a síntese aqui organizada é tributária em larga medida das ideias sobre valor e dinheiro presentes em Rubin (1978); Brunhoff (1976); Mollo (1991). Para uma síntese ver Paraná (2016b). Para uma comparação entre várias concepções marxistas de valor, ver Saad-Filho (2011).

capitalistas financeiros são então, antes de qualquer coisa, aqueles capitalistas especializados no comércio de dinheiro (e não de mercadorias). Lembremos que “o capital financeiro é o capital-dinheiro quando as operações técnicas com o dinheiro ou quando o comércio de dinheiro como mercadoria se torna função particular de um capital particular que as executa” (Mollo, 2015, p. 56-7).

Uma vez que é justamente o desenvolvimento deste capital na esfera financeira, que não volta à produção real, o que define o que atualmente veio a se chamar financeirização, a não visualização deste fato por Hilferding enseja problemas e limites, sobretudo, ainda que não apenas, no que se refere a uma leitura do capitalismo contemporâneo.

O conceito marxiano de capital financeiro²², composto, como vimos, por capital portador de juros e capital fictício – e ancorado no dinheiro como relação social generalizada sob o capitalismo, mecanismo de representação e realização do valor – desenha, do ponto de vista conceitual, uma tensão, separação, ou melhor dizendo, uma autonomização relativa entre compra e venda, valor e preço, produção e circulação, processo que está na base das crises financeiras. Assim, o capital fictício é, por definição, algo que aponta para a divisão ou diferenciação entre capital financeiro de um lado e capital industrial de outro; já que caso o crédito, atuando como capital portador de juros, se destine à produção, comprando força de trabalho e meios de produção, ele não pode ser confundido com o capital fictício. Acontece que se houvesse uma ligação cada vez mais inseparável entre capital bancário e capital industrial, como definia Hilferding²³, a distinção conceitual entre os dois, presente em Marx, restaria

²² Cabe notar, ademais, que a noção de capital financeiro em Marx tem o mérito de englobar ainda inúmeros tipos de práticas e instituições, como sociedades por ações, bolsas, sistema bancário e, claro, a figura do capitalista financeiro que empresta D para receber D' do capitalista industrial. Trata-se, como se sabe, de algo que se apresenta de modo esparso e desordenado ao longo d'O *Capital*, mas ainda assim de noções que podem ser claramente distinguidas e articuladas entre si – especialmente no esforço de uma análise do capitalismo contemporâneo.

²³ Segundo Hilferding, o capital financeiro é “o capital bancário, conseqüentemente sob forma de dinheiro, que é transformado na realidade em capital industrial”. “Uma parte cada vez maior do capital utilizado na indústria é capital financeiro, capital este a disposição dos bancos e empregado na indústria”. “O capital financeiro cresce na medida do desenvolvimento do sistema de sociedades por ações (...) A renda industrial adquire assim um caráter mais e mais constante. Por aí a possibilidade de aplicação do capital bancário na indústria se estende mais e mais (...) É claro que com a concentração crescente da propriedade, os proprietários do capital fictício com poder sobre os bancos e de seu capital com poder sobre a indústria são cada vez mais os mesmos (...)” (Hilferding, 1970, p. 318).

invalidada.

Dessa forma, e porque não dá a devida atenção à drenagem de recursos produtivos que o desenvolvimento do capital fictício acarreta, ainda que perceba seu caráter concentrador, Hilferding incorrerá em certo otimismo quanto à impossibilidade de ocorrência de crises financeiras, na época do capital financeiro.

Hilferding diz que na sua época há ainda crises de crédito comercial, sendo estas crises inseparáveis do funcionamento do capitalismo, mas que não há mais crises bancárias (os preços não diminuem mais a ponto de impedir os industriais de reembolsar os banqueiros), nem crise monetária (não há penúria dos meios de pagamento, graças principalmente à moeda fiduciária), isto é, não há mais crises financeiras. Isto se deve principalmente à concentração bancária, que possibilita uma distribuição maior dos riscos, e à diminuição da especulação. Sem excluir completamente o surgimento de tais crises, ele não crê que estas permaneçam características da época do capital financeiro. Este ponto vista não corresponde aos fatos (Brunhoff, 1978, p. 109).

Ou seja, justamente porque não aborda a noção de uma circulação financeira que apresenta necessariamente um caráter contraditório, sendo um de seus aspectos o (puramente) especulativo, é que Hilferding pode falar de uma diminuição da especulação e de uma contenção dos efeitos desta na época do capital financeiro. De outro modo,

a “fusão” própria ao “capital financeiro” concebido como um estágio particular do capitalismo não impede a autonomia relativa da gestão dos ativos financeiros da empresa multinacional em função da situação monetária. E a circulação financeira pode ser perturbada pelas suas próprias excrescências, engendrando a especulação monetária. Esta última é ao mesmo tempo uma resposta capitalista ao problema inseparável da contradição própria à toda circulação financeira (Brunhoff, 1978, p. 112).

Dessa forma, ainda nas palavras de Brunhoff (1978), o caráter “mecanicista” da concepção de Hilferding seria produto de uma “derrapagem histórica”, uma vez que “as contradições da circulação e do capital financeiro analisadas por Marx conservam sua importância na época de Hilferding ou na nossa, mesmo se sua forma foi completamente modificada” (Ibid., p. 108). Tal “insuficiência analítica” fica ainda mais evidente, argumenta, quanto mais a analisemos a partir dos “conceitos de circulação mercantil, de equivalente geral e de circulação financeira (Ibid., p. 110)”.

Considerações Finais: capital financeiro e capitalismo contemporâneo a partir e para além de Lenin

Se é correto dizer que o conceito de capital financeiro mobilizado por Lenin em *Imperialismo* é largamente dependente de sua formulação em Hilferding – acima criticada, fazem-se necessárias algumas ressalvas no tocante às diferenças entre os autores.

Lenin avança, como se disse, em relação à Hilferding quando sugere a importância do dinheiro. Já no início de sua obra (Lenin, 2011, p. 116), ele aponta “um erro” de Hilferding “na teoria do dinheiro e uma certa tendência a conciliar o marxismo e o oportunismo”. No entanto, Lenin não chega a desenvolver as consequências teóricas desta constatação. Por isso – e o capitalismo em seu tempo talvez não o possibilitasse ver a dinâmica com tal clareza –, o poder do dinheiro na configuração do imperialismo (monetário) e financeiro segue difuso. Isso se aprofunda, ademais, devido a sua noção hilferdingiana de capital financeiro – em detrimento da formulação de Marx.

Disso decorre um conjunto de implicações que pedem ajustamento quanto à conjuntura presente: a dificuldade para se articular conceitualmente a dominação imperialista contemporânea a partir da finança como eixo central – esfera a partir da qual se dirige o mecanismo de transferência de valor e exploração do trabalho; certa confusão no mapeamento de crises vinculadas diretamente à inflação de ativos financeiros (expansão de capital fictício); e mesmo quanto ao papel do Estado na administração do complexo financeiro de dívida pública e da gestão financeirizada das políticas monetária e fiscal. Assim, se os processos de centralização e concentração de capitais, apontados por Lenin, seguem seu passo na fase atual²⁴, isso não ocorre fundamentalmente, ou centralmente, por meio de mecanismos de fusão entre bancos e indústrias; há todo um conjunto de outras e novas instituições por meio das quais se desenrola (lembramos, para citar um exemplo, dos grandes fundos), em nova roupagem, tal processo, com distintas consequências políticas e econômicas daí advindas.

Marx assinala, como se sabe, que não há nenhuma regra econômica de distribuição da mais-valia entre lucro industrial e juros auferidos pelo capital de empréstimo. O problema é, então – e isso não atenta contra o projeto de investigação iniciado por Lenin, antes o contrário –, o de uma relação de forças

²⁴ Não há dúvida, por exemplo, que os processos de fusões e aquisições que caracterizaram o neoliberalismo não se fariam se não houvessem recursos financeiros volumosos para financiá-las.

entre capitalistas que emprestam e capitalistas que tomam emprestado, observadas as variações da conjuntura e a ação das autoridades monetárias. Mapear este rearranjo na conjuntura presente é parte, como vimos, daquilo que constitui o projeto de investigação do capitalismo contemporâneo em Chesnais, Harvey, dentre outros autores aqui mobilizados. Lembremos que, para estes, a constituição de uma dominância financeira está também relacionada a um processo de conformação de blocos de poder no interior da burguesia.

Se não é possível sustentarmos, sem as devidas mediações, “que a categoria de ‘capital financeiro’, tal como fora definida por Lenin, segue sendo a grande regente e diretora da dinâmica de acumulação no capitalismo tardio” (Rocha Junior, 2016, p. 56-7), é certo que o próprio Lenin deixa aberta, a partir dos problemas que coloca²⁵, a possibilidade para que procedamos aos ajustes necessários.

Por um lado, como vimos, Lenin retoma a noção de capital financeiro segundo Hilferding e não segundo Marx. Mas, por outro, atento às armadilhas típicas da tensão entre valor e dinheiro, não ignora completamente o processo de autonomização das formas sociais, visto que, para ele:

Em regra, é próprio do capitalismo estabelecer uma separação entre a propriedade do capital e sua aplicação à indústria, entre capital-dinheiro e o capital industrial e produtivo, e entre os rentistas, que só vivem da renda que auferem do capital-dinheiro, e o industrial e todos aqueles que participam diretamente da gestão dos capitais. O imperialismo, ou a dominação do capital financeiro, é o grau supremo do capitalismo quando esta separação atinge proporções formidáveis (Lenin, 2011, p. 176).

Assim, concernente à etapa imperialista do capitalismo, Lenin observa, ao mesmo tempo, uma “fusão” entre capital bancário e capital produtivo, e a separação entre “capital-dinheiro e capital industrial e produtivo” – separação esta, como vimos, central para a compreensão da fase atual do capitalismo. Desse

²⁵ Rocha Junior (2016) chega a destacar a diferença entre os conceitos de capital financeiro em Marx e Lenin, mas não a desenvolve de maneira clara, seja em seu desencaixe ou, diversamente, na potencial complementariedade entre estes. Com isso, e sem tirar as devidas consequências deste fato, acaba equalizando-os, a nosso ver, sem as devidas mediações. A partir daí, e incorrendo neste problema, o autor lança a hipótese de que “la categoría de ‘capital financiero’ de Lenin está articulada directamente con las categorías de capital a interés y de capital ficticio, mostrando que es posible entender el modo de producción capitalista en su totalidad además del carácter burgués del Estado” (p.53). Aponta ainda que “la efectiva comprensión de la categoría ‘capital financiero’ permite comprobar su actual validez histórica y explica cómo la oligarquía financiera ha exacerbado la lógica rentista, especulativa y parasitaria en el siglo XXI” (p. 44).

modo, conforme concede Brunhoff (1978, p. 94):

Se Lenin houvesse desenvolvido a análise deste processo contraditório, por um lado retomando as ideias de Marx e por outro tomando cuidado com a ideia de “fusão”, certamente seria possível ver como as formas da circulação financeira e do capital financeiro definidas por Marx modificaram-se, sem que tenham perdido, muito pelo contrário, sua importância. De qualquer modo, diferentemente da síntese de caráter mecanicista realizada por Hilferding, a concepção de Lenin deixa o caminho aberto para a análise de uma “conjuntura de uma fase determinada da história do capitalismo mundial” (na expressão de Balibar), qual seja a do imperialismo, compreendendo processos contraditórios e principalmente uma forma modificada do “capital financeiro” tal como Marx o define, o que torna necessária a reorganização da noção de “estágio” do capitalismo.

Tudo somado, se de fato Lenin representa um avanço em relação a Hilferding, o seu conceito de capital financeiro continua preso à relação necessária entre capital industrial e capital bancário, embora ele mesmo, como vimos, ofereça elementos para pensarmos as formas não industriais ou não propriamente “materiais” e espoliativas de valorização do capital financeiro, como se evidencia nas suas argutas observações sobre o “sistema de participações”.

Por isso, parece-nos uma hipótese plausível, a partir de tal observação, pensar o conceito de “financeirização” não como uma ruptura completa e irreconciliável com o conceito leniniano de capital financeiro, mas como uma radicalização das tendências menos produtivistas e industrialistas daquele conceito. Isto porque a singularidade de Lenin, em relação a Hilferding, está, neste ponto, precisamente em ter considerado a dimensão monetária da teoria valor, a partir de sua leitura de Marx²⁶.

Mais como ponto de partida do que de chegada, e observando certa cautela diante da ideia de “fusão” entre os capitais, trata-se, no entanto, de algo que só poderá ser aceito se nos voltarmos com maior ênfase à observação da autonomização relativa das formas sociais capitalistas – no caso em tela entre

²⁶ “No decorrer da nossa exposição ficou evidenciado como o valor, que apareceu como uma abstração, só se torna possível enquanto tal abstração quando é posto o dinheiro; a circulação do dinheiro, por outro lado, leva ao capital, ou seja, só pode estar plenamente desenvolvida sobre a base do capital, da mesma forma que somente sobre a base do capital a circulação pode se apoderar de todos os momentos da produção” (Marx, 2011, p. 651). “So money is in no way merely a helpful means of simplifying exchange on the practical level and an appendage of value theory on the theoretical level. Marx’s value theory is rather a *monetary theory of value*: without the value form, commodities cannot be related to one another as values, and only with the money form does an adequate form of value exist” (Heinrich, 2012, p. 63-4).

dinheiro e capital, capital industrial e capital financeiro, capital financeiro e capital fictício –, à partir de onde poderemos recolocar, em bases renovadas, o problema leniniano do arranjo das relações de poder no interior da burguesia, e entre as distintas frações de capital.

Por fim, podemos apontar, de passagem, a partir de um olhar contemporâneo, como ponto problemático as considerações leninianas sobre as tendências emancipatórias colocadas pela centralização do capital financeiro, a saber, a ideia de que a preponderância do capital financeiro e dos bancos significa uma socialização formal dos meios de produção na medida em que representa uma contabilização geral, ou seja, um incremento da racionalidade social ou coletiva.

Realmente, parece inegável que tal possibilidade de contabilização geral só foi incrementada com o desenvolvimento das novas tecnologias utilizadas no setor financeiro, no entanto, não podemos deixar de perceber o outro lado da moeda: a irracionalidade inerente aos processos de valorização e obtenção de lucro através de operações financeiras e especulativas. As próprias crises de perfil financeiro vividas durante o século XX e o jovem século XXI nos impõe este cuidado no olhar. Se o potencial de contabilidade e controle das atividades mercantis é de fato multiplicado com a centralização bancária e financeira, a lógica violenta da especulação nos lança continuamente no descontrole e na desrazão.

Referências

AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

BELLOFIORE, R. “O Capitalismo dos Fundos de Pensão”. *Revista Outubro*, 7, 2002.

BIDET, J. *Capital*. Paris: PUF, 1982.

BRUNHOFF, S. *La Politique Monétaire: Un Essai D’Interprétation Marxiste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

_____. *Marx on Money*. New York: Urizen Books, 1976.

_____. *A Política Monetária: um ensaio de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Les Rapports D'Argent*. Paris: Maspero, 1979.

_____. "Fictitious capital". In: EATWELL, J., MILGATE, M., & NEWMAN, P., (eds.), *Marxian Economics*. New York/London: The New Palgrave, W. W. Norton & Company, 1990.

_____. *Finance, Capital, États*. Paris: PUF, 2006.

CARCANHOLO, M.; PAINCEIRA, J. P. P. "A atual crise do capitalismo e suas perspectivas". *Universidade e Sociedade*, n. 45, pp.161-173, 2010.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996

_____. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. "O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In: _____. (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. "A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital". In: BRUNHOFF, S. ; DUMÉNIL, G. ; LÉVY, D. ; HUSSON, M.. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CROTTY, J. "The neoliberal paradox: The impact of destructive product Market competition and 'modern' financial markets on nonfinancial corporation performance in the neoliberal era". In: EPSTEIN, G. A., (ed.). *Financialization and the World Economy*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (2005). "O neoliberalismo sob a hegemonia Norte-Americana". In: CHESNAIS, F. (Org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

EPSTEIN, G. A. *Financialization and the World Economy*. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. "O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças". *Economia e Sociedade*, 17 (especial), 2008.

FOLEY, D. "Marx's theory of money in historical perspective". In: MOSELEY, F. (Ed), *Marx's Theory of Money – Modern Appraisals*. London and New York:

Palgrave Macmillan, 2005.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. Monthly Review Press: New York, 2012.

HILFERDING, R. *Finance capital*. Londres: Routledge Kegan Paul, 1981.

_____. *Le Capital Financier*. Paris: Les Editions de Minuit, 1970.

LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global editora e distribuidora, 1982.

_____. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

MEACCI, F. "Capital and crises". In BELLOFIORE, R. (ed.). *Marxian Economics – A Reappraisal*. London/New York: MacMillan/St. Martin's Press, 1998.

MARINI, R. M. "Dialética da dependência". In: STEDILE, J.P; TRASPADINI, R. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *Le Capital, Vol. III*. Paris: Les Editions Sociales, 1970.

_____. *O Capital, Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *O Capital, Livro III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MOLLO, M. L. R. "A relação entre Moeda e Valor em Marx". *Revista de Economia Política*, vol. 11, n.2, abril-junho, 40-59, 1991.

_____. "Capital fictício, autonomia produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual". *Economia*, ANPEC, Setembro-Dezembro, 2011.



_____. “A Supremacia da Finança e a Crise”. *Brazilian Keynesian Review*, 1 (1), p. 55-70, 1st Semester/2015.

NELSON, A. “Fictitious Capital and Real Compacts”. *Radical Notes*. 15/october, 2008.

PAULANI, L. M. “Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo”. In: 40º Encontro Nacional de Economia, *Anais...* Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2014&title=Acumula%C3%A7%C3%A3o+e+Rentismo%3A+resgatando+a+teoria+da+renda+de+Marx+para+pensar+o+capitalismo+contempor%C3%A2neo>>. Acesso em: 16 Jul. 2017.

PARANÁ, E. *A Finança Digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular, 2016a.

_____. “Para além do agente (racional): o dinheiro em Karl Marx e Niklas Luhmann”. In: XXI Encontro Nacional de Economia Política 2016, São Bernardo do Campo (SP). *Caderno de Resumos*. São Bernardo do Campo: SEP, 2016b.

PINTO, N. P. A. “Financial capital revisited”. In: R. BELLOFIORE (Ed.), *Marxian Economics – A Reappraisal*, Vol. 1. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press Ltd/New York: St. Martin’s Press, Inc., 1998.

ROCHA JUNIOR, F. R. “El Capitalismo financiero de Lenin y sus contribuciones para el debate sobre el proceso de financierización contemporáneo”. *CEC*, año 3, n. 5, pp. 37-59, 2016.

RUBIN, I. “Abstract labour and value in Marx’s system”. *Capital & Class*, Summer, 1978.

SAAD-FILHO, A. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

A Pertinência do Conceito de Capital Financeiro em Lenin para uma Leitura do Capitalismo Contemporâneo

Resumo

O trabalho investiga a pertinência do conceito de capital financeiro em Lenin, em grande medida tributário de sua elaboração por Hilferding, para uma leitura do capitalismo contemporâneo. Para tanto, inicia com um resgate da construção deste conceito em ambos os autores, bem como sua importância para análise do imperialismo. Daí, passando a uma caracterização histórica e conceitual da financeirização do capitalismo nas últimas décadas, volta-se, por fim, à pertinência do conceito leniniano frente a esta nova fase. Conclui apresentando a hipótese de que o conceito de financeirização configura não uma ruptura completa e irreconciliável com o conceito de capital financeiro em Lenin, mas uma radicalização das tendências menos produtivistas e industrialistas deste. Isso porque a singularidade de Lenin, em relação a Hilferding, está em ter considerado a dimensão monetária da teoria valor.

Palavras-chave: capital financeiro, imperialismo, financeirização, capital fictício.

The Relevance of the Lenin's Concept of Financial Capital to the Understanding of Contemporary Capitalism

Abstract

This work investigates the pertinence of the concept of financial capital in Lenin, to a great extent tributary of its elaboration by Hilferding, for a reading of the contemporary capitalism. To do so, we begin presenting the construction of this concept in both authors. From there, we move to a historical and conceptual characterization of the financialization of capitalism in the last decades, and, finally, to the relevance of the leninian concept to the understanding of this new phase. We conclude by presenting a hypothesis that the concept of financialization do not represent a complete and irreconcilable rupture with the concept of financial capital, but a radicalization of its less productivist and industrialist trends. This is because the singularity of Lenin, in relation to Hilferding, is in having considered the monetary dimension of value theory.

Key-words: financial capital, imperialism, financialization, fictitious capital.

La Pertinencia del Concepto de Capital Financiero en Lenin para una Lectura del Capitalismo Contemporáneo

Resumen

El trabajo investiga la pertinencia del concepto de capital financiero en Lenin, en gran medida tributario de su elaboración por Hilferding, para una lectura del capitalismo contemporáneo. Comienza con un rescate de la construcción de este concepto en ambos autores, así como su importancia para el análisis del imperialismo. De ahí, pasando a una caracterización histórica y conceptual de la financierización del capitalismo en las últimas décadas, se vuelve, por fin, a la pertinencia del concepto leniniano frente a esta nueva fase. Concluye presentando la hipótesis de que el concepto de financierización configura no una ruptura completa e irreconciliable con el concepto de capital financiero en Lenin, sino una radicalización de las tendencias menos productivistas e industriales de éste. Eso porque la singularidad de Lenin, en relación a Hilferding, está en haber considerado la dimensión monetaria de la teoría del valor.

Palabras clave: capital financiero, imperialismo, financierización, capital ficticio.



Edelberto Torres-Rivas, la Sociología Histórica y la Noción de Dependencia

Julieta Carla Rostica¹

Introducción

No hay dudas de que el referente más importante de la sociología centroamericana hasta el momento es Edelberto Torres-Rivas, especialmente por dos razones que me parecen destacables: por haber sido uno de los principales promotores de la institucionalización de la disciplina en Centroamérica y por haber sido el único de los académicos centroamericanos que perteneció a aquel grupo de científicos sociales latinoamericanos que, en el Chile de los años sesenta, impulsaron el pensamiento crítico latinoamericano y la perspectiva histórico estructural.

En este ensayo busco hacer foco en un momento crucial de la historia de la sociología de nuestro subcontinente. En los años sesenta, en Santiago de Chile, funcionaba la Escuela Latinoamericana de Sociología (Elas) dentro de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), en la cual estudió Edelberto Torres-Rivas entre 1964-1965. Generalmente, se considera que la formación sociológica que se recibía allí era muy sólida y que los y las estudiantes eran muy seleccionados y procedentes de diversas partes de América Latina. Entre 1960 y 1965 Peter Heintz dirigía la Elas y la perspectiva hegemónica era el estructural

¹ Julieta Carla Rostica es argentina, socióloga (UBA), magíster en estudios latinoamericanos (UAM) y doctora mención ciencias sociales y humanas (UNQUI). Es investigadora adjunta de CONICET y docente de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Coordina el Grupo de Trabajo sobre Centroamérica (GECA) en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC, UBA) y co-coordina el Grupo de Trabajo de CLACSO "Antiimperialismo, democracia y modernización". Sus últimas publicaciones son "La transnacionalización de ideas: la escuela contrasubversiva de Argentina a Guatemala", *Revista Diálogos*, vol. 19, nº 2, 2018, pp. 149-176; "La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980)", *Revista Desafíos*, vol. 30, nº 1, 2018, pp. 309-347. Es coautora de *Todo lo que necesitas saber sobre América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 2014. julietarostica@yahoo.com.



funcionalismo (Franco 2007). En Santiago de Chile también estaba la sede de la Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL), el Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) de la CEPAL y numerosos científicos sociales.

En el ILPES Fernando Henrique Cardoso, y al cobijo de José Medina Echavarría que lo dirigía, conformó un grupo de análisis y reflexión sobre el desarrollo que funcionó entre 1966 y 1967, al cual asistieron Enzo Faletto, José Luis Reyna, Aníbal Quijano, Theodonio dos Santos, Vania Bambirra y el mismo Edelberto Torres Rivas, entre otros. De esos debates surgieron dos obras culmines: *Dependencia y desarrollo en América Latina* de Cardoso y Faletto de 1969 y *Centroamérica: procesos y estructuras de una sociedad dependiente* de Edelberto Torres-Rivas, también de 1969. Esta última fue publicada con modificaciones sustantivas en Costa Rica en 1973 con el título *Interpretación del desarrollo social centroamericano*. Según señaló Torres-Rivas, el libro de Cardoso y Faletto tuvo una primera versión manuscrita que discutieron muchísimo en el grupo bajo el compromiso de que, inspirados en la dimensión teórico que tenía, cada quien escribiría sobre su país”. Y las lecturas más importantes fueron de Caio Prado Júnior, Sergio Bagú y Celso Furtado (Rovira Mas, Rivera, and Gandásegui 2009:51).

Según indica Jorge Rovira Mas, un muy reconocido sociólogo costarricense, esa obra de Edelberto Torres-Rivas fue muy leída y estudiada en Centroamérica a lo largo de la década del setenta cuando se institucionalizó la enseñanza de la sociología en la región². Con la obra de Torres-Rivas “se introdujo un enfoque de la dependencia referido directamente a los países centroamericanos, pero con un alcance mayor que el de país por país, con una visión de conjunto que relevaba lo común y lo diverso a un tiempo de sus estructuras sociales y sus procesos históricos, y ofrecía una visión comprensiva de larga duración de aquellas y de éstos a partir de la independencia” (Rovira Mas 2008:17). Lo más valioso de la obra, a juicio de Rovira Más, fue la interpretación que ofrecía a partir de las categorías y las hipótesis del enfoque dependentista y

² De hecho, en este artículo trabajaré con la edición número 12 del año 1989.

de cada unas de las fases o periodos del desarrollo de Centroamérica (Rovira Mas 2008:17).

Este ensayo pretende volver a recuperar esa interpretación novedosa de la obra de Torres-Rivas y ponerla en diálogo con uno de los textos de la época más transitados en el Cono Sur, el libro de Cardoso y Falleto, para iluminar los puntos de contacto de una verdadera sociología histórica latinoamericana fundada al calor de los fructíferos debates en los años sesenta.

Notas Biográficas

Edelberto Torres-Rivas (1932-2018) inició sus estudios universitarios en la Escuela de Derecho de la Universidad de San Carlos de Guatemala entre 1949 y 1953. En 1951, mientras que era estudiante, entró en una organización que se llamaba Alianza de la Juventud Democrática Guatemalteca, una organización formada por un grupo de marxistas que fundaron el Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT), el partido comunista de Guatemala. Cuando Torres-Rivas ingresó al PGT en 1953 dejó de estudiar. En 1954, en el momento del golpe de Estado a Jacobo Arbenz y la caída de la revolución, dirigía la Juventud del PGT, junto a quienes decidió no exiliarse y pasar a la clandestinidad. Pero a los pocos meses tuvo que exiliarse irremediabilmente en México, junto al resto de su familia.

Esta es una sociedad conservadora y es por eso que Arbenz renunció y la izquierda no se organizó. La renuncia de Arbenz fue una desagradable sorpresa. Yo, personalmente, no le perdono ¿Por qué no prepararon la revolución? ¿Por qué no se organizó a la gente para pelear? Había ánimo. (...) Los comunistas no apoyaron la renuncia, pero no hicieron nada después. La revolución de octubre (...) no tiene más historia que ésta: el país empezaba a vivir civilizadamente y no pudo hacerlo. Imagínese lo que significó.³

Edelberto Torres Rivas fue amigo del Che Guevara mientras éste estuvo en Guatemala y el triunfo de la revolución cubana lo impactó fuertemente, pues ésta demostró que no eran aventureros y golpistas haciendo un revolución y que las masas acompañaron y fueron conducidas por un programa nacionalista y de reforma. Esto marcaba una diferencia con la experiencia guatemalteca de 1944-1954: “Esos diez años fueron sobre todo ejemplo de práctica, de cómo es

³ Entrevista personal, Guatemala, 6 de noviembre de 2013.

importante organizarse, de cómo con elecciones libres se puede organizar pacíficamente el cambio”⁴.

A los diez años regresó a Guatemala y se reinscribió en la Escuela de Derecho para graduarse con una tesis sobre las clases sociales en Guatemala en 1962. Cuando comenzó a ejercer su profesión de abogado laboralista, dentro del PGT, fue puesto preso por el gobierno militar y fue expulsado del país hacia Chile en abril de 1964. “Llegué a Chile, me aproximé a FLACSO que estaba necesitando un becario guatemalteco, me dieron la beca y me quedé.” El sociólogo guatemalteco Carlos Guzmán Böckler, quien era abogado igual que él, fue quien le había dado la noticia de que podía ir a FLACSO:⁵ “A él yo lo escogí cuando Heintz me pidió que escogiera como tres generaciones después” (Rostica 2015:155).

Torres-Rivas encontró en FLACSO un clima muy conservador:

El director en ese momento era Peter Heintz⁶, un suizo muy orientado por la moda norteamericana, Parsons, Merton y, por otro lado, con la poderosa influencia de Gino Germani desde Argentina. No había ningún curso de marxismo, todo era funcionalismo estructural, con alguna orientación antropológica (Bataillon 2006:111).

Pero, en el segundo año tuvo como profesor a Fernando Henrique Cardoso, quien impartía un curso de sociología de América Latina que se llamaba “Sociología de la modernización”. De acuerdo a Edelberto, quien más lo influyó en ese entonces fue el sociólogo argentino Gino Germani. Torres-Rivas, finalmente, obtuvo la Maestría en Sociología de FLACSO en 1965. Al final de la maestría fue invitado por Cardoso para trabajar en la CEPAL como su ayudante junto a José Luis Reyna. Allí conoció y colaboró con Enzo Faletto y Francisco Weffort. En el grupo de trabajo estaban Oswaldo Sunkel, Aníbal Quijano, Theotonio Do Santos, Vania Bambirra, Miguel Murmis, Medina Echavarría y otros.

Cardoso, como ya hemos señalado al comienzo, había organizado aproximadamente entre 1966-1968 un grupo para estudiar América Latina, el cual Torres-Rivas caracterizó como:

⁴ Entrevista personal, Guatemala, 6 de noviembre de 2013.

⁵ Entrevista personal, Guatemala, 6 de noviembre de 2013.

⁶ Sociólogo. Segundo director de la ELAS, entre 1960-1965.

...muy activo, muy estimulante, del cual salieron varios libros. (...) Era un grupo marxista. Con base a textos de Marx se discutían más que autores; se discutían situaciones: qué es lo que pasa hoy día en América Latina; si podía haber desarrollo; cómo interpretar las dictaduras del pasado y cómo serían en el futuro. Vivíamos en un interregno en el que empezaba todo a cambiar. El grupo tuvo la virtud, sobre todo, de tener un debate muy abierto y nada ortodoxo. Era un grupo, digamos, marxista muy libre. Y yo que empezaba estudiar, me sirvió de mucho. Fue como un posgrado digo yo. Fueron varios meses, pero intensos. Todos los jueves nos reuníamos.⁷

Ahí se fue creando la conocida como teoría de la dependencia, la cual se plasmó en un texto que Cardoso firmó primero solo y después con Faletto, el que más había contribuido de todo el grupo a la formulación de dichas ideas. Según comenta Edelberto, dicho texto circuló inicialmente como un documento de la CEPAL, lo cual fue motivo de discusión. Inspirado por un compromiso de orden intelectual y ético, Edelberto se puso a escribir su primera versión de *Interpretación del desarrollo social centroamericano*:

La teoría de la dependencia se abrió paso haciendo la crítica de la modernización, al estilo de Germani, y de la orientación cepalina de la planificación indicativa. Por eso algunos autores dicen que la dependencia es una hijastra de las teorías de Prebich. Me parece que es una versión distinta, sobre todo una versión no economicista de la dependencia, porque la versión economicista de otros supone que hay dependencia porque hay comercio exterior, inversión extranjera. La versión sociológica de la dependencia es otra y es la que está en el texto de Cardoso. Básicamente es la idea de que en el desarrollo de una sociedad dependiente no es necesario enfrentar al imperialismo como tal, porque ya el imperialismo está dentro de la sociedad, ha saltado y está ya presente en el comportamiento político de las elites (Bataillon 2006:112).

En Chile, fuera de FLACSO, junto al grupo que se reunía los jueves comenzó a estudiar *El Capital*.

Entre 1969 y 1970 Torres-Rivas se fue a Essex, Inglaterra, donde procuró sacar el doctorado y luego viajó a México para trabajar en el Instituto de Investigaciones Sociales y en la División de Estudios Superiores de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM (Rovira Mas 2000:10). Cuando se cruzó con Sergio Ramírez, éste lo invitó a ir a Costa Rica, pues él era el director del Consejo Superior de Universidades de Centroamérica (CSUCA) que había creado el Programa Centroamericano de Ciencias Sociales y quería que Edelberto lo dirigiera. Así, en 1972 se fue a vivir a Costa Rica para colaborar en la fundación de

⁷ Entrevista personal, Guatemala, 6 de noviembre de 2013.

dicho programa, crear la revista *Estudios Sociales Centroamericanos*, organizar el Primer Congreso Centroamericano de Sociología. Edelberto considera que ese fue el momento en que empezó su verdadera carrera académica, el momento de su despegue intelectual. En términos generales, su trabajo fue muy fecundo e influyente para el proceso de institucionalización de las ciencias sociales en Centroamérica. Junto a un grupo de destacados académicos latinoamericanos armaron el Programa de Licenciatura Centroamericana en Sociología en la Universidad de Costa Rica, pero abierto a los estudiantes de otros países de la región. Crearon la Asociación Centroamericana de Sociología, realizaron en San José de Costa Rica el XI Congreso Latinoamericano de Sociología de 1974, uno de los congresos que mayor discusión se dio en torno a la “teoría de la dependencia”, y dieron inicio a los primeros congresos centroamericanos de sociología (Rovira Mas, 2000: 11).

Según ha señalado el sociólogo en varias entrevistas, la agenda, en ese tiempo, era la revolución y no la democracia. Sus preocupaciones eran la crisis política, la violencia, el cambio revolucionario, la tierra y el campesinado, temas tajantemente influidos por el cercano ambiente centroamericano. La “influencia de la Revolución cubana se hacía sentir de una manera directa” (Bataillon 2006:115). El triunfo de la revolución sandinista sólo ratificó sus ideas. Y en esa dirección fueron sus próximas preguntas y su recorte a los casos guatemalteco, salvadoreño y nicaragüense. ¿Era posible el triunfo de la revolución en El Salvador y en Guatemala? Empezó a dudar del método de lucha, de que la lucha armada no era eficaz, pero también de la vía electoral y de la negociación de la paz. Más bien estaba convencido de que la salida era una democracia radical, un democracia con tono popular, no sólo electoral.

Entre 1972 y 1978 Edelberto Torres-Rivas participó en el Comité Directivo de Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). En 1978, junto a colegas costarricenses creó el Programa Centroamericano de Maestría en Sociología con sede en la Universidad de Costa Rica para reemplazar a la Licenciatura Centroamericana en Sociología. A principios de los años ochenta, pasó a impulsar el Instituto Centroamericano de Administración Pública hasta 1984. Desde entonces, fundó junto con Gabriel Aguilera Peralta el Instituto

Centroamericano de Documentación e Investigación Social (ICADIS) con sede en San José de Costa Rica, desde donde impulsó un macroproyecto de investigación titulado “Crisis y alternativas en Centroamérica”. Fue Secretario General de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, entre 1985 y 1993 y desde allí impulsó otro gran proyecto de investigación que se tituló “Historia y sociedad en Centroamérica”, el cual vinculó a 32 investigadores de América Central de los Estados Unidos a lo largo de los años 1989-1992, proyecto que tuvo como extraordinario fruto la *Historia General de Centroamérica* en 6 tomos. Luego de haber pasado varios años realizando investigaciones y dando cursos en Europa retornó a Guatemala en 1996, en vísperas de la firma de la paz. Se desempeñó como investigador para la Comisión para el Esclarecimiento Histórico, Secretario General del Instituto Guatemalteco de Estudios del Desarrollo y la Paz y profesor e investigador en diferentes universidades del país.

Edelberto Torres Rivas se convirtió en un formador muy exitoso de agendas de investigación colectiva en los centros académicos establecidos. Gran parte de la producción científica centroamericana mantuvo una perspectiva “sociohistórica” gracias a Torres-Rivas.

La Sociología Histórica y la Comparación en América Latina

Theda Skocpol afirma que los verdaderos estudios sociológicos históricos poseen todas o algunas de las siguientes características:

Hacen preguntas sobre estructuras y procesos sociales que se consideran ubicados concretamente en tiempo y espacio. En segundo lugar, abordan los procesos a través del tiempo y toman seriamente las secuencias temporales para dar cuenta de los resultados. En tercer lugar, la mayor parte de los análisis históricos se ocupa de la interacción de acciones significativas y contextos estructurales, a fin de comprender el desenvolvimiento de resultados intencionales y no intencionales en las vidas individuales y las transformaciones sociales. Por último, los estudios sociológicos históricos hacen resaltar las características particulares y variables de tipos específicos de estructuras sociales y patrones de cambio (Skocpol 1994:117-18).

Como mostraré a continuación, las obras de Cardoso y Faletto y Torres-Rivas se situaron en esta perspectiva hacia fines de los años sesenta, una perspectiva que rompía con la sociología estadounidense que había estado en

boga en los años cincuenta y sesenta y que había marcado fuertemente el pensamiento social.

¿Con quienes discuten?

De acuerdo a Theda Skocpol, en el momento en que la sociología se institucionalizó en los Estados Unidos en la década del cincuenta la misma perdió su sensibilidad histórica. Para C. Wright Mills la condensación suprema del antihistoricismo de la gran teoría se encontraba en *The Social System* de Talcott Parsons, un trabajo publicado en 1951 que procuraba explicar los equilibrios en detrimento del cambio social (Skocpol 1994:119). Este último fue abordado por teorías evolucionistas del “desarrollo” o de la “modernización”, que habían proliferado especialmente durante los años sesenta, las cuales buscaban explicar el paso de un orden o sociedad tradicional a una moderna a partir de determinados patrones y que tenían como modelo moderno a la sociedad estadounidense. La versión soviética del evolucionismo fue la teoría stalinista de la revolución por etapas. Tanto la versión estática como la versión desarrollista del estructural funcionalismo, así como las lecturas económico deterministas como evolucionistas del marxismo perdieron, progresivamente, sentido y fueron criticadas desde diferentes ángulos. La sociología histórica reemergió en ese contexto.

En América Latina, el grupo de estudiosos que lideraba Fernando Henrique Cardoso discutió, precisamente, dichas grandes teorías en boga, la confrontaron con la historia y lograron generar nuevos argumentos teóricos. En *Dependencia y desarrollo*, Cardoso y Faletto citan la antropología de Redfield, la cual tuvo una impronta muy fuerte en México y Centroamérica, y la sociología de Hoselitz, Parsons y Merton. Y, de entre los autores latinoamericanos, el trabajo de Gino Germani, de 1962, titulado *Política y sociedad en una época de transición*. Desde esa perspectiva se señalaba que las sociedades latinoamericanas pertenecían al tipo estructural de “sociedades tradicionales” y que se estaba pasando al tipo de “sociedad moderna”. Entre esas dos aparecía un tipo híbrido de “sociedades de los países en desarrollo” y se invocaba la noción de “dualismo estructural”. Este modelo, a juicio de Cardoso y Faletto, no era suficientemente amplio como para

abarcar todas las situaciones sociales existentes, ni riguroso como para diferenciar los componentes estructurales. Señalaban que eran teorías que no ofrecían un nexo inteligible entre las distintas etapas económicas (subdesarrollo-desarrollo) y los diferentes tipos de estructura social (tradicional-moderna) y sentenciaron que:

Con este tipo de procedimiento sigue siendo imposible explicar los modos de transición de un tipo de sociedad a otra. En efecto, el cambio de las estructuras sociales, lejos de ser sólo un proceso acumulativo en el cual se agregan nuevas “variables” que se incorporan a la configuración estructural, implica fundamentalmente un proceso de relaciones entre los grupos, fuerzas y clases sociales a través del cual algunos de ellos intentan imponer al conjunto de la sociedad la forma de dominación que les es propia (Cardoso and Faletto 1998:13).

De este modelo, Cardoso y Faletto cuestionaron las implicancias que tenía en la interpretación del proceso histórico. Haciendo alusión al libro de Rostow, al *Manifiesto no comunista*, y a otras obras que colocaban como modelo de desarrollo a la sociedad norteamericana, discutieron el impacto que tenían los “efectos de demostración” en términos económicos y sociológicos. ¿Porqué en Latinoamérica debería reproducirse el proceso histórico de desarrollo europeo o estadounidense? ¿Porqué Latinoamérica debería resolver una especie de “anacronismo” y “atraso” en relación a los países desarrollados?

Pero el grupo de Cardoso estaba preocupado por otra cuestión mas cercana. En Chile tenía sede la Comisión Económica de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe (CEPAL). Su Secretario Ejecutivo fue, desde mayo de 1950 hasta julio de 1963, Raúl Prebisch, quien solía publicar todos los años un informe para el desarrollo. A su juicio, el problema central del desarrollo de Latinoamérica era el deterioro en los términos del intercambio, lo cual conllevaba a que los países de la región su fuesen empobreciendo históricamente. El introdujo los conceptos de “centro” y “periferia” para reflexionar sobre la desigual relación y proponer una solución: la industrialización. La forma que propuso era la industrialización sustitutiva de importaciones, que permitía industrializar en fases a través de dos formas: una planificación de las inversiones en manos del Estado, el cual crearía una infraestructura para la diversificación, ya que las burguesías nacionales eran incapaces de lograrlo; una tecnología capaz de promover la diversificación de la estructura productiva y aumentar la productividad. El objetivo para Raúl Prebisch era alcanzar el llamado “desarrollo

autosustentado”, el cual estaba basado en estímulos al mercado interno y en la diferenciación del sistema productivo industrial, lo cual conduciría a la creación de una industria propia de bienes de capital. El desarrollo no lo daría el mercado externo, sino el interno.

Pero el cepalismo clásico tuvo muchas debilidades, un crecimiento económico, producto de la industrialización, que no benefició tan rápidamente los niveles de vida de la sociedad, lo cual llevó a poner de relieve los factores sociales. Dicho impulso correspondió a José Medina Echavarría, a quien el mismo Prebisch lo responsabiliza de haber sentado las bases de la sociología del desarrollo económico, de una concepción integrada del desarrollo con la obra *Aspectos sociales del desarrollo económico* de 1965, citada por Torres-Rivas en el texto que analizaré más adelante (Devés Valdés 2003:36) Medina Echavarría consideraba que América Latina no podía seguir el camino de los países capitalistas ni de los socialistas para alcanzar el desarrollo y la modernización, y que por ello había que destacar los aportes de la intelectualidad latinoamericana. Una de sus ideas más destacables, aunque no llega a tematizarla, fue la de apostar a la integración del continente, la integración como condición para el desarrollo.

Desde fines de 1950, y a pesar de muchas condiciones aparentemente favorables, no se pudo “pasar de la etapa de sustitución de importaciones a otra en que se abrieran nuevos campos de producción autónoma, orientados hacia el mercado interno, no se tomaron las medidas necesarias para garantizar la continuidad del desarrollo o porqué las mismas no alcanzaron sus objetivos” (Cardoso and Faletto 1998:6). ¿Porqué había fracasado la fórmula de la CEPAL? ¿Porqué no se alcanzó el desarrollo autosustentado?

En el libro de Edelberto Torres-Rivas las interrupciones con dichas perspectivas se fueron presentando de forma entrelazada al relato y se condensaron en el último capítulo, especialmente cuando él se dispuso a discutir la llamada “nueva opción” que se presentó durante la década del sesenta con el proyecto del Mercado Común y la política de integración centroamericana, al cual le realizó observaciones similares a las de Cardoso y Faletto al cepalismo.

Con ese modelo, la región centroamericana no lograría el desarrollo puesto que se apoyaba en un mecanismo de dependencia.

La CEPAL había sido el organismo inspirador y definidor de los planes económicos y en 1951 el organismo aprobó la resolución que constituía el programa de integración centroamericano. En 1958 se suscribió el Tratado Multilateral de Libre Comercio e Integración y su culminación jurídico-institucional se alcanzó con la firma del Tratado General de Integración Económica. Edelberto Torres-Rivas, de forma muy controvertida, cuestionará dicha solución. Señalaba, en 1969, que alcanzado cierto nivel, las posibilidades de desarrollo del mercado común habían disminuido:

Aún sin advertir las causas últimas que determinan la matriz socioeconómica subdesarrollada y dependiente, el pensamiento desarrollista que anima la integración económica en Centroamérica concibe el mercado común como la única y real alternativa de desarrollo. Los resultados de más de una década de experiencias (...) vuelve menos contagioso el entusiasmo integracionista (Torres-Rivas 1989b:171).

El encontraba que los principales gestores de la integración se apoyaban en una creencia de que liberando las fuerzas del mercado se producirían, tarde o temprano, los cambios que en Europa habían producido el capitalismo que volvió moderna la sociedad feudal. El respondía señalando que “se ignora que el capitalismo que se subdesarrolla en la periferia requiere de un deliberado y persistente esfuerzo de planificación y promoción total para su expansión” y que el crecimiento económico, en ese entonces, adquiriría una naturaleza eminentemente política. Semejante manera de concebir el desarrollo movilizaba “supuestos teóricos hace mucho tiempo abandonados sobre la ‘evolución’ social e ignora el carácter esencialmente discontinuo, contradictorio y conflictivo del cambio social” (Torres-Rivas 1989b:195).

Como daré cuenta más adelante, Edelberto observó, a lo largo del análisis del proceso histórico, que en la región centroamericana persistían los lastres de la estructura agraria colonial, la dominación oligárquica y el modelo agro y monoexportador. Y que si bien, tras el período de expansión hacia fuera y la etapa de transición, hubo una incipiente diversificación productiva, una relativa industrialización y modernización, esto de ningún modo podía significar “desarrollo integral” puesto que no hubo un cambio de la matriz

socioeconómica, la matriz estructural. Más bien que, tanto la “vieja estructura agraria” como el “estilo y la formalidad oligárquica” parecieran haber sido requisitos para dicha integración (Torres-Rivas 1989b:177). Para peor, notaba que las bases de la economía industrial urbana habían sido incompatibles con el ejercicio ampliado de la democracia constitucional y de la participación popular. El resultado visible de la rigidez del sistema político era “la concentración aún mayor de los frutos económicos de estos diez años de experiencia integracionista y a la vez, el maridaje más estrecho o la identificación total entre la élite económica y política” (Torres-Rivas 1989b:178) Dicha élite estaba conformada por la burguesía local, pero aliada y penetrada por el capital extranjero. De este modo, se respaldaba políticamente a los intereses foráneos consolidando una “nueva situación histórica de dependencia” (Torres-Rivas 1989b:180).

Las Preguntas de Investigación y el Procedimiento Metodológico

Como ya he indicado, la fuerza motora de la sociología histórica es contestar preguntas de base histórica, hacerse preguntas sobre estructuras y procesos sociales que se consideran ubicados concretamente en tiempo y espacio (Skocpol 1994:122). Las preguntas de Cardoso y Faletto y de Torres Rivas si bien fueron de alcance histórico y regional, pues remitieron a un momento histórico concreto de América Latina, permitieron cuestionar las grandes teorías vigentes en ese tiempo y construir una nueva teoría aplicable a otras partes del tercer mundo. Así propusieron un “análisis integrado del desarrollo” o “análisis global del desarrollo” o el análisis del “desarrollo” como un “proceso histórico”, la noción promovida por Medina Echavarría. En concomitancia, a ambos libros no los organiza una cronología, sino el análisis de grandes procesos que son considerados importantes para la interpretación de un concepto nodal en aquel tiempo que era el “desarrollo”.

El procedimiento metodológico histórico-estructural, Cardoso y Faletto lo piensan en términos de “determinaciones recíprocas” entre las estructuras y la acción social:

Considerar en su totalidad las “condiciones históricas particulares” –económicas y sociales- subyacentes en los procesos de desarrollo, en el plano nacional y en el plano externo; por otro, comprender, en las situaciones estructurales dadas, los

objetivos e interesse que dan sentido, orientan o alientan el conflicto entre los grupos y clases y los movimientos sociales que ponen en marcha las sociedades en desarrollo. Se requiere (una perspectiva que al poner de manifiesto las condiciones concretas –que son de carácter estructural- y al destacar los móviles de los movimientos sociales –objetivos, valores, ideologías- analice aquéllas y éstos en sus relaciones y determinaciones recíprocas.” (Cardoso and Faletto 1998:17–18)

Edelberto Torres-Rivas puso en la práctica dicha metodología. Dividió la obra en diferentes procesos históricos que permitían interpretar el desarrollo centroamericano a la luz de las etapas propuestas por Cardoso y Faletto: la anarquía; la república liberal; las debilidades de la sociedad agro-exportadora y la crisis mundial de 1930; la difícil transición: depresión mundial y auge de la postguerra; la nueva opción: el proyecto de integración económica centroamericana. En cada uno de estos procesos históricos no hay una cronología o relato histórico, sino un análisis de las estructuras y la acción social, de los planos internos y externos, del orden y del cambio que permite aventurar una interpretación del proceso de desarrollo. A la luz de la interpretación de Torres-Rivas, Cardoso y Faletto elaboraron el apartado dedicado a Centroamérica titulado “La clase media frente a los terratenientes y al enclave” (Cardoso and Faletto 1998:96–99).

Generalmente se solía considerar a la crisis capitalista mundial de los años treinta como un parte aguas de la historia latinoamericana. Torres-Rivas, a contrapelo, sostuvo que el desencadenamiento de dicha crisis no significó para la sociedad centroamericana el fin de un período histórico y el inicio de un viraje, sino una “etapa de transición” que duró tres décadas. En esas, en vez de producirse un “desarrollo hacia adentro”, se agudizaron las contradicciones y debilidades que el llamado “desarrollo hacia fuera” había acumulado. Discutiendo tácitamente con las teorías evolucionistas expresó que:

Durante mucho tiempo se creyó que las formaciones económicas-sociales tradicionales se irían “disolviendo” por si mismas al ser paulatinamente sustituidas por otras de corte capitalista moderno, pero tal “propagación” no se produjo a ningún nivel y la estructura total siguió funcionando modificándose apenas (Torres-Rivas 1989a:105).

En Centroamérica, a diferencia de otros países latinoamericanos -sostuvo- fue la rigidez del sistema político y el reforzamiento de la dominación oligárquica lo que imposibilitó la búsqueda de alternativas para superar las consecuencias de

la crisis económica y social de los años treinta, idea que atravesó todo el libro (Torres-Rivas 1989a:107). Él observaba que en el período comprendido entre 1930 y 1945 en ningún país centroamericano estaban dadas las condiciones internas necesarias para pasar a la fase de desarrollo “hacia adentro”. Esa fase, según Cardoso y Faletto, que alcanzó su plenitud entre 1950 y 1960 en algunos países latinoamericanos, se apoyaba en una creciente participación de las clases medias urbanas y de las burguesías industriales y comerciales en el sistema de dominación, cuya expresión económica se manifestaba en las políticas de consolidación del mercado interno y de industrialización. Para Torres-Rivas, en Centroamérica:

la alternativa de crecimiento basado en la sustitución de importaciones estaba bloqueada por los reducidos mercados nacionales y la escasez evidente de recursos financieros y técnicos; pero lo que debe subrayarse es que a la crisis económica se le brinda un tratamiento político inspirado en la necesidad de mantener el status quo” (Torres-Rivas 1989a:112)

Centroamérica emergió en la postguerra vendiendo a un mismo mercado comprador un solo producto y dependiendo del mismo para cubrir sus necesidades manufactureras (Torres-Rivas 1989a:114). Si bien en la etapa de transición, a excepción de Costa Rica, la sociedad centroamericana vio un reforzamiento del estilo “oligárquico”, en la postguerra, el correlato fueron ciertos cambios sociales y políticos, como la crisis de ese poder oligárquico, la eclosión de movimiento populares bajo el liderazgo de grupos medios y una industrialización que hacia la década del cincuenta se convirtió en sinónimo de desarrollo. Estos movimientos políticos criticaron el sistema económico y político dominante, pero nunca llegaron a amenazarlo realmente. Éstos no alteraron “la forma en que aquel se manifiesta como sistema total” (Torres-Rivas 1989a:123). Las líneas de dependencia que pasan por el sistema económico, de acuerdo a Torres-Rivas, habían adoptado en la postguerra nuevas dimensiones dentro del sistema institucional y político. El sociólogo veía en estas rigideces los problemas que acuciaron en la década del cincuenta:

En resumen, las dificultades por encontrar un punto de equilibrio a través de una alianza política socialmente significativa que haga compatibles propósitos tan alejados entre ellos como la transformación del sistema económico sin alterar la estructura rural, la modernización de las instituciones políticas sin aceptar el libre juego del sistema de partidos y organizaciones de masas, las políticas

intencionales de planificación y desarrollo pero apoyándose exclusivamente en el sector privado, la inversión industrial junto a la atención de las presiones sociales para la participación en el consumo, etc., posibilitan una nueva forma de inestabilidad social y política y/o la constitución de regímenes autoritario-desarrollistas. El denominador común de estos últimos es la presencia militar y el renovado estilo oligárquico de gobierno tal como lo exhibe la región desde la década del 50 (Torres-Rivas 1989a:124).

Tras dos décadas, se había logrado crecimiento económico, pero sobre la base de las posibilidades tradicionales de exportación, no había cambiado la matriz agrario-exportadora, no hubo un cambio en la estructura del sistema, sino “apenas una diversificación en la pauta, ya tradicional, [de] países exportadores de materias primas y/o productos agrícolas” (Torres-Rivas 1989a:130).

El talón de Aquiles del sistema era, a juicio del sociólogo, el mundo rural. La base agraria de la colonia tenía continuidad en la estructura social y política del mundo rural centroamericano. Sobre ella se había construido una edificación modernizante que la limitaba sin parecer alterarla:

La “dualidad” estructural le llega a Centroamérica por herencia colonial que el último cuarto de siglo transcurrido no logra debilitar; la demanda externa impuso una infraestructura económica que favorecía el monocultivo; la estructura colonial que la independencia no pudo remozar puso el resto; y, por añadidura, el tipo de cultivos como el algodón y el café facilitaron la monopolización de la tierra primero y rápidamente después la concentración del ingreso, la oligarquización del prestigio y del poder y finalmente, la rigidez de toda la estructura social (Torres-Rivas 1989a:135).

Para Edelberto Torres-Rivas, entonces, la solución al problema del desarrollo centroamericano no era técnico, como proponía la CEPAL, sino político. El mundo rural centroamericano no era feudal, ni un mundo estancado y atrasado. El problema era su naturaleza colonial la cual se erguía como la “causa mas importante del subdesarrollo” (Torres-Rivas 1989a:158).

El Uso de Teorías y de Categorías Históricamente Referidas

Si bien ambas obras emergieron del mismo grupo de estudios y son ejemplos de la sociología histórica latinoamericana, utilizaron estrategias de investigación diferentes de entre las caracterizadas por Victoria Bonnell (Bonnell 1994). En el libro de Cardoso y Faletto pareciera ser más evidente la mediación de la historia por una teoría de alcance regional y utilizaron el método

comparativo más para ilustrar que para analizar; en el caso de Edelberto Torres-Rivas se nota un uso más evidente de la mediación de la historia por los conceptos y del uso sistemático de la comparación analítica. Los primeros pretendieron reflexionar sobre América Latina en su conjunto y el segundo procuró analizar un número más acotado de casos, los cinco países que conforman Centroamérica.

La hipótesis que barajan los autores para responder a sus preguntas se anclan en la categoría de “dependencia”. Para Cardoso y Faletto, este era un concepto “causal-significante”, una noción que podía otorgar “significado” a la conexión entre los componentes estructurales internos y externos. Para ellos, la dependencia había comenzado históricamente con la expansión de las economías de los países capitalistas originarios y aludía a las “condiciones de existencia y funcionamiento del sistema económico y del sistema político, mostrando las vinculaciones entre ambos, tanto en lo que se refiere al plano interno de los países como al externo” (Cardoso and Faletto 1998:24). En la dependencia de las naciones subdesarrolladas, si bien había una pretensión por ganar autonomía en términos políticos, las vinculaciones económicas con el exterior limitaban las posibilidades de decisión y acción autónomas. Dentro del ámbito nacional, la dependencia encontraba expresión interna, un tipo específico de relación entre clases y grupos, que implicaba una situación de dominio y que conllevaba estructuralmente la vinculación con el exterior.

La noción de dependencia, entonces, definía una forma de dominación, mientras que la noción de subdesarrollo caracterizaba un estado o grado de diferenciación del sistema productivo y las nociones de centro y periferia las funciones que cumplían las economías subdesarrolladas en el mercado mundial:

A través de la crítica del concepto de dependencia procuramos retomar la tradición del pensamiento político: no hay una relación metafísica de dependencia de una nación a otra, de un Estado a otro. Estas relaciones se hacen posibles, concretamente, mediante una red de intereses y de coacciones que ligan unos grupos sociales a otros, unas clases a otras (Cardoso and Faletto 1998:162)

Torres-Rivas no desarrolló en su libro una teoría de mediano alcance, ni un concepto, ni una metodología como el libro de Cardoso y Faletto, sino que hizo uso de dicho aparato conceptual y lo aplicó al proceso de desarrollo



centroamericano.⁸ Al interrogarse, entonces, por el proyecto de “integración” como sinónimo de “desarrollo” al momento en que escribió el libro, concluyó que:

Las funciones que continúa realizando en el área periférica del sistema capitalista mundial han determinado una estructura económica, social y política interna de un carácter dependiente; de allí que se diga que tanto la integración económica como el proceso de industrialización y modernización que supone, redefinen los términos de esa dependencia, sin alterarlos cualitativamente y, por supuesto, sin que desaparezcan totalmente las anteriores formas (Torres-Rivas 1989b:198).

El sociólogo afirmarí que el crecimiento económico o el desarrollo integral de una sociedad no conlleva el debilitamiento de los vínculos de dependencia:

Estos se encuentran asociados a la dinámica de las relaciones sociales internas, donde pueden o no predominar los intereses susceptibles de reivindicar la formación de bases nacionales para la expansión económica, fortalecer el Estado como centro autónomo de decisiones políticas y liquidar o alterar las viejas formas de vinculación al mercado mundial (Torres-Rivas 1989b:199).

A su juicio, el proceso de integración no fue precedido por cambios políticos que hayan consolidado el Estado ni de grupos productores nacionales. La fórmula de la integración -como sinónimo de desarrollo- buscaba integrar solamente a los “sectores modernos” (comerciales e industriales), sin que ello alcance las estructuras agrarias, ni fuese acompañado de una política distributiva que facilite la participación popular en el consumo y la vida política. En Centroamérica no existía un Estado socialmente fuerte capaz de llevar adelante una reforma estructural a fondo, como tampoco una sólida alianza de clases a nivel nacional y centroamericano que lo permita.

La integración que se pretendía, observaba, proyectaba una comunidad económica que reproducía desde sus mismos orígenes las fases que condujeron a la asociación creciente entre el sistema industrial central y el periférico. Reproducía la secuencia del proceso de desarrollo de Argentina o Brasil. “...la integración económica se proyecta como un esfuerzo por repetir en Centroamérica el proceso que atravesaron las sociedades latinoamericanas

⁸ En una entrevista expresó que la noción de dependencia no tuvo un gran desarrollo conceptual: “es una perspectiva teórico, es una categoría para analizar, marca un tipo de estilo para leer la historia de América Latina. Supone que el imperialismo no es una “variable” exterior, sino que ya opera en el interior de la sociedad nacional y en consecuencia es ahí donde el comportamiento de la burguesía reproduce las relaciones de dependencia” (Rovira Mas et al. 2009:58).

dependientes que más se adelantaron en ese proceso, sin posibilidad ninguna de recoger tal experiencia, evitar las desventajas o reforzar los méritos que allí se pudo adoptar” (Torres-Rivas 1989b:199–200). Esa experiencia, según el autor, permitía afirmar que la industrialización en la periferia reforzaba la dependencia. Aunque ello implicara cierta diversificación económica:

No se convierte en el pivote de un crecimiento autosustentado dinámico ni genera por sí misma una corriente de modernización hacia los otros sectores; se posterga la producción agrícola al continuar su lento crecimiento vegetativo (...); por consiguiente el sector primario continuará siendo el ‘talón de Aquiles’ del sistema. (Torres-Rivas 1989b:200)

Dicho de otro modo, se continúa con los vínculos que determinaron el perfil agroexportador reforzados ahora por el tipo de “industrialización” en camino, una industrialización subordinada.

El uso de todas esas categorías de manera diferenciada -como subdesarrollo, periferia y dependencia- le permitió a Edelberto Torres-Rivas sostener una conclusión que predijo el futuro: “Es posible, hoy día en términos relativos encontrar un cierto crecimiento económico en Centroamérica, pero sin que signifique desarrollo social, ni democratización, ni autonomía.” (Torres-Rivas 1989b:201) Esta hipótesis, sin más, permitió explicar los procesos de violencia que vivió posteriormente la región.

Reflexiones Finales

Recuperar esa obra de Edelberto Torres-Rivas le da mayor inteligibilidad a la pregunta que recorre toda su vida académica: el desarrollo integral de Centroamérica. Según el prefacio que escribió en su último libro –*Revoluciones sin cambios revolucionarios*- con éste pretendía darle continuidad a ese primer libro de 1969 que había sido publicado cuando la crisis y la violencia revolucionaria estaba gestándose en tres países de la región, Guatemala, El Salvador y Nicaragua, en un momento en el que creían en el socialismo en clave cubana con “más fervor que certezas”. Ahora él escribía pronunciando que “la revolución centroamericana fue derrotada por su inherente imposibilidad histórica” (Torres-Rivas 2013:2–3) y afirmando que:

Los procesos que condujeron a la crisis política y a sus manifestaciones de violencia guerrillera, en los años setenta y ochenta del siglo pasado encuentran su explicación última en el rechazo a la incapacidad (imposibilidad) del Estado oligárquico para ordenar la vida política por medio de maneras democráticas (Torres-Rivas 2013:14).

A contrapelo de las teorías economicistas, sostuvo que no hay una relación mecánica entre crecimiento económico, modernización política, desarrollo social, afirmación que se comprobó inmediatamente. Las causas del descontento social de los años sesenta y setenta muchas y acumulativas en Centroamérica. Si bien en esas décadas se produjo una profunda modernización de la vieja agricultura de exportación con diversificación y un proceso de industrialización, lo cual conllevó un alto crecimiento económico, al mismo tiempo generó una ampliación de las desigualdades, la pobreza, la polarización entre el campo y la ciudad y las exclusiones políticas. Haciendo suya la predicción de Tocqueville, sostuvo que cuando una economía mejora, las injusticias se vuelven más insoportables y las reivindicaciones más conscientes. De este modo, para Edelberto, los procesos revolucionarios en Centroamérica fueron motivados más por razones políticas que económico sociales. Hacia 2009, en una entrevista sostuvo:

En la medida en que las estructuras de poder tienen en Centroamérica una raíz colonial muy fuerte, apoyadas más en la explotación de la tierra y en la subordinación que tiene componentes racistas, la modernidad significa extirpar estas raíces coloniales y hacer del poder un poder democrático, participativo (...) de modo que la modernidad es democracia cuya base es el desarrollo capitalista, el progreso social, la cultura nacional. (Rovira Mas et al. 2009:47)

El maestro Edelberto Torres-Rivas cerró su producción académica volviendo a tomar partido por la sociología histórica y a denunciar, nuevamente, que el divorcio entre la sociología y la historia debe terminar; a optar por el análisis de procesos; a situar en los momentos críticos del pasado el origen de muchas manifestaciones del presente y a optar por el método comparativo. Su vida y su obra dejaron una gran huella en Latinoamérica.

Bibliografía

BATAILLON, Giles. "Edelberto Torres-Rivas: Entrevista con el hijo de un exiliado nicaragüense en Guatemala", *Revista Istor*, VI, 24, pp. 102–21, 2006.

BONNELL, Victoria. "Los usos de la teoría, los conceptos y la comparación en la Sociología Histórica." En: *Historia/Sociología/Sociología histórica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994, pp. 89–115.

CARDOSO, Fernando Henrique and Enzo Faletto. *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. 28th ed. Buenos Aires, Siglo XXI editores, 1998.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX*. Buenos Aires, Biblios, 2003.

FRANCO, Rolando. *La FLACSO Clásica (1957-1973)*. Santiago de Chile, FLACSO Chile y Catalonia, 2007.

ROSTICA, Julieta. "Carlos Guzmán Böckler. finura y osadía en la interpretación de la cara oculta de Guatemala." En: ACOSTA, Yamandú, ANSALDI, Waldo, GIORDANO, Verónica y SOLER, Lorena. *América Latina piensa América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2015, pp. 145–66.

ROVIRA MAS, Jorge. "EDELBERTO TORRES RIVAS: CENTROAMERICANO, RAZON Y PASION Biografía Académica." *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 26, pp. 7–28, 2000.

ROVIRA MAS, Jorge. "Edelberto Torres-Rivas: la perspectiva centroamericana." En: *Centroamérica entre revoluciones y democracia*. Bogotá, CLACSO, 2008.

ROVIRA MAS, Jorge, RIVERA, Marcia, y GANDASEGUI, Marco. "Edelberto Torres-Rivas: dependencia, marxismo, revolución y democracia la perspectiva desde la periferia", *CyE*, año 1, nº 2, 2009, pp. 27–76.

SKOCPOL, Theda. "La Imaginación Histórica de La Sociología." En: *Historia/Sociología/Sociología histórica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994, pp. 117–46.

TORRES-RIVAS, Edelberto. "La difícil transición: depresión mundial y auge de la postguerra." En: *Interpretación del desarrollo social centroamericano*. San José de Costa Rica: FLACSO. 1989 a.

TORRES-RIVAS, Edelberto. "La nueva opción: El proyecto de integración económica centroamericana." En *Interpretación del desarrollo social centroamericano*. San José de Costa Rica: FLACSO. 1989b.

TORRES-RIVAS, Edelberto. *Revoluciones sin cambios revolucionarios*. Guatemala, F&G editores, 2013.

Edelberto Torres-Rivas, la Sociología Histórica y la Noción de Dependencia

Resumen

El referente más importante de la sociología centroamericana hasta el momento es Edelberto Torres-Rivas. Uno de los momentos fundacionales de su vida académica transcurrieron en Chile,

cuando participó de un grupo de estudios, en el Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social de la CEPAL, que encabezaba Fernando Henrique Cardoso y del que surgió el libro más importante del dependentismo: *Dependencia y desarrollo en América Latina* de Cardoso y Enzo Faletto, publicado en 1969. Como resultado de esa experiencia Torres-Rivas publicó *Interpretación del desarrollo social centroamericano*, también en 1969. Este ensayo pretende analizar dicha obra de Edelberto Torres-Rivas y ponerla en diálogo con la obra de Cardoso y Falleto, para iluminar los puntos de contacto de una verdadera sociología histórica latinoamericana fundada al calor de los fructíferos debates en los años sesenta.

Palabras clave: Sociología histórica, dependencia, desarrollo, América Latina

Edelberto Torres-Rivas, Historical Sociology and the Notion of Dependence

Abstract

The most important reference in Central American sociology so far is Edelberto Torres-Rivas. One of the foundational moments of his academic life was spent in Chile, when he participated in a study group, at the Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social of CEPAL, headed by Fernando Henrique Cardoso and from which the most important book of dependentism emerged: *Dependencia y desarrollo en América Latina* of Cardoso and Enzo Faletto, published in 1969. As a result of this experience Torres-Rivas published *Interpretación del desarrollo social centroamericano*, also in 1969. This essay intends to analyze this work by Edelberto Torres-Rivas and put it into dialogue with the work of Cardoso and Falleto, to illuminate the contact points of a true Latin American historical sociology founded in the heat of the fruitful debates in the sixties.

Keywords: Historical sociology, dependence, development, Latin America

Edelberto Torres-Rivas, Sociologia Histórica e a Noção de Dependência

Resumo

A referência mais importante na sociologia da América Central até agora é Edelberto Torres-Rivas. Um dos momentos fundamentais de sua vida acadêmica foi passado no Chile, quando participou de um grupo de estudo, no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social da CEPAL, liderado por Fernando Henrique Cardoso e de onde emergiu o mais importante livro do dependenciamento: *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Cardoso e Enzo Faletto, publicado em 1969. Como resultado dessa experiência, Torres-Rivas publicou *Interpretación del desarrollo social centroamericano*, também em 1969. Este ensaio pretende analisar este trabalho de Edelberto Torres-Rivas e colocá-lo em diálogo com o trabalho de Cardoso e Falleto, para esclarecer os pontos de contato de uma verdadeira sociologia histórica latino-americana fundada no calor dos debates frutíferos dos anos sessenta.

Palavras chave: Sociologia histórica, dependência, desenvolvimento, América Latina



O Papel do Medo na História: A heterofobia e a paranoia coletiva na produção da violência racista

Lucas Voigt¹
Karl Monsma²

Introdução

Subestima-se o papel do medo na história. De modo geral, os sentimentos e as emoções humanas têm um papel influente na produção e na reprodução das práticas sociais, colocando em cheque os modelos analíticos centrados exclusivamente em uma suposta orientação instrumental das ações dos indivíduos³. Dentre o rol das emoções, o medo ocupa um papel de destaque na produção dos acontecimentos históricos, na medida em que não raro resulta em práticas marcadamente violentas. Ademais, o medo e a fobia do outro possuem um papel de importância na produção e na reprodução do racismo e das relações de dominação entre os grupos étnicos.

Orientado à luz da perspectiva da Sociologia Histórica⁴, este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca do papel e dos impactos da experiência do medo no processo histórico. O medo, a heterofobia e a disseminação de paranoias e ilusões coletivas têm um papel chave na produção de racismos e de violências físicas, direcionados a variados grupos étnicos e/ou

¹ Lucas Voigt, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, é Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período sanduíche na University of Illinois at Urbana-Champaign, bolsista CAPES, autor de *O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória* (Luminária Academia, 2017), além de artigos e capítulos de livros. E-mail: lucas_3106@hotmail.com.

² Karl Monsma, PhD em Sociologia pela University of Michigan, é Professor Titular de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, autor de *A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914* (EdUFSCar, 2016), e vários artigos e capítulos de livros sobre racismo, migrações, e sociologia histórica. E-mail: karlmonsma@hotmail.com.

³ Para uma crítica à teoria da ação racional, ao individualismo metodológico e ao atomismo subjacente a tal perspectiva, com base no debate travado entre William Sewell e James Coleman na segunda metade da década de 1980, ver Wacquant & Calhoun (1991).

⁴ Ver, por exemplo, Sewell (2017), Monsma, Salla & Teixeira (2018), Monsma (2017) e Calhoun (2003).

sociais em distintos contextos históricos. Deste modo, o artigo sustenta a centralidade do medo para a produção do fenômeno do racismo, bem como para a sua compreensão e definição teórica.

Ao evocar o termo “violência” – ou “violência racista” – neste artigo, ainda que não pretendamos de nenhum modo negligenciar a dimensão *simbólica* da violência (Bourdieu, 2010), referimo-nos de modo mais específico à violência que se expressa na forma da força e da coerção física. Algumas de suas expressões são a agressão, o assassinato, o genocídio, a tortura e o terrorismo. Nosso argumento, como trataremos de demonstrar, é de que o medo e as ilusões coletivamente produzidas e disseminadas são componentes centrais para a produção de práticas racistas violentas.

Para o desenvolvimento da análise procedemos, em um primeiro momento, a uma conceituação do racismo, incorporando a chave do medo como elemento central na produção do fenômeno. Na segunda parte, discutimos casos históricos em que o medo incidiu de maneira decisiva na produção de racismos e genocídios. Alguns exemplos apresentados são a paranoia coletiva em relação aos judeus na Europa durante a Peste Negra, o papel do medo no genocídio de Ruanda, o mito do estuprador negro nos Estados Unidos e os impactos do medo nas relações sociais e raciais no Brasil pré e pós-abolição. Ao apresentar casos históricos que demonstram o papel do medo na produção e na reprodução do racismo, explicita-se a associação entre os fenômenos do racismo e do medo, bem como a pertinência e a necessidade de consideração teórica acerca do medo para a compreensão e a conceituação do racismo.

Por fim, encerrando a discussão, apresentamos alguns exemplos contemporâneos e recentes de racismos e de violências produzidos a partir de fobias e paranoias coletivas. Serão considerados alguns casos atuais em que o medo produz racismo, tais como a perseguição e a estigmatização contra povos romani na Europa e a persistência do racismo antinegro no Brasil. Tal discussão procura demonstrar a persistência do fenômeno do medo e suas implicações para a produção e a reprodução histórica do racismo e de violências, questionando também as possibilidades de extinção do racismo e das relações de dominação entre os grupos étnicos.

Definições do Racismo

Seguindo a definição proposta por Karl Monsma (2017), podemos compreender o racismo como a dominação de um grupo étnico por outro. Nas palavras do autor, o racismo é: “[...] a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhada por representações e ideologias que essencializam e depreciam o povo subordinado, servindo para justificar a exploração ou exclusão material” (Monsma, 2017, p. 69).

Tal definição traz algumas implicações subjacentes: primeiro, a ideia de que o racismo envolve relações entre *grupos étnicos*; segundo, que tal relação é de *dominação*; e, terceiro, que tal dominação não se resume à produção de representações, discursos e ideologias, envolvendo *interesses materiais* e compreendendo lutas pela obtenção, manutenção e controle dos recursos sociais.

A atenção ao aspecto material e aos recursos sociais – e, por extensão, a não restrição a questões simbólicas ou da ordem do discurso – é uma característica da produção sociológica dos pesquisadores alinhados à Sociologia Histórica⁵. Ademais, a redução a questões do universo do simbólico e das representações e, de modo correlato, a acusação de negligência aos aspectos concretos e materiais do racismo, têm sido uma das críticas mais recorrentes aos chamados “estudos pós-coloniais”. Como argumenta George Fredrickson (2003), é central retermos que o racismo não é apenas uma atitude ou um conjunto de crenças, mas práticas, instituições e estruturas.

Uma das críticas mais contundentes e bem fundamentadas aos estudos coloniais e pós-coloniais foi apresentada pelo historiador Frederick Cooper (2005). De acordo com o autor, o paradigma pós-colonial tem tratado os processos do colonialismo de modo abstrato e genérico, retirando-os da sua própria história. Na visão do autor, os estudos coloniais se baseiam em um “colonialismo genérico”, situado em algum lugar no intervalo histórico que compreende 1492 a 1970 – e, portanto, negligente em relação aos processos históricos e empíricos específicos. O ahistoricismo e a negligência aos processos históricos por parte dos estudos pós-coloniais – e, de modo correlato, o foco em

⁵ William Sewell, por exemplo, um dos expoentes de tal perspectiva, incorpora a dimensão material e de recursos ao cerne da sua conceitualização de “estrutura”. (Ver: Sewell, 2017).

representações e no simbólico –, podem ser explicados pelo próprio contexto acadêmico de origem de tais estudos, o campo dos estudos literários⁶ (Cooper, 2005).

Cooper (2005) apresenta uma crítica a Dipesh Chakrabarty e sua proposta de “provincializar a Europa” – isto é, de tornar a Europa um modelo particular, não universal. A crítica de Cooper se dirige ao fato de, a despeito da sua proposta, Chakrabarty realizar exatamente o oposto de uma “provincialização da Europa”. Segundo Cooper, no modelo de Chakrabarty ideias como “modernidade” e “racionalidade” deixam de ser ideologias provinciais, tornando-se um conjunto de poder e saber que teria sido imposto em todas as partes do mundo. Ademais, em tal visão, a história europeia é transformada em uma única era pós-Iluminismo, regida por ideais supostamente uniformes e unívocos. Cooper argumenta que a Europa do século XIX estava envolvida em lutas e conflitos, mencionando, por exemplo, o caso dos intelectuais autodefinidos como “modernistas” dos anos 1890-1930, que se opunham ao racionalismo e ao liberalismo⁷ (Cooper, 2005).

Pode-se argumentar que as críticas – implícitas ou explícitas – de historiadores e de sociólogos históricos à abordagem pós-colonial se refletem na própria definição de racismo proposta por Monsma (2017), que visa se distanciar de uma concepção redutiva – e historicamente problemática – do racismo como produto da expansão colonial. Seguindo Jenkins (1997), o autor elabora uma definição do racismo que não limita o fenômeno exclusivamente ao expansionismo europeu. Segundo Monsma, o “paradigma colonial” – no qual se inserem os chamados “estudos coloniais” e “pós-coloniais” – compreende o

⁶ Sobre o foco dos estudos pós-coloniais em representações, discursos, esquemas culturais, ideologias e epistemes, ver também Go (2013). O autor, todavia, tem uma leitura bem mais positiva dos estudos pós-coloniais, chegando a propor uma “sociologia pós-colonial”.

⁷ A literatura pós-colonial postula uma associação intrínseca entre, de um lado, o colonialismo e o racismo e, de outro, a filosofia iluminista e o advento da modernidade. De modo interessante, Fredrickson (2003) discute um caso histórico de racismo – o antissemitismo na Alemanha do século XIX – baseado em um sistema de valores romantista, anti-iluminista, antimoderno e antirracionalista. Nesse caso específico, em função da ascensão de judeus a postos importantes nas profissões liberais, eles foram acusados de serem “capitalistas”, incapazes de assimilar o *Volksgeist*, de disseminarem condutas alheias ao *habitus* dos alemães, de serem agentes de mudanças indesejadas – como a industrialização e a urbanização –, além de exploradores econômicos e banqueiros. Como argumenta Fredrickson (2003), o antissemitismo do período era uma forma de autopreservação, além de expressar o medo da dominação dos judeus.

racismo somente como uma consequência da expansão europeia. Assim, o racismo seria concebido como a dominação dos europeus sobre o resto do mundo. Em tal visão, há uma suposição latente de que os europeus seriam “os únicos racistas do mundo” (Monsma, 2017, p. 55), e de que o racismo de europeus contra outros europeus, ou de não-europeus contra outros não-europeus, seria impossível. Todavia, como demonstra o autor, há racismos que antecedem o colonialismo europeu (como o antissemitismo), casos de racismo intra-europeu (por exemplo, a dominação da Irlanda pela Inglaterra ou o racismo dos nazistas contra povos eslavos), bem como racismos entre povos não-europeus (como o imperialismo japonês do início do século XX ou o racismo contra os rohingya em Myanmar atual). Deste modo, como argumenta Monsma (2017, p. 69-70): “O colonialismo e a dominação do mundo pelos europeus é o fenômeno mais importante por trás do racismo no mundo moderno, mas não é a única fonte do racismo”.

Na concepção de racismo proposta por George Fredrickson (2003), encontramos dois componentes centrais: a diferença e o poder. Neste argumento, um esquema mental de diferença étnico-racial “nós x eles” – uma diferença supostamente perpétua, que essencializa e inferioriza o grupo estigmatizado – é o que possibilita o uso de recursos de poder para a manutenção da dominação e para a reprodução do racismo. Nos termos do próprio autor, o racismo:

[...] originates from a mindset that regards “them” as different from “us” in ways that are permanent and unbridgeable. This sense of difference provides a motive or rationale for using our power advantage to treat the ethnoracial Other in ways that we would regard as cruel or unjust if applied to members of our own group⁸. (Fredrickson, 2003, p. 9).

Dentre as formulações teóricas sobre raça e racismo que dão relevo ao papel do medo, podemos mencionar a definição proposta por Achille Mbembe (2014). Nas palavras do autor:

[...] a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e,

⁸ Tradução livre: “[...] origina-se de um *mindset* que considera ‘eles’ diferentes de ‘nós’ de uma maneira que é permanente e intransponível. Esse senso de diferença fornece um motivo ou lógica para usar nossa vantagem de poder para tratar o Outro étnico-racial de uma maneira que nós consideraríamos cruel ou injusta se aplicada a membros do nosso próprio grupo”.

eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histórica. (Mbembe, 2014, p. 25).

Em diálogo com Franz Fanon, Mbembe (2014) caracteriza o racismo como um tipo de ressentimento, de desejo de vingança, de terror, de raiva e de ofensa. Segundo o autor, o racismo é uma forma de “alterocídio”. Destacando o potencial do racismo fóbico – isto é, do medo racial – para a violência e o genocídio, Mbembe define o alterocídio como a construção do: “[...] Outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (Mbembe, 2014, p. 26, grifo do autor).

Em Albert Memmi (1993), encontramos uma segunda formulação teórica do racismo que atribui centralidade ao medo. Segundo o autor, o racismo: “Não se trata de lógica racional mas de uma outra espécie de lógica: a do medo e da paixão” (Memmi, 1993, p. 72). Tratando da relação entre o medo e a agressão, Memmi afirma que:

O racista é um homem que tem medo; que tem medo porque agride, e agride porque tem medo. Que tem medo de ser agredido ou que tem medo porque se julga agredido; e que agride para exorcizar este medo. Porquê este medo de ser agredido? Geralmente, para arrancar ou defender algum bem. (Memmi, 2013, p. 70, grifo do autor).

Memmi (1993) define como “heterofobia”, em sentido amplo, toda a forma de recusa do outro com base não biológica – isto é, o racismo *culturalmente* produzido. Nos termos do autor, a heterofobia é a “[...] recusa do outro em nome de qualquer diferença” (Memmi, 1993, p. 85). Da discussão do autor sobre o racismo e a heterofobia, podemos depreender duas características centrais do racismo: primeiro, que o racismo opera uma essencialização negativa do outro e, segundo, que o racismo tem um papel na legitimação da dominação racial e no controle de bens e de recursos por parte do grupo etnicamente dominante.

Como vimos, a definição de racismo de Memmi (1993) leva em conta a experiência do medo. Um dos elementos mais importantes de tal formulação é que ela comporta a dimensão da luta e do conflito em torno da apropriação ou manutenção de bens e recursos na produção do racismo. Em outras palavras, a



essencialização negativa operada pelo racismo, que visa legitimar a dominação, é também o produto do medo da perda de uma posição dominante e, de modo correlato, da perda do controle dos bens e recursos necessários à manutenção de tal posição. Ademais, na visão de Memmi, a negativização e a destruição simbólica do outro é um “prelúdio do aniquilamento”, o que nos auxilia a compreender como o racismo produzido pelo medo pode se transformar em violência e, eventualmente, em “alterocídio” e genocídio.

Ao problematizar o “racismo do desfavorecido”, isto é, o racismo de um grupo desfavorecido em relação a outro grupo ainda mais desfavorecido, Memmi (1993) oferece elementos para a reflexão acerca do papel do medo da perda de recursos na produção do racismo. Discutindo o caso do racismo de operários e comunistas franceses contra imigrantes africanos, o autor demonstra como o racismo e a xenofobia decorrem do medo de que um “outro” irá espoliar bens e recursos que, no caso dos operários franceses, já são em si mesmos bastante escassos – consistindo, basicamente, na posse de um emprego e de um salário. Além disso, nesse caso específico, o racismo reforça a autoimagem do racista: ainda que em uma posição dominada e em condição de trabalho assalariado, o racista estaria ao menos em uma posição superior àquela ocupada pelos imigrantes.

Da discussão exposta até o momento, podemos extrair duas conclusões. Primeiro, de que é necessário que se leve a história a sério para a compreensão do racismo, analisando os processos e contextos históricos específicos nos quais o racismo se produz e reproduz, evitando imprecisões – tais como a suposição de que o racismo é exclusivamente um resultado do colonialismo –, ou reducionismos – como a ideia de que o racismo é somente um conjunto de categorias cognitivas e discursos. Neste contexto, a discussão histórica sobre o medo e alguns casos específicos em que tal emoção teve papel ativo na produção de racismos – discussão apresentada na próxima seção – servirá para fornecer sustentação empírica às conceituações sobre o racismo.

Em segundo lugar e, de modo correlato, é possível e necessário incorporar a chave do medo na definição teórica do racismo. Neste sentido, podemos argumentar que um grupo racialmente dominante tende a temer a perda do poder

e dos recursos que monopoliza, além de ter medo da vingança dos dominados e racializados pelas violências e pelos abusos sofridos, o que, por sua vez, leva o grupo dominante a elaborar representações simbólicas que essencializam negativamente o grupo dominado e reforçam ainda mais o medo em relação a ele, resultando na disseminação de imagens fantasiosas e de paranoias coletivas sobre o grupo racializado⁹.

O Medo e a Paranoia Coletiva na Produção dos Racismos

Principiemos nossa análise histórica da experiência do medo enquanto fenômeno produtor de racismos considerando aquele que, possivelmente, representa o caso histórico de racismo – ou “protorracismo” – mais longínquo de que se tem notícia, o antissemitismo. Como argumenta Fredrickson (2003), ainda que o termo “racismo” tenha se tornado de uso corrente apenas na década de 1930, o fenômeno é bem mais antigo, tendo se originado nos séculos XIV e XV, quando foi articulado, originalmente, no idioma da religião – isto é, o racismo medieval se baseava na religião, e não nas ciências da natureza, como ocorre no racismo “científico” a partir do século XIX.

De acordo com Fredrickson (2013), nos séculos XII e XIII as atitudes de hostilidade dos europeus cristãos em relação aos judeus se intensificam, lançando as bases para o racismo que se desenvolverá posteriormente. Já nos séculos XIII e XIV, os judeus passam a ser demonizados na Europa, sendo associados ao mal e ao diabo. Ademais, tal condição dos judeus passa a ser considerada irremediável. Para Fredrickson (2003), o antissemitismo se torna racismo quando os judeus passam a ser considerados intrinsecamente maléficos, ao invés de possuírem

⁹ Tal formulação carrega semelhanças com a clássica definição de Herbert Blumer sobre o *racial prejudice* (Blumer, 1939, 1958) que, igualmente, dá ênfase às inter-relações entre o racismo, o medo e o controle de recursos sociais. Articulando a dimensão emocional do racismo (foco das análises centradas na compreensão do preconceito racial enquanto fenômeno individual) com o “sentido de posição *social* do grupo” (produzido de modo relacional), Blumer (1939, 1958) define o preconceito racial como uma reação emocional de um grupo racialmente dominante – que envolve a produção de sentimentos como “aversão”, “medo” e “hostilidade” – frente a uma ameaça de ataque ou de perda de recursos para um grupo racialmente subordinado. Nas palavras do autor: “The remaining feeling essential to race prejudice is a *fear* or apprehension that the subordinate racial group is *threatening*, or *will threaten*, the position of the dominant group” (Blumer, 1958, p. 4, grifos nossos. Tradução livre: “O sentimento remanescente essencial ao preconceito racial é um *medo* ou apreensão de que o grupo racial subordinado esteja *ameaçando*, ou *ameaçar*á, a posição do grupo dominante”). Sobre a definição de Blumer acerca do *racial prejudice*, ver também Guimarães (2003, p. 101).

falsas crenças. Em outras palavras, o antissemitismo se transforma em racismo quando se passa a acreditar que os judeus não são passíveis de conversão e de redenção.

Segundo Fredrickson (2003), milhares de judeus foram mortos em meados do século XIV, pois se disseminou à época uma paranoia coletiva que supunha que a Peste Negra teria sido causada pelo envenenamento dos poços de água por parte dos judeus. De acordo com o autor, a Peste Negra criou a necessidade de bodes expiatórios, que pudessem explicar e aliviar o sofrimento causado pelo elevado número de mortes. Nas palavras do autor: “Peculiar to the denigration of the Jews over the centuries, whether as imps of Satan, international financiers, or fomenters of world revolution, has been the role of *mass paranoia*”¹⁰ (Fredrickson, 2003, p. 22, grifo nosso). Podemos conceber tal *paranoia coletiva* (ou “paranoia de massa”) como uma espécie de delírio coletivo, baseado em rumores e em falseamento, que acaba por produzir a estigmatização e a perseguição de um grupo ou de um povo. Neste sentido, com base na discussão formulada por Fredrickson (2003), é possível afirmarmos que o medo e a paranoia coletiva estão na origem do massacre de milhares de judeus no século XIV, grupo que foi racializado mediante a disseminação de medos irracionais intensos, transformando-se em bode expiatório dos temores da Europa da época.

Outro caso histórico que demonstra a relação entre o medo e o racismo e que, ademais, explicita a relação do racismo com as lutas pelo controle de recursos, é o genocídio da minoria tutsi pelos hutus, ocorrido em Ruanda, em 1994. Segundo Michael Mann (2005), o massacre em Ruanda é considerado o genocídio mais rápido da história, tendo levado cerca de onze semanas. Historicamente, os colonizadores belgas favoreceram a minoria tutsi, considerada racialmente superior. As disputas raciais no país envolviam lutas pelo controle do Estado e, por extensão, pelos benefícios relacionados ao controle do aparato estatal. De acordo com Mann (2005), além de fatores econômicos – como a crise e a baixa no preço das exportações –, o genocídio foi impulsionado pelo medo da invasão de um exército tutsi com o apoio de Uganda. Ademais, os tutsis

¹⁰ Tradução livre: “Peculiar à depreciação dos judeus ao longo dos séculos, seja como diabinhos de Satã, financiadores internacionais ou fomentadores da revolução mundial, tem sido o papel da *paranoia de massa*”.

controlavam o Estado do país vizinho Burundi, promovendo violência contra os hutus e excluindo-os das benesses do Estado, o que contribuía para o medo e o temor dos hutus caso os tutsis obtivessem o controle político em Ruanda. Após o avião com os presidentes de Ruanda e de Burundi ser abatido, os hutus mais radicais tomaram o poder do Estado e promoveram o genocídio de mais de 75% do grupo tutsi (Mann, 2005).

Um dos casos mais emblemáticos dos usos sociais do medo e do controle social através do temor é a construção do mito do estuprador negro nos Estados Unidos. De acordo com Angela Davis (2016), tal acusação foi direcionada de modo indiscriminado aos homens negros. Segundo a autora, as acusações fraudulentas de estupro operam como um dos mecanismos do racismo. Ademais, o mito do estuprador negro é acompanhado de uma imagem sexualizada e promíscua da mulher negra, o que implica que todos os negros seriam controlados por pulsões animais, em uma demonstração do efeito desumanizador e essencializante do racismo.

Podemos argumentar que o mito do estuprador negro, ao construir uma imagem ameaçadora do homem negro, também produzia o medo e o temor entre as mulheres brancas, levando-as a evitar contatos e relações com negros. De acordo com Fredrickson (2003, p. 2): “A key feature of the racist regime maintained by State law in the South was a fear of sexual contamination through rape or intermarriage [...]”¹¹.

Além disso, de acordo com Davis (2016), falsas acusações de estupro serviram como pretexto e justificativa para os linchamentos raciais, haja vista que os homens brancos teriam o “dever” de proteger as “suas” mulheres e a sua honra. Neste sentido, o mito do estuprador negro tem um papel central na formação do racismo pós-escravidão nos Estados Unidos. O mito do estuprador negro, produto do “*irracional* mundo da ideologia racista” (Davis, 2016, p. 180, grifo nosso), constitui-se como uma construção mitológica, ilusional e paranoica, mobilizada para justificar atos de extrema violência, como os linchamentos¹².

¹¹ Tradução livre: “Uma característica chave do regime racista mantido pela lei estadual no Sul era o medo de contaminação sexual através do estupro ou casamento [...]”.

¹² Davis (2016) fala em dez mil linchamentos, nas três décadas posteriores à Guerra de Secessão americana.

Ademais, essa violência, conjuntamente ao terror que ela difundia entre a população negra, serviam para intimidar os negros e manter-lhes no “seu lugar” subordinado.

Efetivamente, em muitos casos a motivação real do linchamento nada tinha a ver com o estupro, mas com a manutenção da supremacia branca, bem como com a defesa de interesses materiais e pragmáticos e, em última instância, com a luta pelo controle de recursos. Davis (2016) menciona um exemplo de três negros que foram linchados em função de possuírem uma loja que representava uma concorrência a outra loja, controlada por brancos. Nas palavras da autora, três indivíduos “[...] foram linchados em Memphis, Tennessee, assassinados por uma gangue racista porque a loja que abriram em um bairro negro era forte concorrente de uma loja de propriedade de pessoas brancas” (Davis, 2016, p. 186). Neste sentido, percebe-se como a produção do medo e a disseminação de ilusões coletivas – como o mito do estuprador negro – servem ao racismo que, em última instância, tem como finalidade a reprodução da dominação racial e a manutenção do controle de recursos.

Em sentido bastante semelhante, o estudo de Joane Nagel (2003) demonstra como as narrativas de conquistadores e imigrantes afixados nos Estados Unidos operaram uma sexualização dos indígenas, representando-os como moralmente e humanamente inferiores. Em virtude de tais atributos “selvagens”, as mulheres brancas deveriam ser protegidas dos indígenas. Segundo a autora, um dos primeiros gêneros literários surgidos na imprensa americana é aquele conhecido por *captivity narratives*, que tratavam da captura de brancos por índios, especialmente de mulheres raptadas por ávidos e sexualizados selvagens. Além de produzir o medo nas mulheres brancas, visando evitar os contatos inter-raciais, “[...] the portrayal of Indians as sexually dangerous was a convenient justification for warfare against native societies and for ‘removing’ Indians from areas chosen by whites for settlement”¹³ (Nagel, 2003, p. 75). Assim, a descrição sexualizada dos índios e sua representação como uma ameaça

¹³ Tradução livre: “[...] a representação dos índios como sexualmente perigosos era uma justificativa conveniente para a guerra contra as sociedades nativas e para a ‘remoção’ dos índios de áreas escolhidas pelos brancos para colonização”.

serviram para o controle e a exploração de recursos por parte dos brancos, bem como para o projeto “civilizatório” direcionado aos indígenas.

Em estudo acerca da problemática do aborto nos Estados Unidos no século XIX, as sociólogas históricas Nicola Beisel & Tamara Kay (2004), orientadas segundo a perspectiva dos “estudos de interseccionalidade”, demonstram como as políticas de aborto do período eram direcionadas a mulheres brancas, anglo-saxônicas e protestantes, sobretudo as de classe média. Neste sentido, a intersecção entre gênero, raça / grupo étnico, religião e classe social, nesse caso específico, era produzida na experiência e na trajetória de mulheres que integravam o grupo conhecido como WASP (*White, Anglo-Saxon Protestants*).

No século XIX, havia imigração em larga escala aos Estados Unidos – especialmente de irlandeses católicos, considerados racialmente inferiores e não pertencentes à “raça branca”. No mesmo contexto, verificavam-se baixas taxas de fertilidade entre as mulheres anglo-saxônicas. Assim, de acordo com Beisel & Kay (2004), a criminalização do aborto nesse período – que, até então, não era uma prática proibida – era parte de um projeto para manter a dominação demográfica dos anglo-saxônicos, o que permitiria a continuidade da sua dominação política e cultural do país. Se quisermos reler o trabalho das autoras sob a problemática do medo, é possível afirmar que para os médicos, para as autoridades políticas da época e até mesmo para o movimento sufragista¹⁴, havia o temor de que o aborto de mulheres do grupo WASP ameaçasse a raça anglo-saxônica, sua hegemonia social e sua dominação racial – o que representava, em tal visão, uma ameaça à própria cultura e às instituições americanas. Nas palavras das autoras: “One of the most startling aspects of nineteenth-century racial politics is that fears of the demise of the Anglo-Saxon race were realized”¹⁵ (Beisel & Kay, 2004, p. 515, grifo nosso).

Em estudo comparado acerca da história dos afrodescendentes e das sociedades por eles influenciadas na América Latina dos séculos XIX e XX, em

¹⁴ De modo interessante, Beisel & Kay (2004) demonstram como o próprio movimento de mulheres sufragistas posicionava-se contrário ao aborto no século XIX. O aborto era considerado uma consequência da degradação moral das mulheres, em virtude da exploração sexual pelos homens. Na visão do movimento sufragista, o aborto só teria fim quando as mulheres obtivessem direitos.

¹⁵ Tradução livre: “Um dos aspectos mais surpreendentes das políticas raciais do século XIX é o surgimento de medos da extinção da raça anglo-saxônica”.

que propõe o interessante conceito de *América Afro-Latina*, George Andrews (2007) também nos oferece elementos para refletirmos sobre o papel do medo nas relações entre os grupos raciais. De acordo com o autor, no período que compreende os anos de 1880 a 1930, disseminou-se entre as elites nacionais de toda a América Latina um ideário de embranquecimento racial, em um contexto marcado pela recepção do pensamento racial oriundo da Europa e da América do Norte, na forma do racismo científico e do darwinismo social.

Como enfatiza Andrews (2007), o “embranquecimento” almejado para a América Latina não era apenas de natureza racial, mas também de ordem cultural e estética. Tal ideário implicou uma repressão sistemática a manifestações culturais e religiosas dos afro-latinos, na música – tomando como alvo o samba brasileiro e a rumba cubana –, na religião – reprimindo o Candomblé, a Macumba e a Santería – e também nas festas populares influenciadas pela cultura africana – como é o caso, notadamente, do carnaval. O período do final do século XIX e início do século XX é caracterizado, ademais, por políticas modernizadoras de urbanização – isto é, as “reformas urbanas” –, que tinham por objetivo remover a população pobre e negra das áreas centrais das cidades – o que implicou, por exemplo, na eliminação dos cortiços –, bem como de políticas higienistas e sanitaristas direcionadas à classe trabalhadora – como as campanhas de vacinação.

De acordo com Andrews (2007), essa “guerra à negritude”, que visava suprimir e invisibilizar do espaço público as manifestações de matriz africana, tem suas raízes em um medo da “africanização” da sociedade, e da alegada influência anticivilizadora, degeneradora e primitivista que os afrodescendentes poderiam exercer na população branca, especialmente entre a classe trabalhadora e até mesmo nas classes médias. Assim, temos um exemplo histórico em que um ideário racista é responsável pela produção do medo, que contribui para o reforço do racismo e para a produção de práticas violentas de repressão direcionadas à população negra por toda a América Latina. Nas palavras de Andrews, verificavam-se:

[...] *temores* que dominavam as elites da virada do século [XIX para o XX]. A negritude não era algo distante, estranho e afastado. Ao contrário: quando os brancos das classes alta e média deixavam suas mansões e casas da cidade todas

as manhãs para entrar no mundo fervilhante das ruas, “a África começava na entrada da sua casa”. (Andrews, 2007, p. 157, grifo nosso).

Consideremos outro caso histórico que, embora não possa ser enquadrado propriamente como um exemplo de “racismo”, demonstra como medos coletivos podem resultar em violência e maus tratos direcionados a grupos étnicos inteiros. Referimo-nos às chamadas *campanhas de nacionalização*, levadas a cabo durante o Estado Novo (1937-1945) e direcionadas aos denominados “quistos étnicos”, isto é, aos imigrantes italianos, alemães e japoneses – tendo afetado, sobretudo, esses dois últimos grupos –, que consistiram em práticas violentas de nacionalização e de assimilação dos grupos imigrantes, considerados reclusos e não integrados à sociedade brasileira.

Analisemos de modo mais específico o grupo étnico germânico no Brasil. O tema das campanhas de nacionalização e da violência de Estado contra imigrantes alemães é, muito provavelmente, a temática mais estudada no contexto das pesquisas sobre a teuto-brasilidade e a “germanidade” no Brasil (ver, por exemplo, Geraldo, 2009; Fáveri, 2002; Gertz, 1987; Voigt, 2017). Uma das motivações para a promoção das campanhas de nacionalização foi o medo da influência da propaganda nazista nos núcleos de colonização, em um contexto histórico em que a Alemanha de Hitler projetava-se como a principal potência econômica, militar e política da época. Os imigrantes alemães eram considerados pelas autoridades brasileiras e pelos agentes de segurança pública uma “quinta coluna” infiltrada no país, agindo politicamente de forma alinhada aos interesses do *III Reich*. Ademais, temia-se que os alemães – especialmente os do Sul do Brasil – pudessem promover a independência e a emancipação de territórios brasileiros. Esse medo é, mais precisamente, uma *paranoia*, haja vista que inexistem quaisquer indícios históricos que apontem que alemães em território nacional estivessem promovendo a separação territorial ou organizando agitações políticas ou militares que desafiassem a autoridade brasileira.

Neste sentido, pode-se atestar o papel do medo e da paranoia coletiva na gênese das práticas de perseguição e de nacionalização de alemães no Brasil. Em outras palavras, o medo e a paranoia coletiva tiveram um papel central para a violência de Estado em relação a esse grupo étnico e imigrante. Nas memórias sobre o período, produzidas por um grande número de pesquisadores (ver, por



exemplo, Voigt, 2017 e Fáveri, 2002), evidenciam-se as agressões por parte das forças de segurança pública, as prisões arbitrárias, a invasão ilegal de domicílios, o confisco de bens pessoais – com destaque a livros e publicações em língua alemã – e até mesmo a tortura – muitos relatos evocam a prática de ingestão forçada do óleo de rícino por parte de teuto-brasileiros “flagrados” empregando o idioma alemão em locais públicos.

Ademais, ainda que tal caso histórico não possa ser enquadrado como “racismo”, na medida em que inexistente uma essencialização negativa do grupo étnico alemão com base em caracteres supostamente intrínsecos e imutáveis, tal prática violenta envolve concepções *racializadas* acerca do que constitui a “brasilidade”. Seguindo a formulação de Giralda Seyferth (2000), podemos argumentar que as visões de Gilberto Freyre sobre a identidade nacional contribuíram em grande medida para a legitimação das políticas de nacionalização. Na visão de Freyre, o Brasil seria um país aberto e receptivo a outros grupos étnicos e imigrantes, desde que se assimilassem. A “brasilidade” estaria assentada, por um lado, na base lusitana da formação do Brasil – e, por extensão, no emprego da língua portuguesa – e, de outro, na miscigenação racial – isto é, na mistura das três raças que teriam formado e constituído o povo brasileiro (Seyferth, 2000). O grupo étnico teuto, que empregava o idioma alemão e usualmente estabelecia relações matrimoniais endógenas, não se adequava ao ideal de nação do período e, neste sentido, deveria ser nacionalizado, violentamente se necessário.

Consideremos, por fim, um último exemplo do papel do medo na história. Em um capítulo de livro sobre a reprodução do racismo no Oeste Paulista, com interesse especial no período posterior à abolição, Monsma (2016) analisa o papel do medo nas interações entre senhores de escravos, escravos ou negros libertos e agentes de segurança pública.

De acordo com o autor, nos anos finais da escravidão, houve um conjunto de revoltas e rebeliões, em um contexto de resistência generalizada dos escravos. Ao final da década de 1880, constatavam-se várias revoltas e conspirações de cativos no interior de São Paulo, além de uma “onda de fugas em massa” de escravos (Monsma, 2016, p. 126). Tal rebeldia dos cativos provocou medo entre

os escravocratas, que temiam por sua segurança e a das suas famílias e propriedades, enquanto os agentes policiais receavam os impactos de aglomerados de negros libertos ou fugidos para a ordem pública. De acordo com Monsma (2016, p. 120), o medo disseminado no período serviu para a construção dos escravos como uma “ameaça”; ademais, a insubordinação de escravos e libertos produziu ressentimento nas elites locais, gerando emoções mistas, que envolviam “suspeita, medo e ódio” (Monsma, 2016, p. 126). Isto fez com que, às vésperas da abolição, o medo dos brancos produzisse uma representação dos negros como “depravados” e “traíçoeiros” (Monsma, 2016, p. 157).

Monsma (2016) imputa ao medo um papel central na própria abolição da escravidão, na medida em que havia um grande temor de uma revolução dos cativos. Nas palavras do autor: “A ameaça de uma revolução dos cativos forçou a abolição do 13 de Maio de 1888, que ratificou a liberdade que boa parte dos escravos, libertos condicionais e ingênuos já haviam tomado por iniciativa própria” (Monsma, 2016, p. 126).

Logo após a abolição, a rebeldia dos ex-escravos continuava. Nas palavras do autor:

A rebeldia de muitos ex-escravizados também continuava. Nos primeiros anos após a abolição, havia certo *medo*, amplamente difundido entre a população branca e refletido nas comunicações dos delegados, da violência e “perversidade” dos ex-cativos, e o temor da revolta ainda persistia. (Monsma, 2016, p. 130, grifo nosso).

Neste sentido, após a abolição de 13 de maio de 1888, verificava-se um desejo por repressão e vingança por parte dos brancos, visando recolocar os ex-escravos “em seu lugar” frente aos senhores, além de obter vingança pelos “desaforos” dos negros insubmissos. Segundo Monsma (2016, p. 131), no Brasil pós-abolição vê-se o despertar do medo e de “fantasias medonhas” em relação aos ex-escravos, produzidos com base em sentimentos de “ameaça” e “perigo” (p. 132). Tais sentimentos exacerbavam a violência contra os ex-escravos.

Como argumenta Monsma (2016), os medos raciais dos brancos e a raiva contra os negros produziram alguns linchamentos raciais no Oeste Paulista, ainda que em proporção muito menor do que os milhares de linchamentos que tiveram lugar no Sul dos Estados Unidos. Os linchamentos são, segundo o autor, uma forma de intimidação e de “terrorismo racial” (Monsma, 2016, p. 137). Ademais,

o linchamento racial é um produto do medo em relação aos ex-escravos. Nas palavras do autor: “Além de refletir o medo da violência e a ‘selvageria’ dos negros, os linchamentos paulistas expressavam o medo da igualdade racial” (Monsma, 2016, p. 144).

Além dos linchamentos, alguns negros considerados “incorrigíveis” foram forçados a se submeter ao serviço militar. Ademais, no pós-abolição, na ocorrência de conflitos entre fazendeiros ou administradores de propriedades e trabalhadores negros, os primeiros recorriam rapidamente à violência em resposta à desobediência ou a atitudes vistas como atrevidas. Neste sentido, Monsma (2016) argumenta que a violência mostrava-se uma expressão do racismo e do desprezo racial, havendo um componente de revanchismo em tal violência contra os negros após a promulgação da Lei Áurea.

De acordo com Monsma (2016, p. 172): “Esforçando-se para acalmar seus próprios medos, sobretudo os da rebeldia e do desrespeito dos ex-cativos, as elites e outros brancos reproduziam o racismo em outra forma depois da abolição”. Neste sentido, os negros passam a ser representados como vadios, irresponsáveis no trabalho, violentos, bêbados e ladrões, devendo, por consequência, ser reprimidos e tutelados. Ainda segundo o autor, poucos anos após a abolição, a percepção de uma “ameaça negra” e o medo da “perversidade” dos negros se reduzem. Com a chegada em larga escala de imigrantes para o trabalho nas fazendas de café, as elites passam a temer e a se preocupar em controlar os estrangeiros (Monsma, 2016).

Alguns Apontamentos sobre a Persistência do Racismo, da Violência e do Medo na Contemporaneidade

É extremamente temerário, ao sociólogo e ao historiador, qualquer exercício de prognóstico ou previsão futura. Ainda assim, constatando a persistência histórica do fenômeno do racismo e considerando as suas características estruturais e constitutivas, é plausível aventarmos a suposição de que, muito dificilmente, a prática do racismo será completamente extinta. Para evocarmos uma vez mais Albert Memmi: “[...] se há sempre um bem qualquer a roubar ou a defender contra o outro, então o racismo é *sempre possível*” (Memmi, 1993, p. 75, grifo do autor). Isto é, na medida em que o racismo envolve o

fenômeno da dominação social e do controle de recursos sociais e, na medida em que a estratificação social e a luta pela obtenção ou manutenção de recursos são uma constante nas sociedades humanas, o racismo será sempre possível. Ademais, o medo do “outro” e da ameaça que ele representa aos recursos que um indivíduo ou grupo possuem, pode constantemente surgir e se modificar nas sociedades. Em face de tais constatações, ganha pertinência a reflexão acerca das possibilidades e dos modos de surgimento de novos racismos, em função do seu potencial violento e destrutivo para os grupos sociais estigmatizados.

Um exemplo atual da persistência do racismo – e das suas origens com base no sentimento do medo – e, extremamente significativo, na medida em que tal tipo de racismo é também um dos mais antigos da história (cf. Monsma, 2017, p. 64), é a estigmatização dos povos romani, ou “ciganos”. Estigmatizados e perseguidos na Europa desde o período medieval, os grupos romani têm sido alvo de hostilidades, agressões e estigmatização contemporaneamente na Europa. Em Paris, por exemplo, ciganos foram agredidos sob a alegação de terem sequestrado crianças (Ciganos..., 2019) – acusação falsa e fantasiosa, baseada em rumores disseminados nas redes sociais, que visava à produção e à reprodução do medo e que comporta uma dimensão paranoica, haja vista que as autoridades francesas negaram a existência de qualquer sequestro nas regiões onde ocorreram os ataques a ciganos.

A paranoia coletiva que, como vimos, tem origens históricas longínquas – que remetem à fantasia dos judeus envenenando poços de água e causando a Peste Negra –, adquire novo formato e potencial de disseminação na atualidade, em função da tecnologia e das redes sociais. Nos dias atuais, boa parte da paranoia coletiva é disseminada através do que se convencionou denominar de *fake news* (“notícias falsas”), isto é, a transmissão de informações falsas e delirantes via internet e mídias sociais. O mencionado caso de agressão a membros do povo romani na França, assim, é um exemplo da capacidade de disseminação de mentiras e paranoias de massa na contemporaneidade, bem como do potencial violento das *fake news*.

Outro exemplo significativo da persistência do racismo e do medo pode ser encontrado no Brasil contemporâneo, na situação da população negra.

Legado da escravidão, até os dias atuais verifica-se um racismo estrutural na sociedade brasileira, que se expressa, por exemplo, em desigualdade socioeconômica, de oportunidades escolares e no mercado de trabalho, bem como na exposição desigual à violência e à criminalidade. Pode-se afirmar que, até os dias atuais, verifica-se uma construção da população negra – em especial de jovens negros do sexo masculino – como uma ameaça a ser controlada e, em alguns casos, eliminada. Segundo dados do Atlas da Violência, no ano de 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram negras, o que implica uma “desigualdade de letalidade racial” no país (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Ademais, os negros são o maior alvo da violência e da letalidade policial. Pode-se mencionar, por sua repercussão social e midiática recente, o assassinato por militares do Exército do músico e segurança Evaldo dos Santos Rosa, no estado do Rio de Janeiro, com mais de oitenta tiros, por supostamente ter sido confundido com criminosos (Heringer & Queiroga, 2019).

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos demonstrar como o medo possui um papel determinante na produção da violência racista. As emoções e os sentimentos, tais como o medo, a paranoia em massa, as ilusões e as fantasias coletivas colocam em cheque as análises sociológicas e históricas orientadas à compreensão da agência humana em termos estritamente racionais. As emoções e a irracionalidade – expressa em delírios e ilusões que não correspondem a uma apreciação “objetiva” dos fatos históricos – têm um papel central na produção das práticas sociais e na motivação das ações dos agentes.

O artigo detalhou casos históricos em que o medo e a paranoia coletiva tiveram papel ou foram responsáveis pela produção de práticas racistas e violentas. Ademais, procurou demonstrar a persistência do fenômeno do racismo e do medo na atualidade, questionando a possibilidade – pouco provável – de eliminação completa do racismo e do medo do “outro” nas sociedades humanas.

Da discussão desenvolvida no artigo, pode-se sustentar o argumento de que o medo é um dos componentes centrais do racismo, o que implica a necessidade de que as formulações teóricas sobre o racismo levem em conta a

experiência do medo e da paranoia coletivamente produzida e disseminada. Como foi sugerido, ao levar o medo e sua história a sério na análise do racismo, associando o fenômeno à outra chave constitutiva e central do racismo, a dominação, podemos definir o racismo como: uma relação de *dominação* simbólica e material de um grupo étnico sobre outro, acompanhada por uma ideologia que justifica a dominação racial, cujo conteúdo deriva em boa parte do *medo* da perda de recursos por parte do grupo dominante, o que resulta em representações fantasiosas do grupo dominado, que, por sua vez, reforçam os medos raciais do grupo dominante e contribuem para a perpetuação das relações de *dominação*.

Referências

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

BEISEL, Nicola; KAY, Tamara. "Abortion, Race, and Gender in Nineteenth-Century America". *American Sociological Review*, v. 69, pp. 498-518, Ago. 2004.

BLUMER, Herbert. "Race Prejudice as a Sense of Group Position". *The Pacific Sociological Review*, v. 1, n. 1, pp. 3-7, Spring 1958.

BLUMER, Herbert. "The Nature of Racial Prejudice". *Social Process in Hawaii*, Honolulu, v. 5, pp. 11-20, Jun. 1939.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CALHOUN, Craig. "Why Historical Sociology?" In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (orgs.). *Handbook of Historical Sociology*. London: Sage, 2003, pp. 383-393.

CIGANOS são agredidos por falsos rumores de sequestro de crianças na França. *Correio Braziliense*, Brasília, 26 mar. 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/03/26/interna_mundo,745485/ciganos-sao-agredidos-por-falsos-rumores-de-sequestro-de-criancas-na-f.shtml. Acesso em: 29 jun. 2019.

COOPER, Frederick. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

FREDRICKSON, George M. *Racism: A Short Story*. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

GERALDO, Endrica. “O combate contra os ‘quistos étnicos’: identidade, assimilação e política migratória no Estado Novo”. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, pp. 171-187, 2009.

GERTZ, René Ernaini. *O fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GO, Julian. “For a postcolonial sociology”. *Theory and Society*, v. 42, n. 1, pp. 25-55, Jan. 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, pp. 93-107, Jan./Jul. 2003.

HERINGER, Carolina; QUEIROGA, Louise. Militares do Exército dão 80 tiros em carro e matam músico na Zona Norte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/militares-do-exercito-dao-80-tiros-em-carro-matam-musico-na-zona-norte-23580901>. Acesso em: 29 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília / Rio de Janeiro / São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity: Arguments and explorations*. London: Sage, 1997.

MANN, Michael. *The dark side of democracy: Explaining ethnic cleansing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MEMMI, Albert. “Definição”. In: MEMMI, Albert. *O racismo*. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 65-85.

MONSMA, Karl. “Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, pp. 53-82, Jul. / Dez. 2017.

MONSMA, Karl. "Rebeldia de escravos e libertos, medo e vingança de brancos". In: MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016, pp. 109-173.

MONSMA, Karl; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. "A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais". *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 12, pp. 65-87, Jan. / Abr. 2018.

NAGEL, Joane. "Sex and Conquest: Domination and Desire on Ethnosexual Frontiers". In: NAGEL, Joane. *Race, Ethnicity and Sexuality: Intimate Intersections, Forbidden Frontiers*. New York / Oxford: Oxford University Press, 2003, pp. 63-90.

SEWELL, William H. *Lógicas da História: Teoria Social e Transformação Social*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SEYFERTH, Giralda. "O Regionalismo da Tradição na Perspectiva Nacionalista: a Identidade Regional Segundo Gilberto Freyre". In: QUINTAS, Fátima (org.). *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000, pp. 180-186.

VOIGT, Lucas. *O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória*. Porto Alegre: Multifoco / Luminária Academia, 2017.

WACQUANT, Loïc; CALHOUN, Craig. "Interesse, racionalidade e cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 15, Fev. 1991.

O Papel do Medo na História: A heterofobia e a paranoia coletiva na produção da violência racista

Resumo

Neste artigo, embasado na perspectiva da Sociologia Histórica, apresentamos algumas considerações a respeito do papel do medo na experiência histórica. As emoções e os sentimentos, tais como o medo, a heterofobia e a paranoia coletiva foram e são responsáveis pela produção e reprodução de inúmeros casos históricos de violência racista. Para o desenvolvimento da análise, procedemos inicialmente a uma conceitualização do racismo, incorporando a chave do medo na definição teórica do fenômeno. Em seguida, são apresentados e discutidos um conjunto de exemplos históricos em que o medo e a paranoia coletiva desempenharam um papel ativo na produção de racismos e violência. Por fim, são apresentados alguns exemplos recentes que demonstram a persistência do racismo, da violência e do medo na contemporaneidade. A discussão explicita a importância de se levar a sério o papel do medo na análise da experiência histórica, demonstrando a necessidade de uma definição conceitual do racismo que leve em conta a chave do medo, além de questionar as possibilidades de supressão e eliminação do racismo nas sociedades humanas.

Palavras-chave: medo; racismo; violência; Sociologia Histórica.

The Role of Fear in History: Heterophobia and mass paranoia in the making of racist violence

Abstract

From the perspective of Historical Sociology, we present in this article some considerations about the role of fear in historical experience. Emotions and feelings, such as fear, heterophobia and mass paranoia have been and are responsible for the production and reproduction of innumerable historical cases of racist violence. For the development of the analysis, we proceed initially to a conceptualization of racism, incorporating fear as part of the theoretical definition of the phenomenon. Next, a set of historical examples in which fear and mass paranoia played an active role in the production of racisms and violence are discussed. Finally, some recent examples that demonstrate the persistence of racism, violence and fear in contemporary times are presented. The discussion makes explicit the importance of taking the role of fear seriously in the analysis of historical experience, demonstrating the need for a conceptual definition of racism that takes fear into account, as well as questioning whether racism can be eliminated from human societies.

Keywords: fear; racism; violence; Historical Sociology.

El Papel del Miedo en la Historia: Heterofobia y paranoia colectiva en la producción de la violencia racista

Resumen

En este artículo, basado en la perspectiva de la Sociología Histórica, presentamos algunas consideraciones sobre el papel del miedo en la experiencia histórica. Las emociones y sentimientos como el miedo, la heterofobia y la paranoia colectiva fueron y son responsables de la producción y reproducción de numerosos casos históricos de violencia racista. Para el desarrollo del análisis, inicialmente se procedió a una conceptualización del racismo, incorporando la clave del miedo en la definición teórica del fenómeno. En seguida, se presentan y discuten un conjunto de ejemplos históricos en los que el miedo y la paranoia colectiva desempeñaron un papel activo en la producción de racismos y violencia. Finalmente, se presentan algunos ejemplos recientes que demuestran la persistencia del racismo, de la violencia y del miedo en la contemporaneidad. La discusión explicita la importancia de tomar en serio el papel del miedo en el análisis de la experiencia histórica, demostrando la necesidad de una definición conceptual del racismo que tenga en cuenta la clave del miedo, además de cuestionar las posibilidades de supresión y eliminación del racismo en las sociedades humanas.

Palabras claves: miedo; racismo; violencia; Sociología Histórica.

A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decolônias

Renata Guimarães Vieira¹
Paulo Roberto de Oliveira²

Introdução

Para José Murilo de Carvalho (2002) a cidadania pode se desdobrar em três dimensões: direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto) e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). No Brasil do século XIX, cenário deste texto, os escravos estavam totalmente excluídos de cada uma destas dimensões. Mesmo os brancos pobres, os homens livres da ordem escravocrata, se pudermos recorrer ao título de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), não eram contemplados por estes direitos (Martins, 2010). No momento da Independência e passagem para o Estado Nacional, os direitos, civis, sociais e políticos, que poderiam compor a cidadania, praticamente inexistiam.

Assim, o processo de formação do Estado brasileiro deu-se em conjunto com a criação de uma classe dirigente e a expansão de uma civilização. Ao mesmo tempo em que se atraía o grande fazendeiro escravocrata para o espaço político, buscava-se colocar o Brasil no rol das nações civilizadas. Houve uma expansão para dentro, buscando consolidar o poder central sobre as regiões, as quais guardavam identidades específicas construídas ao longo de três séculos de domínio colonial.

¹Renata Guimarães Vieira, brasileira, doutora em economia pela UFMG. Email – renataguivieira@gmail.com.

²Paulo Roberto de Oliveira, brasileiro, doutor em História pela USP, professor no Departamento de Ciências Econômicas da UFOP. Email – prohist@gmail.com

Grande parte da população foi excluída deste processo, tendo acesso parcial à cidadania, como os arraia miúdas do final do Império, os negros escravizados e ex-escravizados do século XIX, e os trabalhadores no cenário urbano da Belle Époque. Neste texto, buscamos discutir como a noção moderna de cidadão remete, em um primeiro momento, à nacionalidade (brasileira) e ao papel de “súdito”, ressaltando também o contraste da horizontalidade proposta pelo ideal da composição de um Estado moderno com a verticalidade proposta pela hierarquização racial, que é um dos pilares da modernidade colonial. Por fim, ressaltamos que a população não foi inerte a tal processo. Agiu no sentido de se ver representada e de possuir acesso ao espaço público.

Colonialidade e Racismo: elementos fundamentais da construção da nação brasileira

É sabido que o Brasil foi colônia de Portugal até 1822, quando se declarou independente. Até então, não havia ainda uma intenção oficial de pensar o Brasil enquanto nação, nem os brasileiros como cidadãos. Tais reflexões, porém, marcaram todo o período imperial, sendo permeadas por acaloradas discussões não só nos espaços institucionais, mas também na imprensa e, ao que tudo indica, nas ruas das cidades e províncias do interior.

Ainda que as ideias próprias do liberalismo político – cuja matriz é a modernidade europeia - tenham tido grande influência na época, as estruturas coloniais, como a escravidão, ainda estavam presentes na constituição do que seria a nação brasileira. Para compreender como se deu esse processo, recorreremos à noção de colonialidade, que segundo os que se dedicam aos estudos decoloniais, é a face da modernidade europeia que cabe aos colonizados. A partir destas reflexões, argumentamos que a colonização europeia no Brasil, mesmo após a Independência, culmina em uma noção muito restrita de cidadania.

Para os autores do projeto decolonial, as Américas coloniais são fundadas a partir do paradigma moderno, sendo não somente formadas por esse paradigma, mas também formadoras dele. O discurso da modernidade esteve e está muito presente na conformação do que hoje entendemos como América

Latina, uma vez que a ideia de hierarquização de lugares e povos operada desde o período colonial é permeada pelo paradigma da modernidade. Mas, se a relação colonial produz e é produzida pela modernidade, outro aspecto dessa mesma relação não pode ser ignorado: a colonialidade.

Maldonado Torres (2007) destaca a diferença entre colonialidade e colonialismo. O colonialismo precede a colonialidade e refere-se ao contexto sócio-histórico de dominação colonial nas Américas, tendo as formas econômicas de dominação e de subjugação do capitalismo como um ponto essencial para justificar e manter o controle sobre os povos e as pessoas subjugadas. A colonialidade não se restringe a esse contexto – e não é superada pelos processos de independência - uma vez que não se refere a uma dada relação político-econômica, mas a um padrão de poder que emerge dessa relação.

A colonialidade se refere, portanto, especialmente a dois eixos de poder definidores da matriz espaço-temporal das ex-colônias em geral: a ideia de raça e a naturalização de uma relação de inferioridade; e a constituição de uma estrutura de trabalho baseada na servidão e na escravidão a serviço do comércio internacional. Neste texto, buscamos refletir sobre as consequências de tais eixos sobre a construção institucional da nação brasileira, e a noção de cidadania associada a ela, que durante todo o período imperial se utilizou de argumentos racistas para excluir indígenas, negros e mestiços, ou seja, a maioria da população brasileira.

Para compreender de que se trata a colonialidade, é importante refletir também sobre o que seria sua outra face – a modernidade. Nesse sentido, Dussel (1994) argumenta que a ideia de modernidade se origina na Europa, mas só nasce de fato enquanto geradora de realidades, no encontro com a América colonial, em que o europeu se confronta com o Outro e busca violar, dominar e vencer esse Outro. Nesse sentido, a modernidade está relacionada à origem de uma noção de violência operada pelo ego europeu, que se materializa em um processo de encobrimento deste Outro não-europeu.

A perspectiva de violência que permeia a modernidade europeia no contexto colonial - em que o debate sobre liberdades individuais convive com a defesa da escravidão - tem impactos que vão muito além do contexto das

Américas e da Europa, criando um modelo de poder sobre o qual se baseia a identidade moderna, a partir do racismo e do capitalismo. Esse padrão de poder extrapola as relações formais e institucionais entre colônia e metrópole e atinge “a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (Maldonado Torres, 2007, p.131). Em suma, pode-se dizer que a modernidade como um discurso e uma prática não seria possível sem a colonialidade.

A manifestação da colonialidade se dá de maneiras distintas e complementares. Enquanto a colonialidade do poder se refere às formas modernas de exploração e dominação (muitas vezes tendo o Estado como mobilizador), a colonialidade do saber se refere à produção e à reprodução de regimes de pensamentos coloniais, e a colonialidade do ser se refere à experiência vivida pelos sujeitos oprimidos na colonização. Todas elas contribuem para que o ser colonizado seja convertido em um não-ser, um ente invisível, especialmente no que se refere às “novas” legislações pós-independência. O conceito de colonialidade do ser está, portanto, relacionado aos aspectos epistemológico e ontológico da diferença colonial.

A diferença subontológica ou diferença ontológica colonial permite uma diferenciação clara entre a subjetividade humana e a condição de sujeitos sem resistência ontológica. A diferença sub-ontológica se relaciona com o que Walter Dignolo chamou de “diferença colonial”. Porém, embora sua noção de diferença colonial seja fundamentalmente epistêmica, a diferença sub ontológica se refere mais centralmente ao ser. Então, podemos distinguir uma diferença epistêmica colonial que nos permite observar com distinção o funcionamento da colonialidade do conhecimento, e uma diferença ontológica colonial que revela a presença da colonialidade do ser. Ou, bem, pode-se dizer que existem dois aspectos da diferença colonial (epistêmico e ontológico) e que ambos estão relacionados com o poder (exploração, dominação e controle) (Maldonado Torres, 2007, p.147 - tradução livre).

A diferença sub-ontológica, que produz o “não-ser” (sujeito sem resistência ontológica), é legitimada e formalizada pela ideia de raça que, aliada à colonialidade do saber e do poder, constitui a colonialidade do ser. Se antes as pessoas – no caso do Brasil, os indígenas - eram definidas como bárbaras ou não (o que evidencia sua condição de Outro, que não é negado mas reconhecido em sua diferença), a partir da experiência colonial americana o Outro passa a ser

caracterizado de acordo com ideia de raça³, que vai se consolidando gradativamente. Pouco a pouco, o status de Outro, bárbaro, não-europeu, é substituído por status nenhum: ou, pela dúvida sobre a condição humana deste Outro, e, por fim, pela negação de sua existência mesma enquanto sujeito, enquanto pessoa.

Nesse sentido, Maldonado Torres (2007) argumenta que há uma diversidade de formas de desumanização baseadas na ideia de raça (que permite substituir a noção de Outro pela noção de não-ser). Para além das ideias europeias de racismo biológico há algo mais sutil que permanece fundado na hierarquização das pessoas em graus de humanidade⁴. O autor explica que a classificação das pessoas entre negros, brancos e índios retira do sujeito sua dimensão horizontal, conferindo-lhe uma dimensão vertical, hierarquizada, na qual quanto mais branca a pele, mais próximo o sujeito estaria de representar uma humanidade completa – e, conseqüentemente, estar apto à cidadania.

No Brasil, por exemplo, embora a humanidade dos povos indígenas não fosse oficialmente contestada, até mesmo para justificar a construção de uma unidade populacional, no cotidiano, e até mesmo nas esferas “oficiais” mais distantes do poder central, essa questão nunca foi unanimidade. A noção do indígena selvagem, bestial e feroz, corroborada pelas histórias contadas sobre as etnias antropofágicas povoava o imaginário popular e justificava toda sorte de violências. Nesse sentido, Carneiro da Cunha (2012, p.59) destaca a fala do então presidente da província de Minas Gerais, ao ser indagado sobre a índole dos Aymorés e Botocudos, em 1827: “Permita-me v. exa. refletir que os tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante.” (Francisco Pereira

3 É certo que classificar as pessoas de acordo com sua origem não é uma discussão que se inicia com a colonização das Américas. O dogma cristão da unidade fundamental da espécie humana, discutido, por exemplo, na obra de Santo Agostinho, já dividia a humanidade em três partes, relacionadas à passagem bíblica em que os três filhos de Noé se separam após o dilúvio, gerando três povos diferentes. Segundo a interpretação europeia, filhos de Sem povoaram a Ásia, os filhos de Cam (que deveria ser castigado por ter zombado de seu pai) povoaram a África e os filhos de Jafé povoaram a Europa (Castro-Gómez, 2005), divisão essa que também já sugere certa noção de hierarquização.

4 Carneiro da Cunha (2012 p.58) destaca que havia um amplo debate na comunidade científica europeia sobre os critérios adotados para diferenciar os humanos dos outros animais. Como exemplo, cita os experimentos de um dos fundadores da antropologia física, Johann Friedrich Blumenbach, que ao analisar o crânio de um índio Botocudo, o coloca entre o homem e o orangotango.

de Santa Apolonia ao visconde de São Leopoldo, 31 de março de 1827, in Naud 1971: 319).

Para compreender melhor a questão dos graus de humanidade, Maldonado Torres (2007) revisita a teoria filosófica europeia acerca da constituição do eu, ou, em outros termos, sobre a ontologia do ser. O autor argumenta que a filosofia europeia moderna se baseia na premissa de Descartes, “penso, logo existo”, ao atribuir humanidade aos seres. Porém, a partir de uma perspectiva racializada, “penso, logo existo” significa também penso (outros não pensam), logo existo (outros não existem, ou sua existência é dispensável). Sendo os povos americanos inferiores em termos de racionalidade, incapazes de produzir ciência e refletir, não seriam, portanto, sujeitos adequados aos requisitos da filosofia moderna (da qual Descartes foi um dos expoentes). Quanto menos racionais, menos humanos serão esses povos.

Ao constatar que no pensamento europeu está implícita a negação do outro, descobre-se a base da colonialidade, que nega ao outro as capacidades de pensar, poder, ser e saber. E os Estados latino-americanos se organizaram a partir da reprodução desta invenção do Outro, que precisa ser essencialmente diferente – não-europeu - para que seja excluído. Para Goldberg (2011),

Classificação, valoração e ordenamento são processos centrais para a criação e construção racial. O ordenamento em questão não precisa ser hierárquico, mas deve ao menos identificar diferenças; e a valoração não precisa atribuir superioridade, para todos ela deve se sustentar minimamente como um critério de inclusão e exclusão. Segue que raça é irredutivelmente uma categoria política. (...) Nesse sentido, raça serve basicamente – algumas vezes explicitamente e assertivamente, em outras silenciosamente e subitamente – para definir capacidade de auto-propriedade e auto-direção (GOLDBERG, 2011, p.87 – tradução livre).

Não só na América Latina, mas em quase todo o mundo (ou a parcela dele organizada a partir do encontro colonial), o Estado funcionará a partir da perpetuação de uma hierarquia racializada, num contexto em que “raça” assume sentidos que vão muito além da cor da pele, abrangendo de alguma forma todos que estão alheios aos parâmetros do projeto modernizante. Assim, as políticas de cidadania desses Estados que, inicialmente, excluem grande parte da população não-branca, assumem posteriormente um caráter civilizatório – compatível com o projeto de formação de uma nação moderna - e assumem o objetivo de incluir a

totalidade da população neste projeto, forjando nesse processo um discurso ficcional de identidades homogêneas – negando, mas não desconstruindo, o racismo como pilar de sua estrutura social - da qual falaremos mais adiante.

Neste texto, demos destaque ao processo que ocorre durante o século XIX no Brasil, que começa ainda na Colônia, passa pelo Império e termina na República Velha. É um período permeado por disputas entre grupos locais e tentativas de centralização do poder em que o Brasil se moderniza, mantendo, porém, a estrutura de privilégios já estabelecida. Por fim, ressaltamos que a manutenção dessa estrutura não acontece de forma tranquila. Já há lutas contra-colonizadoras que ocorrem ao longo deste processo, buscando a construção de uma cidadania inclusiva e que respeite e valorize as diferenças.

Independência: emergência dos elementos básicos da formação do Estado-nação brasileiro

Em 1808, a Corte Portuguesa, após a resistência em aderir ao bloqueio continental imposto por Napoleão, mudou-se para o Brasil, abrindo os seus portos às nações amigas e tornando-o Reino Unido a Portugal e Algarve. A partir da transferência da Corte, foi reforçada uma estrutura administrativa voltada para o Rio de Janeiro, a qual, ao mesmo tempo que aumentava a cobrança de impostos sobre diferentes regiões, transformava a capital, e criava um espaço oficial para discussões que estariam adiantando assuntos caros ao posterior processo de constituição da nação. Este episódio, portanto, foi determinante para que o Brasil deixasse de ser colônia posteriormente, em 1822, e passasse a refletir sobre si mesmo como uma nação.

A transferência da Corte estimulou também tentativas de sanar questões mal resolvidas nos períodos anteriores. No que tange à tarefa do Estado em dar diretrizes para a organização social, destaca-se, por exemplo, o debate sobre a questão indígena, que será permeado pela noção de hierarquização racial destacada na seção anterior. Até então, vigoravam as diretrizes lançadas pelo marquês de Pombal, que visavam à assimilação dos indígenas à população brasileira através da transformação das aldeias em vilas com diretores nomeados pelo poder central (que substituíram os jesuítas, expulsos por nem sempre se

subordinarem às ordens da Coroa) e da proibição de quaisquer línguas diferentes do português, dentre outras medidas. Mas, com a revogação do chamado Diretório Pombalino em 1789, a questão estava, por assim dizer, desregulamentada.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, mantém-se a intenção pombalina de assimilação do indígena na população geral, e o debate passa a girar em torno da questão da distribuição de suas terras. Na Carta Régia de 1808, são consideradas devolutas as terras dos índios a quem a Coroa havia declarado “guerra justa”. Para Carneiro da Cunha (2012, p.72) o fato demonstra que o reconhecimento dos direitos anteriores dos índios sobre as suas terras seria exclusivo para os povos aldeados que se submetiam às ordens da Coroa. Para justificar a tomada de território, foi declarado um conflito aberto contra as nações indígenas insubmissas, consideradas bravias, selvagens e inaptas ao processo civilizatório. Como exemplo, temos a guerra declarada contra os Botocudos para liberar a colonização no Vale do Rio Doce. Nesse sentido, a autora explica que, ao invocar a guerra justa, instituição própria das Cruzadas do século XVI, em pleno século XIX, D. João VI

Faz ressurgir a escravidão indígena, abolida pelo Diretório Pombalino meio século antes: os índios conquistados ficarão escravos por certo tempo. Mas introduz também, sub-repticiamente, um novo título sobre as terras dos índios, algo que não era tratado nos séculos anteriores. Nunca se haviam declarado devolutas as terras de índios conquistados: a novidade é significativa. Nessas terras, favorecia-se o estabelecimento de colonos (Carneiro da Cunha, 2010, p.73)

Para autorizar a expropriação das terras indígenas a favor dos colonos (entre os quais se incluem os diretores das aldeias), além do argumento da insubmissão destes povos, será também considerada sua característica nômade e a ausência da noção de propriedade, grosseiramente traduzida em desapego pela terra. Perdura o debate entre o extermínio dos povos insubmissos ou a sua assimilação através da utilização compulsória de sua força de trabalho⁵. Além do tratamento brutal dado aos povos indígenas, D. João VI manteve o tráfico de pessoas escravizadas vindas da África, apesar da pressão inglesa para a abolição

⁵ É importante destacar que a escravização indígena foi abolida e retomada várias vezes ao longo da história, e que até meados de 1850 ainda havia relatos de indígenas escravizados na Corte do Rio de Janeiro (Carneiro da Cunha, 2012, p.83)



do mesmo. O monarca alegava que a escravidão era essencial para o desenvolvimento econômico da colônia, e que por isso o tráfico deveria ser proibido gradativamente, mas, na prática, não tomou nenhuma medida expressiva nesse sentido (Carneiro da Cunha, 2012).

Com a resolução do conflito europeu, o então rei de Portugal manteve-se no Brasil até que, em 1820, em consequência da Revolução do Porto⁶, foi chamado à Portugal para jurar a nova constituição. Forçado a retornar, deixou aqui como regente o Príncipe D. Pedro, o qual articulou-se às elites locais e proclamou a independência em 1822. O processo de Independência abriu novamente espaço para as questões inconclusas da nação que se formava, uma vez que trazia a necessidade de um debate em torno da formulação de uma Constituição.

Um dos principais temas a serem definidos para esta nova legislação era o critério a ser utilizado para definir quem, de fato, seria considerado brasileiro perante a lei. Neste primeiro momento, foi considerado brasileiro todo aquele que, tendo aderido à causa da independência nas antigas províncias do antigo reino do Brasil, tivesse contribuído para a sua expansão por todo o território que pertencia ao novo corpo político. Em outras palavras, aqueles que se dispusessem a sustentar a expansão para dentro já que uma expansão imperial para fora estava vedada pelos interesses ingleses (Mattos, 2009).

Contudo, a primeira constituição brasileira, a Carta de 1824, ao estabelecer quem era brasileiro (e que teria acesso à cidadania) não incorporava todos aqueles que estavam em território nacional. Dois grandes grupos, os escravos e os portugueses, estavam alijados do processo, e ex-escravos eram reiteradamente colocados de lado. A escravidão se impunha às leis; a liberdade era experiência perigosa para os negros. Era constante entre os alforriados o medo de recair na escravidão, mantida pelo Estado que, apesar de ter se comprometido já em sua independência a erradicá-la, seguia mantendo-a contra as leis nacionais⁷ e da própria humanidade (Chalhoub, 1999).

⁶ Movimento feito pela burguesia portuguesa para pressionar a volta do monarca à Europa sob a ameaça de perder o trono caso não retornasse.

⁷ Apesar de não ter sido abolida a escravidão, em 1831 decidiu-se que, por lei, qualquer pessoa que desembarcasse no Brasil seria automaticamente considerada livre. Por conta dos interesses da elite escravista brasileira e do Estado em formação, tal legislação ficou esquecida.

A cidadania, neste primeiro momento, estava vinculada à ideia de nacionalidade. Segundo Dal Ri (2010) tal vínculo se deve à associação entre as noções de cidadão e de súdito, ou seja, aquele que deve ser protegido pelo soberano e deve obedecê-lo, uma vez que é considerado politicamente incapaz. O critério para ser súdito, por sua vez, é o critério da nacionalidade.

A nacionalidade, portanto, coloca o “súdito-cidadão” como sujeito de direitos, mas não de direitos políticos, uma vez que este segue sendo considerado politicamente inapto. O voto e a candidatura a cargos públicos eram exclusivos para aqueles que comprovassem sua condição econômica de proprietários. Adotou-se, assim, o que Dal Ri (2010) chama cidadania ativa - reservada aos cidadãos-proprietários – e cidadania passiva, reservada àqueles que eram brasileiros, mas pobres. Reforçava-se, assim, as hierarquias coloniais que privilegiavam a “boa sociedade” e as relações que se estabelecia com esta; em outras palavras, reforçava a exclusão de grande parte da sociedade. A “boa sociedade”, ativa, possuía os atributos necessários para o governo. Aos escravos cabia o mundo do trabalho, enquanto o povo mais ou menos graúdo representava a desordem, que ocupava o espaço da rua (Carvalho, 2002).

Paralelamente aos mecanismos de manutenção das hierarquias coloniais, as ideias liberais circulavam alimentando tanto os conflitos na câmara dos deputados quanto as páginas dos jornais da imprensa recém-criada, que propagava ideias de autonomia e liberdade. Nessa esfera de novidades, emergiram também práticas políticas respaldadas na noção de direitos dos cidadãos, tal como a apresentação de petições à Câmara dos Deputados (Pereira, 2008). Mesmo após o fechamento da Assembleia Geral, a Constituição de 1824 (que institucionalizava o Poder Moderador dando amplos poderes ao Imperador) garantia também o direito de petição, queixa e representação dos cidadãos. Para Pereira (2008) as petições eram tidas como uma ponte entre o código e cotidiano.

As petições ajudaram a construir a imagem da Câmara dos deputados como uma instituição de garantia de direitos, defensora, portanto, do cidadão. Colocava o parlamento como um espaço de soberania nacional e popular, em contraposição à política colonial estrangeira, opressora e inacessível.

No Brasil, o movimento peticionário possibilitou o amadurecimento e o dasabrochar da “sociedade civil”. Foi responsável pelo florescimento de

movimentos mais próximos ao que conhecemos como “populares”, exemplificadas nas inúmeras manifestações de rua ocorridas no período que antecedeu a Abdicação do Imperador D. Pedro I e nas revoltas regenciais, bom como no período posterior ao Ato Adicional de 1834. Todos esses movimentos que contaram com a forte marca do liberalismo político e com ideário de liberdade (Pereira, 2008, p.104)

Para Pereira (2008, p.112), o processo de independência teve um grande impacto, especialmente, para a tomada de consciência dos homens livres pobres, que, se encaixando nos requisitos básicos da cidadania – ter a nacionalidade brasileira e a não ser escravo – poderiam usufruir do horizonte de autonomia e ampliação de direitos criado pela propagação das ideias liberais. Assim, o passado era caracterizado como “despótico”, “arbitrário”, e de “privilégios”, ao passo que o presente era visto como o da “liberdade”, da “Constituição”, da “Lei”, da “Justiça” e de “Direitos”.

Porém, muitos parlamentares temiam que as ideias liberais incentivassem escravizados e libertos a reivindicarem seus direitos de cidadania. Argumentavam que a população era ignorante e não estava preparada para as responsabilidades da vida política liberal. Além disso, temiam que uma transição de poder abrupta pudesse favorecer uma grande revolta dos escravizados. A verdade é que as elites políticas traziam consigo as marcas da colonialidade, considerando-se muitas vezes superiores não só em termos de renda, como também sentindo-se no direito de desempenhar um papel que oscilava entre a tutela e a opressão.

A oscilação entre tutela e opressão se torna ainda mais nítida com a retomada dos debates sobre a questão indígena. Após a abdicação de D. Pedro, com o ato adicional de 1834, os poderes locais (provinciais) ficam responsáveis por legislar sobre a catequese e civilização de indígenas, o que abre espaço para a oficialização de diversas medidas anti-indígenas, incluindo violentos ataques do poder público registrados no Ceará e em Goiás, não só às aldeias, mas também aos quilombos (Carneiro da Cunha, 2012, p.65). Em 1845 foi publicado o Regulamento da Missões, um documento administrativo que reiterava o sistema de aldeamentos indígenas como um passo para a assimilação dos índios pela sociedade. Neste documento, aos missionários católicos foi atribuída a função de assistentes religiosos e educacionais. Porém, na realidade, a carência de diretores



passíveis de nomeação fez com que muitos missionários acumulassem também estes cargos.

Além do complexo debate sobre como tornar uma população historicamente marginalizada – e cuja humanidade, no caso de indígenas e negros, havia sido por vezes questionada – em cidadãos não era o único obstáculo para a criação de uma nação plena. No caso do Brasil, seria necessário trabalhar também a consolidação da unidade territorial, e de um sentimento geral de pertencimento. Havia, por exemplo, regiões que se ligavam de maneira mais estreita a Portugal ao mesmo tempo em que outras ligavam-se com mais força ao continente Africano (Florentino, 1995; Alencastro, 2000).

Até mesmo na corte carioca, a inserção de diversas localidades não se deu de forma idêntica ou na mesma proporção. Deputados da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão buscavam diminuir a drenagem de recursos para o Rio de Janeiro. Os deputados do sudeste, por sua vez, rebatiam os do nordeste e norte dizendo que seu pertencimento ao Império pressupunha contribuições. Fato é que, ao tratar da centralização da receita, o governo atingia diretamente os interesses locais e aumentava as insatisfações (Pereira 2008).

Outro exemplo desta falta de unidade é caracterizado pela situação do Estado de Pernambuco. Como colocado por Evaldo Cabral de Melo (2004), a província não se submetia a uma ideia de unidade construída a partir do sul e resistiu buscando manter a sua autonomia e sua *hinterland*. A realidade física da região se sobrepunha às tentativas centralizadoras vindas do Rio de Janeiro; havia um circuito comercial e político que de Pernambuco se estendia até o interior e se reproduzia independentemente do Rio de Janeiro.

Assim, conforme afirma Jancsó (2003), é um equívoco reduzir a formação do Estado Brasileiro à ruptura com Portugal em 1822. A diferenciação e a convivência entre diferentes identidades não seria prontamente superada. Um pernambucano, por exemplo, tinha como pátria o Pernambuco, como país, o Brasil e, como nação, a portuguesa. O termo Brasil era utilizado para definir o todo da América Portuguesa. Contudo, naturais da terra não se identificavam como brasileiros, sendo a escravidão, em grande medida, ordenadora do processo. Além disso, existiam diferentes sociabilidades políticas em diferentes

regiões, antes e depois da Independência. Tal situação fez com que diferentes regiões em um primeiro momento se insurgissem contra o projeto de nação baseado nas elites do sudeste e feito a partir do Rio de Janeiro.

Esta expansão para dentro ligada à ideia de Império e de civilização, como já se nota, prescindia da construção de uma unidade, que teria como um de seus elementos a fundação de um mito nacional. Esta construção de um espaço de identificação que buscava abranger a todo novo corpo político foi feito, além de outras ações, pelo estabelecimento das datas comemorativas que marcassem a fundação do Império do Brasil. Assim, o 7 de abril, data de abdicação de D. Pedro I, passou a ter grande peso simbólico. Era o ponto de ruptura que se construía, quando um imperador estrangeiro sedia lugar ao filho, este sim considerado capaz de representar os novos tempos. Era inevitável a comparação do 7 de abril com o 7 de setembro.

Além disso, era preciso reorganizar as estruturas do estado para que elas pudessem ser capazes de implementar, no cotidiano da nação, as mudanças pretendidas após a independência. As primeiras medidas para a construção do Estado imperial foram tomadas ainda no Primeiro Reinado:

No âmbito da justiça, a criação do cargo de juiz de paz (1827) e do Supremo Tribunal (1828); o novo regimento para as Camaras municipais (1828) que as transformou em instancias administrativas vinculadas aos governos de províncias; o estabelecimento de Tesourarias Provinciais (1831) para resolução do candente problema de escoamento de recursos para a Corte; a aprovação da primeira Lei de Orçamento (em 1832), que instituiu uma divisão entre rendas provinciais e nacionais e fomentaria, pelo seu teor, uma séria de críticas e conflitos; a formação da Guarda Nacional (1831), na tentativa de dar conta da falta de força militarizada; e mesmo a criação das Faculdades de Direito em São Paulo e em Olinda (1827), com o intuito de promover uma cultura jurídica nacional, além de formar quadros políticos para o império em, construção. Isso sem contar a aprovação dos dois primeiros códigos: o Criminal e do Processo Penal (Slemian, 2008, p. 182-3).

Destaca-se também a recunhagem da moeda colonial, como colocado por Mattos (1987). Na cara da moeda, onde antes havia a metrópole portuguesa, colocou-se as nações civilizadas. Na outra face, a coroa se impôs à região. Tal processo de recunhagem se completou com a maioria de D. Pedro II e o

estabelecimento da hegemonia saquarema⁸, a partir da qual se construía um consenso entre as diferentes elites sociais e regionais lideradas pelo grupo conservador que tinha nos saquaremas do Rio de Janeiro os seus mais expressivos quadros.

A construção da nação também passava pela imposição de uma língua nacional. Como afirma Lima (2009), em 1822, o número de indivíduos que falavam a língua portuguesa não era maior do que os que falavam as línguas de origem africana. A tentativa de imposição da língua portuguesa já era feita desde o período colonial, quando a metrópole portuguesa, em 1757, buscou impor a mesma à língua geral, falada na maior parte do território, misto de línguas indígenas que cumpria a função de comunicação muito melhor que a língua mãe dos colonizadores. Além da língua geral, as línguas de origem africana também resistiram à imposição do português; além de sua conotação cultural, de preservação do mundo dos desterrados, possuía o sentido de resistência, a partir da qual muitos escravos se comunicavam sem serem percebidos pelos senhores e autoridades coloniais.

A imprensa teve um amplo papel na difusão da língua nacional. Ponto fundamental foi a instauração da Imprensa Régia no Brasil em 1808. A partir daí houve a expansão de escritos em português que difundiam a língua em leituras individuais ou coletivas, em serões familiares ou em manifestações políticas nas praças e ruas. Muitos jornais produzidos no Rio de Janeiro eram distribuídos e lidos nas demais regiões. No norte e nordeste chegavam principalmente por meio da navegação entre as províncias do litoral, incrementada a partir de 1827. Junta-se a isso o papel da educação escolar, instituída na Constituição de 1824 (Lima, 2009).

Africanos eram em alguns casos excluídos da escola (Lima, 2009, p. 485) e, portanto, excluídos do espaço de cidadania. Ao mesmo tempo em que uma lei de 1837 excluía os africanos e escravos do espaço escolar, havia estabelecimentos que buscavam atender a meninos pretos e pardos. Havia, como se vê, uma parte da população na fronteira entre os livres pobres e os escravos

⁸ Os membros do Partido Conservador eram conhecidos por saquaremas pelo fato de vários de seus membros residirem no município fluminense de Saquarema, que passou a ser também local de reuniões do partido.

que buscavam caminhos para a incorporação social, para a inclusão no mundo da cidadania, também por via da inclusão linguística via educação formal.

Na criação de um espaço compartilhado, de uma cultura que permeasse as diferentes regiões e forjasse uma identificação, a ação intelectual teve um grande papel. É neste contexto que se enquadra o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A produção histórica do IHGB era profundamente marcada por uma visão elitista, herdeira da tradição iluminista (Guimarães, 1988). No bojo de construção de um processo de consolidação de um Estado Nacional se viabilizou o projeto de pensar a história do Brasil de maneira sistematizada. Criado em 1838 sob proteção direta do Imperador, o IHGB cumpria esse papel. Como detectou Guimarães (1988), no IHGB Nação, Estado e Coroa aparecem como uma unidade no interior da discussão historiográfica ligada à questão nacional.

O conceito de nação operado pelo IHGB é concernente com a construção do estado brasileiro que excluía grande parte da população. A revista do IHGB munida de uma concepção de História como exemplo, dedicou-se em grande parte às biografias, supostamente capazes de fornecer modelos às próximas gerações. Além disso, em suas páginas, o negro não era incorporado como integrante da nacionalidade, mas como impedimento ao processo civilizador. O índio foi contemplado por trabalhos que receberam premiações, fazendo parte dos temas fundamentais tratados na Revista: a citada problemática indígena, as viagens pelo interior, de exploração científica e os debates da história regional.

Apesar do esforço governamental em forjar uma nação, em diversos aspectos, ter sido expressivo, a orientação de tal processo político não pode ser exclusivamente atribuída às elites. O 7 de Abril, data de abdicação de D. Pedro I, foi resultado não só de tramas urdidas na imprensa e no parlamento, nas sociedades secretas e nos quartéis, mas também da forte pressão popular. Durante a regência, diversos grupos sociais ocuparam o espaço público, lutando para serem soberanos, concretizando o exercício informal da cidadania, um movimento de construção do Estado de baixo para cima.

Lutas por Direitos, Inclusão, Respeito e Reconhecimento

Lilia Scwarcz e André Botelho (2013) afirmam que os conceitos de cidadania não são estáveis. Vivem e disputam significados e sentidos práticos e simbólicos e variam de acordo com a experiência histórica. De qualquer forma, a cidadania se constrói no cotidiano, e a população que estava excluída deste processo não assistia passivamente. A construção da cidadania passava pelo levante e pela resistência. Maria Gohn (2012) destaca a participação do que chama de sociedade civil por meio de lutas, movimentos, associações, etc. em conflitos que abrangiam áreas rurais e urbanas.

Para Basile (2008), vários aspectos contribuíram para levantes de variadas proporções, no campo e nas cidades. Destaca-se a divulgação na imprensa das ideias lançadas pelos grupos políticos de oposição ao governo imperial, quais sejam, os liberais moderados e exaltados, com destaque para o último. Nas palavras do autor, há neste período “uma politização das ruas, assinalada pela revitalização e multiplicação dos espaços de sociabilidade política (...), pela mobilização de uma embrionária opinião pública e por intensa participação popular (Basile, 2008, p.207). O próprio movimento abolicionista, entendido como movimento social, foi um dos maiores ao final do século XIX, que articulava diferentes grupos sociais em torno do direito à liberdade (Alonso, 2015)

Além das revoltas mais conhecidas, houve também manifestações na cidade e no campo. Vale lembrar que, na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro era a maior cidade escravista das Américas, com a principal concentração de africanos. Segundo Moreira (2006), em 1799, havia nas freguesias urbanas 8.812 libertos e 14.986 escravizados, chegando estes últimos quase aos quarenta mil em 1872. Havia um receio geral entre as elites de que as insurreições que ocorriam ao redor das cidades, somadas ao clima de tensão do ambiente urbano, potencializassem uma grande rebelião de escravizados. Este temor se agravava diante do exemplo histórico dado pelo levante de São Domingos (posteriormente conhecido como Haiti) e pela própria Revolta dos Malês⁹ de 1835. Em seu trabalho, Marcelo Basile (2017), narra um episódio de confronto urbano ocorrido em 1831, que nos dá condições de visualizar a tensão da época:

⁹ A Revolta dos Malês foi um grande levante de escravos de maioria muçulmana que ocorreu em Salvador em 1835.

Mas, na noite de 25 de setembro, por volta das dez e meia, desceram do morro do Nheco (Santa Teresa) mais de trinta amotinadores, “a maior parte muito mal vestidos e alguns descalços” (decerto, cativos), que arrombaram a casa de um comandante de esquadra da Guarda Municipal, pegaram as armas e atacaram duas rondas na Cidade Nova. No caminho, pararam em frente à casa do major Miguel de Frias e Vasconcellos, “dando-lhe vivas, e intitulando-o o General”. Reforçados por várias adesões, chegaram em grupo de cinquenta a sessenta pessoas aos quartéis do campo da Honra (praça da República), onde, dos portões, exortaram os soldados a acompanhá-los. Sendo estes contidos pelos oficiais, o bando decidiu ir embora, após dar “vivas à Constituinte, à República, morras aos chumbos, ao ministro da Justiça e soltado gritos de – abaixo a Regência, fora os Deputados, & c.” (Basile, 2017, p. 38).

Segundo o autor, três dias depois houve uma grande confusão no teatro São Pedro de Alcântara (ponto habitual de reunião dos exaltados), que teria sido o segundo de uma série de oito apenas durante a Regência. Na ocasião, manifestantes iniciaram um tumulto que atraiu mais de duzentos guardas municipais, que ao invés de intimidar o movimento, tornou-o ainda mais agressivo e numeroso, culminando, por fim em três indivíduos mortos.

Alguns aspectos do referido evento devem ser ressaltados. Segundo Basile (2017, p.52), os manifestantes deveriam ser de baixa condição social, inclusive escravos, descritos à época como “anarquistas”, “agitadores”, “amotinadores”, “malfeitores”, a “ralé mais cívica da nossa população”, “Grupos de negros, e pardos da ínfima classe, rotos, e meios descalços”, “pretos descalços”, “ímpios bebedores de sangue”.

Acreditava-se que, além dos motivos óbvios que tal classe tinha para rebelar-se, estariam também sendo influenciados pelos liberais exaltados, em sua maioria provenientes das camadas médias urbanas, ressentidos da desconsideração de suas pautas pelo atual governo. Além disso, contribuía para os levantes a insatisfação dos militares, especialmente das mais baixas patentes, muitas vezes recrutados à força, que sofriam maus-tratos e castigos corporais. Outro fato era o antilusitanismo, alimentado especialmente pela consideração dos portugueses como uma ameaça à independência, estando associados, ao menos no imaginário popular, ao colonialismo e ao absolutismo.

Esta politização das ruas era a forma viabilizada de dar vazão a um potencial participativo que não encontravam espaço dentro dos canais institucionais desenvolvia-se uma prática informal de cidadania, construída de baixo para cima, mediante a participação ativa das mais diversas camadas sociais nas instâncias de ação política do espaço público. Ao se definirem como um lugar de exercício da cidadania, agindo em nome de direitos que julgavam legítimos, os movimentos



de protesto da Capital imperial, embora não tivessem cunho nacionalista, constituíam um dos eixos de formação política de uma incipiente nacionalidade (Basile, 2017, p. 56).

Além disso, existiam as resistências que vinham de outra matriz, que representavam outra concepção de mundo. Eram os escravos que se rebelavam em grupo ou individualmente contra o cativo, por condições que consideravam mais justas. Para tanto, utilizavam diferentes estratégias, como a revolta, a fuga, ou a justiça para tentar fazer cumprir as leis que lhes poderiam favorecer (Chalhoub, 2012). O exemplo mais contundente é a formação de diversos quilombos em todo o território nacional, que não deixaram de ser considerados agrupamentos criminosos até a Constituição de 1988.

No que diz respeito aos indígenas, ainda que a escravização não fosse regra geral, a consideração destes como incapazes e consequente atitude do governo em exercer a tutela¹⁰ sobre os mesmos criava situações de opressão que também não foram aceitas passivamente. Além dos inúmeros conflitos locais violentos, há também tentativas de recorrer aos abusos pelas vias oficiais. Nesse sentido, Carneiro da Cunha (2012, p 93) relata que, em 1815, os indígenas Aramaris da Bahia encaminharam ao governo um documento protestando contra a espoliação de terras de sua aldeia. Outro exemplo são as denúncias feitas em 1825 pelo povo Xucuru de Pernambuco relatando abusos do diretor da aldeia, resultando em decisão favorável do Imperador¹¹.

Ao final do império alguns dos grupos que se encontravam alijados, apartados da política e relegados a um lugar periférico na sociedade, uniram-se em torno da busca da cidadania sob o guarda-chuva abolicionista (Machado, 2010). Com o afrouxamento da hegemonia saquarema, tais grupos identificavam-se entre si tendo como cimento que os unia a sua experiência social: trabalhadores de diferentes profissões, intelectuais, comerciantes, ex-escravos e

¹⁰ Em 1755 Pombal concede aos índios autonomia total no que ele entende como sua emancipação dos jesuítas. Mas já em 1757 é instituído o regime de tutela que julga que os índios são incapazes de governar suas povoações e por isso devem ser subordinados a um diretor. Na Carta Régia de 1798, a emancipação dos índios aldeados de seus diretores. Quanto aos não aldeados, os índios "bravos", são comparados às crianças órfãs, que precisam de um tutor que os introduza à vida em sociedade. O mesmo se aplicava aos africanos e afrodescendentes livres.

¹¹ Coincidência ou não, o fato é que não se conhecem processo de defesa dos direitos indígenas após 1845, quando os diretores das aldeias passam a exercer a função de procuradores dos índios. carneiro da cunha P.94



escravos compreendiam que colocados à parte, poderiam unir-se para ter da nação a cidadania que lhes era negada. Se para a população em geral a cidadania no século XIX era assunto complexo, para a população negra era ainda mais delicado. Se o Estado agia contra a lei mantendo escravos chegados após a década de 1830, o que o impediria de escravizar aqueles que não eram considerados brancos?

Como coloca Maria Helena Machado (2010), a experiência das lutas abolicionistas formou uma identidade e uma experiência utilizada em lutas posteriores. Contudo, após a abolição, as diferentes pautas que se mobilizaram sob o guarda-chuva abolicionista se separaram, o que mostra que a insatisfação ultrapassava o cativo e agregava questões mais complexas, as quais chegaram a ser taxadas pelos conservadores como socialistas e anarquistas.

Considerações Finais

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pelas grandes disputas abolicionistas e pela expectativa de aumento da aquisição de direitos por parte dos até então excluídos. Contudo, como afirma José Murilo de Carvalho (2002), com a República pouco mudou. A Constituição de 1891 continuaria a excluir do direito ao voto uma grande parcela da população: os analfabetos, as mulheres, os sem teto, os soldados, os membros das ordens religiosas. Era o tempo do liberalismo excludente. Novos símbolos surgiram, colocados no lugar dos símbolos imperiais. Os heróis seriam aqueles recuperados pela nova ordem, como Tiradentes. O IHGB passaria a produzir no novo contexto, adaptado à nova realidade (Gomes, 2009).

Nas cidades e no campo, os excluídos continuariam a se levantar: os trabalhadores lutando pelo espaço público nas cidades e, no campo, os excluídos, a exemplo de Canudos e Contestado, se insurgiriam contra a ordem. A cidadania não se tornaria completa. O longo caminho, ao início da República e mesmo nos dias atuais, não foi percorrido em sua totalidade.

Conforme ressalta Antonio Bispo dos Santos (2019), quilombola piauiense, o Estado brasileiro, desde de sua fundação até hoje, segue atuando como inimigo dos povos e comunidade tradicionais, tais como quilombolas e indígenas, atitude que se estende, de modo geral, à população mais pobre e vulnerável. Porém, tais

comunidades seguem reivindicando seus direitos através dos meios legais e de outras formas de resistência.

Percebe-se que, sob o argumento da modernização e do “desenvolvimento”, o Estado buscou produzir uma noção cidadania supostamente homogênea, negando as diferenças e hierarquias (muitas vezes raciais) que ele mesmo cria. Porém, tal horizontalidade demorou muito a ser alcançada institucionalmente, e não é possível afirmar que já esteja consolidada na prática.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BASILE, Marcelo. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. *Tempo*, 11(22), 2007. pp. 31–57.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil : história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no Brasil: entre Império e Primeira República. *Espaço Jurídico, Joaçaba*, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2010

DUSSEL, Enrique. *1492: el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural Editores, 1994.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora Unesp, 1997.



GOHN, Maria da Gloria. *História dos movimentos sociais no Brasil: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola, 2012

GOLDBERG, David Theo. T. *Racist culture: philosophy and the politics of meaning*. Oxford, UK: Blackwell, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Editora Fino Traço, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.i.:s.n.], Inédito. Título original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2007.

LIMA, Ivana Stolze. *A língua nacional no Império do Brasil*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, v II.: 1831-1870*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Editora Edusp, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto*. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Editora Contexto, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O gigante e o espelho*. In: Grinberg Keila e Salles Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Editora Hucitec, 1987

MELO, Evaldo Cabral de. *Uma outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Editora 34, 2004

MOREIRA, Carlos Eduardo (et. al). *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista -Século XIX*. Editora Alameda, coleção Presente Passado. 2. ed: São Paulo, 2006.

PEREIRA, Vantuil. "Petições: liberdades civis e políticas na consolidação dos direitos do cidadão no Império do Brasil (1822-1831)", In: RIBEIRO, Gladys Sabina, *Brasileiros e cidadãos: modernidade política*. Editora Alameda, 2008.



SANTOS, Antonio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Editora Revista Ampliada, 2019.

SCWARCZ, Lilia Moritz; Botelho, André, *Cidadania, um projeto em construção*. Editora Companhia das Letras, 2013.

SLEMIAN, Andreia, "À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do império do Brasil". In: RIBEIRO, Gladys Sabina, *Brasileiros e cidadãos: modernidade política*. Editora Alameda, 2008.

A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decolônias

Resumo

Em 1822, o Brasil deixa de ser colônia portuguesa ao declarar sua Independência. A partir de então, inicia-se um esforço para construir a nação brasileira, identificar seus fundamentos político-ideológicos, formar um aparato estatal capaz de administrar o território, criar uma legislação e definir critérios de cidadania para sua população. Todo este processo se deu sem que os preceitos colonialistas, como o racismo, fossem abandonados, por isso este trabalho busca acrescentar a leitura decolonial à análise deste período.

Palavras-chave: cidadania, nação, Império, colonialidade.

La Construcción de la Nación en el Brasil imperial: un análisis a la luz de los estudios decoloniales

Resumen

En 1822, Brasil deja de ser colonia portuguesa al declarar su independencia. A partir de entonces, comenzó un esfuerzo por construir la nación brasileña, identificar sus fundamentos político-ideológicos, formar un aparato estatal capaz de administrar el territorio, crear legislación y definir criterios de ciudadanía para su población. Todo este proceso se llevó a cabo sin que se abandonaran los preceptos colonialistas, como el racismo, por lo que este trabajo busca agregar la lectura decolonial al análisis de este período.

Palabras clave: ciudadanía, nación, imperio, colonialidad.

The Construction of the Nation in Imperial Brazil: An Analysis using Decolonial Studies

Abstract

In 1822, Brazil ceases to be a Portuguese colony when declaring its Independence. From then on, an effort began to build the Brazilian nation, identify its political-ideological foundations, form a state apparatus capable of managing the territory, create legislation and define citizenship criteria for its population. This whole process took place with the colonialist precepts, such as racism, so this work seeks to add the decolonial reading to the analysis of this period.

Keywords: citizenship, nation, Empire, coloniality.



Pachukanis em Caracas: o direito internacional entre a forma jurídica e a guerra (neo)colonial¹

Ricardo Prestes Pazello²

Moisés Alves Soares³

1. Introdução: por onde anda Pachukanis?

O marxismo costuma sofrer de uma grande contradição que nem sempre é enfrentada pelas críticas (e autocríticas, quando existem) que os próprios marxistas elaboram. Tal contradição se revela no fato de o marxismo ter se academicizado, ou seja, de ter se tornado acessível apenas a estudiosos e expertos, ainda que declare como seu sujeito principal o proletariado (ou, em versões mais abertas, as classes populares). Por outro lado, grupos políticos, agremiações partidárias, movimentos sociais e organizações sindicais – a não ser quando enfronhados na universidade – têm cada vez menos visto sentido ou mesmo conseguido ligar suas lutas e práticas à interpretação marxista. O academicismo e a aversão pela teoria, cindindo a noção práxis, são faces da mesma crise. Mesmo onde há agrupamentos que se esforçam em realizar

¹ O presente artigo tem origem na obra *Marxismo, Direito e Relações Internacionais* de organização de Thomaz Delgado de David e Maria Beatriz Oliveira da Silva. Contudo, apresentamos aqui uma versão que, embora mantenha os argumentos essenciais, traz algumas modificações resultado do avançar de nossa temporalidade histórica

² Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR). Doutor em Direito das Relações Sociais pelo PPGD/UFPR. Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGD/UFSC). Bacharel em Direito pela UFPR. Pesquisador do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC/UFPR) e do Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL/UFPR). Pesquisador e conselheiro do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Coordenador-geral do Centro de Formação Milton Santos-Lorenzo Milani (Santos-Milani). Coordenador do projeto de extensão popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, junto à UFPR.

³ Doutor em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor integral do Curso de Direito da UNISOCIESC - Joinville. Coordenador do GT Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).

formações políticas, há grande dificuldade em aproximar o estudo de clássicos, como Marx, Engels, Lênin, Rosa, Gramsci ou outros, com a realidade social, política e econômica vivida.

Não é o nosso objetivo investigar as razões deste problema, mas apenas partir dele para constatar que na crítica marxista ao direito (que, reconheçamos, teve um considerável reflorescimento nos últimos anos) se passa a mesma coisa. O grande clássico do marxismo para o campo do direito, Evguiéni Pachukanis, vem sendo relativamente bastante resgatado nas universidades, mas ainda dormita no âmbito da teoria do direito (quem sabe, com a exceção do direito penal) e não tem sido fonte para interpretações mais concretas, ainda que particulares. Mesmo que seja crucial recuperar o pensamento pachukaniano para compreender a crítica estrutural ao direito que todo marxista deve conhecer (evitando cair em visões juricistas ou laudatórias do direito), não é menos importante partir de suas inspirações para interpretar as questões de nosso tempo, juntando a elas os avanços que o próprio marxismo, mas também outros marcos, tiveram após seu desaparecimento na década de 1930, na União Soviética (vide SOARES, 2018).

Assim é que o presente texto pretende, no tempo da política e com o esforço de esboçar uma tradução da obra de Pachukanis, trazer suas contribuições a nossa realidade, tendo em vista os recentes (e importantes) acontecimentos que se passam na Venezuela, tomada por crises e turbulências, em meio a um cenário internacional de ataque das forças do capital contra quaisquer organizações de esquerda ou mesmo não alinhadas a sua política externa, em todos os seus matizes e nos mais diversos pontos do globo. Com isso, o necessário trabalho de traduzir a crítica pachukaniana às questões concretas do nosso tempo pode ganhar algum terreno, para além de suas valorosas utilizações teórico-abstratas.

2. Pachukanis desde Moscou: um verbete sobre direito internacional

Entre 1925 e 1927, Pachukanis participou da edição da “Enciclopédia do estado e do direito”, organizada pela Academia Comunista. Na “Enciclopédia”, ele apareceu como o principal autor de direito internacional (BEIRNE; SHARLET,

1980, p. 165) e já gozava de reconhecimento teórico-jurídico por ter publicado em 1924 seu livro mais importante, “Teoria geral do direito e marxismo”. Além disso, trabalhara no Comissariado do Povo para Assuntos Estrangeiros, no período exatamente anterior à primeira edição de seu livro clássico, de 1920 a 1923, assim como já tivera experiência prática como juiz (NAVES, 2009, p. 13).

Aqui, resgataremos sua reflexão, aparecida no volume 1 da citada “Enciclopédia”, sobre o direito internacional, bastante instrutiva para os propósitos deste ensaio. Ela, de alguma maneira, ao mesmo tempo continua e contrasta com suas formulações de 1924 sobre o direito. Ali, a forma jurídica aparece como a garantia da circulação mercantil, ou seja, “a relação jurídica entre os sujeitos é apenas outro lado das relações entre os produtos do trabalho tornados mercadoria” (PACHUKANIS, 2017, p. 97). A inspiração no método de Marx é evidente e é a partir dela que Pachukanis constitui seu repertório interpretativo, segundo o qual “a relação jurídica é a célula central do tecido jurídico, e apenas nela o direito se realiza em seu real movimento. Somado a isso, o direito, enquanto conjunto de normas, não é nada além de uma abstração sem vida” (PACHUKANIS, 2017, *idem*).

Portanto, tal elaboração parte da forma sujeito de direito no contexto das relações sociais de produção e circulação do capital. Assim, podemos dizer que seu contexto não se refere apenas ao estado-nação já que, eventualmente, esta barreira pode ser transposta a depender dos agentes privados envolvidos, como empresas multinacionais. No entanto, o marco espacial de análises intraestatais é ainda bastante relevante. Evidentemente, ao realizar esta leitura Pachukanis não está pensando na figura do estado como a célula das relações sociais jurídicas, afinal de contas o caminho metódico que segue leva-o a perceber seus sujeitos como sendo outros, vale dizer, os livres e iguais proprietários de mercadorias. Há consequências importantes na constatação disso. De um lado, a necessidade de se dar uma resposta sobre o que o direito é como forma social. De outro, a evidência da crítica à vinculação entre estado – com suas normas positivas ou de expressão natural – e direito.

Dentre as tentativas de se responder a estas últimas questões, encontram-se a noção de estado como forma política (MASCARO, 2013), que não deixa de ser

tributária das teorias derivacionista e materialista do estado (HIRSCH, 2010); assim como a perspectiva de uma teoria do direito antinormativista, da qual Pachukanis é seu precursor. Ainda assim, fica pendente de avaliação sobre saber se o assim chamado direito internacional – ou melhor, a relação entre estados como sujeitos (públicos) de direito – existe nos mesmos moldes do que a teoria pachukaniana observou.

É por isso que se mostra muito interessante viajar para a União Soviética da década de 1920 e perceber o que Pachukanis escreveu a respeito. Desde Moscou, no verbete para a “Enciclopédia do estado e do direito”, sua reflexão sobre o direito internacional ganha nova luz e irá permitir, inclusive, uma aterrissagem em Caracas, quase cem anos depois.

2.1. A Forma Jurídica e o Direito Internacional: as trocas são componentes da luta

É comum compreender-se o direito a partir de suas regras ou normas e o direito internacional, por extensão, pela tentativa – nem sempre exitosa, como também se costuma reconhecer – de coordenar a relação entre estados-nação segundo, igualmente, seus critérios normativos. Como se sabe, porém, Pachukanis é um crítico radical da visão normativista e deontológica do direito.

Em seu verbete sobre o direito internacional, Pachukanis inicia resgatando justamente as definições sobre tal ramo do direito e demonstrando como elas se caracterizam por uma tecnicidade que não traduz o seu real caráter, quer dizer, o “caráter de classe do direito internacional”. Em suas palavras, o apelo ao normativismo dos internacionalistas é um demonstrativo nítido de que eles “consciente ou inconscientemente empenham-se em ocultar tal elemento de classe” (PACHUKANIS, 1980, p. 169).

Assim é que, de cara, Pachukanis já nos apresenta sua definição para o direito internacional: “o moderno direito internacional é a forma jurídica (*legal form*) da luta dos estados capitalistas entre si pela dominação sobre o resto do mundo” (PACHUKANIS, 1980, *idem*). Tal definição, a partir de agora, servirá de fio condutor para as avaliações que viremos a fazer a respeito tanto da relação entre forma jurídica e direito internacional, que é o objeto deste item, quanto do

papel do imperialismo em sua visualização, notadamente no caso da Venezuela, como enfocaremos a seguir.

É interessante fazer notar, aqui, que Pachukanis apresenta uma especificidade à noção de direito internacional que não nega suas formulações a respeito da forma jurídica, mas que as complexifica. O direito (como forma de relações sociais específicas entre sujeitos iguais e livres entre si) continua se ligando às relações de produção e circulação mercantil, no entanto agora, sob este prisma, tais relações apresentam-se em sua crueza. Afinal, o que vem a ser, por exemplo, uma troca de mercadorias? A resposta a esta indagação ganha um colorido diferente a partir da pena pachukaniana: “sob as condições desta luta [a luta dos estados capitalistas entre si], toda troca é a continuação de um conflito armado e o prelúdio para o próximo” (PACHUKANIS, 1980, p. 169).

Portanto, uma oposição simples no pensamento de Pachukanis entre forma jurídica e luta de classes, a primeira valendo para a explicação sobre o que o direito é e a segunda dizendo respeito ao que fazer depois que se compreende do que o direito é, encontra-se desautorizada a partir da leitura do verbete que aqui interpretamos. Em algum grau de desenvolvimento das relações sociais do capital é possível ver que a troca é a continuidade da luta, já que “toda luta, incluindo a luta entre estados imperialistas, precisa incluir uma troca como um de seus componentes” (PACHUKANIS, 1980, p. 169).

A densidade teórica desta página de Pachukanis é eloquente e justifica o resgate de sua literalidade. Pois bem, se no contexto das relações de produção nacionais as trocas de mercadorias aparecem como “normalidade” social, o deslocamento de tal visualização para uma ênfase nas trocas mercantis mais importantes para esta mesma produção – força-de-trabalho por salário – permite perceber que dita normalidade nada mais é que a exploração dos vendedores da mercadoria força-de-trabalho, ou seja, a classe trabalhadora. Logo, a exploração dos trabalhadores aparece como algo normal – e de fato assim o é em nossa sociedade.

Estendendo, contudo, este mesmo percurso de enfoques, podemos chegar às relações internacionais. Neste nível, a latência do conflito incubado nas trocas internacionais é muito mais sensível, aparecendo, inclusive e muitas vezes, como



guerra comercial. Mas aqui a exploração tem um caráter de “guerra” justamente porque se costuma destacar o papel de países soberanos entre si na disputa internacional, portanto sujeitos mais do que formalmente iguais entre si, já que materialmente também o são relativamente. É evidente, porém, que esta situação se modifica drasticamente quando os atores da guerra comercial internacional passam a ser também os estados que foram, por séculos, colônias dos estados imperialistas, para usar a expressão de Pachukanis. Assim, com a entrada em jogo das ex-colônias, agora formalmente independentes, a explicitude do direito internacional como uma guerra parece diminuir, requisitando-se reavivar as lições pachukanianas da década de 1920, como pretendemos fazer na segunda parte deste artigo. Isto porque os sujeitos que se relacionam em nível internacional são estados-nação livres e iguais entre si. Mas estas equivalências se dão apenas, a partir de então, em um nível formal, pois na prática o que prevalece são relações de dependência internacional, inclusive do ponto de vista jurídico (vide PAZELLO, 2016).

Acabamos de adiantar um tema de nodal relevância para Pachukanis, qual seja, o de quem são os sujeitos de direito, no caso, das relações internacionais. O jurista soviético, em seu verbete, apresenta a teoria hegemônica, entre os juristas burgueses de então, do estado como único sujeito do direito internacional. Pachukanis atribui esta prevalência teórica (que hoje, podemos dizer, já está abalada ao haver teorias que aceitam outros sujeitos de direito internacional para além de o estado) ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Segundo ele, “a real premissa histórica para este ponto de vista é a formação de um sistema de estados independentes que têm, dentro de suas fronteiras, um poder central suficientemente forte para habilitar cada um deles a agir como um todo único” (PACHUKANIS, 1980, p. 173).

A partir de tal constatação, Pachukanis sumaria a formação do estado moderno, mas atribui certo caráter de universalidade à regulação das relações internacionais, aludindo a exemplos de momentos históricos que ele denomina de “períodos antigos da sociedade de classes e até da sociedade de pré-classes” (PACHUKANIS, 1980, p. 175). Não é nosso interesse, aqui, explorar tal argumentação, que parece dar subsídios interessantes para se pensar uma

“história do direito” – ainda que Pachukanis não abra mão de dizer que se há um “direito” internacional antigo é porque tais “regras universais não podem ser outra coisa senão um reflexo das condições gerais de troca” –, mas sim aterrissar na argumentação do autor ao resgatar a figura de Hugo Grócio como o “primeiro teórico do direito internacional” (PACHUKANIS, 1980, p. 176).

Para ele, Grócio, com sua doutrina do direito natural, pressupõe as condições de troca para o surgimento do direito internacional moderno. Resgatando uma noção inicial de seu verbete – qual seja, a de que a “chave do moderno direito de guerra” é a “propriedade burguesa”, “o interesse geral e básico da burguesia” (PACHUKANIS, 1980, p. 172) – Pachukanis implica Grócio no nascedouro cosmológico do capital, já que

Todo o seu sistema depende do fato de que ele considera relações entre estados como sendo relações entre donos de propriedade privada; ele declara que as condições necessárias para a execução da troca, isto é, da troca de equivalentes entre proprietários privados, são as condições para a interação legal entre estados. Estados soberanos coexistem e são contrapostos uns aos outros exatamente na mesma medida em que são donos de propriedade individual com direitos iguais. Cada estado pode “livremente” dispor de sua própria propriedade, mas só pode ter acesso à propriedade de outro estado por meio de um contrato sob a base da compensação: *do ut des* (PACHUKANIS, 1980, p. 176).

A expressão em latim arremata o argumento de Pachukanis que foi e voltou para a história européia (clássica, medieval e moderna) a fim de encontrar nela a realidade das trocas comerciais. Mas, o argumento procura, sobretudo, ratificar sua concepção de que o direito é o grande afiançador do intercâmbio de mercadorias e a expressão *do ut des* não pode nos confundir: o clássico “dou para que dê” não é mais o dar da reciprocidade das comunidades tradicionais nem o mero toma-lá-dá-cá de um jogo de favores que se dá nos bastidores das relações formais, mas sim as prestações às quais se obrigam os contraentes de uma relação de compra-e-venda, tal como entre proprietários de mercadorias, sejam eles capitalistas entre si, sejam eles proprietários de força-de-trabalho e de dinheiro pago em troca.

Assim é que a fundamentação teórica a respeito do caráter da forma jurídica se põe à mostra na avaliação de Pachukanis a respeito do direito internacional. Para corroborá-lo, chega a citar o criminalista liberal alemão Franz von Liszt, famoso por sua teoria da prevenção especial da pena, mas que também

teve considerável impacto no direito internacional. Pachukanis (1980, p. 177) assegura que Liszt possui “idéias esboçadas a partir de relações de direito civil com base na igualdade entre as partes” e menciona expressamente o entendimento do autor segundo o qual o direito internacional se baseia em “regras legais não escritas”, apesar de Liszt ser reconhecidamente um autor positivista do direito penal (ou seja, que defendia que as punições só poderiam decorrer de normas positivadas previamente e não de entendimentos metafísicos de julgadores). É curiosa, e bastante arguta, a aproximação que Pachukanis faz entre os entendimentos do jusnaturalista Hugo Grócio, do século XVII, e do positivista Von Liszt, do século XX, pois coloca em tela o fato de que, ao nível internacional, o direito revela sua face mais crua, explicitando que a normatividade intraestatal é uma forma de regular o que internacionalmente não tem vez, já que os sujeitos são os estados-nação (a essa altura, basicamente os estados imperialistas). O esboço do Liszt tem, portanto, de apelar para uma lógica do direito civil, que é a única maneira de tornar aceitável o direito natural. Assim é que o normal das relações sociais torna-se naturalizado, mas nem por isso um ou outro (seja o normal seja o natural) deixam de ser fenomenalidades de algo que exige uma explicação mais profunda e essencial.

Daí Pachukanis buscar uma analogia para explicá-lo. Sua interpretação analógica lança mão de um paralelo entre o direito privado (intranacional, portanto) e o internacional (que adquire aparente caráter de direito público):

O direito privado burguês assume que os sujeitos são formalmente iguais mesmo que simultaneamente permita uma desigualdade real quanto à propriedade, enquanto o direito internacional burguês, em princípio, reconhece que os estados têm direitos iguais ainda que, na realidade, eles sejam desiguais em sua significância e poder (PACHUKANIS, 1980, p. 178).

Como se percebe, a esta altura a reflexão de Pachukanis já está crivada pelo impacto da visualização de relações internacionais em que figuram estados periféricos e ex-colônias. O próprio caso da União Soviética, seu ponto de partida geopolítico, é lembrado para aquilatar um “diferente significado” do direito internacional, em que este se caracterizaria por estar passando por um “período transicional” marcado pela “forma de um compromisso temporário entre dois sistemas de classe antagônicos” (PACHUKANIS, 1980, p. 172-173). Desse modo, os compromissos vão ganhando relevo para mediar a disputa internacional, até



que um confronto aberto sobrevenha. Nesse sentido, como todos sabemos, a história foi implacável e confirmou as asserções de Pachukanis com as centenas de guerras a que o século XX assistiu.

Longe de advogar pela inexistência de um direito internacional – que Pachukanis acusa de posição niilista que acometera inclusive alguns marxistas – ele credita a este ramo do direito um objeto “precário, instável e relativo” em face de outras áreas. Portanto, uma “diferença de grau” (PACHUKANIS, 1980, p. 180) sobre a juridicidade das esferas internacional e da civil, por exemplo. As relações jurídicas internacionais existem, mas são tomadas por contradições que se configuram a partir de um “equilíbrio real de forças” (PACHUKANIS, 1980, p. 179). Quando este equilíbrio é rompido, irrompe igualmente um conjunto de condições internacionais que não se atenua institucionalmente, como se pode observar no caso dos direitos nacionais (via força do estado), mas sói expor-se por meio de confrontos de várias naturezas, da econômica à bélica.

Dessa maneira, duas questões interessantes emergem. A primeira, textualmente reconhecida por Pachukanis (1980, p. 178): dá-se uma “contradição” quanto à própria existência do direito internacional que depende, para tal, da existência de estados soberanos e, portanto, que são soberanos com relação ao próprio direito internacional. Ou seja, a ele só se submetem enquanto não houver motivo (ou força) para debelá-lo. Esta questão é interessante para percebermos conflitos e intervenções de cunho internacional, como as que caracterizam, por exemplo, a Venezuela.

De outro lado, decorrente da anterior, uma segunda questão pode ser aduzida. Pachukanis, ao mencionar o “equilíbrio real de forças” complexifica sua interpretação sobre a forma jurídica, ao afirma-la e, a um só tempo, pô-la em xeque ante o direito internacional. Na verdade, ele retira da esfera internacional a característica mais pura da luta de classes (dominação e imperialismo dos estados capitalistas) e, ao fazê-lo, demonstra que a igualdade entre sujeitos (públicos) depende de um jogo de forças material, ou seja, há igualdade jurídica enquanto houver estabilidade entre os estados. Quando esta desaparece, o mesmo ocorre com a igualdade. Ao interpretar assim, Pachukanis revela, por contraste, que a igualdade jurídica da esfera interna também depende disso (da estabilidade que

pode ser questionada e enfrentada a qualquer tempo em um contexto de aberta luta de classes), mas que costuma manter-se pela força repressiva do estado contra os indivíduos, bem como pela coerção econômica da burguesia, tanto interna quanto externa, e ainda pela naturalização de tais relações sociais no cotidiano da classe trabalhadora.

Assim, forma jurídica e luta de classes se entrelaçam e a interpretação pachukaniana se mostra altamente instrutiva para compreender as profundezas do direito, seja ao nível das relações nacionais seja para além delas. Por isso é que se faz interessante, também, procurar algum aprofundamento quanto à questão do imperialismo, que atravessa totalmente o direito internacional e permite o contraste analógico quanto às relações jurídicas privadas. É que veremos a seguir.

2.2. Imperialismo e Direito Internacional: a luta entre estados capitalistas pelo domínio de países coloniais

Citamos várias vezes o imperialismo, ou melhor, os estados-nação imperialistas para apresentar os aspectos, a nosso ver, mais interessantes em que Pachukanis se apóia para debater o direito internacional. A nosso ver, sua análise sobre tal área do direito segue dois grandes caminhos: de um lado, o de visualizar o direito internacional como extensão da garantia para as relações de troca, fazendo incidir a forma jurídica neste contexto; de outro, concebê-lo como forma de dominação pela via do imperialismo. Daí o tema do imperialismo ganhar centralidade nesse segundo momento da exposição a respeito do pensamento de Pachukanis sobre o direito internacional.

Em seu verbete, Pachukanis cita Lênin, a partir de um trecho encontrado no quinto capítulo de “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”. O capítulo se intitula “A partilha do mundo entre as associações capitalistas” e é curioso notar que antecede outro chamado “A partilha do mundo entre as grandes potências”. Por que lembrar disso? Porque Pachukanis faz uso da distinção de Lênin entre “partilha econômica” e “partilha territorial” (ou política) para fortalecer sua visão sobre o direito internacional.

Fazendo uma brevíssima e pontual incursão na análise de Lênin, podemos resgatar dois elementos interessantes: o primeiro diz respeito a certa fluidez entre

as relações capitalistas nos níveis nacional e internacional. Vejamos uma afirmação bem didática de Lênin (2012, p. 99):

As associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial.

Quer dizer, reforçando o que dissemos no item acima, o direito internacional carrega consigo a forma jurídica, uma vez que, para além da circulação simples, o que existe, de fato, é um mercado mundial. Logo, o que há são circulações de mercadorias em todos os níveis, devendo-se considerar relativamente arbitrária a distinção entre direito internacional público e privado, a não ser pelo que segue.

O segundo elemento refere-se à especificidade política do imperialismo, quanto a suas disputas por colônias e novos territórios sob sua influência. Se, por um lado, é arbitrária a distinção entre público e privado no direito internacional, por outro lado é compreensível, ainda que talvez não tão rigorosa, a nomenclatura. Existe, de fato, uma incidência política própria na relação internacional entre estados. Ao tempo em que Lênin escrevia seu ensaio sobre o imperialismo – escrito em 1916 e publicado em 1917 – era nítida a preocupação política com as relações internacionais dado que a partir delas se expressavam disputas territoriais:

A época do capitalismo contemporâneo nos mostra que estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos políticos, entre os Estados, baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” (LÊNIN, 2012, p. 108).

Eis, portanto, que as indicações de Lênin levam Pachukanis a reafirmar a complexidade do direito internacional, entre a partilha econômica e a partilha territorial, vale dizer, entre a forma jurídica (que garante as relações econômicas) e a dominação colonial ou neocolonial (que serve de meio de luta em nível internacional). Nesse sentido, fica peremptoriamente rejeitada qualquer concepção de direito internacional como “instrumento, posto fora e acima das

classes” (PACHUKANIS, 1980, p. 169) – idéia na qual crêem tanto os juristas burgueses quanto os socialistas reformistas.

Interessante é perceber que a complexificação que Pachukanis imprime à análise do direito quando aborda uma de suas partes, o direito internacional, vai ganhando vida e estabelecendo sua morfologia própria. É o que podemos ver quando ele diz que o direito internacional “deve sua existência ao fato de que a burguesia exerce sua dominação sobre o proletariado e sobre os países coloniais”. Uma vez mais a dupla face do direito internacional se faz presente: de uma banda, forma jurídica, partilha econômica e exploração do proletariado; de outra, exercício de força, partilha territorial e dominação colonial. Evidentemente que as duas expressões estão interligadas, até porque a sociedade que se constitui nesse contexto pressupõe um mercado mundial (que relaciona o interno e o externo sempre), mas não é menos verdade que cada uma delas guarda consigo uma peculiaridade, a qual o direito internacional permite entrever.

Concebida esta pedra de toque do direito internacional, é possível perceber que há criação de instituições e normativas que são, ao mesmo tempo, correspondentes a esta morfologia, mas que se pretendem (em suas autopromoções) acima delas. No entanto, sobre o assunto, Pachukanis parece ser taxativo: “a luta entre os estados imperialistas pela dominação do resto do mundo é, assim, um fator básico na definição da natureza e destino das correspondentes organizações internacionais” (PACHUKANIS, 1980, p. 171). Desse modo, o já aludido “equilíbrio real de forças” condiciona inteiramente a construção de organismos e mecanismos de regulação das relações internacionais, mormente ligados à geopolítica e aos interesses econômicos dos estados.

Assim é que Pachukanis, escrevendo menos de dez anos após a Grande Guerra, tal como os próprios europeus a denominaram à época, assevera que “a própria composição dessas comissões [internacionais] reflete perfeitamente relações específicas de forças e é, normalmente, o resultado da guerra” (PACHUKANIS, 1980, p. 171). No contexto dessa avaliação, cita vários tratados sobre rios, como os do Danúbio, Reno, dentre outros, bem como comissões e o Tratado de Versalhes, para demonstrar que os despojos da guerra era o que

interessavam os estados nacionais e as organizações paridas em tal situação expressavam justamente o poderio de quem venceu o conflito e queria continuar se expandindo geopoliticamente. Basta uma mirada para as atuais organizações internacionais para comprovar o acerto de Pachukanis em sua análise – e o caso da Venezuela não fugirá a esta regra.

Um elemento bastante interessante a se ressaltar na formulação pachukaniana é o interesse dedicado à problemática colonial – aliás, recorrente e até mesmo central no conjunto de preocupações da política externa soviética – entendida como uma “peculiaridade” do direito internacional produzido pela burguesia. Segundo Pachukanis (1980, p. 172), tal direito se caracteriza por dividir os estados entre “civilizados e ‘semicivilizados’, integrados e ‘semi-integrados’ à comunidade internacional”, substituindo o que no período feudal era o índice de evolução, ser ou não ser um povo “cristão”. Dessa maneira, o autor associa a noção de civilização à emergência do capitalismo e, ao criticar este último, permite uma crítica ao etnocentrismo da primeira. Os russos, por estarem nas margens do Ocidente, entre a Europa e Ásia, sempre cultivaram bastante este exercício de crítica ao ocidentalcentrismo, ainda que nem sempre de maneira consciente. No caso de Pachukanis, ela aparece de maneira explícita e liga-se diretamente à condenação do colonialismo, do qual a própria Rússia não deixava de sofrer as consequências.

Por isso, o texto de Pachukanis soa como uma denúncia, ao ressaltar que o direito internacional serve para a disputa territorial, antecipando a tese clássica do geógrafo crítico Yves Lacoste (1993): “a geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Para o jurista russo, “o resto do mundo é considerado como um simples objeto de suas [estados burgueses] transações concluídas” (PACHUKANIS, 1980, p. 172). E nem o liberalismo desata a dicotomia entre civilizados e ainda-não-civilizados, já que o próprio Von Liszt, em pleno alvorecer do século XX (seu manual de direito internacional é de 1913), diz que o direito internacional não é válido para os não civilizados (estados e povos que estão fora da comunidade internacional). O que é válido, isto sim, é o “amor pelo ser humano e o cristianismo”. Implacável, Pachukanis ironiza: “para avaliar o fervor dessa afirmação, lembre-se que, ao tempo das guerras coloniais, os

representantes desses princípios elevados, por exemplo a França em Madagascar e os alemães no sudoeste da África, liquidaram a população local sem levarem em conta idade e sexo” (PACHUKANIS, 1980, *idem*).

É por este motivo que ganha ascendência, no discurso pachukaniano, a importância da defesa de que a União Soviética instaura um período de transição para o direito internacional, uma vez que cunha uma disputa com os países capitalistas, e, se vitoriosa, levará à extinção do próprio direito internacional, já que as relações entre os povos não mais se guiará pela exploração dos trabalhadores nem pela dominação colonial.

O sentido da construção teórica de Pachukanis ganha grande atualidade, ainda que precise de atualizações, devido às mudanças que os quase cem anos que nos separam fizeram surgir. Vários intérpretes (vide CHIMNI, 2004; MIÉVILLE, 2005; MOREIRA, 2011; KNOX, 2014; TAYLOR, 2014) seguiram, de maneiras variadas, pela senda que ele abriu e, portanto, sua contribuição não pode ser desprezada. Entendemos, então, que a análise da questão do direito internacional deve passar sempre pela dupla problemática que a interpretação de Pachukanis permite visualizar: de um lado, a repercussão da forma jurídica no mercado mundial, como a garantia do intercâmbio capitalista entre sujeitos de direito, mesmo que estes sujeitos sejam os estados-nação; e, de outro, a incidência de uma “acumulação originária permanente” ou mesmo de uma “colonização sistemática” (NEOCLEOUS, 2012) que se traduz ou em pilhagem direta de países centrais sobre os dependentes ou mesmo em pressões que estes sofrem, levando a guerras, latentes ou abertas, desde as comerciais até as militares.

Assim sendo, estendamos os passos de Pachukanis da Moscou dos anos 1920 para Caracas da década de 2010 e vejamos como sua análise pode nos permitir reavivar a crítica marxista ao direito à luz de problemas concretos de situações concretas da periferia do mundo.

3. Pachukanis em Caracas: aproximações entre crítica marxista ao direito e realidade

Como podemos justificar a necessidade de resgate da obra clássica do jurista marxista russo em um contexto tão diverso como o latino-americano de hoje? A nosso ver, fazer Pachukanis passear por Caracas é um bom antídoto para os que apostam em suas contribuições meramente em nível teórico ou para aqueles que a desprezam totalmente. Nosso esforço será, aqui, o de construir uma cronologia dos graves acontecimentos que acometem a Venezuela nos últimos anos (até o exato momento de nossa redação) e passar a um exame, ainda que sumário, do que poderiam ser interpretações pachukanianas (portanto, de crítica marxista ao direito) a respeito.

Com isso, pretendemos colocarmo-nos à disposição da tarefa de refletir intelectualmente (para ajudar na práxis política, fundamental das esquerdas no Brasil e, quiçá, no âmbito jurídico crítico) sobre o que ocorre na Venezuela, bem como afiar os dentes da ferina crítica de Pachukanis ao direito, para que ela não quede como peça de museu dos gloriosos tempos da revolução de 1917.

3.1. Cronologia da Crise Venezuelana

A Venezuela não é um país qualquer na geopolítica latino-americana. Aqui, não nos referimos somente a sua posição estratégica no continente e por possuir, estima-se, a maior reserva petrolífera do mundo, disputando o posto com a Arábia Saudita, bem como por sua quantidade igualmente representativa de recursos minerais (em particular, ouro) e imensa biodiversidade. A questão central é que o triunfo de Hugo Chávez constituiu-se como o epicentro da expansão de um movimento político latino-americano que Rafael Correa denominara, em seus efeitos, de a “década ganada” em oposição à hegemonia do “populismo do capital”,⁴ isto é, a ascensão de governos à esquerda em diferentes níveis e não alinhados diretamente com a política externa estadunidense nos anos 2000.

⁴ Em sua obra, “Equador: da noite neoliberal à revolução cidadã”, Correa analisa que a popularidade do neoliberalismo na América Latina está associada à obsessão a qualquer custo do controle de preços em um continente assolado por surtos inflacionários. O populismo do capital, de fato, reduz a inflação, mas o ponto é observar o custo-benefício de políticas de contração econômica. “Para retratar o que foi dito com um exemplo extremo, um governo cuja obsessão, independentemente de suas causas e consequências, é o controle inflacionário, poderia deixar sem emprego e sem renda a toda a população; a inflação certamente baixaria, mas isso não significa que o bem-estar social melhoraria. Em outras palavras, nos cemitérios, claro que não há inflação (CORREA, 2015, p. 91). Os governos populares da América Latina ousaram, cada um em

É uma ilusão pensar que a instabilidade política é uma marca apenas do período Maduro, uma vez que o próprio presidente Chávez enfrentou um golpe de Estado frustrado e o desafio permanente de pôr à prova a legitimidade de seu projeto político pelas urnas – seja por eleições ou referendos revogatórios. Agora, certamente, se podemos identificar um momento de inflexão na cena política venezuelana, não resta dúvida que este seria a prematura morte do timoneiro da revolução bolivariana e os dilemas de sua sucessão. Nunca é demais recordar que, com a morte de Chávez em 2013, o seu escolhido, Nicolás Maduro, enfrentou eleições duríssimas contra o candidato opositorista, Henrique Capriles, em condições econômico-sociais muito melhores que as atuais, vencendo o pleito com 50,66% dos votos válidos – uma estreita diferença de 225 mil votos.

“Maduro não é Chávez”. A frase mais repetida em qualquer análise do processo venezuelano mostrou-se de várias maneiras na condução do legado chavista. Embora a vitória da oposição à direita não tenha se consolidado eleitoralmente, houve uma corrosão progressiva da hegemonia chavista na sociedade venezuelana ao ponto de, em outro desses momentos decisivos, quem sabe o mais importante para nosso estudo, ocorrer uma vitória esmagadora da oposição nas eleições legislativas de 2015. A Mesa da Unidade Democrática (MUD) arrebatou 112 cadeiras e a situação apenas 55 (mandato 2016-2021). A chave virara e Maduro teria que navegar por uma guerra econômica interna e externa, momento em que o preço do petróleo despencou cerca de 100 dólares, com uma oposição legislativa que não nutria um projeto de confronto democrático-institucional com vistas às próximas eleições presidenciais, mas disposta a provocar uma ruptura com a legalidade instituída.

Neste momento, há grande projeção de um ator central da cena política: o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). A oposição tinha a capacidade, por sua maioria absoluta, pelo menos no plano infraconstitucional, de realizar um carnaval normativo e estabelecer múltiplas dificuldades de governabilidade. O obstáculo no meio desse caminho seria a Constituição Bolivariana, que possui os delineamentos de um projeto político à esquerda e a formulação de outra forma-

sua realidade nacional, não cumprir, pelo menos a risca, o receituário de Washington. Há vida para além do neoliberalismo!

estado. Ao contrário do Brasil, onde o projeto da Constituição de 1988 foi dilacerado por emendas constitucionais sucessivas, a estratégia de destroçar a Constituição Bolivariana envolve cálculos e enfrentamentos políticos muito mais profundos. Isto porque o poder constituinte derivado, seja por emenda constitucional (artigo 341, 3) ou por reforma constitucional (artigo 345), para conferir validade a suas alterações legislativas, necessita da realização de referendo que confira legitimidade popular às iniciativas. Por isso, uma vitória eleitoral esmagadora na Assembleia Nacional pode converter-se em derrota política rapidamente em uma nova disputa eleitoral acerca do modelo de Estado. Assim, desde antes da posse da Assembleia Nacional de 2016, já havia um clima de tensão e enfrentamento com o poder judiciário. Era necessário testar a fidelidade do TSJ ao projeto da Constituição Bolivariana e abrir caminho para uma contrainsurgência dentro da institucionalidade ou o pretexto para a formação de uma dualidade de poderes.

A epiderme deste conflito ocorre antes da posse da Assembleia Nacional de maioria opositora, pois no fim do mandato da composição anterior, portanto ainda dentro da legislatura composta por maioria expressiva chavista, nomeou-se treze novos juízes ao Tribunal Supremo da Venezuela (TSJ). A oposição, de início, contestou a legalidade das indicações por vícios procedimentais, mas, ao não encontrar respaldo fático para suas alegações, criticou duramente a legitimidade da ocasião e a urgência com que foram preenchidas tais vagas – fora em dezembro de 2015 e a nova legislatura começaria em janeiro de 2016. Sem dúvida, a conveniência de fazer nomeações às pressas pode e deve ser contestada do ponto de vista político pela oposição, por outro lado, nem de longe, trata-se de ato jurídico em desacordo com a Constituição. Ao contrário, os novos juízes nomeados substituíram magistrados que haviam pedido sua aposentadoria e foram designados pela Assembleia Nacional, em conformidade com a Constituição (artigo 264) e com a Lei Orgânica do TSJ (artigos 8, 38 e 40 da lei de 11 de maio de 2010). A polêmica gira em torno do fato da antecipação forçada de pedido de aposentadoria de dez dos treze magistrados (sobre o que não há provas, até porque é relativamente comum aos magistrados não terminarem seus mandatos de 12 anos) e por

supostas manobras do legislativo (segundo o artigo 38 da Lei Orgânica do TSJ, a aprovação dos magistrados depende de maioria qualificada de dois-terços dos deputados e, se este número não é alcançado até a terceira sessão, basta uma maioria simples, e foi o que se sucedeu no caso). Fica a pergunta: nos *States* um governo republicano, caso tivesse a oportunidade de fazê-lo, deixaria a possibilidade de indicar um juiz da Suprema Corte aos democratas? A resposta é óbvia, pois no reino da liberdade sabe-se, com muita clareza, que as cortes constitucionais atuam no limiar da política e do direito. Nesse sentido, se a composição do Tribunal, seja por sua formação ou posição ideológica de seus membros, desagrade à oposição, disso não se infere sua ilegitimidade quanto mais que opera à revelia da Constituição Bolivariana traindo sua função constitucional.

O primeiro grande embate, uma verdadeira guerra declarada, entre poder judiciário e poder legislativo se dá logo na posse da Assembleia Nacional da Venezuela: o caso dos deputados Julio Ygarza, Nirma Guarulla e Romel Guzamana. Em medida cautelar, a Sala Eleitoral do TSJ suspendeu os “efeitos dos atos de totalização, adjudicação e proclamação emanados pelos órgãos subordinados do Conselho Nacional Eleitoral a respeito dos candidatos eleitos por voto uninominal, voto em lista e a representação indígena” para a Assembleia Nacional do Estado do Amazonas (Sentença 260/2015). Contudo, em desobediência à decisão judicial, o poder legislativo empossou os três deputados confluentes com a oposição e tomaram seguidas decisões consideradas inconstitucionais pelo TSJ. O que faz o feitiço da ilegitimidade, que os opositoristas acusam que governo o chavista de possuir, virar contra os feiticeiros, agora como ilegalidade propriamente dita. A queda de braço foi levada a cabo pela oposição, porque com estes três deputados seria possível atingir o quórum qualificado em matérias legislativas infraconstitucionais.

É interessante notar, como uma marca do chavismo, a importância dada às duas trincheiras secularmente dominadas por blocos conservadores: forças armadas e poder judiciário. No que se refere à mediação jurídica, a estratégia de sempre atuar politicamente, seja na ofensiva ou em momentos regressivos, amparados na extensão, defesa e recomposição da legalidade é típica da

revolução bolivariana. Hoje, a legitimidade jurídica é um anteparo muito evidente ao governo Maduro. Nessa condição, há um estranhamento e uma dificuldade de a direita venezuelana se movimentar, pois atuar na legalidade constitucional com a produção dos sentidos do texto normativo sob a hegemonia do adversário político é um terreno árido, que, diga-se de passagem, as esquerdas comumente experimentam no cenário das democracias burguesas (vide SOARES, 2017, p.215-225). Sendo assim, a oposição possuía, basicamente, dois caminhos: o da reforma radical da legalidade (reforma constitucional ou nova constituinte) ou uma ruptura com a ordem jurídica vigente. Não se pode considerar a oposição venezuelana um monólito, mas por diversas questões conjunturais resta nítida a opção tomada atualmente.

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela confirmou a decisão cautelar, quanto à posse dos deputados, em agosto de 2016 e a escalada do conflito apenas se intensificou desde então. No primeiro ano de legislatura, a Assembleia Nacional afronta e flerta com a ilegalidade para instaurar uma crise orgânica no país. A Venezuela sente os impactos de uma política econômica vinculada a um único produto de exportação, o petróleo, perante a crise dos preços de *commodities*, mas que ainda não havia resultado na degradação das formas de mediação política do Estado Bolivariano. Nesse sentido, a grande briga, absolutamente legítima, da direita venezuelana foi a instauração de um referendo revogatório (*recall*), previsto constitucionalmente, do mandato do presidente Maduro. Mas, com o perdão do trocadilho, sem a devida unidade da MUD, dado que líderes, como o hoje detido Leopoldo López, defendiam a resistência em armas, conjugada com a luta do governo bolivariano para atrasar o referendo para depois de 10 de janeiro de 2017 – data que demarcava o prazo, em caso de derrota no referendo, da posse do vice-presidente e não novas eleições –, a oposição não conseguiu cumprir seus prazos relativos aos recolhimentos de assinaturas previstos e o referendo apenas ficaria previsto para outubro de 2017 (o que, aliás, acabou por não ocorrer). De outra parte, para não arriscar traduzir sua vitória eleitoral em derrota política, a Assembleia Nacional assumiu grave postura e tentou um golpe parlamentar como no Brasil, tentou aprovar legislação que restringisse o poder judiciário por via infraconstitucional, tentou tirar o controle

do petróleo do poder executivo, dentre outras iniciativas. O ponto é que todas essas tentativas esbarraram no controle de constitucionalidade do TSJ, o guardião dos sentidos da constituição na Venezuela.

O ápice da crise do projeto constituinte de 1999 ocorreu quando, em mais de um ano de desobediência, nas sentenças 155 e 156 de 2017, o TSJ declara oficialmente o “desacato à sentença 260” – imagine-se se a mesma situação se desse no Brasil, com descumprimento das ordens judiciais! – e dispõe “como **ABSOLUTAMENTE NULOS** os atos da Assembleia Nacional que foram realizados ou venham a se realizar, enquanto se mantenha a presença dos cidadãos sujeitos à decisão 260 de 30 de dezembro de 2015” (Sentença 156/2017, grifos no original). Além disso, o TSJ implode o sistema político de vez ao dispor que “enquanto persista a situação de desacato e da invalidez dos atos da Assembleia Nacional, esta Sala Constitucional garantirá que as competências parlamentares sejam exercidas diretamente por esta Sala ou por órgão de que ela disponha, para velar pelo Estado de Direito” (Sentença 156/2017). Na prática, esta decisão jogava na ilegalidade a Assembleia Nacional e todos os seus atos e ainda ampliava os poderes do judiciário para uma função constitucional que não era de sua competência propriamente. No fim das contas, porém, as sentenças 157 e 158, do mesmo ano, reverteram essa situação, revendo parcialmente o que havia sido disposto nas sentenças 155 (limitações à imunidade parlamentar e funções presidenciais extraordinárias) e 156 (exercício das funções legislativas pelo judiciário), respectivamente.

Já no início de abril, a Assembléia Nacional, operando na ilegalidade apesar do determinado pela Sala Constitucional, intenta um procedimento para eleger novos juízes. Esta crise, que contou com grandes manifestações de rua, mas também com massivas marchas contrárias, resultou do ponto de vista político na criação de um Supremo Tribunal de Justiça no Exílio em julho de 2017. Um sintoma, já visto no episódio do referendo revogatório, da incapacidade de articulação de uma oposição vigorosa que escolheu a estratégia de construir uma duplicidade de poderes. Tal pitoresco Tribunal Constitucional opera fora de seu país, com sessões *on-line*, particularmente, desde os Estados Unidos e da Colômbia. Reúne-se, semanalmente, para tomar decisões sobre a Venezuela



desde o exterior que são carentes, para dizer o mínimo, de efetividade. Então, o surgimento de Juan Guaidó, o autoproclamado presidente da república, não é uma surpresa, mas uma construção precária de uma dualidade de poderes.

Por mais que as sentenças seguintes tenham recuado nessa posição de subsumir o legislativo ao poder judiciário, a Carta Constitucional de 1999 assentada na força popular e no enfrentamento permanente não mais encontra sua base no arranjo institucional em marcha. Nessa conjuntura, Nicolás Maduro, comumente desprezado pelos analistas políticos, para além das mesas de diálogo, toma uma decisão política audaciosa e que recoloca em outros parâmetros as regras do jogo democrático, como diria Pachukanis, e opera com a “elasticidade da forma jurídica”,⁵ isto é, convoca uma nova Assembleia Constituinte a partir de um mecanismo presente na própria Constituição Bolivariana (artigo 348).

Ao constitucionalismo clássico ou do norte do mundo, certamente, soará um bocado insólito a existência dos dispositivos 347 ao 350 – *De la Asamblea Nacional Constituyente*. Mas a Constituição Bolivariana, talvez por sua própria natureza de ser construída para uma determinada fase do processo revolucionário, tanto foi feita para resistir a ataques, uma vez que as mudanças em seu conteúdo devem passar pelo crivo popular (emenda e reforma constitucional via referendo), quanto para ser substituída em uma nova fase de estruturação do poder popular, a possibilidade de convocação “constitucional” de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

O Presidente Maduro edita, em 1º de maio de 2017, o Decreto 2.830 em que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte no meio do caos institucional venezuelano. Em sua função declarada, destaca: “1. a paz como necessidade, direito e desejo da nação, o processo constituinte é uma grande convocatória a um diálogo nacional para conter a escalada de violência política mediante o reconhecimento político mútuo e de uma reorganização do Estado,

⁵ Em *O Estado Soviético e a Revolução no Direito*, Pachukanis afirma que “numa sociedade burguesa-capitalista, a superestrutura jurídica deve caracterizar-se por um máximo de imobilidade – máximo de estabilidade –, pelo fato de constituir uma arena para o movimento das forças econômicas representadas pelos empresários capitalistas”, por outro, em uma sociedade de transição ao socialismo “necessitamos que nossa legislação possua um máximo de elasticidade – não podemos acorrentar-nos a qualquer tipo de sistema jurídico –, visto que diariamente estamos demolindo a estrutura das relações de produção e substituindo-as por novos modos de produzir a vida” (PACHUKANIS, 1951, p.278).

que recupere o princípio constitucional de cooperação entre os poderes públicos como garantia do pleno funcionamento do Estado democrático, social, de direito e de justiça, superando o atual clima de impunidade” (Decreto 2.830/2017). É evidente que tal discurso não pode ser completamente desprezado, uma vez que, de fato, Maduro quer reconstruir o tecido político na Venezuela e diminuir a zona de confronto permanente que se tornou o país com a crise. Apostar na constituinte é transformar um conflito social, de massas, num conflito eleitoral e depois político-jurídico e, além disso, uma cartada para fortalecer sua base social com uma possível postura abstencionista da oposição no futuro pleito e formar um poder legislativo alternativo ao da Assembleia Nacional. Tal processo, igualmente, trata-se do reconhecimento de Maduro a respeito da profunda crise instaurada e que sua legitimação precisa de um novo espaço para construção de consensos e demonstração de força, como o próprio caminho político-jurídico de uma nova carta constitucional. Neste sentido, ele não deixa de fazer uma aposta política, já que a política de massas e a política institucional (âmbito político-jurídico) não podem ser vistos como coisas estanques.

A posição abstencionista, realmente, concretizou-se e foi arguida a inconstitucionalidade da propositura da Assembleia Nacional Constituinte, pois não há previsão no decreto da existência de um plebiscito ou referendo para a sua realização. O ponto central da tese jurídica da oposição consiste na necessidade de consulta popular, como ocorrera em outros processos constituintes venezuelanos, em 1961 e 1999. O TSJ, sobre o tema, faz duas principais considerações: “em primeiro lugar, não há previsão alguma sobre um referendo acerca da iniciativa convocatória de uma Assembleia Nacional Constituinte. Por outro lado, ao consultar o conteúdo da sessão 41 de 9 de novembro de 1999, no Diário da Constituinte, esta Sala observou que no desenvolvimento do debate, a proposta de Constituinte de Manuel Quijada de que o povo poderia convocar a Assembleia Constituinte mediante um referendo foi negada” (Sentença 378/2017). Por fim, ressaltando uma interpretação exegética e restritiva do texto constitucional, a Sala Constitucional assinala que “a ausência de previsão é, ainda, comum para as outras modalidades de modificação constitucional, como são a Emenda (Capítulo I) e a Reforma Constitucional

(Capítulo II)” (Sentença 378/2017), isto é, o referendo é apenas exigido para reafirmar o projeto de alteração delineado pela Assembleia Nacional e não um processo consultivo prévio.

Apesar de o acirramento da conjuntura política, com a legalidade da proposta da Assembleia Constituinte reafirmada pelo TSJ, as eleições são organizadas perante um intenso boicote da oposição, a 30 de julho. Era hora de medir o apoio da população ao governo Maduro por meio do nível de abstenção. Uma grande pressão de ambos os lados se fez, seja para ampliar a abstenção seja para impulsionar a participação. Conforme cifras oficiais do Conselho Nacional Eleitoral, a participação foi de 8.089.320 de votantes, representando cerca de 41,5% do colégio eleitoral como um todo, um contingente expressivo. Apesar das acusações de manipulação dos números, foi uma vitória importante para o governo que ganhara fôlego e agora teria uma Assembleia Constituinte, que poderia fazer as vezes de Assembleia Legislativa.

Como a estratégia de abstenção não foi vitoriosa e a oposição precisava manter suas estruturas regionais, a MUD apostou todas as suas fichas nas eleições regionais, já que o chavismo controlava 20 de 23 estados. Com o caos social e a perspectiva de derretimento da base de apoio ao governo Maduro, a MUD estimava ganhar em torno de 12 a 15 Estados. Mas abertas as urnas, o PSUV venceu em 18 de 25 estados, alcançando quase 6 milhões de votos e 53% dos votos válidos. Um recuo frente às eleições regionais anteriores, mas uma vitória expressiva se comparada às pesquisas de opinião.

Com a recuperação de sua musculatura eleitoral, mesmo em meio a uma dura crise social, o impasse institucional permanecia, agora, com o elemento extra do sombreamento da Assembleia Nacional pela Assembleia Constituinte. Então, a partir da negociação frustrada realizada na República Dominicana com mediação do ex-presidente espanhol José Luis Rodríguez Zapatero – entre dezembro de 2017 até fevereiro de 2018 –, a Assembleia Constituinte, com base em seu poder originário e ilimitado, antecipa as eleições presidenciais. É importante ressaltar que novas eleições presidenciais eram um pedido da oposição, contudo a oposição estava dividida em seus conflitos e estratégias, pesando ainda o fato de vários de seus candidatos estarem inabilitados e sem um

líder capaz de unificar uma frente eleitoral. Com as eleições realizadas, e o boicote de parte das forças opositoras ainda representadas pela MUD, Maduro vence as eleições com 67% dos votos válidos, totalizando aproximadamente 6.200.000 votos com a participação de 46% dos eleitores aptos.

Com a nova eleição presidencial de Maduro para o ciclo 2019-2025, acabou a possibilidade de uma solução pactuada pelo alto – muitas vezes tentada, aliás, pela oposição. Não que não estivessem presentes antes, pois sempre pairavam pelas negociações, em fundos de financiamento a “ajudas humanitárias”, mas as forças do capital transnacional e o interesse político dos Estados Unidos saem da coxia e colocam em marcha uma operação imperialista de derrubada do governo bolivariano da Venezuela sem disfarces. Se, em boa parte da América Latina, a estratégia de criminalização dos líderes políticos da “década ganada” e manobras parlamentares para golpear a vontade popular tiveram sucesso (Honduras, Paraguai, Brasil, Argentina, Peru, Equador etc.), as trincheiras institucionais impostas pelo governo bolivariano minaram essa capacidade de atuação.

Aqui, nos acercamos dos acontecimentos recentes, um mergulho profundo à posição de desobediência perante o Tribunal Supremo de Justiça, quando em 23 de janeiro, o então presidente da Assembléia Nacional se autodeclara em uma manifestação de rua como Presidente da Venezuela. O principal argumento encontra-se evidente na exposição de motivos da intitulada “Ley del Estatuto para la Transición” (LET), ao afirmar que, não reconhecendo as eleições realizadas em 2018, “a partir de 10 de janeiro de 2019, Nicolás Maduro Moros continua usurpando a Presidência da República Bolivariana da Venezuela e instalou um governo de fato no país” (Ley del Estatuto para la Transición, 2019).

É uma situação curiosa, que lembra a tenebrosa noite de 2 abril de 1964, quando João Goulart, presidente legítimo e em território nacional, é golpeado de suas funções e seu cargo é decretado vacante, assumindo como presidente interino o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Na Venezuela, em acordo com os EUA e seus satélites, utilizando como base o artigo 233 da Constituição Bolivariana, a Assembleia Nacional declarou a vacância do cargo a

partir de 10 de janeiro em virtude da ilegitimidade das eleições de 2018 e aferrados ao artigo 333 defende o direito de resistência a regimes de força. Além disso, para superar a situação de vacância, no referido “Estatuto de Transição”, o Presidente da Assembleia Nacional é proclamado como Presidente da República (artigo 14, LET), podendo, caso não haja condições para eleições, estabelecer um governo provisório (artigos 24 a 28, LET).

Um ponto que deve observado em separado é o artigo 29 do “Estatuto de Transição”: “o governo provisório poderá solicitar a ajuda da comunidade internacional com o fim de reestabelecer a soberania estatal no território da República” (Ley del Estatuto para la Transición, 2019).. Este dispositivo é revelador da incapacidade que esta operação centrada em Guaidó, pelo menos em aparência, possui em constituir uma duplicidade de poderes ou mesmo em realizar um golpe de Estado contra o governo de Maduro, abrindo portas para uma intervenção internacional.

É evidente que a Sala Constitucional do TSJ, mantendo a coerência com suas decisões anteriores e diante de tamanha lesão às competências constitucionais dos poderes da república, na Sentença 6 de 2019, declarou a nulidade absoluta e a carência de efeitos jurídicos do Estatuto de Transição. A decisão é bastante dura, uma vez que considera tal iniciativa um “ASSALTO AO ESTADO DE DIREITO E A TODOS OS PODER PÚBLICOS por parte da Assembleia Nacional, órgão que se encontra em desacato e cujos atos são absolutamente nulos”. Ainda, “exorta ao Ministério Público para que se investigue penalmente a alegada materialização de condutas constitutivas de tipos delitivos contemplados na Constituição e na lei” (Sentença 6/2019, ênfase no original).

Por si só, a autoproclamação seria um episódio constrangedor e visto com escárnio pela comunidade internacional, mas, evidentemente, o deputado Guaidó não decidiu este ato isoladamente. Na verdade, como a oposição não teve forças internamente para vencer as batalhas de 2017 (derrocar a constituinte e vencer as eleições regionais) e boicotou as eleições presidenciais de 2018, golpear o governo Maduro assumiu contornos absolutamente exógenos.

Em primeiro lugar, o denominado Grupo de Lima, à exceção do México, não reconheceu a legitimidade e legalidade do novo mandato de Maduro. Em

declaração, no dia 4 janeiro de 2019, seis dias antes do novo mandato presidencial, os países afirmavam em seu primeiro ponto:

O processo eleitoral realizado na Venezuela em 20 de maio de 2018 carece de legitimidade por não haver contado com a participação de todos os atores políticos venezuelanos, nem com a presença de observadores internacionais independentes, nem com garantias e padrões necessários a um processo livre, justo e transparente. Consequentemente, não reconhecem a legitimidade do novo mandato presidencial do regime de Nicolás Maduro, que terá início em 10 de janeiro de 2019” (ITAMARATY, 4 de jan. 2019).

O Grupo de Lima, em 4 de fevereiro de 2019, mais uma vez com exceção do México, atuando em detrimento da autodeterminação dos povos e como um conjunto de países submetidos à política externa estadunidense, declarou:

Seu reconhecimento e respaldo a Juan Guaidó como Presidente Encarregado da República Bolivariana da Venezuela, em respeito à sua Constituição. Saúdam a decisão do crescente número de países que reconheceram o Presidente Encarregado Juan Guaidó e instam a comunidade internacional a dar-lhe seu mais forte respaldo, assim como à Assembleia Nacional, em seus esforços no sentido de estabelecer um governo de transição democrática na Venezuela. (ITAMARATY, 4 de fev. 2019).

Ainda, de forma mais grave, anunciam: “com grande satisfação o pedido do Presidente Encarregado Juan Guaidó de incorporar ao Grupo de Lima o legítimo governo da Venezuela e lhe dão as boas-vindas” (Itamaraty, 4 de fev. 2019).

Mas, para além do reconhecimento em termos de soberania externa por parte da comunidade internacional, de forma sincrônica às movimentações internas desde a Assembleia Nacional, as duas grandes tentativas de legitimação e iniciativa política no âmbito internacional se deram na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização das Nações Unidas (ONU).

Já no próprio dia 10 de janeiro, quando o presidente Nicolas Maduro começaria seu novo mandato fruto das eleições de 2018, ocorreu uma manifestação da OEA em relação a sua legitimidade internacional. Tal processo teve início a partir da nota nº 7 liderada pela “Missão Permanente da Colômbia junto à Organização dos Estados Americanos (OEA)”, mas que foram signatárias também as “Missões Permanentes da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Estados Unidos, Paraguai e Peru”, cujo teor observa que “mediante a resolução AG/RES. 2929 (XLVIII-O/18), de 5 de junho de 2018, a Assembleia Geral declarou que o

processo eleitoral realizado na Venezuela, em 20 de maio de 2018, carece de legitimidade, por não ter contado com a participação de todos os atores políticos venezuelanos” (CP-OEA, Nº 019/2019). Em resumo, o pedido consistia da declaração de ilegitimidade do novo governo e não ainda em um processo de substituição, tampouco a suspensão da Venezuela da OEA.

No dia da sessão extraordinária do Conselho Geral da OEA, o primeiro teste do bloco imperialista redundou em vitória com gosto de derrota, pois, mesmo com toda a mobilização, a resolução foi aprovada com apenas 19 votos, 6 contrários e 8 abstenções. O gosto de vitória: o texto da Resolução 1.117/2019, que fora aprovado sem alteração ao proposto inicialmente pela Missão Colombiana, dispôs: “1. Não reconhecer a legitimidade do mandato do regime de Nicolás Maduro a partir de 10 de janeiro de 2019. [...] 4. Fazer um chamado à realização de novas eleições presidenciais com todas as garantias necessárias a um processo livre, justo, transparente e legítimo, em data próxima, com a presença de observadores internacionais” (CP-OEA, RES.1117/2019). O amargor decorre de que o não reconhecimento internacional não significa a afirmação de uma duplicidade de poderes e, para tanto, seria necessário ativar uma espécie de cláusula democrática (artigos 20 e 21 da Carta Democrática Interamericana), sendo que o procedimento exigiria sua discussão inicial no Conselho Geral por maioria absoluta (18 votos) e sua confirmação em sessão extraordinária da Assembleia Geral por maioria qualificada (24 votos).

Em ato que demonstra nitidamente a orquestração internacional para forjar uma relação de dualidade de poderes na Venezuela, antes mesmo de Guaidó publicizar sua autoproclamação nas ruas de Caracas no dia 23 de janeiro, no dia 18 de janeiro, sem estabelecer prepostos, a própria *Missão Permanente dos Estados Unidos* solicita uma sessão extraordinária “a fim de considerar os recentes acontecimentos na Venezuela” (CP-OEA, INF. 8180/19). Entra em cena a figura emblemática de Mike Pompeo, que tenta por todos os meios traduzir a vitória de Pirro de 10 de janeiro em uma vitória real na sessão convocada extraordinariamente para o dia 24 de janeiro. Ao olhar da política externa estadunidense, por meio da OEA deveria se sacar duas conquistas: o reconhecimento pela maioria dos membros da OEA de Juan Guaidó como

presidente legítimo e a suspensão da Venezuela da OEA enquanto durar a suposta usurpação de poder. Ocorre que, apesar das pressões impostas pelos Estados Unidos, apenas 16 países (3 a menos que em 10 de Janeiro) manifestaram seu apoio em simples comunicado a Guaidó. Um gigantesco fracasso vendido como vitória para a mídia internacional, isto é, menos da metade dos países americanos aceitaram a inusitada fórmula imperialista.

Com os esforços diplomáticos fracassados na América Latina, já no dia 26 de janeiro, os Estados Unidos partiram para um esforço de aglutinação e denúncia em âmbito mundial, recorrendo a uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU. Por óbvio, pela própria lógica de funcionamento do conselho, onde figuram com poder de veto os dois grandes gigantes da geopolítica aliados do governo constitucional da Venezuela (Rússia e China), o intento era angariar maior apoio internacional a Guaidó e legitimar um possível cenário de intervenção, mesmo que ao pior estilo Iraque.

Pela primeira vez, a Venezuela foi protagonista do Conselho de Segurança da ONU. Os EUA basearam-se na crise humanitária e migratória vivida pelo povo venezuelano para justificar a inclusão emergencial do caso em pauta. Em declaração concedida antes da sessão, Pompeo afirmou sem meias palavras: “Agora, temos um novo líder, Juan Guaidó, na Venezuela, que prometeu trazer as eleições e a ordem constitucional de volta à Venezuela e a segurança de volta à região. Não podemos protelar essa conversa crucial que tem a atenção do mundo. Para o bem da Venezuela e da região, devemos apoiar o povo venezuelano e fazê-lo agora mesmo” (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2019). De outro lado, o representante russo Vassily Nebenzia defendeu: “Não vemos quaisquer ameaças externas na situação da Venezuela. Se há algo, é a ação despudorada dos Estados Unidos e seus aliados – visando à destituição de um governo legítimo, em violação do direito internacional e a tentativa de colocar em marcha um golpe de Estado na Venezuela” (UNITED NATIONS, 2019).

Em primeiro lugar, ocorreu um debate preliminar acerca da necessidade de incluir em pauta o caso venezuelano. Restou claro desde o início, para além da Venezuela, que o duelo mais áspero se daria entre os representantes dos Estados Unidos e Rússia. Envolvidos em disputas geopolíticas por todo o globo, tendo

como lamentáveis destaques o caso da Síria e da Ucrânia. Nesse sentido, sobre o tema, votaram os membros permanentes e não-permanentes e “por uma votação processual de 9 favoráveis (Bélgica, República Dominicana, França, Alemanha, Kuwait, Peru, Polónia, Reino Unido, Estados Unidos), 4 contra (China, Guiné Equatorial, Federação Russa, África do Sul), com 2 abstenções (Costa do Marfim e Indonésia), o item foi incluído na pauta” (UNITED NATIONS, 2019).

A respeito do debate sobre a questão venezuelana, o Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica (CELAG) avaliou que se “destacaram por sua agressividade os representantes da Colômbia, Peru, Brasil, Chile e Argentina. Chile falou em ‘abrir um canal humanitário’ e o Peru pediu a atuação da ONU amparando-se no Art. 34 da Carta” (TIRADO;ROMANO, 2019). Fica evidente que a política estadunidense de desestabilização política na América Latina produziu um alinhamento representativo, pois, além do antibolivarianismo alimentado como espectro ou inimigo, tais países sofreram danos diretos da guerra econômica na Venezuela com a situação dos refugiados. A posição belicosa do grupo de Lima exortando por intervenção externa na Venezuela, seja com canal humanitário ou com a ativação do artigo 34 – investigação da ONU de possível situação de guerra entre nações, que poder redundar em atuação de forças militares comandadas pela ONU (uma intervenção imperialista *clean*).

Apesar do acalorado combate verbal, contraditado por forças pró-Venezuela de maneira contundente a partir das declarações de Cuba e Bolívia em particular, não havia dúvida de que os donos do tabuleiro eram EUA, Rússia e China. A União Europeia, por cima de suas contradições internas, manteve-se numa posição medíocre de ultimato para novas eleições em 8 dias, em outras palavras, um apequenado apoio velado à política estadunidense. Com o poder de veto de China e Rússia e estruturada em uma histórica denúncia dos males do bolivarianismo para o mundo, como era de se esperar, nada foi deliberado e sequer posto a votação.

Ao final, o representante russo, Nebenzia, “relembrou como mais cedo o Sr. Pompeo afirmou que sua posição era compartilhada pela maior parte do mundo, mas os alto-falantes hoje foram quase igualmente divididos sobre o assunto. [...] Então, qual era o ponto para a convocação desta reunião hoje?”. [...]

Dê aos venezuelanos uma chance para resolver os seus próprios problemas, mas não os boicote em suas tentativas” UNITED NATIONS, 2019). Nesta linha, a análise da CELAG explica que na sessão “participaram 30 países, os 15 membros permanentes e não permanentes e 15 Estados que solicitaram participação, entre eles a República Bolivariana da Venezuela (RBV). Ainda que não tenha havido votação final, pois não foi apresentada nenhuma resolução, as posturas ficaram divididas entre uma maioria de países, 19, a favor do diálogo e da negociação (20 se incluímos a RBV⁶) e 17⁷ países favoráveis à ingerência” (TIRADO;ROMANO, 2019). A partir dessa ofensiva diplomática fracassada de utilizar os canais diplomáticos e o direito internacional como faces da luta de classe, só restou a saída de confrontação imperialista destituída de legitimidade internacional pelo território e recursos naturais venezuelanos. O “frágil” governo Maduro, desta vez sem trocadilho, parece dar mostras suficientes de resistência interna e externa nessa dura e assimétrica batalha econômica e territorial.

Em nível internacional, o imperialismo se esforça por legitimar-se divulgando sua ingerência externa como ajuda humanitária. Como reação, o governo de Maduro fecha suas fronteiras, rompe relações diplomáticas com a Colômbia, posiciona mísseis de defesa aérea na fronteira com o Brasil e exclui o espaço aéreo venezuelano da normalidade de tráfego internacional. Enquanto isso, Guaidó discursa na fronteira da Colômbia, pousando ao lado dos presidentes colombiano (que não reconhece o rompimento das relações diplomáticas com os venezuelanos) e chileno, exortando os militares a abandonar Maduro. Do mesmo modo, conflitos forjados nos limites entre estes países ganha visibilidade no noticiário, assim como há forte adesão popular ao chavismo nos grandes centros urbanos.

Esta foi a tentativa mais ousada de intervenção externa, mas que redundou em fracasso, inclusive, com a exposição de uma farsa internacional da queima de caminhões com ajuda humanitária pelos próprios opositores de Maduro revelada

⁶Conforme estudo da CELAG: África do Sul, Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, China, Costa do Marfim, Cuba, Dominica, El Salvador, Guiné Equatorial, Indonésia, Kuwait, México, Nicarágua, República Dominicana, Rússia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Uruguai (TIRADO; ROMANO, 2019).

⁷ Conforme estudo da CELAG: Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica Estados Unidos, Equador, França, Honduras Paraguai, Panamá, Peru, Polônia, Reino Unido (TIRADO; ROMANO, 2019).

pelo New York Times (2019). Além disso, posteriormente (abril/maio), tivemos um constrangedor episódio de levante popular liderado pelo então em prisão domiciliar Leopoldo Lopez e o próprio Guaidó, que restou absolutamente frustrado pela falta de apoio popular e pela unidade do exercito bolivariano. No atual momento em que escrevemos este artigo, porém, a cronologia continua a se desenrolar e não podemos prever o rumo dos acontecimentos, pois, como já ressaltado, consiste em uma história analisada em tempo real, com Pachukanis voando de Moscou para Caracas.

3.2. Considerações Pachukanianas sobre o Direito na Crise da Venezuela

A partir da cronologia acima, cabe-nos agora uma breve e limitada – por tempo, espaço e distanciamento histórico – análise jurídico-crítica a respeito do papel do direito e, notadamente, do direito internacional no caso da crise venezuelana. Considerando que o direito internacional, segundo o jurista soviético, guarda consigo a expressão dúplice de ser portador de uma forma jurídica em nível internacional, mas também índice de confronto e guerra nos termos das relações internacionais capitalistas, percorremos quatro possíveis momentos de uma abordagem que levará em conta, a partir do caso da Venezuela, o papel das formas jurídicas, a avaliação a respeito de uma dualidade de poderes supostamente vivida no país, o sentido da atuação dos organismos internacionais neste contexto, bem como a disputa pelos recursos naturais que abundam entre os venezuelanos. E assim se esboça – reconhecamos nossos limites – uma passada em revista do coetâneo clima de Caracas para o jurista soviético.

3.2.1. O Papel das Formas Jurídicas: das disputas legais e judiciais às comerciais

O primeiro aspecto que pode e deve ser destacado de uma contribuição pachukaniana para o debate a respeito da crise pela qual passa a Venezuela a partir do enfoque que colaciona aspectos nacionais e internacionais é o da atuação da forma jurídica como sustentáculo do próprio direito internacional em

um contexto do capitalismo marcado por um mercado cada vez mais agudamente mundial.

Assim é que, de um lado, há todo o desenvolvimento de dimensões normativas do direito, a partir da hegemonia do paradigma constitucional para a explicação e fundamentação do fenômeno jurídico. Pachukanis já percebera isso quando escrevera, no terceiro volume da “Enciclopédia do estado e do direito”, um verbete sobre “O objeto do direito”: “tais construções dogmáticas formais – categorias jurídicas desprovidas de significado econômico – são típicas do tempo presente em que o papel dominante na jurisprudência burguesa, particularmente na elaboração de questões gerais, passou dos civilistas para os publicistas”. (PACHUKANIS, 1980, p. 184).

Nesse sentido, a promulgação de uma constituição, como a que a Venezuela concebeu em 1999 após um processo constituinte; a estatuição de poderes de estado, que no caso venezuelano são cinco; a edição de um conjunto legislativo infraconstitucional (que regulou desde as riquezas petrolíferas até a reforma agrária); a existência de um corpo jurídico de estado especializado; e a possibilidade para que demandas processuais-constitucionais, para além de as dos demais chamados ramos do direito, se desdobrassem; tudo isso faz parte de uma dimensão do direito que não pode ser desprezada, ainda que não possa, igualmente, ser tomada como essencial. É nesse sentido que acolhemos a formulação de que se trata de exemplos da forma jurídica aparente, ou seja, as dimensões normativas e jurisprudenciais que buscam medrar o direito, autonomizando, ainda que parcialmente, de sua forma essencial (PAZELLO, 2014, p. 171 e 284).

De outro lado, a aparição mais nua da forma jurídica em suas dimensões contratuais e sancionatórias, ainda que muitas vezes mediada pela ação de um estado nacional, pode ser visualizada na guerra comercial na qual foi a Venezuela envolvida. Por exemplo, os Estados Unidos promoveram sanções contra o governo de Maduro, em especial após a autoproclamação de Guaidó como presidente. Trump ordenou sequestro de ativos externos da PDVSA, na ordem 20 bilhões de dólares, bem como repasse da titularidade de contas bancárias ao suposto novo presidente venezuelano. Por seu turno, Guaidó se

comprometeu, publicamente, com a criação de uma nova Lei de Hidrocarburetos, a qual, evidentemente, beneficiará a economia dos países imperialistas que apoiam a destituição de Maduro. No entanto, o governo chavista reage e busca acordos de cooperação e de investimentos com a China e com a Rússia, nos setores petrolífero, energético e de mineração aurífera, bem como alianças militares, como as que os exercícios com aviões bélicos russos em território venezuelano demonstrou. Cada um dos pólos, pois bem, busca demonstrar a força que aglutinou.

Com referência a este outro lado da forma jurídica, vemo-la aparecer mais nitidamente, dando vez ao que consideramos seja sua forma essencial (PAZELLO, 2014, *idem*), por expressar a garantia da circulação mercantil, ainda que atravessada por disputas geopolíticas até o nível militar. Para usar as palavras de um dos muitos analistas que buscou a interpretar a situação a quente: “a intervenção militar e a dívida externa são dois mecanismos de invasão e consolidação do domínio imperialista” (ZÚÑIGA, 2019). Como fica explícito, a análise do Pachukanis da década de 1920 já adiantara e compreende muito bem tais mecanismos.

3.2.2. Dualidade Internacional de Poderes Nacionais?

Como uma espécie de decorrência do papel das formas jurídicas, temos a inusitada situação de disputas simbólicas pelos poderes de estado. Pela carta constitucional de 1999, são cinco os poderes de estado: para além de o arranjo liberal clássico que costuma se dividir em executivo, legislativo e judiciário, os venezuelanos criaram o poder eleitoral e o poder cidadão. Pois bem, desde que instaurada a crise venezuelana, muito se tem falado de uma situação de duplicidade de poderes de estado, a qual se traduziria na consequente existência de duplicidade de comando das instituições venezuelanas.

Vários analistas têm lembrado as formulações de Lênin, às vésperas da revolução de 1917, quando ele teorizou sobre a aparição de uma dualidade de poderes entre o governo provisório e os soviets. No entanto, a situação da Venezuela está distante de tal formulação. A não ser que concebamos a existência de uma dualidade de poderes apenas em nível internacional.

Isto porque esta disputa institucional tem três grandes exemplos, referentes aos três poderes clássicos (logo, não diz respeito aos cinco poderes constitucionais). O primeiro deles diz respeito ao poder judiciário que, como dissemos acima, aparece como um dos primeiros atores a gerarem a crise na Venezuela. Diante da nomeação de novos magistrados e da hegemonia governista no TSJ, a oposição resolve criar um tribunal superior paralelo, o qual, no entanto, só atua no exílio e não tem quase nenhuma capacidade efetiva em território nacional, a não ser ideológica e simbolicamente. O segundo exemplo remete ao legislativo (Assembleia Nacional, dominada pela oposição, e Assembleia Constituinte) que, apesar de real, está às vésperas de perder sentido, já que haverá eleições para deputados em breve. E o terceiro dos exemplos é que se refere ao mais recente dos episódios da crise, a quase cômica, não fosse trágica – pelo apoio internacional que recrutou, o qual, na verdade, era seu pressuposto –, autoproclamação de Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, como presidente interino da Venezuela, destituindo Maduro de suas funções a partir de uma interpretação enviesada da Constituição de 1999.

Ocorre, porém, que uma corte que julga desde Miami (ou outras cidades fora da Venezuela) não tem efetivo poder judicial algum. Da mesma maneira, um presidente que não tem poderes efetivos sobre quaisquer instituições e órgãos de estado a não ser o próprio parlamento do qual já se possuía a liderança não permite configurar uma dualidade de poderes. É evidente, porém, que há manobras internacionais para se conferir eficácia a Guaidó, pela via das sanções recrudescidas ao governo de Maduro, bem como pelas, por enquanto, tentativas brancas de intervenção no país, como as relativas às ajudas humanitárias (que os generosos doadores externos recusam em entregar ao governo chavista que tem a efetiva capilaridade e estrutura para distribuí-las). Assim, vale lembrar que o capital – e sua mídia – também pode angariar, extensivamente, um caráter de poder, neste caso social, e a depender de sua habilidade, ser capaz, aí sim, de conferir musculatura aos pretensos poderes da dualidade.

Apesar de não ser temática própria às preocupações teóricas de Pachukanis, mencionamos a situação, já que ela costuma aparecer nos debates sobre o caso e, em geral, se citam os líderes políticos soviéticos aos quais o nosso

jurista se vinculava. Depurar a inexatidão de atribuir à Venezuela de hoje uma dualidade poderes é necessário, pois Lênin (1980) concebeu a noção a fim de separar o poder que se encarapitava no estado daquele advindo das massas trabalhadoras, o que não parece ser o caso de Guaidó e seus anteparos.

3.2.3. Organismos Internacionais: reflexo de relações específicas de forças

Assim como dissera Pachukanis a respeito das organizações internacionais, aconteceu no caso venezuelano. Retomando sua fórmula: “a própria composição dessas comissões [internacionais] reflete perfeitamente relações específicas de forças” (PACHUKANIS, 1980, p. 171).

Visualizando como o momento ideal de desestabilizar o governo antissistêmico de Maduro, o imperialismo, capitaneado pelos Estados Unidos, patrocina – no mínimo, com seu decisivo apoio – o golpe de estado dentro da Venezuela. Diante da crise interna, tratava-se de apelar do poder um governo menos comprometido com a lucratividade do capital de países centrais (pelo menos, um dos menos comprometidos na história do país) e que, afora sua gigantesca reserva de petróleo, assumiria a presidência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), peça bastante importante no tabuleiro da economia internacional.

Nesse contexto de jogo de forças, apesar de várias investidas internacionais contra a Venezuela não terem obtido seu programa máximo, ainda assim o direito internacional mostrou sua verdadeira face. Como vimos, o imperialismo moveu suas peças muito antes da autoproclamação de Guaidó, no caso do pedido de sessão extraordinária da OEA que atesta ilegitimidade da vitória eleitoral de Maduro, bem como na rapidez com que foi convocada a reunião após a autoproclamação, com diminuição do número de países que apoiariam a fórmula ianque de desestabilização da Venezuela. Do mesmo modo, a reunião da ONU explicitou o conflito geopolítico entre EUA e Rússia, uma “nova guerra fria” como vários analistas a isto vêm se referindo, demarcando os limites do “jurídico” no plano internacional.

Mesmo que na Organização das Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança, assim como na Organização dos Estados Americanos, a diplomacia

tenha conseguido importantes, apesar de talvez provisórias, vitórias, bem como o apoio ou neutralidade de alguns países importantes na conjuntura (China, Rússia, Itália, Turquia, México, Uruguai, Bolívia e os países da Comunidade do Caribe – CARICOM), ainda assim as relações específicas com quase toda a Europa Ocidental, a América Latina e a América Anglo-Saxã foi dilapidada. Ademais, ganhou visibilidade o Grupo de Lima, encabeçado por Canadá, Brasil, Argentina e Peru, além de a mão paternal ianque, que não faz parte do grupo, mas acompanha as discussões. O Grupo de Lima surgiu em 2017 justamente para acompanhar e intervir na conjuntura política venezuelana. Esta conjunção, nada astral, entre Europa e Américas contra a Venezuela mostra-se como uma verdadeira guerra que parece ter por escol não outro senão o de “estrangular a economia venezuelana baixando o preço do petróleo”. A arguta interpretação da iraniana Nazanín Armanian (2019) converge com o cru diagnóstico de Pachukanis sobre o direito internacional:

Faz tempo que a guerra deixou de ser “o último recurso para resolver o conflito entre os estados” para se converter em um suculento negócio. Agora, haveria de se esperar “incidentes de bandeira falsa” com o fim de “justificar” ante a opinião pública uma intervenção agressiva dos EUA.
Ainda estamos em tempo para impedir uma nova guerra, desta vez contra o povo venezuelano.

Oxalá este tempo seja aproveitado, já que não sabemos qual será o desfecho desta situação, uma vez estamos a escrever o presente artigo no calor dos acontecimentos.

3.2.4. “Toda troca é a continuação de um conflito armado e o prelúdio do próximo”: o petróleo venezuelano e a forma jurídica dependente

O direito internacional mostra, no caso venezuelano, toda a sua potencialidade que, por óbvio, é negativa, seguindo a interpretação de Pachukanis. A sanha imperialista, com suas duas grandes fomes – a partilha econômica e a partilha territorial do mundo –, aparece com vigor a partir do caso crítico da Venezuela por pretender assenhorear-se de recursos naturais nobilíssimos nos tempos de hoje (petróleo e ouro, sobretudo), mas também para pôr um termo na contestação representada pelos bolivarianos em nível internacional.

Com o enfraquecimento das condições internas da Venezuela, surge a oportunidade definitiva para o imperialista dar seu bote e extirpar a barulhenta contra-hegemonia chavista, no continente, perigosamente próxima, aliás, de contendores do capitalismo euroamericano, na grande geopolítica mundial, como o são Rússia e China. Assim sendo, o que antes era compromisso – como o que descreveu Pachukanis quanto ao que chamou de período de transição do direito internacional burguês em face da atuação soviética – passa a ser possibilidade de restauração neocolonial, inclusive em nível militar.

Por isso, a questão do petróleo e demais recursos naturais não pode nunca estar fora de questão. A maior reserva deste recurso, no mundo, encontra-se na Venezuela, ainda que subexplorada e, portanto, entregue em qualidade inferior no mercado mundial. Este fato não pode ser menosprezado.

A formulação de um analista – mais um a quente – expressa bem o que se passa:

O petróleo não é a causa de todos os conflitos do sistema internacional. Mas não há dúvida que a grande centralização de poder que está em curso dentro do sistema interestatal também está transformando a permanente luta pela “segurança energética” dos estados nacionais, numa guerra entre as grandes potências pelo controle das novas reservas energética que estão sendo descobertas nestes últimos anos.

Uma guerra que se desenvolve palmo a palmo, e em qualquer canto do mundo, seja no território tropical da África Negra, ou seja nas terras geladas do Círculo Polar do Ártico; seja na turbulentas águas da Foz do Amazonas, ou seja na inóspita Península de Kamchatka. Mas não há dúvida que as descobertas mais importantes e promissoras deste início de século, foram a das areias betuminosas do Canadá, do pré-sal brasileiro, e a do cinturão do rio Orinoco, na Venezuela. O cinturão do Orinoco transformou a Venezuela na maior reserva de petróleo do mundo, calculada hoje em 300 bilhões de barris (FIORI, 2019).

Assim sendo, o esgarçamento das possibilidades de o petróleo se tornar um objeto de trocas comerciais em condições “normais” – vale dizer, inquestionada a dependência de seus possuidores, como a Venezuela, ante as grandes potências – faz com que a prédica pachukaniana se atualize, quase cem anos depois: “toda troca é a continuação de um conflito armado e o prelúdio para o próximo” (PACHUKANIS, 1980, p. 169). Os barris de petróleo, mesmo quando mercantilizados normalmente, eram o devir de uma guerra ou sua antecipação, em condições desfavoráveis para o vendedor. O sujeito, aqui, é a petroleira venezuelana, a PDVSA. E ainda que em condições bem menos ousadas que as da

União Soviética dos anos de 1920, não deixa de fazer sentido o apelo geopolítico de Pachukanis, ao denunciar os arroubos do colonialismo e do imperialismo.

Eis, portanto, a presença de uma acumulação originária permanente que se viabiliza ou por uma forma jurídica dependente (PAZELLO, 2016) ou pelo ataque direto que toda atuação belicista costuma desempenhar. Desse modo, conclui-se a extensão dos argumentos pachukanianos a respeito do direito complexificados pela análise do direito internacional, indo da tipicidade da forma jurídica (ou mesmo sua defectividade, como entendemos nós, desde uma mirada latino-americana) até o conflito direto, protagonizado pelas potências imperialistas.

4. Conclusões: por onde andaré a América Latina?

O que o caso venezuelano, eloquentemente, nos ensina? Em primeiro lugar, que precisamos estar atentos para nossas questões geopolíticas concretas. Não há marxismo que resista ao distanciamento da realidade, por mais desejável que seja a reflexão e explicação teórica do mundo.

Em segundo, que Pachukanis, mesmo refletindo desde Moscou, serve como um bom marco referencial para pensarmos o papel do direito nos dias de hoje. Neste caso, o direito internacional serve, inclusive, de vetor para percebermos o entrelaçamento da forma jurídica com os métodos mais abertamente espoliativos com os quais o capital atua.

Por sua vez, Pachukanis em Caracas, apesar de suas dificuldades de adaptação imediata aos trópicos, resiste, com a extensão e atualização de suas análises para os problemas atuais. Ao invés de ser autor ultrapassado, apresenta-se como intérprete-chave para avançar em uma crítica marxista ao direito, em particular, em sua dimensão internacional. Aqui, visualizamos o papel das formas jurídicas, a partir do caso concreto, debelamos a identificação de uma dualidade de poderes, avalizamos o entendimento de que os organismos internacionais são resultantes de relações de forças específicas, bem como denunciemos o assalto ao petróleo como, a um só tempo, uma forma jurídica dependente bem como um método de acumulação originária permanente do capital.

Mas, mais do que isso, descrevemos um caso exemplar de ataque imperialista que se não fosse derrotado colocaria em risco nosso futuro como sociedades que possam construir formas de produção social para além do capitalismo. A questão não está totalmente solucionada mais de um ano depois, no entanto várias tendências por nós acentuadas mudaram suas intensidades.

Mesmo assim, nesse sentido a premonição de Katz (2019) pareceu bastante ciosa da realidade: “se os golpistas lograrem derrotar o chavismo, avançarão imediatamente sobre Bolívia e Cuba, para estender o autoritarismo neoliberal a todo o continente. Na Venezuela, disputa-se o freio ou a extensão dessa onda reacionária”. Sendo assim, à pergunta “por onde andar a América Latina?” poderemos responder apenas com a força de nossa resistência ao imperialismo, defendendo a paz na Venezuela e denunciando a guerra e, em paralelo, a formulação em potencial de Estados de contrainsurgência em toda a América Latina – como a ativação em curso de estado de sítio no Equador, o golpe de estado na Bolívia e tais possibilidades abertas no Brasil. Em tempos de pandemia do COVID-19, a encruzilhada histórica se aguça com o avanço do autoritarismo continente – e mundo – afora. E a Venezuela continua a sofrer com bloqueios econômicos e ameaças de guerra mesmo em meio à grave crise sanitária que acomete todo o globo.

5. Referências

ARMANIAN, Nazanín. “Las nueve razones de EEUU para declarar la guerra a Venezuela”. Em: *Público*. Madrid, 4 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5517/las-nueve-razones-de-eeuu-en-declarar-la-guerra-a-venezuela/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

BEIRNE, Piers; SHARLET, Robert. “Selections from the Encyclopedia of State and Law: introductory note”. Em: PASHUKANIS, E. B. *Selected Writings on Marxism and Law*. Edited by Piers Beirne and Robert Sharlet. Translated by Peter B. Maggs. London: Academic Press, 1980, p. 165.

CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (CP-OEA). Missão Permanente da Colômbia. Nota N° 019/2019. Washington, D.C., 9 de janeiro de 2019

_____. Resolução sobre a situação da Venezuela. CP/RES.1117. Washington, D.C., 10 de janeiro de 2019

_____. Missão Permanente dos Estados Unidos da América. Pedido de Convocação de uma Sessão Extraordinária. CP/INF. 8180/19. Washington, D.C., 18 de janeiro de 2019.

CORREA, Rafael. Equador: *Da noite neoliberal à revolução cidadã*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CHIMNI, B. S. "An Outline of a Marxist Course on Public International Law". Em: *Leiden Journal of International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 17, 2004, p. 1-30.

FIORI, José Luís. "Geopolítica e fé". Em: *Sul21*. Porto Alegre, 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <
<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/01/geopolitica-e-fe-por-jose-luis-fiori/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do estado: processos de transformação do sistema capitalista de estado*. Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

ITAMARATY. Declaração do Grupo de Lima. 4 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em 18 de fev. de 2019.

_____. Declaração do Grupo de Lima. 4 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20031-declaracao-do-grupo-de-lima-4-de-fevereiro-de-2019>. Acesso em 18 de fev. de 2019.

KATZ, Claudio. "Venezuela define el futuro de toda la región". Em: *La haine*: la página de Claudio Katz. Buenos Aires, 5 de fevereiro de 2019. Disponível em: <
<https://katz.lahaine.org/b2-img/VENEZUELADEFINEELFUTURODETODALAREGION.pdf>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

KNOX, Robert. *A Critical Examination of the Concept of Imperialism in Marxist and Third World Approaches to International Law*. London: The London School of Economics and Political Science (tese de doutorado), 2014.

LA ASAMBLEA NACIONAL DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Estatuto que rige a transición a la democracia para restablecer la vigencia de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (Ley del Estatuto para la Transición). Caracas, 4 de fevereiro de 2019

LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. 3 ed. Campinas: Papirus, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (ensaio popular). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. "Sobre a dualidade poderes". Em: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, vol. 2, 1980, p. 17-19.

MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAVES, Márcio Bilharinho. "Evgeni Bronislavovitch PACHUKANIS (1891-1937)". Em: _____. (org.). *O discreto charme do direito burguês: ensaios sobre Pachukanis*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009, p. 11-19.

MIÉVILLE, China. *Between equal rights: a Marxist theory of international law*. Leiden: Brill, 2005.

MOREIRA, Júlio da Silveira. *Direito internacional: para uma crítica marxista*. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.

NEOCLEOUS, Mark. "International Law as Primitive Accumulation; Or, the Secret of Systematic Colonization". Em: *The European Journal of International Law*. Oxford: Oxford University Press, vol. 23, n. 4, 2012, p. 941-962.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislavovich. "International Law". Em: _____. *Selected Writings on Marxism and Law*. Edited by Piers Beirne and Robert Sharlet. Translated by Peter B. Maggs. London: Academic Press, 1980, p. 168-183.

_____. "The Object of Law". Em: _____. *Selected Writings on Marxism and Law*. Edited by Piers Beirne and Robert Sharlet. Translated by Peter B. Maggs. London: Academic Press, 1980, p. 183-184.

_____. *The Soviet State and the Revolution in Law*. In: *Soviet Legal Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

_____. *Teoria geral do direito e marxismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PAZELLO, Ricardo Prestes. "Acumulação originária do capital e direito". Em: *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB, Lumen Juris, vol. 2, n. 1, janeiro-junho de 2016, p. 66-116.

_____. "Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito". Em: *Revista direito e práxis*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 9, n. 3, 2016, p. 540-574.

_____. *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2014.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Electoral. Sentença 260. Caracas, 30 de Dezembro de 2015.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 155. Caracas, 28 de Março de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 156. Caracas, 29 de Março de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 156. Caracas, 29 de Março de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 157. Caracas, 1 de Abril de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 158. Caracas, 1 de Abril de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 378. Caracas, 31 de Maio de 2017.

_____. Tribunal Supremo de Justicia. Sala Constitucional. Sentença 06. Caracas, 8 de Fevereiro de 2019.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 5.908. 19 de fevereiro de 2009

_____. Decreto n. 2.830. Gaceta Oficial. Caracas, 1 de maio de 2017.

SOARES, M. A. O direito em contraponto a partir do itinerário da teoria geral da hegemonia em Antonio Gramsci. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2017.

_____. O equilíbrio catastrófico da teoria marxista do direito no Brasil. Margem Esquerda, v. 1, p. 43-52, 2018.

TAYLOR, Owen. *International law and revolution*. London: University of London (tese de doutorado), 2014.

TIRADO, Arantxa; ROMANO, Silvina (CELAG). EE. UU. vs. Venezuela en el Consejo de Seguridad. 30 de Janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/eeuu-venezuela-consejo-seguridad/>. Acesso em: 18 de fev. de 2019.

UNITED NATIONS. Security Council. With Venezuela Buckling under Severe Shortages, Security Council Emergency Session Calls for Political Solution to End Crisis, as Divisions Emerge over Path Forward. Disponível em: https://www.un.org/press/en/2019/sc13680.doc.htm?fbclid=IwAR0wQW5G9ATTIyqu2tRVr7Yndw_Au-sDKOwJBBHXaUb5kE4vn2sY6Rl6V34. Acesso em: 18 de fev. de 2019.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Remarks Before a Procedural Vote at a UN Security Council Meeting on Venezuela. Disponível em:

<https://www.state.gov/secretary/remarks/2019/01/288600.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

ZÚÑIGA, Simón Andrés. “Golpe de estado en Venezuela y capital financiero: los buitres y el reparto del botín”. Em: *Estrategia*. Montevideo: Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico (CLAE)/ Fundación para la Integración Latinoamericana (FILA), 1º de fevereiro de 2019. Disponível em: < <http://estrategia.la/2019/02/01/golpe-de-estado-en-venezuela-y-capital-financiero-los-buitres-y-el-reparto-del-botin/> >. Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

Pachukanis em Caracas: o direito internacional entre a forma jurídica e a guerra (neo)colonial

Resumo

O presente estudo pretende, no tempo quente da política e com o esforço de esboçar uma tradução da obra de Pachukanis, trazer suas contribuições à compreensão do contexto venezuelano, tendo em vista os recentes (e importantes) acontecimentos que se passaram a partir de Caracas, tomada por crises e turbulências, em meio a um cenário internacional de ataque das forças do capital contra quaisquer organizações de esquerda ou mesmo não alinhadas a sua política externa. Nesse sentido, convidar Pachukanis a Venezuela significa analisar os contornos da forma jurídica em crise em relação aos laços neo(coloniais) no campo do direito internacional.

Palavras-Chave: Venezuela. Direito Internacional. Pachukanis. Direito e Marxismo

Pachukanis in Caracas: international law between legal form and (neo) colonial war

Abstract

The present study intends, in the hot time of politics and with the effort to draft a translation of Pachukanis' work, to bring his contributions to the understanding of the Venezuelan context, in view of the recent (and important) events that took place from Caracas, taken by crisis and turmoil, amid an international scenario of attack by the forces of capital against any leftist organizations or even not aligned with their foreign policy. In this sense, inviting Pachukanis to Venezuela means to analyze the contours of the legal form in crisis in relation to neo (colonial) ties in the field of international law.

Keywords: Venezuela. International Law. Pachukanis. Law and Marxism.

Pachukanis en Caracas: el derecho internacional entre la forma jurídica y la guerra (neo)colonial

Resumen

El presente estudio tiene la intención, en el clima cálido de la política y con el esfuerzo de esbozar una traducción del trabajo de Pachukanis, de aportar sus contribuciones a la comprensión del contexto venezolano, en vista de los recientes (e importantes) eventos que se sucederán desde Caracas, tomada por crisis y turbulencias, en medio de un escenario internacional de ataque de las fuerzas del capital contra cualquier organización de la izquierda o incluso aquellas que no están alineadas con su política exterior. En este sentido, invitar a Pachukanis a Venezuela significa analizar los contornos de la forma jurídica en crisis en relación con los vínculos neo(coloniales) en el campo del derecho internacional.

Palabras-Clave: Venezuela. Derecho Internacional. Pachukanis. Derecho y Marxismo

Considerações da Evolução do Tratamento das Relações China-América Latina nos Documentos da CEPAL

Rubia Cristina Wegner¹

Marcelo Pereira Fernandes²

Introdução

Este artigo tem por objetivo geral levantar elementos para se compreender o tratamento da CEPAL ao fenômeno das relações econômicas entre China e América Latina e Caribe, bem como as proposições de política que a instituição tem recomendado aos governos da região. O contexto tomado neste artigo é de que o pensamento cepalino (1950-2008) é marcado por 'continuidade' e 'mudança' (Bielschowsky, 2009). A mudança ocorreria em função de as interpretações da CEPAL se adaptarem ao contexto histórico em questão. Dessa forma, o neoestruturalismo acompanharia as mudanças regionais (domésticas) e internacionais quanto à inserção externa, isto é, as questões macroeconômicas teriam despontado e se sobressaído a partir da crise da dívida (década de 1980) na esteira do movimento internacional de desregulamentação financeira e do fim do regime de Bretton Woods.

Em 2008, a crise financeira internacional revelou alguns novos (ou repaginados) fatos para o pensamento cepalino. O fato de maior envergadura se deu pela entrada maciça de investimentos de empresas chinesas em países da

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e doutoranda do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Assistente e coordenadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Brasileira. Participa dos grupos de pesquisas, Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul. E-mail: rubicawegner@gmail.com

² Professor Associado I, atualmente é vice-coordenador do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Conselheiro do Conselho Federal de Economia (COFECON). Brasileiro. Participa dos grupos de pesquisas, Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais. E-mail: mapefern@gmail.com



região, com destaque para Venezuela, e partir de 2010, para o Brasil. Outro elemento, foi o novo estágio do superciclo de preços das *commodities*, pelo qual, as economias intensivas em recursos naturais experimentaram um relaxamento da restrição externa. Neste aspecto, além de economias como o Brasil conduzirem políticas contracíclicas, países da região encaminharam iniciativas de retomada de instrumentos e instituições de cooperação financeira regional, bem como reavivaram o ‘velho desenvolvimentismo’ na integração econômica, entende-se, poderia desempenhar papel de induzir a reprimarização da pauta exportadora (via comércio interindústria) e de *fornecer* de divisas.

A CEPAL tem se debruçado cada vez mais sobre esse fenômeno por meio de estudos específicos, de proposições de política para os países da região e de interlocução com a China. Por ocasião deste artigo, realizou-se uma busca, em outubro de 2017, no sítio eletrônico da instituição, com o termo “China”. Essa busca resultou em mais de 9 mil resultados, quer dizer, “China” apareceu mais de 9 mil vezes em diferentes documentos. Desde as publicações tradicionais até publicações específicas, o estreitamento das relações econômicas da região com a China tem sido analisado e estudado pela CEPAL sob os mais diversos enfoques. Este artigo tem por objetivo geral compreender o tratamento da CEPAL à China como um dos principais parceiros comerciais das economias latino-americanas e caribenhas, bem como potência global com influência cada vez maior na região, com isso estaremos mais aptos a analisar sobre o papel da CEPAL enquanto instituição fomentadora de proposições de políticas para o desenvolvimento econômico dos países da região. Para isso, foram mapeadas as publicações da instituição desde 1994, quando foi divulgado o primeiro documento a respeito da China. O procedimento metodológico adotado foi o documental para coleta dos dados, em que se coletou e analisou documentos institucionais da CEPAL para levantar suas informações e, utilizá-los dados os propósitos deste artigo.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho se divide em outras duas seções a seguir: a seção 2 que apresentará o ponto de partida deste artigo, qual seja, as relações econômicas China-América Latina e a seção 3, que abordará o tratamento dado pela CEPAL a essa questão.

2 – Desenvolvimento Econômico Latino-Americano e Inserção Externa – avaliações da CEPAL

Nesta seção, são apresentados e discutidos elementos como a caracterização do comércio e dos investimentos chineses na região, bem como aspectos teóricos da evolução do pensamento cepalino. Vale esclarecer, optou-se por caracterizar as relações com a China sem aprofundá-la ou esgotá-la. Esse seria um esforço para além do objetivo deste artigo.

Inserção Externa: Notas sobre a presença chinesa na América Latina e Caribe

Ao longo da década de 2000, a região experimentou um período de ‘bonanza macroeconómica’ em função da melhora das condições do setor externo – preços das *commodities* agrícolas e minerais aumentaram, as manufaturas com preços reduzidos, aumento da liquidez internacional. Com este interstício da redução da restrição externa ao crescimento econômico, os governos implementaram políticas de estímulo à demanda e de redução das desigualdades. Por outro lado, a reversão do contexto internacional a partir de 2011, evidenciou que o período de ‘bonança’ não levou a uma mudança estrutural. Houve intensificação da especialização em recursos naturais, ‘desindustrialização relativa’ – em termos de queda da participação da indústria de transformação no valor agregado total –, reprimarização da pauta, bem como um arrefecimento do progresso técnico nos países da região³. Esse cenário é creditado, em grande parte, ao fenômeno do ‘efeito China’ – para utilizar expressão encontrada em documentos publicados pela CEPAL.

O dinamismo das exportações dos países da região também passou por uma reversão, desde 2001 comparado ao período entre 1991-2000. Velázquez e Peters (2016) explicam que as exportações para os EUA, União Europeia, se reduziram ao passo que as exportações para China e Nafta cresceram consideravelmente. Da mesma forma, as importações para os países latino-americanos e caribenhos caíram de 2001 a 2014, sendo as importações dos EUA as menos dinâmicas, compensando o maior dinamismo das importações chinesas

³ Sobre a discussão mais recente quanto à desindustrialização, recomenda-se a leitura de Hiratuka; Sarti (2017).

cuja participação aumentou, no período, em 14,4%. Velázquez e Peters (2016) avaliam que ocorreu uma reorientação das correntes de comércio da região, entre 2001 e 2014, com a China aumentando sua participação na corrente total do comércio em 8,2% e os EUA reduzindo em 14%, sua participação. Essa reorientação quanto aos parceiros comerciais tem se refletido no padrão das pautas exportadora e importadora da região, por sua vez.

Em relação aos investimentos, é necessário um esclarecimento, ainda que não exaustivo, sobre as fontes de dados dos investimentos chineses nos países da região, inicialmente. O Ministério de comércio da China (MOFCOM), disponibiliza à UNCTAD os dados de comércio e investimento global da China. O MOFCOM segue as diretrizes internacionais na elaboração dos dados de IED chinês, porém, esses dados incorrem em duas discrepâncias principais: (1^a) muitas empresas chinesas fazem intermediação de seu IED por países que oferecem vantagens quanto à tributação, logo, com base nas estatísticas oficiais do MOFCOM (China Statistical Yearbook e UNCTAD) os países que mais recebem IED chinês têm sido Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Singapura; (2^a) a política chinesa de preferências ao IED estimula algumas empresas chinesas a contabilizar primeiro o investimento para o exterior, via Hong Kong, para retornar à China para se beneficiar das preferências concedidas.

Nos estudos em geral, os dados das transações de IED chinês são coletados a partir de monitoramento da mídia especializada, entrevistas, além de registros financeiros de empresas e demais documentos públicos. Para exemplificar a diferença de panorama entre as bases oficiais e as bases alternativas, Kupfer e Rocha (2018) apontaram que entre 2010-2015, as bases alternativas indicavam que 50% do IED chinês global foi para América Latina e Caribe, enquanto o MOFCOM, apenas 3%. No entanto, as bases alternativas incorrem em suas próprias limitações, a saber: contabilizam informações como IED, mesmo que não o sejam, nem todas diferenciam intenção de investir de investimentos de fato realizados, subestimam ou sobrestimam os valores anuais, dentre outros. Nessa perspectiva, bases de dados alternativas têm sido recorrentemente utilizadas em estudos da evolução do IED em países específicos, bem como para setores específicos.

De acordo com os dados da base Bureau von Dijk e fDI Markets, em 2003, foram realizados pela China, em torno de US\$ 8 bilhões em IDE na América Latina. Em 2016, esse montante aumentou para US\$ 37 bilhões, aproximadamente. Até 2012, recursos naturais era o setor com maior volume de investimentos e um bom número de estudos discorreu a respeito da indelével conexão entre as estratégias de internacionalização das empresas chinesas, maior parte empresas estatais (SOEs), e a política chinesa *going out* de suporte, sobretudo financeiro, a esta internacionalização. Em 2015, começam a ser observados investimentos de fusão e aquisição de empresas argentinas e brasileiras de alta tecnologia, bem como, nota-se a expansão da modalidade *greenfield* por parte das empresas chinesas (Tab. 1). As empresas chinesas listadas na Tabela 1 são estatais e suas estratégias estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas no plano *Made in China 2025* e sua entrada nos mercados de países da região indica sua relevância para atual estratégia chinesa de acumulação, baseada na inovação. Os governos chinês e argentino seguem discutindo os termos da construção da planta de energia nuclear na Argentina. A expectativa chinesa é adquirir capacidade para se envolver neste mercado, sendo a adquirida Nucleoeléctrica empresa geradora de energia e operadora de centrais nucleares no país sul-americano. Na Bolívia, a estatal China Aerospace Science and Technology construiu o satélite de comunicação Tupac Katari, que é operado pela Agência Espacial Boliviana. Indústria espacial vem sendo uma forma de a China aprofundar suas relações diplomáticas com países ricos em recursos naturais, provendo-lhes favoráveis termos de crédito, treinamento técnico para os seus cientistas espaciais, além de assumir os custos do projeto (MOLTZ, 2011). O país asiático está adotando na América Latina estratégias similares as adotadas em países como o Paquistão.

Tabela 1 – China-América Latina e Caribe: montante de IDE (2010-2016)

Empresa	Setor	Empresa adquirida	País	Montante (US\$ milhão)	Ano
China National Nuclear	Energia – Nuclear	Nucleoeléctrica	Argentina	4.700	2015
China Aerospace Science and Technology	Telecom	Tupac Katari	Bolívia	300	2013
China Electronics	Real State -	-	Brasil	100	2015

Corporation	Construction				
China Molybdenum	Química	Anglo American	Brasil	1.500	2016
Shaanxi Chemical	Química	-	Argentina	1.010	2010

Fonte: Os autores (2019) com base em *The China Global Investment Tracker – Heritage Foundation*.

Assumir que o padrão de investimento direto externo chinês na região tem se direcionado para serviços e até mesmo setores de alta intensidade tecnológica pode ser prematuro. Em 2018⁴, o IDE chinês concentrou-se em Equador, Brasil, Chile e Peru, totalizando US\$ 4,4 bilhões. Desse montante, 19% correspondem a aquisição pela Chinese Academy of Science⁵ de 94% de participação na chilena Australis Seafoods e 54% correspondem à aquisição pela empresa chinesa Zhongrong Xinda da Pampa de Pongo, do setor siderúrgico. As demais transações, em 2018, corresponderam a setores de finanças (Brasil) e cobre (Equador).

Embora a China venha ocupando posição entre os maiores parceiros comerciais da América do Sul, o número de acordos de livre comércio (Free Trade Agreements – FTAs) não passam de dois, com Chile e Peru (Quadro 1). Por outro lado, os EUA, tradicional parceiro comercial, mantêm o mesmo número de acordos. Chile e Peru são países banhados pelo Oceano Pacífico, logo, para a estratégia comercial chinesa. No FTA China-Chile, por exemplo, é explícito que esse país sul-americano funcionaria, a exemplo de economias asiáticas, como plataforma de investimentos para produção de bens e serviços para esses mercados, especialmente para a América do Sul. Hongying (2017) informa que, desde 2016, delegações do Chile, Peru e China iniciaram novas negociações para aprimorar esses FTAs com o objetivo de incluir todas as *commodities*, investimentos e serviços. Vale destacar que no período recente, o governo chinês negocia um acordo de livre comércio com o Uruguai e a Colômbia.

⁴ A pesquisa para o ano de 2017, na base de dados utilizada, não teve resultados.

⁵ Cumpre esclarecer que Joyvio Group (wholly-owned subsidiary) controlada por Legend Holdings Corporation consta na mídia como a empresa que adquiriu a chilena Australis Seafoods, produtora de salmão. Legend Holdings, por outro lado, foi fundada em 1984 por pesquisadores com financiamento do Instituto de Computação da Chinese Academy of Sciences. O relatório de 2018 da Australis Seafoods esclarece que a transação com a Joyvio ocorreu via “Promessa de compraventa”.



Quadro 1 – Acordos de livre comércio (FTAs) assinados entre China e países da América do Sul

País	Início das negociações	Entrada em vigência	Principal objetivo	Crescimento das exportações	Outras observações relevantes
Chile	25-01-2005	10-01-2006	Liberalização comercial tarifária, incluindo a proibição do uso de quotas e de salvaguardas.	Em 2005, 8,8% das exportações do Chile iam para a China. Em 2015, essa participação passou a 26,4%.	Em 2009, um capítulo sobre investimentos. Em 2010, o Chile formalizou acordo de comércio de serviços.
Peru	15-05-2008	03-01-2010	Liberalização comercial com proibição de subvenções a exportações de produtos agrícolas.	Em 2010, 15,2% das exportações do Peru iam para a China. Em 2015, essa participação aumentou para 22,1%.	--

Fonte: Os autores (2019) com base em INTradeBID (2018).

Acordos de comércio, como FTAs, estão longe de ser prioridade na política externa chinesa. Planos como *Made in China 2025* (2015) e *Belt and Road Initiative* (BRI) (2013), orientados a sua política industrial, é que têm, de fato, orientado os acordos de cooperação firmados pela China. A adoção de fundos de investimento voltados para financiar inovação e infraestrutura marcam ambos os planos. *Made in China* é a resposta do governo chinês à política industrial⁶ alemã, *Industrie 4.0*, anunciada em 2013. O plano chinês está voltado para modernizar a indústria em setores como tecnologia de informação e comunicação – *big data*, *cloud computing*, impressão 3D – bioengenharia, novas fontes de materiais e recursos naturais, biotecnologia, novos veículos elétricos. Busca-se incrementar a capacidade tecnológica do país em setores que são estratégicos no processo de acumulação da chamada 4ª Revolução Industrial. E o país asiático tem investido na construção de marcas líderes nesses setores. Majerowicz e Medeiros (2018) avaliam que a China, em circuitos integrados, elaborou uma estratégia sofisticada

⁶ O ressurgimento de políticas industriais ativas em países como EUA, Alemanha e Japão é estudado por Labrunie (2018). O pós-crise 2008 seria o contexto em que esse ressurgimento tem ocorrido. E alguns fatores seriam: necessidade de gerar crescimento e emprego, questionamentos sobre a capacidade alocativa dinâmica do mercado, injeções de liquidez em função de falência podem ser recorrentes e China teria exercido uma espécie de ‘efeito demonstração’ sobre os demais países.

para adquirir tecnologia ao mesmo tempo em que se constrói 'nação inovadora'. América Latina e Caribe poderiam entrar como indutores da expansão do mercado chinês para adoção de novas tecnologias. A criação do *China-Community of Latin American and Caribbean States Forum*, prevê investimentos de até US\$100 bilhões na América do Sul em indústrias como, energia limpa, farmacêutica, nuclear para aumentar as exportações das empresas chinesas (ISDP, 2018). Ao mesmo tempo em que iniciativas como BRI representam expansão de investimentos em infraestrutura e transferência de capacidade produtiva entre as regiões-parte do projeto, pela China, o que poderia vir a reforçar a concorrência internacional entre os países latino-americanos e asiáticos, com aqueles exportando *commodities* (HIRATUKA, 2018).

Por exemplo, a China vinha financiando investimentos em infraestrutura da integração sul-americana⁷, mais precisamente da carteira de projetos de investimentos da IIRSA-COSIPLAN. O governo central da China financia o Tesouro Nacional da Argentina em três projetos individuais, dos nove projetos individuais do projeto estruturante Corredor Ferroviário Bioceânico Paranaguá-Antofagasta. Seu objetivo é renovar linhas férreas interconectando Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, constituindo uma linha férrea que ligará o oceano Atlântico ao Pacífico pelos países do Cone Sul. Espera-se induzir o escoamento de mercadorias (a granel – grãos e minérios) pelo oceano Pacífico. O governo chinês desembolsara US\$ 2,5 bilhões para executar mais de mil quilômetros de novas vias no trajeto entre a fronteira da Argentina com o Paraguai até a fronteira da Argentina com o Chile (noroeste) e estabeleceu, em 2014, contrato com a empresa chinesa CMEC (China Machinery Engineering Wuxi Co., Ltd) por um período de quatro anos para a realização das obras. A operação de financiamento e a de prestação de serviços pela CMEC (renovação e construção das linhas férreas) foram acompanhadas da assinatura do memorando de entendimento pela China e Argentina para estabelecer um sistema de liquidação de yuans no mercado argentino. Dessa forma, China intenta ocupar, a exemplo dos EUA, papel de potência que fornece direta ou indiretamente alternativas logísticas para facilitar seu próprio

⁷ O país asiático mantém estratégias diferentes dentro da América Latina e Caribe para as quais pesam aspectos geopolíticos e de padrão de inserção externa. Essas diferenças não serão analisadas neste artigo.

abastecimento de recursos naturais do continente. Cumpre ressaltar que os projetos mencionados neste parágrafo estavam acordados dentro da carteira de investimentos IIRSA-COSIPLAN, no âmbito da UNASUL, a qual foi encerrada e substituída pelo PROSUR (Fórum para o Progresso da América do Sul).

Afinal, financiamento de projetos de infraestrutura apoia a intensificação do comércio e da entrada de investimento direto externo da China com os países latino-americanos. Nos últimos anos, China se tornou o maior emprestatário para projetos de infraestrutura em países latino-americanos – em torno de US\$ 150 bilhões (Nathanson, 2018). Fundos bilaterais foram criados a partir da publicação, pelo governo chinês, em 2016 – quando Xi Jinping realizou sua terceira visita ao continente – de documento em que se firmou compromisso com um formato de cooperação China-América Latina voltado para construção de três canais de interação para o desenvolvimento da relação China-América Latina e Caribe. Entre esses canais, estão: logística, eletricidade e informação. Com o Brasil, por exemplo, o Fundo de Cooperação Brasil-China de Cooperação para expansão da capacidade produtiva foi firmado entre Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e pelo Fundo de Investimento da Cooperação Industrial China-Co, Ltd (Claifund)⁸ e sua dinâmica é de classificar, via emissão de certificado, os projetos apresentados, por carta consulta, em diferentes áreas – como infraestrutura, logística, energia, recursos naturais, agroindústria – por ordem de prioridade. O fundo não desembolsa, mas orienta os potenciais emprestatários sobre a viabilidade dos projetos apresentados, quer dizer acompanha os projetos em sua fase pré-operacional. Em 2017, o fundo contaria com US\$ 20 bilhões (Simão, 2017).

Dessa forma, a China intensificou sua inserção nas estratégias de acumulação dos países latino-americanos. As relações econômicas com China representam aos países latino-americanos, alternativa ao dólar, às instituições multilaterais de financiamento de projetos de investimento de longo prazo, aos projetos dos EUA e trazem impactos ambientais e sociais significativos. O alinhamento de países latino-americanos com a China, no contexto recente de ‘retórica inflamada de Trump para América Latina’, tem aguçado a competição

⁸ É um fundo de investimentos chinês, isto é, a principal fonte de recursos chineses no fundo de cooperação Brasil-China.

com os EUA, uma vez que as empresas chinesas e projetos de investimento chineses, de modo geral: “defers to local regulations where it does business, such a system could even help ensure the safety of Chinese projects by helping latin american nations enforce their own rules. ” (Nathanson, 2018). A expansão de fusões e aquisições em setores de telecomunicações tem sido percebida por executivos das empresas locais – como Peixe Urbano – como melhores comparativamente aos EUA em função da maior aplicabilidade da inovação chinesa na realidade latino-americana (Guzman, 2019).

A partir de 2013, com o início do primeiro mandato do Presidente Xi Jinping, a relação da China com a América Latina passa a ter uma proeminência diplomática inédita, com impacto sobre as políticas externas dos países da América Latina e do Caribe. O governo chinês publica o seu primeiro *policy paper* sobre a América Latina e o Caribe em 2008, declarando que o governo chinês considera a relação com os países da região “*from a strategic plane*” e propõe uma *Parceria de Cooperação Abrangente China-América Latina*. No ano seguinte, em 2014, o Presidente Xi Jinping faz sua primeira visita como Chefe de Estado a vários países latino-americanos e participa da VI Cúpula dos BRICS que se realiza na cidade de Fortaleza, no Brasil. Neste mesmo ano, na reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Beijing, é lançada a “Área de Livre Comércio da Ásia Pacífico” que abrange países da América do Sul e Central. Adota-se, na ocasião, um Plano de Conectividade (*Connectivity Blueprint*) para 2015-2020 visando fortalecer a conectividade física, institucional e interpessoal, de modo a tornar a Ásia-Pacífico plenamente conectada até 2025.

O presidente chinês ao lembrar que a China mantém acordos de cooperação estratégica com a América Latina desde 1993 e que pretende ampliar e aprofundar esses acordos, buscou mostrar que coloca a região nas estratégias chinesas de desenvolvimento de longo prazo não apenas como fornecedora de matérias-primas. Nos últimos anos, China e MERCOSUL, por exemplo, firmaram um acordo de cooperação em máquinas e equipamentos, bem como em infraestrutura amparado em um fundo especial de US\$ 30 bilhões. Já destacado no Quadro 1 deste artigo, em 2015, nos governos de Xi Jinping e da então presidenta Cristina Kirchner, a empresa estatal China National Nuclear Corp (CNNC) assinou

um acordo com parceiros argentinos – Nucleoeléctrica Argentina SA (NASA) – para a implementação de uma planta de força nuclear para construir *pressurized heavy water reactor* (PHWR), marcando a entrada da Hualong One no mercado latino-americano. A força nuclear está entre os objetivos do plano nacional chinês *Made in China* voltado para elevar a China à nação tecnologicamente inovadora.

Entre China e Equador, Peru e Chile foram assinados, em 2016, aproximadamente 40 acordos de cooperação, bem como contratos de programas para áreas como mineração, energia, manufatura, agricultura, pesca, comunicação e infraestrutura (Hongying, 2017). As relações diplomáticas se fortalecem, ademais, em uma questão considerada fundamental para Pequim: Taiwan. Desde 1971, China exige critério de exclusividade diplomática dos países parceiros comerciais. Nos últimos anos, tem aumentado o número de países da região que preferiram manter relações com a China a Taiwan, sobretudo na América Central. Neste subcontinente, em que Taiwan encontrava seus maiores apoiadores – na América do Sul, somente o Paraguai tem relações diplomáticas com Taiwan –, o século XXI tem transcorrido com a mudança de sua orientação. Costa Rica, El Salvador, República Dominicana, Panamá são alguns exemplos que romperam relações com Taiwan, entre 2017 e 2018, enquanto a Costa Rica o fez, em 2006. Apesar do acirramento das tensões entre China e Taiwan desde as eleições presidenciais de Taiwan, em 2016, China e Taiwan mantêm com os países centro-americanos, desde a década de 1970, relações sob comunismo x anticomunismo, aproveitando-se do jogo de interesses das ditaduras instauradas em países como Nicarágua⁹ e El Salvador¹⁰, bem como da influência dos EUA sobre o subcontinente.

⁹ Na década de 1970, o governo sandinista concedeu o canal Interoceânico da Nicarágua à empresa chinesa HKND, dada sua necessidade de legitimação via realização do sonho nicaraguense de manter o seu próprio canal e superar sua humilhação, que, em linhas gerais, consiste em não participar como ator central de grandes projetos marítimos da região. Em 2016, Daniel Ortega aprovou em 2012 a construção do *Gran Canal Interoceânico* e concessão aprovada, em 2013, para empresa chinesa. Nicarágua teria preferido Taiwan à China especialmente devido aos projetos de cooperação mantidos pela ilha, no país. A possibilidade de construção do canal não parece ter atrapalhado as relações de Taiwan com a Nicarágua (Vila, 2016). Em 2014, o anúncio público de Daniel Ortega sobre a construção do canal consubstanciou uma abertura para estreitar relações com a China. A partir de então, o país passou a mergulhar em um grande caos político e social e a construção do canal é colocada como o motivador.

¹⁰ El Salvador é um caso emblemático: Taiwan formou esquadrões da morte que atuaram no país em sua academia Fu Hsing Kang, conhecida pela formação técnica anticomunista. Além disso, Taiwan deu asilo político ao fundador da ARENA, além de manter vínculos diretos com diversos partidos de direita não somente de El Salvador como de outros países da América Central. Além

Mesmo que se possa listar projetos estruturantes de cooperação entre China e países latino-americanos, comumente são levantados questionamentos – por mídia e *think tanks*, principalmente – sobre os ‘reais interesses chineses’. Espaços como Fórum China-Celac¹¹ foram articulados com vistas a concretizar relações econômicas entre China e América Latina e Caribe capazes de articular via projetos de infraestrutura, cooperação técnica e relações de comércio e de investimentos além de recursos naturais que configurem um eixo latino-sinocêntrico articulado ao crescimento e desenvolvimento econômico. Da mesma forma, o aprofundamento e expansão das relações comerciais e de investimento com a China expõe oportunidades a serem exploradas. Hiratuka (2018) as descreve como advindas dos canais de financiamento da infraestrutura regional na medida em que investimento em infraestrutura for desenhado para integrar fisicamente a produção industrial.

3 - O Tratamento da Cepal ao Eixo Latino-Sinocêntrico

Ao longo de sua história, a CEPAL evoluiu em um pensamento latino-americano do desenvolvimento econômico capitalista. O estruturalismo da CEPAL representa uma visão mais específica do desenvolvimento, mais voltada às especificidades latino-americanas, sem desconsiderar o contexto internacional. O contexto internacional, vale ressaltar, é tratado como sendo aquele de restrições externas ao desenvolvimento econômico da região. Seguindo a leitura de Bielschowsky (2000), a inserção externa é originalmente tratada pela CEPAL em termos do esquema centro-periferia¹² e vulnerabilidade externa em que são

disso, a ilha é acusada de corrupção contumaz: após o terremoto que atingiu El Salvador, em 2001, Taiwan passou a financiar organizações de todo o tipo desde que se prontificassem a não macular a independência da ilha. As somas eram enviadas sob a justificativa de auxílio para reconstrução do país (Beaulande, 2016).

¹¹ Originou-se, em 2011, da CALC (Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre integração e desenvolvimento) e do Grupo do Rio, durante a Cúpula de Caracas. CELAC tem duas vocações: cooperação para o desenvolvimento e concertação política. Tem funcionado, basicamente, como canal de interlocução dos países da América Latina com o resto do mundo.

¹² Neste caso, pesam método próprio da CEPAL. Melhor dizendo, vale-se de um corpo analítico particular e aplicado a condições históricas próprias dos países latino-americanos, países periféricos. Bielschowsky (2000) destaca que nos planos analíticos cepalinos, ocorrem dois momentos metodológicos – um histórico e indutivo e outro, abstrato-teórico. O paradigma desenvolvimentista latino-americano se fundamenta na ideia de que é fundamental a atuação do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico para as condições periféricas latino-americanas.

pesadas as condições estruturais internas e a ação estatal é que deveria atuar sobre progresso técnico e emprego, por conseguinte, distribuição de renda.

A inserção externa ou as relações de centro-periferia e, assim, de vulnerabilidade externa, na década de 1950 eram avaliadas em deterioração de termos de troca e desequilíbrio na balança de pagamentos. Na década de 1960, dependência externa e a preocupação com uma política externa que reduzisse a vulnerabilidade, adquirindo importância a integração regional. Na década de 1970, os efeitos da industrialização com endividamento e da heterogeneidade estrutural não resolvida fortalecem o quadro de dependência externa e acirram a insuficiência exportadora. Quadro que na década de 1980, torna-se 'asfixiante' com o período de endividamento externo. Na década de 1990 (até 1998), os movimentos de capitais passam a influenciar o quadro de vulnerabilidade externa dos países. A CEPAL evoluiu ou se modificou também as proposições de ação estatal. Na década de 1950, por exemplo, ela era de conduzir, na década de 1980, de renegociar a dívida e na década de 1990, implementar políticas de transformação produtiva com equidade.

Na onda dos efeitos da crise de 1980, a orientação da CEPAL quanto à inserção externa, a partir da década de 1990 e sob os princípios acordados no Consenso de Washington, passou a pautar a abertura comercial e políticas de atração de investimento direto externo. Seguindo as demarcações da Rodada do Uruguai e da criação da OMC, o regionalismo neoestruturalista passou a ocorrer em cima de acordos preferenciais com extensão das cláusulas a terceiros países. Ademais, acordos regionais como o Mercosul, seriam um caso de *second best* em relação ao livre comércio, em que a eficiência estaria sendo observada. No entanto, a industrialização não teria espaço nessas orientações. A transferência de tecnologia seria induzida se seguisse as orientações de liberalização comercial e financeira, bem como de investimento. Reconhecido o fracasso dessas orientações para promover o crescimento econômico dos países e a 'ascensão chinesa', já no século XXI, com aumento das importações de recursos naturais dos países latino americanos, bem como sob uma política industrial ativa e com a integração produtiva, as orientações da CEPAL se colocam sob um novo desafio.

CEPAL como Interlocutor Oficial dos Países da Região e a Presença Chinesa

Em reunião realizada em 2017¹³, a CEPAL reforçou o seu compromisso com o fortalecimento das relações China-América Latina com vistas à construção do plano de cooperação 2015-2019, articulado na primeira reunião do Fórum CELAC-China. No entendimento da CEPAL – conforme as conclusões apresentadas nessa reunião –, o país asiático seria o parceiro não só comercial, mas de desenvolvimento econômico dos países da região. As cifras do volume de comércio e de IDE, bem como de crédito concedido pela China precisariam ser complementadas com diversificação da exportação dos países da região. As recomendações para a região, dadas pela secretaria executiva da CEPAL consistiram em: diversificar fluxos de comércio e de IDE com a China, aproveitar capacidades financeiras e tecnológicas do país asiático, cooperar em temas relacionados à redução da pobreza até 2030. Os informes publicados das reuniões promovidas pela CEPAL para tratar das relações com China (ANEXO I) podem ser consideradas mais assertivas quanto a colocar esse país como parceiro principal para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Assim, inovação e progresso tecnológico, diversificação da exportação, crescimento econômico e até mesmo o alcance dos objetivos de desenvolvimento até 2030 dependem da participação e do envolvimento da China.

Ao passo que Bielschowsky (2000) aponta que os elementos fundamentais da referência ideológica e analítica da CEPAL são: (i) inserção internacional periférica, (ii) condições estruturais internas e (iii) planejamento orientado dos governos. As condições estruturais internas das economias latino-americanas equivalem a uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação com reduzido grau de complementaridade e de diversificação. Importar máquinas e outros bens de capital necessários para a industrialização esbarraria na restrição conferida pela escassez de exportações (de alto valor agregado) e disponibilidade de financiamento externo. Por outro lado, a insuficiência de poupança doméstica impossibilitava os investimentos necessários para industrialização. As taxas de poupança das economias da região sofriam de impedimento para se elevar devido a uma baixa produtividade média *per capita* em combinação com um grande excedente real e potencial de mão-de-obra –

¹³ Segunda Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a China.

que é a mesma coisa que dizer que o nível de salário se limitava pela produtividade marginal. Acumulação de capital e crescimento econômico estavam, portanto, limitados¹⁴. A difusão do progresso técnico estaria sempre estrangulada ou pelo lado do setor externo (insuficiência de divisas) ou pelo lado doméstico (insuficiência de poupança, ou seja, de financiamento para o investimento).

Nesse contexto, o ‘efeito China’ que resultou no aumento dos preços de produtos *commodities* ou básicos, entre 2002 e 2008, teria implicado em resolver a restrição de balanço de pagamentos. Esse argumento foi usado em alguns estudos à época. Porém, findo esse ciclo – com a crise financeira internacional de 2007/08 –, as questões a discutir voltaram a ser muito parecidas com as discussões de outrora, uma vez que os países latino-americanos não passaram por mudanças estruturais. Bárcena e Prado (2015) argumentam que o neoestruturalismo da CEPAL – promulgado na década de 1990 – teria ampliado o objeto de análise do estruturalismo, bem como melhorado seu enfoque metodológico, colocando-o atualizado com abertura comercial, financeira e de capitais, privatização e desregulações. Dessa forma, temas fiscais, de liquidez e regulação da balança de pagamentos estariam integrados e as áreas de atuação da CEPAL passaram a se concentrar em: macroeconomia e finanças, comércio internacional, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, além da igualdade de gênero. No entanto, em 2013, em meio aos efeitos ocasionados pelo fim do superciclo de preços das *commodities*, buscou-se, pela

¹⁴ Uma economia subdesenvolvida tem por restrição ao seu crescimento econômico de longo prazo, a insuficiência de poupanças. Se a entrada de divisas não for suficiente para pagar tanto as importações quanto para enviar renda líquida ao exterior, o país vai perder reservas. O nível de investimento deverá ser reduzido para que o balanço de pagamentos volte ao equilíbrio. Esse nível de investimento menor do que a poupança potencial da economia representará a economia operando abaixo de sua capacidade. Para zerar o hiato de divisas, é necessário planejar um nível de investimento tal que represente nem saída de divisas e nem acúmulo de reservas. Esse modelo de dois hiatos foi desenvolvido na década de 1960 e trouxe por inovação a conclusão de que mesmo as economias subdesenvolvidas, a capacidade de poupança não explicaria o crescimento de longo prazo. Em países subdesenvolvidos, o coeficiente de importações é rígido e elevado e suas exportações dependem da demanda mundial. O corolário de Chenery foi que a assistência financeira internacional a países subdesenvolvidos era a solução para relaxar a sua restrição externa e aumentar seu nível de investimento. Serrano e Souza (2000) destacam que a hipótese básica do modelo de dois hiatos tem problemas ao supor que, em uma economia subdesenvolvida, todas as divisas são gastas com importações. Para os autores, o balanço de pagamentos impõe restrições ao crescimento por imposição aos componentes da demanda efetiva.

Secretaria Executiva da CEPAL, uma interação entre as premissas do estruturalismo, do neoestruturalismo e das correntes econômicas heterodoxas.

Caldentey (2015), em artigo parte da publicação institucional organizada por Bárcena e Prado (2015), avalia que centro e periferia seguem sendo categorias de análise no neoestruturalismo, colocando a China como um centro cíclico do dinamismo das economias latino-americanas. Nessa lógica, balanço de pagamentos, fluxos financeiros e termos de troca seriam fundamentais para compreender o desempenho econômico dos países da região. Dessa forma, as explicações dos ciclos econômicos dos países da região podem ser consideradas curto-prazistas e voltadas para adaptação de políticas macroeconômicas às condições externas, embora a restrição externa seja colocada como limitadora da mudança estrutural. Ainda que em um primeiro momento, a China tenha funcionado para superar essa restrição, de fato ela se colocaria como centro. No entanto, essa colocação não condiz com as próprias recomendações dos documentos cepalinos elaborados pelos responsáveis das suas divisões.

Para fins da compreensão da análise documental realizada na subseção desta seção, vale destacar que o funcionamento da CEPAL em termos de promoção de conhecimento sobre as economias da região, recomendações de desenvolvimento econômico, bem como sistematizadora de banco de dados e indicadores, ocorre sob uma organização principal que se dá em: secretaria executiva, secretaria da CEPAL, divisão de planificação de programas e operações, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social, de comércio e integração regional, de desenvolvimento produtivo e empresarial, de desenvolvimento sustentável, de recursos naturais, de assuntos gêneros, de comunicação da CEPAL, de administração, de população e o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES). O ILPES foi estabelecido na década de 1960 e voltado para fortalecer a gestão pública dos governos dos países da região no processo de desenvolvimento econômico por meio da prestação de serviços de capacitação, assessoria e pesquisa. Os principais pensadores do estruturalismo cepalino foram pesquisadores do ILPES.

Esclarecimentos quanto à Metodologia do Artigo



Nesta subseção, objetiva-se apresentar e analisar os aspectos ressaltados pela CEPAL no âmbito das relações comerciais e de investimento da região com a China. Para tal, as publicações da CEPAL de todo o tipo foram mapeadas e analisadas, sua classificação é apresentada no Quadro 1. Por meio do termo “China” na ferramenta de busca do sítio da CEPAL, obtiveram-se mais de 9 mil resultados distribuídos em 10 páginas. Ainda que não se tenha absoluta certeza sobre a forma de operação desse mecanismo de busca, pode-se afirmar que esses 9 mil resultados não equivalem a 9 mil documentos produzidos no âmbito desta instituição, de modo que se utilizaram alguns dos documentos encontrados, sobretudo aqueles que mais diretamente tratam das relações econômicas da região com a China.

Dessa forma, apenas para as publicações, foram mapeados os resultados, consultando um a um os documentos e notícias. O Anexo I expõe o mapeamento com as publicações. Deve-se esclarecer que essa busca ocorreu até dezembro de 2017 e, por isso, sua discussão se encerrará para documentos e discursos publicados até dezembro de 2017. Os dados do Quadro 2, uma versão resumida do mapeamento das publicações da instituição, indicam que a China é temática sobretudo de documentos institucionais, como ‘séries CEPAL’ e ‘Livros e documentos institucionais’.

No quadro 2, listam-se os documentos utilizados. Prodanov e Freitas (2013) entendem que documento é “qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação” (p.56). As ‘fontes de primeira mão’ são entendidas neste artigo como os documentos eminentemente institucionais, que no Quadro 2, são representados por Séries CEPAL, documentos e livros institucionais, documentos de projetos e livros e monografias, bem como boletins. Entende-se, para os propósitos deste artigo, que os documentos que se constituem ‘fontes de segunda mão’ – em que as informações já foram analisadas – são as revistas (Revista da CEPAL) e publicações periódicas. Todos os documentos são originais, a maioria de autoria de diretorias da instituição localizadas em Santiago do Chile – que foram referenciados como “CEPAL” – e são considerados documentos oficiais. Os documentos da “Séries da CEPAL” foram identificados pelo nome do autor, ainda que ele seja membro do quadro da

instituição. Os autores de documentos classificados como “Séries CEPAL”, “livros e documentos institucionais”, “Documentos de projetos, estudos e investigações” são funcionários da CEPAL, da mesma forma, os boletins periódicos sobre informações de comércio e investimento chinês.

Quadro 2 – China e CEPAL: principais meios de publicação

Itens	Quantidade
Séries CEPAL	06
Livros e documentos institucionais	06
Publicações periódicas, revistas e boletins	05
Documento de projetos, estudos e investigações.	03
Livros e Monografias	03

Fonte: Os autores (2019)

Em seguida, classificou-se os documentos encontrados conforme as áreas/temas em que foram cadastrados pela própria instituição, o que é apresentado no Quadro 3. Essa classificação ocorreu seguindo o enquadramento do próprio autor em termos de palavras chaves da publicação, mas, sobretudo, o enquadramento da CEPAL para busca das publicações. A uma primeira análise desses dados, as orientações da CEPAL se concentrariam em comércio internacional – política comercial e acordos – e relações com Ásia e Pacífico.

O processamento da leitura foi ocorrendo pela organização dos documentos. Os dois quadros apresentados foram elaborados a partir dessa organização, isto é, entendeu-se que documentos como artigos em revistas e relatórios de pesquisas estariam mais voltados para divulgação propriamente dita de resultados de uma pesquisa do que para expressar visões e perspectivas da própria instituição, tal como os documentos das Séries CEPAL, livros institucionais. De fato, há um número (quantidade) maior desses últimos. As áreas/temas também poderiam servir como indicativo dessa mesma preocupação.

Quadro 3 – CEPAL e China: áreas e temas

Área/temas	Repetições
Inserção na economia mundial	02
Relações América Latina com Ásia e Pacífico	09
Mudança estrutural	01

Comércio internacional	13
Comercio sul-sul	01
Cooperação internacional	03
Política comercial e acordos regionais	08
Crescimento econômico	01
Educação	01
Comercio de bens e serviços	05
Cadeias de valor	01
Investimento direto externo	05
Integração e cooperação regional	01
Heterogeneidade estrutural	01
Diversificação exportadora	01
Emprego	01
Competitividade	01
Agricultura e desenvolvimento rural	01
Políticas e programas sociais	01
Gestão pública	01

Fonte: Os autores (2019)

A pesquisa documental está associada à análise de conteúdo, metodologias caras a Ciências Sociais. Seu uso é recomendado quando as informações contidas nos documentos podem auxiliar ou ser fundamentais para a investigação. No caso deste artigo, as mudanças pelas quais o pensamento cepalino experimentou, incluindo-se a organização do organograma da CEPAL, induziram a concluir que suas publicações seriam elementos para se compreender sua atuação em torno das relações China-América Latina. As categorias pensadas para análise desses documentos foram: (a) política comercial e relações com Ásia e Pacífico e (b) aspectos estruturais – pontos críticos. Esclarece-se, que se preferiu citar os responsáveis pelas divisões como os autores e não a CEPAL, quando foi possível ter maior certeza sobre a autoria.

Orientações de Política da CEPAL e a China

(a) Política comercial e relações com Ásia e Pacífico

Em geral, os responsáveis por esses materiais são os diretores das divisões correspondentes, sendo a divisão de comércio internacional e integração aquela com mais trabalhos sobre a China-América Latina. Um aspecto essencial é a CEPAL tratar a China como um parceiro comercial pelo qual seria possível aos

países da região alcançar o crescimento com equidade e progresso técnico. Disso dependeria, por sua vez, a configuração de relações econômicas que observem a diversificação das exportações dos países da região para a China. A cooperação seria o instrumento para que essas relações econômicas fossem, de fato, mutuamente benéficas:

Rebalancing the region's worrying export reprimarization calls for progress in productivity, innovation, infrastructure, logistics, and training and capacity-building. This is essential for achieving growth with equality, in a context of rapid technological change. Cooperation between CELAC and China could benefit this rethinking of industrial policy and lead to more processing of natural resources and better linkages with manufacturing and services. (Herreros, 2015: 6)

O primeiro documento da CEPAL sobre a China (Cong, 1994) não trata a China como potencial parceira comercial da região e sim dos efeitos da sua, naquele momento, proeminente abertura comercial. As transformações da economia chinesa desde as reformas econômicas de 1978 – o país asiático passou, na leitura de Cong (1994), de uma economia centralizada e planificada ao estilo soviético para uma economia, no início da década de 1990, que se modernizava por meio das reformas de abertura – são o ponto central deste documento. Interpretava-se a China como um país em desenvolvimento com altas taxas de crescimento econômico que insistia no socialismo, mesmo após o fim da URSS (Cong, 1994). A leitura deste autor das reformas introduzidas pelo Conselho de Estado chinês no início da década de 1990, no entanto, tende a colocar a abertura comercial – “el país incremento más todavía su apertura al mundo” (Idem, p.179) – como a explicação principal da transformação do panorama econômico chinês em termos de evolução de comércio exterior, de investimentos e de crescimento econômico¹⁵. Uma leitura, entende-se, aderente ao contexto teórico cepalino da época, de neoestruturalismo. Neste momento, China representava um concorrente comercial para a região.

A intensificação das trocas comerciais e dos fluxos de investimento) da região com o país asiático, desde meados da década de 2000, exigiu da CEPAL análises e recomendações a respeito. As informações no Quadro 3 indicam que

¹⁵ No entanto, como argumentam diversos autores, as taxas de crescimento anuais da economia chinesa em dois dígitos não são explicadas pela ação do mercado, mas por um planejamento estatal do investimento público, expresso em sucessivos planos quinquenais. A abertura comercial para a China foi tomada como uma oportunidade de superar as restrições externas a sua industrialização (Medeiros, 2013).

as relações América Latina e China, têm sido tratadas nos documentos da CEPAL em ‘comércio internacional’ e ‘relações da América Latina com Ásia e Pacífico’, bem como ‘política comercial e acordos regionais’. Termos (temática), que na tipologia teórico-cronológica de Bieslschowsky (2000), constavam como ‘condicionantes estruturais’ no âmbito da inserção internacional dos países latino-americanos, aparecem apenas uma vez. E são eles: crescimento econômico, heterogeneidade estrutural, mudança estrutural inovação, diversificação exportadora, emprego e competitividade.

Em linha com sua própria origem, as relações comerciais representam a temática mais tratada, pela CEPAL, no âmbito América Latina e Caribe com a China (Quadro 3). Nos seus estudos institucionais, essa temática é colocada em termos de ‘impacto da ascensão chinesa’ no comércio (pauta exportadora, sobretudo) da região (Gutiérrez, 2003; Perroti; 2015). CEPAL (2011), boletim específico para acompanhar a evolução das relações econômicas da região com a China – ao que consta, 2013 teria sido seu último ano de divulgação – atesta: “China se ha transformado en socio comercial clave para América Latina y el Caribe, sobre todo en lo relativo a las importaciones” (ídem, p. 15) e depois propõe, “China se ha convertido en plataforma de exportación de sus vecinos asiáticos a los países desarrollados”. América Latina y el Caribe debiera formar parte de esas cadenas de valor” (idem, p. 26). O arcabouço teórico de Gutiérrez (2003) e Perroti (2015) está associado às análises de equilíbrio geral em comércio internacional¹⁶. Isto é, o ‘novo regionalismo da CEPAL’, com a sua perspectiva multilateralista e de livre comércio, é o pano de fundo dessas análises. Por outro lado, após a crise financeira internacional de 2008, a CEPAL tem fomentado certa preocupação com a ‘reprimarização da pauta exportadora’ dos países da região. Em 2017, durante o I Foro Académico de Alto Nivel CELAC-China, Mario Cimoli, representante da diretoria executiva da CEPAL declarou: “El multilateralismo debe

¹⁶ Os modelos convencionais de comércio internacional, elaborados com base na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, tais como: Heckscher-Ohlin, Heckscher-Ohlin-Samuelson, modelos do tipo 2 fatores, 2 países e 2 produtos, em geral, além dos mais recentes ‘neofatoriais’ e ‘neotecnológicos’, sustentam-se metodologicamente na aplicação do princípio neoclássico da substituição, que é a essência do equilíbrio geral ou do funcionamento dos mercados. A escassez de fatores é a explicação dos preços relativos de equilíbrio, uma vez que seus preços refletem (relação inversa) maior ou menor intensidade de uso (demanda), isto é, os preços de equilíbrio cobrem os custos dos fatores na produção.

ser nuestro foco, es un modelo a seguir y el único medio para que todos los países puedan dialogar, tal como lo ha destacado China y su presidente” (CEPAL, 2017).

As relações comerciais tradicionalmente foram tratadas pela CEPAL ao lado da integração econômica regional. Velásquez e Dussels (2016) apontam que na década de 2010, a perspectiva cepalina sobre o comércio internacional se tornou avaliativa do processo até então construído, ou melhor, em documento de 2014, a instituição elencou fortalezas e debilidades no processo de integração regional. Dentre as fortalezas, está o aprofundamento da matéria tarifária, porém, entre as debilidades, dependência de matérias primas, reduzido avanço do âmbito regulatório, o que impediria avanços na integração produtiva regional. Nesse contexto, a China aparece como oportunidade de contrabalançar os aspectos excludentes da ‘globalização econômica’¹⁷. Cimoli (2016), em documento institucional, aponta as seguintes observações a serem observadas pelos países da região:

- (i) “La agricultura y la agroindustria son sectores promisorios para la diversificación de la canasta exportadora regional a China” em função da dependência do país asiático de alimentos e do saldo comercial agrícola da região ser superavitário com a China” (p.33);
- (ii) “Los países de la región que han suscrito tratados de libre comercio con China pueden ver facilitada la expansión de sus exportaciones agrícolas a ese país en los próximos años” (p.38);
- (iii) “Las tendencias en curso en Asia abren espacios interesantes para alianzas entre las empresas agroindustriales latinoamericanas y sus contrapartes chinas” (p.39);
- (iv) “El Foro de Ministros de Agricultura de China y América Latina y el Caribe, establecido en Beijing en junio de 2013, constituye una instancia propicia para explorar acciones orientadas a expandir el comercio entre ambas partes”; “La concentración de la IED china en los sectores minero y de hidrocarburos dio lugar a conflictos socioambientales en algunos países de la región” (p.39);

¹⁷ A respeito, o director geral do Instituto de estudos Latinoamericanos de la academia China de Ciencias Sociales (ILAS-CASS): “La globalización económica por una parte promueve el desarrollo y mejoras de productividad, pero también tiene aspectos negativos. Para superar esas dificultades, la cooperación China-América Latina puede tener aquí una actitud constructiva y así permitir que toda la potencialidad de nuestro desarrollo se libere” (CEPAL, 2017).

- (v) “El desafío de mejorar la sostenibilidad social y ambiental de la inversión china requiere acciones de todos los actores involucrados” (p.44);
- (vi) “El ingreso de IED china en el sector agrícola puede acentuarse en los próximos años, motivada por el interés en aprovechar las ventajas con que cuenta la región para garantizar el abastecimiento del propio mercado chino” (p.45);
- (vii) “Las reformas en curso en China pueden impulsar los flujos de inversión extranjera directa hacia América Latina y el Caribe en los próximos años” (p. 47) e
- (viii) “el pleno aprovechamiento de muchas de las oportunidades de negocios que surgirán en los próximos años en China requerirá una mayor presencia de inversiones de la región en ese país” (p. 47).

Em estudo de 2013, a CEPAL expôs sua preocupação (e planejamento) quanto ao peso do setor de recursos naturais na geração de riquezas dos países da região. O crescimento econômico da China, por conseguinte seu dinamismo importador de *commodities*, aparece em CEPAL (2013) como o mecanismo explicativo para uma dependência maior das exportações de recursos naturais.

Os textos mais recentes produzidos pela CEPAL sobre a China, no entanto, voltam-se para as relações de comércio e de investimento entre América Latina e Caribe e China. Sua atuação tem sido a de fomentar canais de diálogo e negociação comercial. Em um vídeo institucional, a CEPAL é apresentada como a eleita para ser o canal de interlocução oficial da América Latina com o governo chinês. A instituição parece estender a parceria comercial chinesa à parceira de desenvolvimento. O termo “associação” é frequente, inclusive. Ainda que muitos trabalhos discutam a assimetria das trocas comerciais com a China, as soluções apontadas quase sempre passam pela China.

As ‘relações comerciais de América Latina com Ásia e Pacífico’ são uma preocupação da CEPAL, entende-se, pela possível concorrência dos países da região com os demais países da Ásia e do Pacífico no mercado chinês. Países latino-americanos, como o Peru, estavam na “mesa de negociações” com vistas a assinar o Acordo Transpacífico (TPP), o qual, após a retirada dos EUA, experimentou descontinuidade, favorecendo, em um primeiro momento, as relações de comércio e de investimento com a China. A CEPAL, entendemos,



parece propor ações e fazer avaliações quanto a presença chinesa sem considerar os acordos regionais de integração existentes como fórum para discussão de políticas. A autonomia da região nas relações econômicas internacionais é cada vez mais a reboque da cooperação com a China.

Rosales (2013) em documento institucional da CEPAL no qual se apresentam as conclusões e deliberações da 7ª Reunião Empresarial China-América Latina e Caribe no pós-superciclo dos preços das *commodities*, aponta que a instituição tem se envolvido ativamente em ações para aprofundar e fortalecer as relações econômicas com Ásia e Pacífico, sobretudo China. Interessante destacar que os representantes de empresários participantes da 7ª Reunião – de países como Chile, México, Argentina, Equador – apontam fundamental estabelecer alianças com a China, em âmbito comercial, social e político. Foram elencados como fatores dificultadores do estabelecimento de uma agenda comum estratégica da região com China: problemas logísticos, países com baixa escala de produção para atender a demanda chinesa, adoção de medidas fitossanitárias que repelem comércio com China, dificuldades de atualização das informações comerciais do país asiático, problemas aduaneiros com a China, termos de troca favoráveis a produtos básicos dificultou diversificação exportadora, falta de políticas nacionais de tecnologia e inovação para aproveitar o mercado chinês, dentre outros fatores. Aproveitar o arcabouço da CEPAL para expandir o conhecimento e as informações sobre empresas chinesas, por outro lado, é uma forma essencial de se construir estratégias para as relações econômicas com a China.

As publicações voltadas para as relações América Latina com Ásia e Pacífico (Baumann, 2009; CEPAL, 2010; CEPAL, 2011; CEPAL, 2012; Rosales, 2013; Cimoli, 2016 – dentre outras) destacam as oportunidades que as relações de comércio e de investimento com a China podem representar à região. A publicação institucional de 2010 (CEPAL, 2010) aponta que, no contexto da crise financeira internacional, o país asiático sustentou as exportações de boa parte dos países da região, transformando China e Ásia-Pacífico em primeiros parceiros comerciais. Por exemplo, em 2009 as exportações da América Latina e Caribe para Ásia-Pacífico e China perfaziam, respectivamente, 15% e 7%, do total

exportado pela região. Neste documento, as estimativas da CEPAL eram de a China superar a União Europeia como destino das exportações, em 2014, passando a ser o segundo maior mercado das exportações de América Latina e Caribe. Para importações, esse cenário era projetado para ocorrer em 2015. Por outro lado, a CEPAL reconhece nesse documento que a intensidade do comércio com a China é diferenciada entre os países da região. Países da América Central, além do México e o Paraguai, na América do Sul, não tinham a China dentre seus principais mercados. O México, em 2009, por exemplo, exportou apenas 0,6% de suas exportações totais para China. Do lado das importações, Paraguai importava 27% da China, em seguida o Chile e Argentina com 11%, Brasil, México e Colômbia com 10%

Ainda que neste documento, a CEPAL manifeste preocupação com o padrão interindustrial de comércio da região com a China, as recomendações para se alterar este quadro são vagas em termos de mudança estrutural nas economias da região, e redundantes em propor a ampliação das relações comerciais com o país asiático, o que é denominado de “aliança estratégica com China”. Em realidade, a promoção desta aliança estratégica, de acordo com este documento da CEPAL de 2010, deveria ocorrer por meio de um “esfuerzo concertado de asociación regional”. Reconhece que os países isoladamente viam buscando estabelecer alianças com a China, deixando de lado as “instancias de integración regional” existentes.

No ano seguinte, CEPAL (2011), apresenta o documento acerca das relações América Latina e Caribe com China, destacando que a instituição busca, a partir da visita de Xi Jinping à região, contribuir para compreensão do significado do aprofundamento do vínculo comercial e de investimentos com a China. Permanece a premissa de o país asiático representar grandes oportunidades para a região, sobretudo, para as economias exportadoras de recursos naturais ao que se coloca “se enfrenta un favorable ciclo comercial que puede transcender varios períodos gubernamentales”. Daí decorre a recomendação da CEPAL de que os países deveriam aproveitar tais receitas de exportação para realizar os investimentos necessários em infraestrutura, inovação e recursos humanos – a promoção ou facilitação de maiores níveis de IED chinês

na região é mais uma recomendação (CEPAL, 2011). Desta forma, é que os níveis de produtividade e competitividade seriam aumentados.

No documento citado, a instituição aposta na existência de uma agenda de interesses mútuos entre América Latina e Caribe e China em função do número de visitas de chefes de Estado chineses aos países da região ter se mantido substancial desde 2001. A divulgação do “documento blanco” pelo governo chinês, em 2008, é outro argumento neste sentido. Neste aspecto, a CEPAL (2011) aponta que é a China quem tem tomado a iniciativa para dinamizar as relações com a região, e afirma que a região deve definir uma estratégia compartilhada de internacionalização para a China e Ásia-Pacífico se sustentando nos fóruns oficiais de negociação. Esta é uma recomendação que se aproxima em muito das proposições do regionalismo aberto da CEPAL de 1994, quando a formação de blocos econômicos era apontada como um instrumento de ampliação do ‘poder de barganha’ dos países em desenvolvimento nos fóruns mundiais de negociação comercial e de investimento.

No ano seguinte, em 2012, em uma publicação não específica sobre as relações da China com a região, CEPAL afirma que é essencial adotar políticas tecnológicas e industriais mais ativas para promover a mudança tecnológica e estrutural das economias da região, logo, da diversificação produtiva e exportadora. Enquanto China, possui uma estratégia clara para América Latina, a região não o tem para a China.

Em 2013, na série de documentos de comércio internacional, Rosales (2013) mantinha o contexto da China como impulsionadora do crescimento econômico dos países da região. Mais ainda, como o país que viria induzindo os vínculos entre as economias em desenvolvimento em um ciclo de crescimento, comércio, investimento e redução da pobreza. A redução do *gap* entre nível de renda das economias em desenvolvimento e as desenvolvidas é o grande aspecto a se comemorar, de acordo com esse documento. Ao mesmo tempo, ele reconhece o fim do “superciclo de altos preços das *commodities*”, mantendo a nova estratégia de desenvolvimento econômico da China como ainda sendo uma oportunidade para os países da região – “autoridades chinas apuntan a lograr unrebalanceo de su modelo de desarrollo, en que se da un mayor peso al

consumo de los hogares y uno relativamente menor a las exportaciones y a la inversión” (Idem, p. 6). Reitera-se que a CEPAL viria atuando em dimensões diferentes para fortalecer as relações econômicas da região com a China e sua participação em foros do tipo – Cumbre Empresarial China-América Latina y el Caribe; Foro de Intercambios entre think thanks China y América Latina etc – seria um dos argumentos recorrentemente usados para tal.

Rosales e Kuwayama (2007) partem da perspectiva de China e Índia como as economias cujos mercados deveriam ser aproveitados pelas economias da América Latina e Caribe. Os autores destacavam que o padrão de comércio dos países da região com China e Índia era interindustrial, com a exportação de produtos recursos naturais e de baixa e média intensidade tecnológica. Ásia-Pacífico seria colocada como uma espécie de satélite da China, que se tornou um dos destinos principais de exportação para aqueles países, as quais foram se transformando mais industrializadas. Os autores explicam a formação de cadeias globais de valor China-Ásia-Pacífico meramente pela busca das empresas de evitar os elevados salários dos países desenvolvidos. Em geral, os autores recomendam que as empresas da região se preparem para uma associação com as empresas asiáticas, com sua participação nas cadeias globais de valor.

É interessante a análise da integração produtiva entre os países da Ásia e Pacífico, presente nos documentos institucionais da CEPAL. Rosales e Kuwayama (2012) ressaltam que diferente da América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico experimentaram uma integração real explicada pela forte intensidade das correntes de comércio intraregionais. Essa intensidade, por sua vez, seria impulsionada pela complementaridade produtiva e de investimento dos setores de indústria de transformação entre os países. As facilidades para comércio e investimento – bem como a promoção de alianças público-privadas – são colocadas, pelos autores, como sendo a explicação da integração produtiva na Ásia-Pacífico, que não seria observada na América Latina e Caribe. O aspecto institucional dos acordos de integração, como a ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático –, de promover a liberalização do comércio e dos investimentos é outro fator de destaque. Pode-se entender esta como uma análise comercialista do ponto de vista da integração econômica. Medeiros (2008), por

outro lado, ressalta que a integração asiática não foi um processo espontâneo induzido somente por trocas comerciais, aspectos geopolíticos estratégicos motivaram decisões dos EUA que beneficiaram esse processo, além das rivalidades históricas com o Japão.

A coordenação entre os países asiáticos, sobretudo entre os países da ASEAN, ocorre não somente em termos de liberalização do comércio e facilitação do investimento privado, ela se dá por meio de acordos de compensação regional e de fortalecimento da integração produtiva. Mais recentemente, China tem se fortalecido na ASEAN com a iniciativa *Belt and Road* (BRI) – mesmo com críticas e ceticismo – na medida em que essa iniciativa representa financiamento de projetos de infraestrutura – via o envolvimento direto do governo chinês, iniciativas como fundo da Rota da Seda e o banco dos BRICs e o próprio Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia (AIIB) – e confere suporte às diretrizes estabelecidas em *Asean Community Vision 2025*¹⁸. Quer dizer, enquanto as diretrizes da CEPAL para acordos regionais e fortalecimento das relações latino-americanas e caribenhas com a Ásia e Pacífico não consideram fatores histórico-estruturais, o aprofundamento da integração asiática (ASEAN, notadamente) tem ocorrido em sentido oposto.

Até mesmo os discursos do presidente chinês Xi Jinping a respeito das relações econômicas da China com América Latina e Caribe – em reuniões da CELAC, o presidente mencionou que o país e a região se ligavam pela busca do mesmo sonho: o de rejuvenescimento ou de desenvolvimento e de crescimento – e os documentos específicos divulgados pelo governo chinês, assumem outra conotação. Da mesma forma, o ministro exterior chinês, Wang Yi, mencionou que Xi Jinping ligara o “sonho chinês” ao “sonho latino-americano”, bem como ao “sonho Ásia-Pacífico”. A retórica chinesa não deve encobrir os aspectos reais percebidos dessa relação. Vale destacar a análise de Svampa (2017:59):

En la actualidad, tanto la tesis del regionalismo desafiante como la de la cooperación Sur-Sur parecen ser más una suerte de *wishful thinking* que prácticas

¹⁸ Hendler e Nogueira (2016) observam que, nesta estratégia, o país asiático mantém ações específicas para fortalecer a sua posição no Sudeste Asiático – tais como assinatura, em 2005, do Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN e o Acordo de Livre Comércio com ASEAN (CAFTA), bem como assinatura de acordos com Laos e Vietnã quanto a contendas de fronteira –, engajou-se na criação, em 2005, do Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia (AIIB) voltado para financiar os investimentos em infraestrutura.

econômicas y comerciales realmente existentes de los diferentes gobiernos progresistas latinoamericanos. (...) firma de convenios o acuerdos unilaterales entre China y varios gobiernos latinoamericanos en los últimos años (muchos de los cuales comprometen a sus economías por décadas) están lejos de ser la excepción. Al contrario, constituyen una regla bastante generalizada en los últimos tiempos, lo cual, en lugar de afianzar la integración latinoamericana, no hace más que potenciar la competencia entre los países de la región como exportadores de *commodities*. En suma, pese a la apertura de un espacio regional latinoamericano, la competencia económica entre países y la confirmación de una relación comercial privilegiada con China, basada en la demanda de *commodities* y en la vertiginosa consolidación de un intercambio desigual, parecerían estar marcando la emergencia de nuevas relaciones de dependencia, cuyo contorno se estaría definiendo al calor de las negociaciones unilaterales que aquel país mantiene con cada uno de sus socios latinoamericanos.

Desde 2008, as empresas estatais chinesas – de setores base, como petróleo e mineração, por exemplo – fortaleceram sua marca no mercado internacional¹⁹. Ainda que parem posições dúbias sobre o que é a firma chinesa e o que é empresa multinacional chinesa, não há dissensos quanto ao apoio estatal chinês. E mesmo com o volume de IED de empresas chinesas em países da região, a CEPAL, desde a década de 1990, publicou apenas um trabalho tratando de estratégias empresariais. Há, vale ressaltar, uma preocupação com os efeitos desses volumes de IED em termos de benefícios ou não aos países. Os problemas que empresas chinesas de petróleo e de pesca enfrentaram no Peru, sobretudo na década de 1990, mostram que a intervenção estatal deve ser mais determinada e não cooperada. As empresas não seguiam regulamentação e legislação ambiental e trabalhista, não negociavam com os trabalhadores, bem como não promoviam quaisquer mecanismos que desencadeassem efeitos de ligação a partir da exploração dos recursos naturais. Sobre esses acontecimentos específicos, a CEPAL não apresentou proposições contundentes aos países nem mesmo recomendações ao governo chinês. Pode-se notar uma instituição negociadora de termos de comércio e de IDE mais do que promotora de ações para o desenvolvimento econômico.

(b) Aspectos estruturais – ponto crítico

¹⁹As empresas estatais chinesas investem em outros países desde a década de 1970, em países africanos, como Angola, por exemplo. Após a entrada do País na OMC, essas empresas evoluíram em seus mecanismos de internacionalização e de gestão.

O levantamento realizado das publicações da CEPAL, resumido no Quadro 2, permite apontar que elementos originários no pensamento cepalino, tais como heterogeneidade estrutural, diversificação exportadora e mudança estrutural – não são recorrentes nas publicações a respeito das relações China-América Latina. Ainda que observações críticas teóricas possam ser colocadas em relação ao estruturalismo cepalino²⁰, suas recomendações se desvelavam para orientar as políticas de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos em direção à mudança das condições estruturais das economias da região com diversificação produtiva e do comércio internacional, implicando em introdução de progresso técnico.

Pellandra (2017), na Série Comércio Internacional da CEPAL, analisa os efeitos da emergência da China importadora de recursos naturais e exportadora de produtos industriais sobre o Chile em uma discussão típica sobre ‘ganhadores e perdedores’, entre os países industrializados e em desenvolvimento, do ‘efeito China’. Dentre a literatura utilizada, a mais aderente ao objetivo da autora, está aquela voltada para estimar o efeito sobre os mercados locais de trabalho do efeito China. Nessa perspectiva, busca-se avaliar variações de emprego em setores industriais mais expostos à concorrência comercial, bem como de setores afetados pela liberalização tarifária (mais frequente na década de 1990). Ainda que a publicação de Pellandra (2017) se enquadre na área de heterogeneidade estrutural, emprego, inovação e diversidade exportadora – pilares do tradicional pensamento cepalino – a abordagem metodológica utilizada, mesmo que construída com significância e rigor, não se utiliza de quaisquer condicionantes histórico-estruturais. Melhor dizendo, as conclusões apontadas no trabalho apontam que as regiões chilenas especializadas em setores industriais passaram por reduções de níveis de emprego devido a maior competição com a China. Sua recomendação é de agregação de valor aos produtos exportados, bem como de diversificação exportadora. Em se tratando do único estudo (única publicação) voltada para discussão desses aspectos, as conclusões e a recomendação podem não suscitar renovação analítica do pensamento cepalino nem mesmo esclarecer os itens a se considerar para o ‘enfrentamento’ da competição com a China.

²⁰ Recomenda-se a leitura de Serrano; Medeiros (2004)

O debate sobre as cadeias globais de valor motivou estudos e tratativas em torno de políticas nacionais e regionais de inserção externa dos países latino-americanos²¹, entre meados da primeira e início da primeira década do século XXI. Na segunda seção deste artigo, apontou-se as engrenagens que China vem movimentando, por meio de programas como *Made in China 2025*, para se consolidar como portadora das marcas dentro dos elos de maior valor agregado. O comércio com a China e a recepção de IDE de empresas desse país estarão induzidos por esse princípio. Jenkins (2011) é responsável pela única publicação inserida na temática de cadeias globais de valor, conforme Quadro 2. Trata-se de um dos poucos artigos publicados no periódico mantido pela CEPAL (Quadro 1), o que se assumiu neste artigo como tendo maior independência das recomendações institucionais da CEPAL. Seu objetivo central é levantar os impactos, em termos de crescimento, do ‘efeito China’ sobre os preços dos 15 principais produtos básicos exportados pela América Latina, em um enquadramento na discussão de termos de troca. O contexto de melhoria dos preços básicos, vivenciado entre 2002 e 2008, em que os países da região se desenvolveram e expandiram suas importações da China, é o contexto em que se desenrola a problemática do estudo de Jenkins (2011). Estruturalmente, as receitas de exportação de produtos básicos – minerais e petróleo – teriam se situado entre US\$ 42 e US\$ 75 bilhões. Os efeitos indiretos do ‘efeito China’ não poderiam ser deixados à parte dessa análise dos impactos do crescimento da demanda chinesa pelos produtos básicos e o incremento da renda dos países seria um desses efeitos. Da mesma forma que as conclusões de Pellandra (2017), a análise se dá sobre ‘ganhadores e perdedores’ do comércio internacional, sob um entendimento do comércio na ótica do bem-estar social.

Considerações Finais

Neste estudo procuramos analisar o significado da intensificação das relações econômicas da região com a China a partir da visão da CEPAL. Trata-se de um fenômeno iniciado nos anos 2000 que efetivamente transformou o

²¹ A integração produtiva foi colocada como contexto, por exemplo, da condução da execução, bem como desenho, dos projetos de investimento em infraestrutura física regional, no âmbito da IIRSA-COSIPLAN.

panorama econômico na região. A estratégia chinesa *'going global'*, visando a internacionalização de suas maiores empresas estatais, levou a um considerável fluxo de investimento chinês em países latino-americanos. O aumento da demanda por *commodities* melhorou as relações de troca dos países da região. Isso tudo permitiu um período de forte queda da restrição externa, posição que se mostrou fundamental no enfrentamento da crise financeira de 2008. Entretanto, a piora no cenário internacional a partir de 2011 deixou claro que houve um retrocesso na estrutura produtiva, pois a região se tornou mais dependente dos seus recursos naturais, pauta exportadora pouco diversificada e bens de baixo valor agregado.

As várias publicações analisadas revelam que a instituição vem tratando a China como um parceiro comercial pelo qual seria possível aos países da região alcançar o crescimento com equidade e progresso técnico: o parceiro comercial chave. Realmente, o “impacto da ascensão chinesa” do comércio é o tema mais abordado. Por outro lado, nos últimos anos o problema da reprimarização da pauta exportadora da América Latina e as assimetrias do comércio também passaram a ser tratadas pela CEPAL, mas as soluções apontadas normalmente passam pela China, como mostram os textos mais recentes. Nesses, a CEPAL tem buscado fomentar canais de diálogo e negociação comercial com a China. Isso está em acordo com a visão otimista da instituição quanto às possibilidades de desenvolvimento que o estreitamento das relações econômicas com o país asiático pode trazer para região.

Referências Bibliográficas

BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio. “Introdução”. IN: BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio (Eds). *Neoestruturalismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. CEPAL-Santiago do Chile, 2015, pp. 19-32.

BEAULANDE, Guillaume. “Taiwan e China disputam a América Central”. *Le Monde Diplomatique*, n. 106, maio/2016. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/taiwan-e-china-disputam-a-america-central/>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CALDENTEY, Esteban Pérez. "Corrientes de pensamiento y contexto regional a inicios del siglo XXI". In: BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio (Eds). *Neoestruturalismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. CEPAL-Santiago do Chile, 2015, pp. 36-82.

CELAC. *Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China: Explorando espacios de cooperación em comercio e inversión*. CEPAL: Chile. 2015.

CEPAL. "Destacan oportunidades de cooperación entre China y América Latina y el Caribe durante foro académico en CEPAL" *Notícia*, 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/noticias/destacan-oportunidades-cooperacion-china-america-latina-caribe-durante-foro-academico-cepal>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

CEPAL. *La República Popular China y America Latina y el Caribe: diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2012.

CEPAL. "La República Popular China y America Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial". CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2011.

CEPAL. *La República Popular China y America Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica*. CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2010.

CEPAL. *Promoción del comercio y la inversión con China: desafíos y oportunidades en la experiencia de las cámaras empresariales latinoamericanas*. CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2013.

CIMOLI, Mario. *Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades y desafíos*. CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração, 2016.

CONG, Li. "Evolución y perspectivas de la reforma y la apertura en China". *Revista de la CEPAL*, n.53, pp. 177-183, 1994.

GUTIÉRREZ, Hernán. "Oportunidades y desafíos de los vínculos económicos de China y América Latina y el Caribe." CEPAL: Série Comércio Internacional, 2003.

GUZMAN, Daniela. "China's billions are powering Latin America's Tech Boom. Bloomberg", jan/2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-08/guess-who-s-behind-latin-america-s-tech-boom-china-of-course>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. "O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: arquipélago de economias de mercado? Ou palco da competição interestatal capitalista?" *Carta Internacional (USP)*, v. 11, pp. 199-221, 2016.

HIRATUKA, Célio. "Changes in the Chinese Development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America". *Revista de Economia Contemporânea* (UFRJ), v.22, n.1, pp.1-25. 2018.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. "Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil". *Revista de Economia Política*, v.37, pp.189-207. 2017.

HONGYING, Wu. "Uma nova era de amizade com a América Latina: visita de estado ao continente estreita relações bilaterais". *China Hoje*, ano 2, n. 11, pp. 252-257, 2017.

JENKINS, Rhys Owen. "El 'efecto China' en los precios de los productos básicos y en valor de las exportaciones de América Latina". *Revista da Cepal*, n. 103, p. 77-93, 2011.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe. R. "Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades". In: JAGUARIBE, Ana (Org.). *Direction of Chinese Global Investments: implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018, pp. 215-266.

LABRUNIE, Mateus Lino. Políticas Industriais na era da manufatura avançada: uma comparação internacional. Dissertação de mestrado: PPGE/UFRJ. 2018. 158 fls.

MAJEROWICZ, Esther; MEDEIROS; Carlos Aguiar de. "Chinese industrial policy in the geopolitics of the information age: the case of semiconductors". *Revista de Economia Contemporânea* (UFRJ), v. 22, n.1, pp. 1-28, 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. "Os dilemas da integração sul-americana. Os Dilemas da Integração Sul-Americana". *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, pp. 213-254, 2008.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. "Padrões de Investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa". In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008)*. Brasília: CGEE, 2013, pp. 435-491.

MOLTZ, James Clay. *Asia's Space Race: National motivations, regional rivalries and international risks*. Columbia University Press, 2011.

NATHANSON, Max. "How to respond to Chinese investment in Latin America". *Foreign Policy*, 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/11/28/how-to-respond-to-chinese-investment-in-latin-america/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

OCAMPO, José Antonio. "América Latina frente a la turbulencia económica mundial". In: BÁRCENA, Alicia; PRADO, Antonio (Org). *Neoestruturalismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. CEPAL-Santiago do Chile, 2015, pp. 83-100.

PELLANDRA, Andrea. *El impacto del comercio con China en los mercados laborales locales de Chile*. CEPAL: Série comercio Internacional. Santiago de Chile, 2017.

PERROTI, Daniel E. "La República Popular de China y América Latina: impacto del crecimiento económico chino en las exportaciones latinoamericanas". *Revista CEPAL*, n. 116, pp. p. 47-60, 2016.

PETERS, Enrique Dussels; VELÁSQUEZ, Samuel. *Monitor of China's OFDI in Mexico*. GEGI/Boston University, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. *América Latina y China e India: hacia una nueva alianza de comercio e inversión*. CEPAL: Série Comércio Internacional, 2007.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. *China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica*. CEPAL: Divisão de Comércio Internacional e Integração. 2012. 251p.

SIMÃO, Edna. Com US\$20 bi, Fundo Brasil-China já recebe projetos. *Valor Econômico*, junho/2017. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5017938/com-us-20-bi-fundo-brasil-china-ja-recebe-projetos>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

SVAMPA, Maristella. "Cuatro claves para leer América Latina". *Nueva Sociedad*, n.268, pp. 50-64, 2017.

VILA, Carmen Grau. "Entre China y Taiwán: el caso de Nicaragua y el Gran Canal Interoceánico". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.114, pp.207-231, 2016.

Considerações da Evolução do Tratamento das Relações China-América Latina nos Documentos da CEPAL

Resumo

Este artigo tem por objetivo geral compreender o tratamento da CEPAL à China como um dos principais parceiros comerciais das economias latino-americanas e caribenhas, bem como potência global com influência cada vez maior na região. Em 2008, a crise financeira internacional revelou alguns novos fatos. O de maior envergadura foi a entrada maciça de investimentos de empresas chinesas em países da região. Outro elemento foi o novo estágio do superciclo de preços das commodities, pelo qual, as economias ricas em recursos naturais experimentaram um relaxamento da restrição externa. Neste aspecto, os países da região encaminharam iniciativas de retomada de instrumentos e instituições de cooperação financeira regional, bem como reavivaram o 'velho desenvolvimentismo' na integração econômica. Espera-se esclarecer se a CEPAL vem tratando a China como um parceiro comercial pelo qual seria

possível aos países da região alcançar o crescimento com equidade e progresso técnico. Para o objetivo do artigo foram mapeadas as publicações da instituição desde 1994, quando foi publicado o primeiro documento a respeito da China. O procedimento metodológico adotado foi o documental para coleta dos dados, em que se coletou e analisou documentos institucionais da CEPAL para levantar suas informações e, dados os propósitos deste artigo, analisá-los.

Palavras-Chave: China; CEPAL; América Latina e Caribe; desenvolvimento econômico

Considerations on the Evolution of the Treatment of China-Latin America Relations in ECLAC Documents

Abstract

This paper has the general objective of understanding ECLAC's treatment of China as one of the main trading partners of the Latin American and Caribbean economies, as well as global power with increasing influence in the region. In 2008, the international financial crisis revealed some new facts. The main was the massive inflow of Chinese companies' investments into countries in the region. Another element was the new stage of the commodity price supercycle, whereby resource-rich economies experienced a relaxation of external constraint. In this regard, the countries of the region have initiated initiatives to retake instruments and institutions of regional financial cooperation, as well as revived the 'old developmentalism' in economic integration. It is hoped to clarify whether ECLAC has treated China as a trading partner by which it would be possible for the countries of the region to achieve growth with equity and technical progress. For the purpose of the article the publications of the institution have been mapped since 1994, when the first document on China was published. The methodological procedure adopted was the documentary for data collection, in which ECLAC institutional documents were collected and analyzed to gather their information and, for the purposes of this article, to analyze them.

Key-words: China; ECLAC; Latin America and the Caribbean; economic development

Consideraciones de la Evolución del Trato de las Relaciones China-América Latina en los Documentos de la CEPAL

Resumen

Em el presente artículo se analiza las acciones y directrices de política en el ámbito de la CEPAL a China como uno de los principales socios comerciales de las economías latinoamericanas y caribeñas, así como potencia global con influencia cada vez mayor en la región. En 2008, la crisis financiera internacional reveló algunos nuevos hechos. El de mayor envergadura fue la entrada masiva de inversiones de empresas chinas en países de la región. Otro elemento fue la nueva etapa del superciclo de precios de los commodities, por lo que las economías ricas en recursos naturales experimentaron una relajación de la restricción externa. En este aspecto, los países de la región encaminaron iniciativas de reanudación de instrumentos e instituciones de cooperación financiera regional, así como reavivaron el 'viejo' desarrollismo en la integración económica. Se espera aclarar si la CEPAL está tratando a China como un socio comercial por el que los países de la región podrían alcanzar el crecimiento con equidad y progreso técnico. Para el objetivo del artículo se asignaron las publicaciones de la institución desde 1994, cuando se publicó el primer documento sobre China. El procedimiento metodológico adoptado fue el documental para la recolección de los datos, en que se recogió y analizó documentos institucionales de la CEPAL para levantar sus informaciones y analizarlos de acuerdo con los propósitos de este artículo.

Key-Words: China; ECLAC; Latin America y Caribe; recursos naturales

ANEXO I

Tipo de documento	Título	Autor, Año	Área/Temas
-------------------	--------	------------	------------

Séries da CEPAL. Divisão de comércio internacional e integração	La irrupción de China y su impacto sobre la estructura productiva y comercial en América Latina y el Caribe	Lima, Elías, Pellandra 2017	Inserção na economia mundial Relações América Latina com Ásia e Pacífico Mudança Estrutural
Séries da CEPAL. Divisão de comércio internacional e integração	Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades y desafíos	Cimoli 2016	Comercio internacional Comercio sul-sul Cooperação internacional Política comercial e acordos comerciais Relações América Latina com Ásia e Pacífico
Publicações periódicas, revistas e boletins	La incursión de China en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) y sus efectos en el comercio intraindustrial	López, Óscar-Valez 2014	Política Comercial e Acordos Comerciais
Livros e documentos institucionais	América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica	Rosales 2015	Inserção na economia mundial Comercio internacional Relações

			América Latina com Ásia e Pacífico
Publicações periódicas, revistas e boletins	La República Popular de China y América Latina: impacto del crecimiento económico chino en las exportaciones latinoamericanas	Perroti 205	Crecimiento económico Comércio internacional
Documento de projetos, estudos e investigações.	China en transición a la sociedad del conocimiento: implicaciones para América Latina	Fernández (2014)	Educação
Livros da Cepal. Divisão de desenvolvimento produtivo e empresarial	China y América Latina y el Caribe: hacia una relación económica y comercial estratégica	Rosales, Kuwayama (2012)	Comercio de bens e serviços Comércio internacional Comércio sul-sul Investimento
Séries da CEPAL. Divisão de comércio internacional e integração	América Latina y China e India: hacia una nueva alianza de comercio e inversión	Rosales, Kuwayama (2007)	Política comercial e acordos comerciais Comércio internacional Política comercial e acordos comerciais
Publicações periódicas, revistas e boletins	El "efecto China" en los precios de los productos básicos y en el valor de las	Jenkins (2011)	Cadeias de Valor Comércio internacional

	exportaciones de América Latina		
Publicações periódicas, revistas e boletins	NAFTA's uninvited guest: China and the disintegration of North American Trade	Peters e Gallagher (2013)	Comércio Internacional
Livros e documentos institucionais	Urbanización y políticas de vivienda en China y América Latina y el Caribe: perspectivas y estudios de caso	Cepal, CAF, IIAS CASS (2014)	Habitação e serviços básicos Assentamentos humanos Gestão Pública Políticas e programas sociais
Livros e documentos institucionais	República Popular China: un desafío y una oportunidad para el sector agroalimentario de la República Argentina: herramientas para exportar	Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Cepal (s,d)	Comercio de bens e serviços Agricultura e desenvolvimento rural Política comercial e acordos comerciais Comércio internacional
Livros e documentos institucionais	La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica	Rosales (2010) Responsável – director da Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL	Relações comerciais de América Latina com Ásia e o Pacífico Comércio internacional Comércio de bens e serviços Investimento

			direto externo Integração e cooperação regional
Livros e documentos institucionais	Promoção do comércio y la inversión con China: desafíos y oportunidades en la experiencia de las cámaras empresariales latinoamericanas	Rosales (2013) Responsável – director da Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL	Relações comerciais de América Latina com Ásia e o Pacífico Comércio internacional
Livros e documentos institucionais	La República Popular China y América Latina y el Caribe: diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global	Rosales (2012) Responsável – director da Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL	Relações comerciais de América Latina com Ásia e o Pacífico Comércio internacional Cooperação internacional
Séries da CEPAL	El impacto del comercio con China en los mercados laborales locales de Chile	Pellandra (2017) Comércio Internacional	Emprego Inovação, competitividade, diversificação exportadora Heterogeneidade estrutural
Documentos de projetos, estudos e pesquisas	Oportunidades y retos económicos de China para México y Centroamérica	Dussels e Dong (2004) Unidade de desenvolvimento industrial da CEPAL no México	Comércio internacional
Livros e	Oportunidades en la	Cepal	Comércio de

Monografias	relación económica y comercial entre China y México	2007	bens e serviços Comércio internacional Cooperação internacional Estratégias empresariais Investimento direto externo Política comercial e acordos comerciais Política e desenvolvimento industrial Relações da América Latina com Ásia e Pacífico
Livros e monografias	Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce. Working document	Chen e Ludeña (2013) para o Fórum Econômico Mundial	Investimento direto externo
Publicações periódicas, revistas e boletins	Evolución y perspectivas de la reforma y la apertura en China	Cong (1994)	Governança mundial
Séries da CEPAL	Oportunidades y desafíos de los vínculos económicos de China y América Latina y el Caribe	Gutiérrez (2003) Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL	Comércio de bens e serviços Comércio internacional Investimento Política

			Comercial e Acordos comerciais
Livros e monografias	La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial	Rosales (2011) Director da divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL	Investimento direto externo Relações da América Latina com Ásia e o Pacífico
Séries da CEPAL	Estados Unidos y China: ciclos económicos y políticas en un capitalismo maduro y uno naciente	Ramos e Ryd (2005) Divisão de desenvolvimento Divisão de comércio internacional e desenvolvimento	Setor financeiro e monetário Assuntos fiscais Macroeconomia
Documentos de projetos, estudos e pesquisas	Política económica - comercio e inversiones - de Guatemala hacia la República Popular China: hacia una estrategia en el corto, mediano y largo plazo	Dussels (2014)	Investimento direto externo Comercio internacional Política comercial e acordos regionais
Documentos de projetos, estudos e pesquisas	Some Recent Features of Brazil-China Economic Relations	Baumann (2009)	Relações entre América Latina e Ásia e Pacífico

Acordos ou criação de instrumentos, fóruns de cooperação, discussão.

Tipo de acordo	Denominação	Objetivo	Promotores
Associação. Comitê.	Cumbre de Líderes de medios de comunicación	Promover trocas entre os meios de comunicação. Promover a cooperação de caráter inovadora. Apoiar-se em novas	Presidente Xi Jinping – Escritório da CEPAL Chile

		tecnologias e internet	
Fórum acadêmico	I Fórum Acadêmico de alto nível		CELAC - China
I Fórum Acadêmico de alto nível	I Fórum Acadêmico de alto nível	Trabalhar em cooperação para o avanço da revolução digital, economia verde e políticas sociais de combate à desigualdade	CELAC - China
I Fórum Acadêmico de alto nível Cuarto Forum de Think Tanks da América Latina y el Caribe y China	Plano de Cooperação CELAC-China 2019-2021	Construir um peso nas forças globais. Cooperação entre a região e a China para vencer juntos problemas julgados similares	CEPAL – China
Reunião 2017	Possibilidade de se criar reunião entre ministros da América Latina e ministro de comércio da China	Estreitar diálogo e pavimentar caminho para comércio entre a região e a China dentro dos objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento da ONU	Divisão da CEPAL da divisão de comércio internacional e integração e ministro do comércio da China
Conferência 2015	Perspectivas Económicas de América Latina 2016: hacia una nueva asociación con China	Discutir alternativas para a relação América Latina e China, em meio à desaceleração do crescimento econômico. Essas alternativas	OCDE, CAF, CEPAL

		contemplariam um crescimento mais inclusivo observando a diversificação produtiva, modernização e integração dos países da região	
Seminário 2013	Haciendo negocios con China: - experiencias de América Latina	Apresentar informações sobre essas economias e sobre a intensidade do comércio entre elas. Destaque para os <i>ativos</i> da região e o comércio desigual.	CEPAL
Vídeo Institucional	China y América Latina y el Caribe, comercio y cooperación en el siglo XXI	“La CEPAL recomienda definir una agenda regional”	CEPAL
Discurso Alicia Bárcena 2017	Fórum Econômico Mundial	América Latina e China devem cooperar em áreas chave para que potencializem seu desenvolvimento. Áreas chave seriam: infraestrutura, agricultura, energia.	CEPAL
Coluna de opinião de Alicia Bárcena 2012	Coluna de Opinião no sítio da CEPAL	Parte do esperado efeito transformador do anúncio da	CEPAL

		China com cinco propostas para alinhar sua existência com a da região.	
--	--	--	--



Você já foi a Portugal dos Pequenitos? Da fruição lúdico-educativa à reflexão (anti)colonial

Ana Clara Giannecchini¹

Bárbara Ramalho²

Lúcia Helena Alvarez Leite³

Você já foi a Portugal dos Pequenitos? Um encantamento nos olhos de quem pergunta sugere um lugar imperdível na cidade portuguesa de Coimbra. Às vezes, pode-se até perceber certo orgulho do lugar.

Fomos à Universidade de Coimbra complementar nossos estudos de doutorado e usufruir do ambiente de diversidade cultural e pensamento interdisciplinar proposto pelo Centro de Estudos Sociais, um espaço para se (re)pensar discursos dominantes e suas oposições. Somos mulheres brasileiras. Duas de nós são educadoras e, a outra, arquiteta atuante na área do patrimônio cultural e mãe. A educação das crianças e as marcas da colonização têm, portanto, centralidade em nosso cotidiano.

Desde os primeiros dias na cidade, em plenas férias de verão, muitas pessoas sugeriram uma visita ao Portugal dos Pequenitos, um lugar, em suas palavras, “divertido para levar as crianças e ir em família”. O Parque aparece na narrativa espontânea local equiparado ao Pátio das Escolas⁴ – o monumento por excelência de Coimbra, celebrado como Patrimônio Mundial pela Unesco – e, portanto, tão digno de visita quanto o centenário complexo universitário.

¹ Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Contato: anaclaragia@gmail.com.

² Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: bbbramalho@gmail.com.

³ Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: educação integral e integrada, educação indígena. Coordena o grupo de pesquisa e extensão - TEIA (Territórios, Educação Integral e Cidadania) da Faculdade de Educação da UFMG. Contato: lualvarezleite@gmail.com.

⁴ Para maiores informações, acessar: <http://visit.uc.pt/patio/>

A sugestão, entretanto, já de partida nos deixava com ‘dois pés atrás’: De um lado, o alerta de uma atividade do curso de verão ‘Epistemologias do Sul’, coordenado pelo mesmo Centro de Pesquisa a que estávamos vinculadas, sobre a complicada rede de narrativas coloniais ali expressas; de outro, a crítica já consagrada no campo do patrimônio sobre o fetichismo dos parques temáticos, dos falsos históricos⁵ e das cópias descontextualizadas⁶.

Foi com os olhos que temos: habitantes de uma ex-colônia, ao mesmo tempo turistas do século XXI, professoras e mãe, estudiosas daquilo que temos chamado de estudos anticoloniais⁷ que, munidas de uma câmera e buscando identificar evidências da narrativa colonial, em nosso terceiro mês na cidade, decidimos visitar o local. Ocasão em que fotografamos especialmente os monumentos dispostos no espaço e os totens que os identificavam.

Com o objetivo de compreender, do ponto de vista de três mulheres latino-americanas, a forma pela qual o processo de colonização é concebido e, conseqüentemente, materializado e difundido no Parque, este artigo, dada a natureza das discussões e a forma adotadas, assume características de um ensaio (Machado *et al.*, 2005). Nosso olhar se deterá especificamente sobre as galerias que se referem às ex-colônias portuguesas e, portanto, aos atuais territórios de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Macau, Moçambique, São

⁵ A formulação moderna do patrimônio surge, no século XVIII, exatamente da necessidade de distinguir passado e presente. A ideia do autêntico, ou do original, em relação aos testemunhos históricos culturais, perpassa os debates do século XIX e XX. Na década de 1960 o crítico de arte italiano Cesare Brandi usa o termo “falso histórico” em sua Teoria do Restauro como premissa ao sustentar que “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. Trata-se de compreender a restauração dos monumentos históricos, ou dos bens culturais, como ato crítico diferente das práticas de falsificação histórica. Supõe-se que bens culturais não devem ser reconstruídos como se originais fossem, porque desse modo perdem autenticidade, conceito central para a Teoria do Restauro. Essa ideia está claramente expressa na Carta de Veneza, de 1964, documento que se tornou basilar do campo do patrimônio, cuja denominação completa é Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, elaborada por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos do ICOMOS, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

⁶ A indissociabilidade entre o monumento e seu contexto de origem para a preservação do valor cultural também é central no campo do patrimônio. A Carta de Veneza (1964) sustenta que “O monumento é inseparável da História – da qual é testemunho – e também do meio em que está situado.”

⁷ Utilizaremos neste texto o termo anticolonial para nos referir a um conjunto de discussões realizadas por intelectuais vinculados às teorias pós-coloniais, decoloniais, aos Estudos Subalternos e às Epistemologias do Sul. O ponto de convergência entre tais campos será explicitado na terceira seção deste texto.

Tomé e Príncipe e Timor. Suportes que ocupam, concreta e simbolicamente, proeminência naquele espaço.

São as abordagens de Frantz Fanon, especialmente aquelas por ele realizadas em *Os condenados da terra* (1952), mas também suas reflexões em *Pele negra, máscaras brancas* (1968) que irão nos auxiliar nesta reflexão. Isto porque, ao se dedicar à análise do caso concreto de colonização de Martinica, o autor escancara as características violentas do processo colonial. Um pertinente contraponto, como o leitor poderá compreender ao longo do texto, à narrativa predominante em Portugal dos Pequenitos que, negando a centralidade da brutalidade engendrada no processo de colonização português, soma-se a versões *soft* (Silva, 2016) ou idealizadas do papel desempenhado por aquele país na história colonial (Santos, 2013; Martins, 2015). São, em nosso entendimento, quatro os aspectos constitutivos da narrativa colonial no parque, os quais assumiremos como seções neste texto: A benevolência do colonizador; O pacifismo do projeto colonial; A exaltação do colonizador; e O primitivismo do colonizado. Antes de nos dedicarmos a elas, apresentamos uma breve contextualização histórica sobre esta espécie de ‘parada obrigatória’ para os turistas, mas, sobretudo, para as crianças portuguesas.

O Parque Lúdico



Imagem 1: Fachada do Parque Temático Portugal dos Pequenitos na cidade de Coimbra, Portugal.
Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Há uma extensa literatura crítica produzida sobre Portugal dos Pequenitos centrada na sua criação enquanto obra glorificante do Estado Novo português (1933-1974), em especial na função que a arquitetura desempenha enquanto instrumento de mitificação da nação e de um modo de ser naquele país (Bandeirinha, 1996; Matos, 2010; Sebastião, 2013; Silva, 2016). Embora não seja este nosso tema, tais trabalhos nos ajudam a contextualizar o projeto em curso.

O pequeno parque localizado à margem esquerda do Rio Mondego foi inaugurado em 8 de junho de 1940 com a parte que hoje se denomina de ‘casas regionais’. A intenção do médico-cirurgião Bissaya Barreto (1886 – 1974)⁸ era então a de construir um jardim infantil, “A Aldeia do Ninho dos Pequenitos”, ao lado da Casa da Criança Rainha Santa Isabel, um dos infantários também por ele idealizado. Nos anos seguintes, o parque ganhou outras seções temáticas, tendo sido finalizado apenas em 1962.

No mesmo ano de inauguração do parque e, ainda que por força das circunstâncias, poucos dias depois, foi aberta em Lisboa a Exposição do Mundo Português⁹ em comemoração aos centenários da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640). A Exposição vinha sendo planejada e preparada muito antes que o projeto do parque coimbreense¹⁰ e pretendeu ser a principal vitrine da expressão da identidade do país, “encenando uma visão épica e glorificadora da História Nacional de que o presente – o do Estado Novo – pretendia ser uma refundação e um renascimento” (Silva, 2016, p. 85).

A literatura especializada aponta o Portugal dos Pequenitos como uma cópia regionalista e miniaturizada desse evento maior, destinada a “inculcar” nas crianças o espírito nacional (Silva, 2016). Na realidade, as comemorações do

⁸ Bissaya foi um professor influente da Universidade de Coimbra e político, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar (1889-1970). Interessou-se pela assistência pública e social, deixando uma obra ímpar que compreende hospitais, maternidade e casas de saúde, escola e instituto superior, hoje administrados pela fundação que leva seu nome (Silva, 2016, p. 85).

⁹ A Exposição do Mundo Português foi pensada como um paralelo das Exposições Universais, iniciadas em 1851 na Inglaterra. Esses eventos internacionais funcionavam como vitrines do avanço da indústria e das ciências, um ‘estado da arte’ da época. Negociantes e administradores de variados países prestigiavam as inovações expostas em busca de soluções e novos negócios. Com o tempo, especialmente após a primeira guerra mundial, esses eventos passaram a adquirir viés cultural. Assim, fica clara a tentativa da exposição portuguesa de coroar uma época como próspera no país, equiparável aos avanços internacionais civilizatórios de então.

¹⁰ Ver as informações recolhidas por Silva, 2016, p. 261.



duplo centenário, cujo evento maior foi a exposição lisboeta, compreenderam eventos regionais em outras cidades. A agenda de Coimbra, que incluiu parte do que hoje é o parque infantil, foi toda inaugurada no dia 8 de junho¹¹.

Bissaya convidou um dos arquitetos mais importantes do primeiro modernismo português, Cassiano Branco, para a empreitada. Segundo Silva (2016), Branco tinha uma postura pragmática e oscilou em sua carreira entre o protomoderno cosmopolita e o tradicionalismo historicista requerido pelas obras do Estado Novo. A relação do arquiteto com o regime é ambígua:

(...) Cassiano não figura só como irónico e vagamente resistente, mas desdobra-se na sua “ambivalência” que o leva a projectar durante quase 25 anos o “Portugal dos Pequenitos”, sem vislumbre de ironia, mas antes com evidente convicção e interesse. (Ibidem, p. 203)

A “Aldeia dos Ninhos dos Pequenitos”, construída entre 1938 e 1940, foi idealizada como um conjunto de pequenas construções representando as casas regionais portuguesas. A ideia era inspirada, de acordo com Silva (2016), nos manuais da casa portuguesa de Raul Lino, o principal arquiteto da Exposição do Mundo Português¹².

A partir de 1940, o Parque adota a solução arquitetônica tripartite da Exposição do Mundo Português cujos pilares de construção da identidade nacional eram a história (seção metropolitana), a cultura popular (aldeias) e o valor civilizacional do império (seção colonial). Para Cassiano, eram três as lições a aprender:

A primeira lição ou a “Aldeia do Ninho dos Pequenitos de Santa Clara” destinada às “classes infantis até aos 10 anos” reporta-se ao universo rural e às suas arquitecturas, “a segunda, mais desenvolvida de aspectos e documentação, compondose de oito pavilhões representativos de cada província portuguesa” corresponde à Secção Metropolitana onde está incluída a Casa de Coimbra “em cuja fachada se reconstituem com esmerado equilíbrio, trechos arquitectónicos dos monumentos de maior tradição histórica da cidade”. Por último, “a terceira lição, composta por pavilhões representativos de todas as nossas colónias e do Portugal Insular” corresponde à Secção Colonial ou Portugal de Além-Mar. (Branco, 1944(?) pp. 8, 10 *apud* Silva, 2016, p. 86)

O segundo conjunto a ser construído (1940 – 1942) foi denominado “Casa de Coimbra”, na Seção Metropolitana, e correspondeu a uma sobreposição de

¹¹ Ver Silva (2016).

¹² Lino era o grande entusiasta de uma modernidade inspirada na narrativa do tradicional modo de morar português, por sua vez baseado num ruralismo idealizado.



elementos arquitetônicos dos principais ícones dessa cidade. O restante desse segmento, constituído de oito pavilhões dos monumentos mais representativos das regiões do país, foi construído entre 1950 e 1962.

Entre 1942 e 1945 foi edificada, também inspirados na exposição lisboeta, a Seção Colonial, o “Império Português para os Pequenitos”. Nas palavras de seus idealizadores, tratava-se de uma representação ‘etnográfica’ e monumental dos países africanos de língua oficial portuguesa, além de Macau e Timor. Alguns anos depois foi a vez do atual pavilhão brasileiro (1951), assim como o mapa do império e a escultura do infante D. Henrique. Por fim, a ampliação do pavilhão indiano data de 1960 (Silva, 2016).

Nas seções equivalentes às duas primeiras ‘lições’ mencionadas por Cassiano Branco, representando o Portugal rural e urbano, já é possível perceber os artifícios arquitetônicos largamente utilizados para a criação da alegoria romantizada e afortunada da pátria. A seção coimbreense expõe a espécie de quebra-cabeça arquitetônico em miniatura que é o Parque, uma colagem de elementos descontextualizados¹³. Nada que impeça, no entanto, as placas informativas do recinto de sustentar a faceta “fidedigna” e “autêntica” da arquitetura ali representada.

Mas é para a ‘terceira lição a aprender’ que voltaremos, com maior força, as análises deste ensaio. O que se aprende sobre esse ‘império português’ e as ex-colônias? Como estão ali representados?

¹³ A chamada ‘Casa de Coimbra’ corresponde a uma construção que simula internamente o Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra, conformado por quatro fachadas internas, cada uma contendo partes de algum monumento da cidade: da Porta Férrea, Via Latina, Torre do Relógio, Porta da Capela de São Miguel e Porta da Biblioteca Joanina à Porta da Almedina, Igreja da Sé Velha e Museu Machado de Castro, tudo no mesmo pátio. Um verdadeiro e inusitado ‘jogo de montar’. Para acomodar monumentos de proporções e tamanhos tão diferentes em um espaço restrito foi naturalmente necessário alterar as proporções originais. Foram assim reduzidos números de janelas, degraus de escadas, alturas de portas com todo seu entablamento e ornamentação envolvente. Não é necessário muito esforço para se perceber que as ditas ‘cópias’ miniaturizadas dos monumentos nacionais são, na realidade, recriações livres ao gosto eclético. Na Seção Metropolitana, por sua vez, não há correspondência entre fachadas, volumes, espaços internos e externos. Plenamente descontextualizados, os referenciais aos monumentos portugueses são esvaziados em sua história. Tudo o que justifica a condição do patrimônio – a especificidade, a singularidade, o contexto, a situação – desaparece junto com o sentido denso das camadas do tempo. A história está pronta e achatada, banalizada, como adverte Choay, pelas formas mais “demagógicas, paternalistas e condescendentes de comunicação.” (Choay, 2010, p. 231).



Imagem 2: Planta geral do Portugal dos Pequenitos (desenho de Silva sobre original de Cassiano Branco, s/d e s/escala.)

Legenda (designação original/designação atual)

- 1 – Casa da criança.
- 2 – Aldeia do Ninho dos Pequenitos de Santa Clara / Casas Regionais.
- 3 – Casa de Coimbra / Coimbra.
- 4 – Seção Metropolitana / Portugal Monumental.
- 5 – Seção Colonial e Insular / Países de Expressão Portuguesa e Portugal Insular.
- 6 – Entrada.

Fonte: Silva, 2016, s.p.



Imagem 3: Aldeia do Ninho dos Pequenitos de Santa Clara

Fonte: Fundação Bissaya Barreto, 2008, s.p.

Imagem 4: Inauguração do Portugal dos Pequenitos

Fonte: Fundação Bissaya Barreto, 2008, s.p.



Imagens 5 a 7: Vistas do pátio interno da Casa de Coimbra

Fonte: Imagens elaboradas pelas autoras, 2018.



Imagem 8: Aldeia do Ninho dos Pequenitos de Santa Clara
Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.



Imagem 9. Vista da Seção Metropolitana.
Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

É importante ter em perspectiva que, no Estado Novo português, contexto de construção do parque temático aqui em análise, os efervescentes movimentos de luta por independência das então colônias daquele país em África foram violentamente combatidos e suplantados pelo discurso oficial, com vistas à construção do imaginário de uma nação “forte e grande” (Martins, 2013; 2015). Testemunham este intento a construção da ideia de que tais territórios se tratavam de províncias, e não colônias portuguesas; a difusão da noção de Portugal enquanto uma nação pluricontinental e multirracial; e, claro, a imagem das lutas por libertação travadas naqueles espaços enquanto pontuais movimentos terroristas. Portugal dos Pequenitos, conforme pretendemos demonstrar ao longo das análises, parece servir a este projeto com exemplaridade. Antes, entretanto, de nos determos ao desenvolvimento deste argumento, nos parece pertinente explicitar, rapidamente, as lentes a partir das quais observamos este cenário.

A Reflexão (anti)Colonial

A visita que realizamos ao Portugal dos Pequenitos e o olhar que lançamos sobre aquela realidade foram mediados por um conjunto de discussões que têm orientado as nossas reflexões e trabalhos acadêmicos e a que optamos por, em diálogo com o termo formulado no âmbito das lutas pela independência nos países africanos e que traz à memória aqueles que elaboraram explicações para o mundo a partir das lutas que enfrentaram, nominar ‘anticoloniais’.



Assim, em referência a esse contexto histórico, reunimos sob este termo as elaborações de quatro correntes de pensamento: pós-colonial, decolonial, os estudos subalternos e as Epistemologias do Sul¹⁴. Teorias que, embora apresentem especificidades entre si, são consensuais quanto à compreensão de que os processos de colonização não se restringiram a um pacífico e/ou consentido evento político e econômico datado na história.

A noção de colonialismo, elaborada neste campo, afasta qualquer possibilidade de interpretação naturalizada, acrítica ou superficial das relações coloniais, recontextualizando-as, tal como Aimé Césaire (1978, p. 67) quando diz: “então, pergunto: que fez a Europa burguesa se não isso? Ceifou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou a ‘raiz da diversidade’”. O conceito de colonialismo nos permite melhor compreender o modo de operação do projeto de dominação colonial e dos seus alcances em diálogo com a ideia de diferença colonial, que diz respeito à transformação das diversidades culturais em valores e hierarquias (Mignolo, 2000).

Sob a formulação e difusão da narrativa colonial – em cuja o europeu auto-referencia-se enquanto ‘síntese da Modernidade’ e, portanto, enquanto a sua superior condição de civilidade – se justificou o exercício das mais diversas sortes de relações de subalternização sob a promessa da elevação das ‘identidades inferiores’ à imagem e semelhança do colonizador.

Na contemporaneidade, ainda que superadas as condições geoeconômicas de colônia, as relações desiguais orientadas por critérios raciais e de gênero se dilataram no tempo e no espaço. É o que sintetiza o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano (2000), que nos instrumentaliza para a análise das manifestações coloniais no tempo presente. Ou seja, ao entendermos que se trata de um *modus operandi* que, embora reconfigurado, se fortaleceu e assumiu novas conformações ao longo da história, o evento da colonização torna-se um importante elemento a ser considerado na análise da realidade social.

A educação, por exemplo, conforme nos lembra Bell Hooks (2013), assumiu - e assume, segundo o argumento aqui desenvolvido - um papel central

¹⁴ Cf. Ballestrin (2013).

na produção e reprodução das relações de subalternização a que temos nos referido.

Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. Para fazê-lo aceitar os princípios da superioridade branca, destruir nossa confiança, reprimir nossa criatividade, perpetuar em nossa sociedade os privilégios e as diferenças de classe. Os senhores colonialistas perceberam bastante depressa que, se conseguissem que um povo subjugado pensasse como eles, esquecesse sua própria história e sua própria cultura, [...] então eles já teriam concluído o trabalho de nos manter sob dominação e exploração perpétuas (HOOKS, 2013, p. 161).

Compreensão que é reiterada ao voltarmos os nossos olhares para a realidade brasileira.

Em primeiro lugar, de uma perspectiva histórica, durante o século XVI, Igreja e Estado Nacional português se uniram em torno de um ambicioso projeto que possibilitava tanto a dominação territorial, quanto a imposição da fé católica, à época ameaçada pelo protestantismo. Nessa perspectiva, as práticas educativas protagonizadas predominantemente pelos jesuítas, mas também por outras ordens religiosas, no território que hoje denominamos Brasil, pretendiam assegurar o pleno atendimento dessas duas expectativas (Veiga, 2007). Havendo, assim, um vínculo embrionário entre colonizador e a atividade educativa.

Por outro lado, tendo aderido ao violento método do colonizador, qual seja o reconhecimento subalterno dos sujeitos individuais e/ou coletivos, ainda nos dias de hoje, a educação hegemônica não se orienta para a transformação das relações coloniais, que inferioriza e exclui os sujeitos racializados, as mulheres ou os demais cidadãos considerados desviantes aos padrões hegemônicos de gênero. Ao contrário, associando-se ao discurso universalista da Modernidade/Colonial¹⁵ as práticas educativas dominantes se sustentam no discurso do esvaziamento ou de menor valor de determinadas identidades e de culturas e, assim, pela narrativa do *vir a ser* ou, em outras palavras, pela promessa do desenvolvimento.

Faz-se necessário não perder de vista, entretanto, que a educação não se

¹⁵ No âmbito do coletivo modernidade/colonialidade, a Modernidade é denunciada pelo como “‘lado oscuro’ o ‘irracionalidad inmanente’: el efecto de la ‘violencia sacrificial’ y la ‘falacia eurocêntrica’ del ‘mito de la modernidade’” (DUSSEL, 2007, p. 30).

constitui, de maneira determinista, na corporificação unívoca do Estado colonial e colonizador. Ao contrário, havemos de pontuar seu potencial privilegiado de questionamento do *status quo* e, assim, de anúncio e legitimação de formas de organizações sociais, identidades e conhecimentos ‘Outros’, contra-hegemônicos. O que, aliás, justificaria a constante vigilância conservadora a que é submetida

Em consonância a Carlos Rodrigues Brandão (1980), compreendemos que a atividade educação não se restringe aos contextos escolares, mas, ao contrário, se faz presente em diversas dimensões da vida e do espaço público. Diante disso, as reflexões relativas à colonialidade da educação podem ser direcionadas para a análise de instituições escolares, mas também a outros espaços de ensino e aprendizagem, entre os quais encontra-se o parque temático Portugal dos Pequenitos que, inclusive, reivindica para si uma função pedagógica, conforme consta em seu sítio na internet: “Retrato vivo da portugalidade e da presença portuguesa no mundo, o Portugal dos Pequenitos é ainda hoje um referencial histórico e pedagógico de muitas gerações.”

Considerando-se o amplo acesso de crianças – seu público alvo, tal qual sugere o próprio nome do espaço – educadores e também de turistas, passamos, então, a refletir sobre o modo em que o projeto colonial português é ali apresentado no que diz respeito às associações políticas e epistêmicas. Em outras palavras, buscamos demonstrar o modo como o projeto colonial é, pedagogicamente, apresentado aos visitantes de Portugal dos Pequenitos e, assim, as expressões da sua face colonizadora deste parque.

A Benevolência do Colonizador

A relação entre o projeto colonial europeu e a formulação e difusão do projeto de Modernidade é tema comum entre os autores anticoloniais. Na verdade, no centro destas teorizações, conforme demonstramos anteriormente, está a percepção de que foi a habilidade etnocêntrica europeia – associada ao poderio bélico e a um projeto de sociedade – e, assim, a construção de uma relação de subalternização com outros povos, atribuindo a eles uma condição de primitivismo, que permitiu a este continente se constituir enquanto o oposto de seus colonizados e, portanto, ‘síntese’ da condição a que todo globo terrestre

deveria *vir a ser*. Concepção desconstruída por Frantz Fanon (1952) em *Os condenados da terra*.

Quando refletimos nos esforços empregados para provocar a alienação cultural tão característica da época colonial, compreendemos que nada foi feito ao acaso e que o resultado global pretendido pelo domínio colonial era convencer indígenas de que o colonialismo devia arrancá-los das trevas. (FANON, 1952, p.175)

Compõe ainda esta narrativa hegemônica a ideia de que, dada a sua condição hierarquicamente superior, pretensamente benevolentemente, caberia à Europa assumir para si a 'ádua tarefa salvacionista' de condução dos sujeitos individuais e coletivos à modernidade. Um ideal também brilhantemente caracterizado pelo autor, agora em *Pele negra, máscaras brancas* (1968):

No plano do inconsciente, o colonialismo não pretendia ser visto pelo indígena como uma mãe doce e bondosa que protege o filho contra um ambiente hostil, mas sob a forma de uma mãe que a todo momento impede um filho fundamentalmente perverso de se suicidar, de dar livre curso a seus instintos maléficos. A mãe colonial defende o filho contra ele mesmo, contra seu ego, contra sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica (Fanon, 1952, p.176).

Entre outros aspectos, nestas duas obras Fanon expõe o auto-centramento europeu ou, mais especificamente, o eurocentrismo subjacente à narrativa da Modernidade, questionando, assim, a sua naturalização e o próprio ideal salvacionista no qual se assentou.

A visita ao Parque Temático Portugal dos Pequenitos nos levou a concluir que, ainda que estejamos em 2018, e, portanto, há quase cinco décadas da conquista da libertação da última colônia portuguesa, o discurso de superação da condição rudimentar e, conseqüentemente de alcance da Modernidade pelas mãos do colonizador não foi superado, tal qual sugere o texto presente no totem apresentação do Parque:

Os Portugueses foram, entre os europeus, os pioneiros dos descobrimentos geográficos e da abertura do mundo desbloqueando a comunicação entre as civilizações da terra e permitindo o contacto das culturas, nos cinco continentes. Desta grande aventura nasceu o mundo Moderno. (Transcrição do texto gravado em totem de apresentação do Parque Temático Portugal dos Pequenitos, setembro de 2018.)

Narrativa que é reiterada nas placas de identificação de algumas ex-colônias, como são os casos de Moçambique e São Tomé e Príncipe.



Depois disso, as naus portuguesas da carreira da Índia, fizeram de Moçambique e dos portos daquela costa seus ancoradouros costumados onde tratavam com os indígenas, abrindo-lhes o caminho da civilização. (Transcrição do texto gravado no totem de apresentação da galeria Moçambique, setembro de 2018.)

Os portugueses colonizaram-nas [As ilhas de São Tomé e Príncipe] de tal modo que hoje vem de lá ótimo café e o cacau mais apreciado do mundo inteiro. (Transcrição do texto gravado no totem de apresentação da galeria São Tomé e Príncipe, setembro de 2018.)

É, portanto, em nosso entendimento, como a ‘tal mãe’ quase onisciente, diretiva, e, sobretudo, bondosa a que se refere Fanon, que o então Império português e, conseqüentemente, seu projeto colonial, é apresentado aos visitantes do Parque.

Embora de maneira mais sutil e travestido de ludicidade, não poderíamos deixar de destacar aqui também que a própria estética das placas informativas espalhadas pelo Parque contribui para reforçar a narrativa benevolente acerca do projeto colonial e de seus executores. Com inscrições em fonte serifada e baixo relevo em pedra, remetendo a um passado ‘encantado’ no qual a imprensa ainda era rudimentar, a estética conduz o visitante ao ‘faz de conta’ no qual a figura do herói, tipificado por Portugal, é subjacente.



Imagem 10: Totem “Os Portugueses...”

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.



Imagem 11: Totem “República Popular de Moçambique”

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.



Imagem 12: Totem “República Democrática de São Tomé e Príncipe

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

O Pacifismo do Projeto Colonial

Outra narrativa relativa ao projeto colonial português identificada em Portugal dos Pequenitos – e que, entendemos, está intrinsecamente relacionada à primeira – é o pacifismo. Recurso no mínimo curioso considerando-se que, como já pontuado neste texto, a violência é a dimensão preponderante do projeto colonial. Seriam muitas as possibilidades de excertos das obras de Fanon para explicitar esta intrínseca relação. O que se segue, contudo, dada a precisão, nos parece suficiente: “O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto (...)” (Fanon, 1968, p.46).

A violência enquanto elemento constitutivo do projeto colonial é violentamente silenciada nas narrativas presentes em Portugal dos Pequenitos. Ao contrário disto, o discurso ali difundido, dado o pacifismo implícito, aproxima a colonização de uma espécie de acordo entre pares igualmente posicionados no cenário social, tal qual exemplifica a descrição do início do ação colonizatória em Moçambique.

Foi o célebre Vasco da Gama o primeiro navegador português que chegou a Moçambique. Durante a sua fantástica aventura em busca da Índia. Depois de passar o Cabo da Boa Esperança demorou-se em vários portos da costa oriental africana e encontrou na bela ilha de Moçambique o apoio de que necessitava . (Transcrição do texto gravado no totem de apresentação da galeria Moçambique, setembro de 2018.)

Essa tônica de amistosidade se repete, entre outros, nos relatos de chegada do colonizador em Macau e Angola.

No território de Macau foi estabelecido o comércio e o governo português, sempre de forma pacífica e aceite pelos chineses, que inicialmente ofereceram a cidade aos portugueses e sempre nela viram uma porta de comunicação com o mundo. (Transcrição do texto gravado no totem de apresentação da galeria Macau, setembro de 2018.)

Os primeiros contatos dos portugueses com Angola datam de 1482 quando o navegador Diogo Cão estabeleceu relações amistosas com as civilizações africanas ao sul do Equador. (...). (Transcrição do texto gravado no totem de apresentação da galeria Angola, setembro de 2018.)

Nestes dois casos observa-se, inclusive, a estratégia de se narrar a colonização dos povos a partir do consentimento de seus líderes, sugestivamente,

assim, uma atitude anuente e, como consequência disso, o compartilhamento das responsabilidades entre o Império e as Colônias.

São, portanto, pelo menos, duas as funções assumidas pelo ocultamento da violência dos projetos coloniais nas narrativas de Portugal dos Pequenitos. Em primeiro lugar, a ausência desta dimensão possibilita a construção da ideia-imagem dos povos originais enquanto passivos, coniventes e até mesmo desejosos, em nome do desenvolvimento Moderno, da colonização. Simultaneamente, resguarda Portugal da imagem de amplo beneficiário da exploração colonial.

A Exaltação de Portugal

Portugal dos Pequenitos é uma ode a Portugal. Considerando-se o contexto de sua construção em plena ditadura Salazarista, que coerentemente aos regimes totalitários assentou-se no fortalecimento do nacionalismo (Bandeirinha, 1996; Silva, 2016), as narrativas coloniais presentes no Parque pretendem exaltar os ‘grandes’ e ‘inusitados’ feitos do país. Perspectiva cuja descrição do monumento central do Parque sintetiza:

A partir do Atlântico se criou aquilo que viria a ser o ocidente e o mundo moderno. Depois dos grandes descobrimentos dos séculos XV e XVI devidos ao longo esforço dos portugueses e, mais tarde, de outros povos. A procura do conhecimento geográfico e científico vem da noite dos tempos e continua hoje na epopeia da celebração do espaço. Mas ficará para sempre gravado o caráter ímpar do grande contributo prestado pelas viagens dos descobrimentos portugueses. (Transcrição do texto presente no totem de apresentação do mapa das colônias portuguesas acompanhado de D. Henrique, setembro de 2018.)

Existe, portanto, naquele espaço a intencionalidade não apenas de se narrar os excepcionais feitos portugueses, mas de posicioná-los em uma escala mundial, conforme é reiterado na narrativa a respeito da ‘conquista’ da rota marítima para as Índias, à época também ambicionada pela Espanha.

Com a viagem de Vasco da Gama os portugueses conseguiram em 1498 realizar o objetivo que era ambicionado pelos europeus do tempo em que Cristóvão Colombo, sem êxito tentara: o descobrimento de uma rota marítima para a Índia. Depois disto todos os anos partiram de Lisboa as armadas regulares da carreira da Índia e os portugueses conseguiram estabelecer-se no Oriente. (Transcrição do texto presente no totem de apresentação da galeria Índia, setembro de 2018.)

Ademais, há a explícita intenção, conforme inscrito no totem de apresentação do Parque, de que a narrativa de um Portugal 'bevolente, pacifista e grande' presente em Portugal dos Pequenitos seja tomada por seus visitantes enquanto correspondente à realidade:

O Portugal dos Pequenitos reflecte, de forma fidedigna e numa escala reduzida, uma vasta gama de elementos sobre a Arquitetura e a História de Portugal. (Transcrição do texto gravado em totem de apresentação do Parque Temático Portugal dos Pequenitos, setembro de 2018.)

No entanto, ao contrário do que se propõe, Portugal dos Pequenitos é um espaço de difusão da versão hegemônica - pronunciada pelo colonizador - da história das navegações, a qual suprime os conflitos e as resistências em detrimento da afirmação da supremacia do então Império, o que guarda correspondência com a distorção analítica denunciada por Fanon (1952, p.38):

O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente a história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. (p.38)

O Primitivismo do Colonizado

Vimos que, nos Pequenitos, o mito da colonização é narrado totem-a-totem no percurso de visitaçao do Parque. O colonizador é aquele que, "em sua sabedoria e benevolência, oferece, pacificamente, as docilidades da civilização Moderna aos povos originários". Os colonizados, por outro lado, como veremos na sequência, são representados naquele espaço enquanto primitivos.

Como já mencionado, o mapa do mundo português em 1951, uma celebração ao expansionismo ("E se mais mundo houvera lá chegara"), ocupa uma centralidade espacial no Parque, constituindo-se como sua porta de entrada. Ao redor dele, como uma moldura, estão os pavilhões das então colônias, do Brasil e dos territórios de Portugal insular – Ilhas dos Açores e da Madeira. Essas construções são quase sempre de planta retangular com pórtico frontal, em alusão aos templos da antiguidade clássica, inspiração frequente dos pavilhões das Exposições Universais dos séculos XIX e XX, ao mesmo tempo cobertos por

estruturas que lembram telhados de madeira ou de fibras naturais vernaculares e decoradas por motivos fantasiosos da fauna e da flora. Esse folclorismo é acentuado no interior dos pavilhões, onde são expostos objetos das supostas culturas materiais locais e que, vale dizer, são legitimados pela ideia de ‘trabalho etnográfico’. São nessas vitrines monumentais que as identidades de cada localidade são dissolvidas, reduzidas à condição de exemplares exóticos da empreitada colonial portuguesa: ali, tudo é mais ou menos primitivo, mais ou menos parecido.

Não por acaso, o exemplar da primeira ex-colônia, o Brasil, é diferenciado, representando em branco, com traços modernizantes. Uma inspiração protomoderna de volumetria simples mas que ainda mantém simetria e centralidade na composição como os anteriores, e pilares de capiteis que simulam palmeiras. Uma mistura de formas simplificadas, monumentalidade e representação do tropicalismo brasileiro. Sobre essa representação de uma nova nação moderna e tropical, a ideia forte a passar aos pequenitos (estampada na fachada) não é nova: “Portugal e o Brasil são Pátrias irmãs”. Temos uma irmandade pacífica entre colonizado e colonizador, que se reflete na representação do país tropical como um protótipo inferior da modernidade do país frio.

Em posição privilegiada, na convergência de ângulos de visão centrais, destacam-se os pavilhões de São Tomé e Príncipe, Timor, Cabo Verde e Guiné Bissau. O colorido da arquitetura contrasta com as demais áreas do Parque, brancas e sóbrias. Não é de se surpreender que o porticado do pavilhão de São Tomé e Príncipe tenha fortes semelhanças com aquele produzido para o Brasil na Exposição do Mundo Português de Lisboa, já que, na realidade, pouco importam as singularidades culturais de cada local.



Imagem 13: Pavilhão do Brasil

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Imagem 14: Pavilhão de São Tomé e Príncipe

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Imagem 15: Pavilhão do Timor

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.



Imagem 16: Pavilhão de Guiné Bissau

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Imagem 17: Bustos negros com pavilhão de Angola ao lado

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Imagem 18: Pavilhão da Índia

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, 2018.

Outros elementos decorativos foram trazidos, inclusive, diretamente da Exposição do Mundo Português para os Pequenitos, como os grotescos e desumanizados bustos negros dispostos ao lado do sítio angolano¹⁶. Há, portanto, no Parque a estratégia de esvaziamento cultural dos povos originários por meio do recurso ao primitivo e à irracionalidade, mas também à desumanização dos sujeitos. Uma clara tática colonial, tal qual sugere Fanon (1958, p.31).

Por vêzes êste maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos répteis do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário.

O europeu raramente acerta nos têrmos "figurados", mas o colonizado, que apreende o projeto do colono, o processo preciso que se instaura, sabe imediatamente o que o outro pensa. Essa demografia galopante, essas massas históricas, êsses rostos de onde fugiu qualquer traço de humanidade, êsses corpos obesos que não se assemelham mais a nada, esta corte sem cabeça nem cauda,

¹⁶ Como dito anteriormente, a Exposição do Mundo Português visava ser a expressão de um passado mítico que justificava o presente, promovendo a legitimação política e ideológica da história de Portugal. A arte esteve a serviço desse projeto, de forma que as representações românticas do país, da situação de suas colônias e ex-colônias sombreavam situações de pobreza, carência e violência. Como miniatura desse evento maior, Portugal dos Pequenitos traduzia às crianças esse universo, muitas vezes fazendo uso de peças decorativas herdadas do evento lisboeta.

essas crianças que dão a impressão de não pertencerem a ninguém, essa preguiça estendida ao sol, êsse: ritmo vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial.

Há ainda no espaço um exotismo inscrito nos pavilhões da Índia e do Macau e que é representado por uma maior fusão da influência portuguesa às arquiteturas tradicionais. No caso de Macau, particularmente no telhado; no caso da Índia, na reprodução de um símbolo desse processo, a torre do templo hindu de Shri Shantadurga, em Goa. Os pavilhões de Angola e Moçambique, por sua vez, fazem referência direta à ação colonizadora com construções inspiradas na arquitetura militar portuguesa, os fortes de pedra e cal.

Considerações

É preciso lembrar que, apesar do recurso fantasioso, exagerado e estereotipado da história e da cultura material, o desejo de fidelidade na representação do Parque é insuflado por meio do turismo modelo 'Disneylândia'.

O local que é intensamente visitado, é muito positivamente avaliado pela metade dos visitantes registrados no popular sítio da web *TripAdvisor*¹⁷. Apenas 5% dos registros no sítio dão conta de que alguns visitantes não chegam a se animar com a proposta, seja pelo valor cobrado¹⁸, pelo estado de conservação do espaço, pelo pequeno número de atrações ou, até mesmo, pelos traços de colonialidade perturbadores presentes no espaço¹⁹. Dos 1.059 comentários adicionados espontaneamente, apenas quatro os reconhecem ali:

Mostram Portugal como se fosse um país libertador que levou a civilização aos outros povos. (Vinicius)

Visão deturpada de um Portugal colonialista. (Paulo)

Preconceituoso. (Júlia)

Uma visão colonialista do mundo - não gostei da visita, mesmo para as crianças é uma visão folclórica das antigas colônias portuguesas que de certa forma deturpa a história de luta desses espaços colonizados, sendo uma visão da metrópole extremamente culturalista, além do valor (sic) está aquém do que poderia ser oferecido. (Anderson)

¹⁷ De acordo com Silva (2016, p. 89), somam-se 400 mil visitantes anuais. O registro de 50% dos visitantes no referido sítio qualifica o Parque como "excelente" ou "muito bom". TRIPADVISOR Portugal. Portugal dos Pequenitos. Disponível em <www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g189143-d456688-Reviews-Portugal_dos_Pequenitos-Coimbra_Coimbra_District_Central_Portugal.html> Acesso em 17out. 2018.

¹⁸ O atual valor do ingresso para adultos, sem descontos, é de 9,95 euros.

¹⁹ Idem.

Não poderia imaginar Cassiano Branco que seu jardim estava destinado a permanecer no tempo e adquirir estatuto de “imperdível”, na linguagem turística coloquial portuguesa, continuando a obra pedagógica na contemporaneidade sem necessidade de atualização. Afinal, “é ainda hoje um referencial histórico e pedagógico de muitas gerações”²⁰, conforme referido na introdução deste texto.

Até mesmo enquanto documento salazarista, Portugal dos Pequenitos é reduzido em sua história, aderido que está à era do consumo cultural. Enquanto parque de historicidade própria, que possivelmente se quer preservar, o local por si só exigiria o mesmo tratamento que se tem dado aos monumentos dessa natureza. Seria preciso deslocá-lo de seu presente contínuo e conferir-lhe situação histórica específica. Isso implicaria uma completa revisão museográfica, com atualização das placas informativas, situando cada texto em seu contexto.

No parque temático, um contexto de aprendizagem externo à escola (Brandão, 1980), identificamos, portanto, uma narrativa eurocêntrica – ou, neste caso, mais especificamente, ‘portugalocêntrica’ – do projeto colonial. Perspectiva que não é claramente anunciada a seus visitantes. Ao contrário, pais e filhos, educadores, turistas, ao entrarem no local, são ‘pegos desarmados’. Circulam nos espaços pacificados pelo turismo consumindo as narrativas de um passado-fetichismo enquanto crianças se perdem em labirintos monumentais sem entender nada dessa história. Um cenário para uma lenda de vitórias onde não há espaço para a realidade conflituosa e violenta do projeto colonial. Um lugar, portanto, de (re)produção da “memória abissal” a que se refere Santos (2003):

Se, como tenho defendido, a modernidade ocidental é um paradigma fundado na tensão entre regulação e emancipação (Santos, 2000), haverá que reconhecer que esta dicotomia se aplica fundamentalmente às sociedades metropolitanas. Porém, nas sociedades coloniais predominou a dicotomia apropriação/violência, expressão do conflito entre os colonizadores e colonizados. No entanto a força atuante desta tensão pôde permanecer invisibilizada para os contextos europeus, exatamente por ter lugar do outro lado da linha, num espaço invisível, feito inexistente e, por isso, incapaz de comprometer as alegações ocidentais sobre a universalidade da dicotomia regulação/emancipação. A zona colonial emerge como o território social da modernidade sumamente criado e mantido por uma ordem violenta, mas, ao mesmo tempo, suficientemente demarcado pelas linhas abissais para que a violência estrutural fosse estruturalmente invisível no Norte. (BOAVENTURA, 2014, p.10)

²⁰ FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO. Histórico. Disponível em <www.portugaldospequenitos.pt> Acesso em 18 out. 2018.

Assim, concluindo haver nas narrativas de Portugal dos Pequenitos a dissolução de identidades e conhecimentos “Outros” e consequente imposição da episteme e subjetividade europeia, contribuído, assim, para a permanência do *status quo* – ou nos termos de Wallerstein (1974), do sistema-mundo – nos parece adequado afirmar que identificamos o exercício de uma educação colonial em Portugal dos Pequenitos. Embora apreender os efeitos produzidos por esta narrativa não tenha se constituído o nosso objetivo neste texto, as avaliações dos turistas a que fizemos menção anteriormente, e, sobretudo, o breve acesso que tivemos ao projeto educativo *As cores da minha terra*²¹ desenvolvido junto a crianças e exposto no Parque suscita importantes trilhas de interpretação quanto a este aspecto:

1. O que você acha do projeto ‘as cores da minha terra’?

R: Acho que ajuda a dar a conhecer a nossa população às outras pessoas que nela não habitam e que ajudam a reconhecer o esplendor que temos. (Material exposição “As cores da minha terra” – Estudante do segundo ciclo do Ensino Básico).

O encantamento por um “Portugal forte, pacífico e benevolente” parece ser o óbvio ou, pelo menos, o mais provável efeito produzido pelo Parque junto aos seus visitantes. O acesso às experiências de subalternização, mas também de resistência vivenciadas pelos colonizados, que no Parque são reduzidos à categoria de objeto, certamente produziria, “Outros” efeitos.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n 11, p. 89-117, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07/09/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

²¹ Projeto desenvolvido pela Fundação Bissaya Barreto durante o ano de 2017, por meio do seu Serviço Educativo “Criar com Escolas” do Parque Temático Portugal dos Pequenitos e que se propôs a formar professores e estudantes para sensibilização do olhar para a natureza e para as construções. Para maiores informações, consultar: <http://www.fbb.pt/blog/servico-educativo-do-portugal-dos-pequenitos-promoveu-formacao-para-professores-e-educadores/>

BANDEIRINHA, José Antônio. *Quinas vivas*: memória descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa. Porto: FAUP, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A Questão Política da Educação Popular*, 2 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CESAIRE, Aime. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá Costa, 1978.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio histórico na era da indústria cultural*. Alegria do patrimônio. Lisboa : Edições 70, 2010.

DUSSEL, Enrique. *Política de la liberación: historia mundial y crítica*. Madri: Trotta, 2007b.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 1 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDACAO BISSAYA BARRETO (FBB). *Bissaya Barreto, um homem de causas*. Lisboa: FBB, 2008.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. *Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARTINS, Bruno Sena.; MENESES, Maria Paula. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados* Edições Almedina: Coimbra, 2013.

MARTINS, Bruno Sena. *Violência colonial e testemunho: para uma memória pós-abissal*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, pp. 105-126, 2015.

MATOS, Patrícia F. *A História e os Mitos: manifestações da ideologia colonial na construção de Portugal dos Pequenitos em Coimbra*. *Guardianes de la Historia y la Memoria: 'Tradiciones', Colecciones y otras Manifestaciones (in)Materiales del Periodo Colonial. Anais do 7.º Congresso Internacional de Estudos Africanos no Mundo Ibérico*. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2010.

MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton, Princeton University Press, 2000.

QUIJANO, Aníbal.; WALLERSTEIN, Immanuel. *Coloniality as a concept or the America in the modern world-sistem*. *International Social Science Journal*, 44, pp. 549-557, 1992.



QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza!. *Revista del CESLA*, [S.l.], n. 1, p. 192-200, nov. 2000b. ISSN 2081-1160. Disponível em: <<http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379>>. Acesso em: 09/05/2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados – Prefácio. In: MARTINS, Bruno Sena.; MENESES, Maria Paula. *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados* Edições Almedina: Coimbra, 2013.

SEBASTIÃO, Joana R. A. R. *Arquitetura, Imagem e Cenografia – o Estado Novo e a Construção de uma Identidade Nacional*, 2013. Dissertação (Mestrado). Departamento de Arquitetura. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2013.

SILVA, Nuno E. *Retrato de um país suave: o “Portugal dos Pequenitos”*, 2016. Tese (Doutoramento). Faculdade de Arquitetura e Artes. Universidade Lusíada. Lisboa, 2016.

Você já foi a Portugal dos Pequenitos? Da fruição lúdico-educativa à reflexão (anti)colonial

Resumo

Portugal dos Pequenitos é um parque temático infantil localizado na cidade de Coimbra, Portugal. Trata-se de uma obra inaugurada durante o Estado Novo (1933-1974) visando a construção da identidade nacional portuguesa sob os pilares da história, da cultura e da valorização da dimensão civilizacional do império. É um espaço educativo fortemente frequentado por crianças quer acompanhadas de seus pais ou responsáveis ou por meio de visitas escolares. Com o objetivo de compreender, do ponto de vista de três mulheres latino-americanas, a forma pela qual o processo de colonização é concebido e, conseqüentemente, materializado e difundido no Parque, neste texto são analisadas narrativas e imagens presentes nas galerias do parque registradas pelas autoras durante uma visita ao local. Sob a ótica das teorias anticoloniais identificamos em Portugal dos Pequenitos uma narrativa eurocêntrica do projeto colonial português e, portanto, a difusão de uma distorcida versão da relação colonizador-colonizado para os seus visitantes.

Palavras-chave: Portugal dos Pequenitos; colonização portuguesa; relação colonial; educação colonial.

Have you ever been at Portugal dos Pequenitos? From ludic-educative fruition to (anti)colonial reflexion

Abstract

Portugal dos Pequenitos is a children's theme park located in the city of Coimbra, Portugal. It is a work of the Estado Novo (1933-1974) aiming the construction of the Portuguese national identity under the pillars of history, culture and the valorization of the civilizational dimension of the empire. It is an educational space strongly frequented by children either accompanied by their parents or guardians or through school visits. From a point of view of three Latin American women and in order to understand the way in which the process of colonization is conceived and, consequently, materialized and diffused in the Park, this text analyses narratives and images present in the galleries of the park registered by the authors during a site visit. From the point of view of anticolonial theories, we identified in Portugal dos Pequenitos a Eurocentric narrative of the Portuguese colonial project and, therefore, the diffusion of a distorted version of the colonizer-colonized relation for its visitors.



Key words: Portugal dos Pequenitos; Portuguese colonization; colonial relation; colonial education.

Has Estado en Portugal dos Pequenitos? De la fruición lúdico-educativa a la reflexión (anti)colonial

Resumen

Portugal dos Pequenitos es un Parque temático para niños ubicado en la ciudad de Coimbra, Portugal. Es una obra inaugurada en el Estado Novo (1933-1974) con el objetivo de construir la identidad nacional portuguesa sobre los marcos de la historia, de la cultura y de la valorización de la dimensión civilizacional del imperio. Es un espacio educativo fuertemente frecuentado por niños acompañados por sus padres o sus responsables y por medio de visitas escolares. Con el objetivo de comprender, desde el punto de vista de tres mujeres latino americanas, la forma que el proceso de colonización es concebido y, en consecuencia, materializado y presentado en el Parque, en este artículo son analizadas narrativas y imágenes presentes en las galerías del Parque registradas por las autoras en una visita al local. Utilizando las teorías anticoloniais, identificamos en Portugal dos Pequenitos una narrativa eurocéntrica del proyecto colonial portugués y, por tanto, la difusión de una versión distorsionada de la relación colonizador-colonizado para los visitantes.

Palabras-clave: Portugal dos Pequenitos; colonización portuguesa; relación colonial; educación colonial.



Contextualização Sócio-Histórica da Fronteira Brasil-Uruguai

Cíntia da Silva Pacheco (UnB)¹

Só não sabe para onde vai quem não conhece de onde vem. Essa é uma frase que eu mesmo criei, e se tu não sabe da onde tu veio, eu sou do Rio Grande do Sul, tu não vai saber nunca quem tu é. Essa é a essência. [...] Mas é isso, a fronteira é isso. [...] O significado da palavra fronteira, um momento antes e um momento depois. Esse é o significado da palavra fronteira. Isso eu aprendi com um ex-chefe meu, despachante aduaneiro há 30 anos, e é bem o que é, um momento antes e um momento depois. A gente tá vivendo tudo e nada. A gente vive o hoje e o passado, o amanhã e o passado.

(EDI, morador de Aceguá)

Introdução

O objeto de estudo desse artigo científico é fazer um levantamento sociohistórico e geográfico de uma fronteira localizada na América do Sul, entre Brasil e Uruguai, até então não pesquisada e não registrada do ponto de vista linguístico e histórico. Trata-se, portanto, de um registro histórico inédito.

Por isso, a metodologia de pesquisa se baseia na pesquisa qualitativa (FLICK, 2009; MARCONI e LAKATOS, 2003) a partir da análise de documentos históricos locais e do levantamento bibliográfico de livros e artigos sobre a história e a geografia da região de Aceguá.

Na primeira ida a Aceguá (fronteira Brasil-Uruguai), em outubro de 2009, encontrei documentos históricos na escola brasileira e uruguaia, na prefeitura, e no museu D. Diogo de Souza, em Bagé, bastante incompletos, sem data ou sem a referência bibliográfica. De qualquer forma, esses documentos e outros textos serviram de base para a construção desse artigo a partir de algumas informações

¹ Cíntia da Silva Pacheco é Doutora em Sociolinguística pela Universidade de Brasília e é professora adjunta da UnB, no Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.



sobre a comunidade de Aceguá em consonância com fatores históricos binacionais que ocorreram nesse mesmo período.

Como referências documentais, foram consultados *El País, Uruguay y sus 19 departamentos* (s/a e s/d², p. 11-12); texto do engenheiro agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d); Juan Carlos Pedemonte (1985), Assembléia Geral, sessão de 18 de abril de 1863; Nicolas Lengua, Lei de 9 de julho de 1862, Art. 1; Ricardo Garcia (s/d); Faccio (s/d); Eduardo Acosta (s/d); Tadêo (s/d); Lucas e Zuge (2010); Relato de una vida empresarial (s/d, p.1); SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica de 2009) e Aceguá (2010).

Como referências históricas, foram consultados os livros de Abreu (1998); Arteaga (2008); Bandeira (1998); Calógeras (1972); Golin (2004); Holanda (2003); Lima (2000). Sobre a perspectiva da nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço, temos Aveiro (2006). Como referências geográficas, consultamos o estudo de Castrogiovanni (2010), do departamento de Geografia da UFRGS, e Costa (2010), do departamento da Antropologia da UFMS. Esses trabalhos de 2010 fazem parte de uma coletânea intitulada “Estudos fronteiriços”, organizada pela UFMS.

Para a segmentação do artigo, na primeira seção, a fronteira é descrita e explicada segundo a concepção mais tradicional (limite extremo de um território) a concepção mais atual e pós-moderna (integração vivenciada entre os moradores de maneira fluida que ultrapassa limites pré-estabelecidos); na segunda seção, a fronteira de Aceguá é documentada pela primeira vez em paralelo com a já bastante detalhada fronteira luso-espanhol na América; na terceira seção, a comunidade de Aceguá contemporânea é retratada em sua vivência atual e, especificamente, a partir da sua emancipação como fronteira independente de Bagé.

O que é Fronteira?

O conceito tradicional de fronteira como sendo o limite extremo ou final do território tornou-se ultrapassado perante a integração vivenciada na fronteira do Brasil-Uruguaí. No caso de Aceguá, trata-se de uma cidade geminada, onde

² As siglas s/a e s/d significam, respectivamente, sem autor e sem data.

existe apenas uma rua delimitando a divisa entre os dois países. Como não há nenhum acidente geográfico (relevo, montanha, vale, serra, lago, rio), a localidade é conhecida como fronteira seca.

Em tese, a própria nomenclatura de **fronteira** e/ou **limite** é usada indistintamente, mesmo em contextos acadêmicos. Por isso, é necessário fazer a distinção entre os dois. O limite é abstrato, artificial e diplomaticamente separa dois territórios. A materialização do limite é a demarcação, ou seja, a construção de marcos e balizas para dividir ou separar as regiões. Essa linha demarcatória ou delimitada não é habitada. A fronteira já é uma zona que constitui uma faixa de território, a faixa da fronteira, ou seja, é meramente matemática, de extensão e largura definidas. A largura da fronteira no Sul do Brasil, prevista pela Lei 6.634/79, referendada na Constituição Federal de 1988, é de 150 km atuais. Assim, o limite indica forças centrípetas, mas a fronteira pode estar dominada por forças centrífugas geradoras de contatos múltiplos com as populações vizinhas do além-limite (CASTROGIOVANNI, 2010, p. 28-29).

Posto isso, é importante entender que a fronteira é um espaço em movimento, vivo e vivido. As regiões de fronteira (a partir da vida de seus moradores) representam, muitas vezes, o papel de protagonistas na formação dos Estados-Nacionais, ainda que as narrativas oficiais as considerem como áreas marginais e coadjuvantes neste processo (COSTA, 2010, p. 95).

A região da fronteira Brasil-Uruguaí foi muito disputada historicamente, e sempre houve a tentativa política de separação rígida entre os povos, culturas e nações, ainda que a prática cotidiana fosse pacífica e comum em ambas as populações. Como se trata de uma fronteira viva, habitável, a identidade local sempre foi mais forte do que os conflitos ao longo dos 1000 quilômetros de linha divisória demarcada na fronteira (AVEIRO, 2006).

Na fronteira, as relações são mais cooperativas entre os dois povos, já que há integração sociocultural e espacial entre eles, ou seja, esses habitantes respeitam as diferenças ao mesmo tempo em que compartilham de uma identidade fronteiriça comum, pois compartilham as mesmas experiências culturais. Os espaços também são quase sempre integrados, seja na vizinhança, na escola, no comércio, nos laços de parentesco, nas comemorações festivas, etc.

De ambos os lados da fronteira Brasil-Uruguai, formou-se uma zona fronteiriça com mais de 720 mil habitantes, cerca de 52% do território do estado do Rio Grande do Sul e 16% do território do Uruguai. Na faixa limítrofe, encontram-se as seis cidades fronteiriças: Chuí-Chuy, Jaguarão-Río Branco, Aceguá-Acegua, Sant'Ana do Livramento, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión. Conscientes das demandas surgidas por essas fronteiras vivas, Brasil e Uruguai, na década de 90, criaram os Comitês de fronteira nessas conurbações (crescimento urbano ou urbanização).³

O Uruguai, na época Província Cisplatina, foi parte do território brasileiro até a sua independência entre 1810 e 1828. Assim, o contato intenso e comum entre brasileiros e uruguaios sempre existiu em diversos aspectos da vida social, econômica e cultural. Os costumes típicos dessa região fronteiriça diferem-se de outros lugares do Brasil e do Uruguai, caracterizando a vida de uma população integrada e distinta das demais localidades (AVEIRO, 2006).

Em face também da globalização, além dos fatores históricos, sociais e geográficos já citados, percebe-se que há um sentimento de pertencimento à comunidade fronteiriça, de forma centralizadora. Como Aceguá é pequena, as pessoas mantêm um fluxo intenso de idas e vindas rumo aos dois países, tornando o contato totalmente integrado.

No entanto, no processo histórico da fronteira, Brasil e Uruguai buscaram desestimular a integração e o desenvolvimento fronteiriços, dificultando a formação das cidades nas fronteiras e o convívio entre brasileiros ao sul e uruguaios ao norte, desde o Tratado de Limites em 1851. Mesmo assim, o sentimento de pertencimento à fronteira esteve presente entre uruguaios e gaúchos que vivem atualmente em harmonia e paz, diferentemente de outras épocas. Segundo Castrogiovanni (2010, p.12), a importância do estudo da fronteira sul deve-se necessariamente ao que ela foi, é e será:

É bom lembrarmos que o espaço geográfico é um acúmulo desigual de tempos e a fronteira sem dúvida não está alheia a essa lógica. O que ela foi ainda interfere em nossa sociedade e esta percepção nos ajuda a moldar o que ela ainda é ou poderá vir a ser.

³ Informação disponível no site da Embaixada do Brasil em Montevidéu. Disponível em: http://www.brasil.org.uy/br/home/home/index.php?menu=sub1_7&t=secciones&secc=421. Acesso em: 2 mar. 2012.

Dessa forma, torna-se imprescindível uma breve retrospectiva da fronteira Brasil-Uruguai e, conseqüentemente, de Aceguá, para melhor entendermos o contexto histórico por que passou essa região ao longo dos anos. Assim, certamente, entenderemos melhor a comunidade atual, inclusive as questões linguísticas inerentes ao contato de línguas e o porquê de o português prevalecer nessa região fronteiriça.

A História da Fronteira Luso-Espanhola na América

A disputa luso-espanhola na fronteira americana teve inúmeros interesses econômicos, políticos e marítimos. Enquanto os espanhóis encontravam minas de ouro e prata no Império Inca, apesar de ter a Cordilheira dos Andes como uma muralha natural difícil de transpor, os portugueses somente encontravam pau-brasil. Isso motivava os luso-brasileiros a desobedecer a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas (AVEIRO, 2006).

Em 1493, surge a Bula “Inter Coetera”, do Papa Alexandre VI, que estipulava que as terras descobertas a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde e Açores pertenceriam ao reino da Espanha, o que prejudicava Portugal. Já em 1494, os Reinos de Portugal e Espanha firmam o Tratado de Tordesilhas que estabelecia a divisão entre as duas coroas a partir da ilha de Cabo Verde. Esse tratado modificou o número de léguas e anulou a Bula “Inter Coetera” (ABREU, 1998, p. 169). Ainda assim, não foi o suficiente para impedir os portugueses de continuar avançando o território delimitado.

O Uruguai entra na história em 1516 com a descoberta do Rio da Prata. Mas o Estado surge no século XIX, porque antes foi um espaço mais amplo, denominado Banda Oriental do rio Uruguai, com limite oriental do oceano Atlântico e da linha de Tordesilhas, fixada por Espanha e Portugal em 1494, só dois anos depois do descobrimento da América. Essa localidade foi muito cobiçada devido à riqueza pecuária (ARTEAGA, 2008, p. 11 e 14). Além disso, o interesse estava em torno das posses no Oriente, da fundação de Buenos Aires e da expansão comercial na bacia do Prata.

O primeiro relato histórico do município de Aceguá remonta ao ano de 1660, no fim do século XVII, quando os Espanhóis, vindos da Banda Oriental,

entraram em Aceguá e fundaram a redução de Santo André do Guenoas, em 1683 (TADÊO, s/d, p.3 e ACEGUÁ, 2010).

Segundo Tadêo (s/d, p. x-xi), em 1703, a maior parte do território de Aceguá era território de ninguém. Por isso, essa região ficou conhecida como campo neutral e foi disputada por indígenas e, posteriormente, pelo colonizador por razões diversas, tais como:

- Ampla visão da campanha, que circundava a serra;
- Elevado número de vertentes em todo o largo da serra;
- Excelente qualidade da água, inclusive, há alguns anos, quatro lagoas nunca secavam, o que servia de suporte aos mananciais da serra;
- Boa qualidade das pastagens nessa parte da serra;
- Facilidade de acesso e transposição (situação topográfica) no território de ninguém, ou seja, nos campos neutrais;
- Situação geográfica central e estratégica, caminho natural que ligava as missões ao Rio da Prata com poucos acidentes geográficos de vulto.

Ricardo Garcia (s/d) afirma que nas terras de Aceguá aconteceram as primeiras resistências contra as demarcações. Tal movimento teve início em 1752 (século XVIII). Por isso, em Aceguá, também foram fixados redutos dos índios que eram contra a catequização dos padres jesuítas da Companhia de Jesus. Segundo Tadêo (s/d, p. VI), os índios dessa terra têm sua característica de resistência e rebeldia registrada já nos primeiros documentos da história escrita, porque foram os que mais resistiram às invasões portuguesas e espanholas.

De acordo com Arteaga (2008, p.13), a influência guarani foi muito grande no Uruguai, uma vez que foram evangelizados pelos sacerdotes da Companhia de Jesus e fizeram parte das reduções uruguaias. Os sete povos das Missões Orientais, que tiveram seu período de auge na primeira metade do século XVII (1600 a 1609), também formaram parte da Banda Oriental. Esses povos tinham sua própria administração.

A Companhia de Jesus foi fruto da grande expansão europeia do século XVI. Chegando primeiro no Brasil, onde fundaram São Paulo, os jesuítas começaram seu trabalho missionário no Rio da Prata desde o Paraguai, estabelecendo reduções com índios guaranis desde 1610. São Paulo deu origem às “bandeiras”, expedições que tinham como objetivo caçar índios para vendê-los como mão de obra barata nas plantações do nordeste brasileiro. No Uruguai, de 1636 a 1638, as bandeiras também atacaram as reduções uruguaias com o fim de escravizar os índios (ARTEAGA, 2008, p. 16).

As Missões Orientais cumpriram um papel de banda-fronteira, uma marca hispânica, terra disputada pelos impérios. Fazem parte dos Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo (ARTEAGA, 2008, p. 17). Os sete povos das Missões eram fazendas criadas pelos jesuítas que tinham como objetivo a conversão dos índios. Por isso, os jesuítas proibiam o uso do espanhol nas reduções. A estância de São Miguel era a mais próxima de Aceguá.

Os indígenas, especialmente os guaranis, por meio da companhia de Jesus, contribuíram para a introdução e dispersão do gado na Banda Oriental, a formação das estâncias dos povos no norte do rio Negro e da “Vaquería del Mar” sobre o Atlântico e a divulgação regional do consumo da erva mate.

Vaquería era um espécie de caça do gado, atividade destrutiva e depredatória. As vaquerías não exigiam propriedade da terra nem do gado. Esse descontrole conduziu à escassez e logo apareceu a estância com o aumento do valor da terra e do gado. A estância é uma unidade de produção baseada na procriação sob o conceito de propriedade privada (ARTEAGA, 2008, p. 34)

O passado missionário, de 1626 a 1640, acentuou o intercâmbio no noroeste do Uruguai a partir das Missões Jesuíticas. O gado introduzido em 1634 pelos jesuítas nas missões orientais do Uruguai, para o sustento desses povos, foi a origem da “Vaquería del Mar”. A livre reprodução do gado converteu a terra baldia e ignorada na “banda-vaquería” em uma verdadeira mina de carne e couro, que provocou um interesse econômico do europeu (ARTEAGA, 2008, p. 16-18).



A fundação pelos portugueses da Colônia do Sacramento em 1680, em uma pequena enseada do Rio da Prata, colocou o tema em voga e obrigou a Espanha a encarar seriamente o povoamento da Banda Oriental. Essa fundação foi parte de uma política expansionista comercial da Coroa lusitana, que considerava o Rio da Prata um importante acesso de navegação (ARTEAGA, 2008, p.16-18). Assim, Portugal objetivava avançar à linha fixada pelo Tratado de Tordesilhas (Elizaincín, Behares e Barrios, 1987, p. 35). Em 1703, a Colônia do Sacramento volta a ser da Espanha.

A Colônia do Sacramento foi de Portugal e Espanha por diversas vezes e, portanto, bastante disputada pelo fluxo na fronteira, contrabando⁴ e aumento do gado. A Inglaterra, em luta contra a Espanha e a França, também se interessava por essa Colônia. Segundo Bandeira (1998, p. 37), os ingleses obtiveram mais lucros que os portugueses com a Colônia do Sacramento. Por isso, para o autor, as vitórias diplomáticas de Portugal deveram-se muito mais à ascensão do poder econômico da Inglaterra capitalista e à decadência da Espanha do que propriamente à habilidade de seus embaixadores, como muitos historiadores acreditam.

Havia também o interesse português, além da Banda Oriental e do Rio de Prata, em avançar até Buenos Aires, que, por sinal, tinha forte presença de comerciantes e fazendeiros portugueses que aderiam à causa de Lisboa, também pela necessidade econômica suprida por Portugal, com a abertura dos negócios, a garantia de propriedade, o fornecimento de escravos, de açúcar do Brasil, de tecidos da Inglaterra e de outras mercadorias (BANDEIRA, 1998, p. 33 e 46). É importante ressaltar que os escravos são citados por esse autor como mais uma “coisa” fornecida pelos portugueses a Buenos Aires, provavelmente porque era a forma com que eles eram retratados naquela época.

⁴ O termo contrabando refere-se às relações comerciais de caráter internacional sem os trâmites legais. Pode ser considerado legal até a fronteira, e, a partir daí, se tornar contrabando. A origem do termo contrabando é histórica. Na época da colonização espanhola e portuguesa na América do Sul, os representantes das coroas detinham as ações civis e militares desenvolvidas nas Colônias. Publicavam bandos, que significavam ordens ou decretos-lei, para determinarem o que a população deveria cumprir. Em determinado bando, o vice-rei espanhol de Buenos Aires determina que a produção de couro (courama) de toda a Colônia seja toda enviada a Buenos Aires. Todo e qualquer carregamento de couro que não se dirigisse a Capital seria considerado “contra-bando”, portanto, um crime contra a Coroa e a Nação (TADÉO, s/d, p. xix). Para Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 36), o contrabando só começa a preocupar a Espanha depois da fundação de Montevidéu.

Em 1724, os espanhóis fundam Montevideu, mas possivelmente o norte do Uruguai permanecia com uma população rural lusofalante. Essa importante informação reforça a questão da presença histórica do português no Uruguai e, portanto, do bilinguismo até hoje na fronteira. O povoamento da região, que medeia a margem setentrional do Rio da Prata, Uruguai e Oceano Atlântico, só começou efetivamente a partir de 1736, cinquenta e seis anos depois da fundação da Colônia do Sacramento. Essa ocupação ocorreu devido à necessidade de garantir o espaço físico e o direito de navegação para o livre comércio.

A partir dos núcleos populacionais, formados entre as campanhas circunvizinhas da Colônia do Sacramento e a barra do Rio Grande, os aventureiros, que surgiram e se notabilizaram como gaúchos ou gaudérios, empreendiam a tarefa de arrebanhar manadas de bois, mulas e cavalos, em paragens pertencentes à Espanha, a fim de remeter ao interior do Brasil (BANDEIRA, 2008, p. 38-39).

O Tratado de Madri ou Permuta, em 1750, teve como objetivo buscar a paz na região da fronteira. Na prática, Portugal cedia à Espanha a Colônia de Sacramento e renunciava suas pretensões sobre o Rio da Prata. Em troca, para ficar com a navegação exclusiva do Prata (ABREU, 1998, p. 174 e 176), a Espanha entregava os sete povos das Missões orientais e a Lagoa Mirim na Banda Oriental e esquecia suas pretensões territoriais baseadas no meridiano de Tordesilhas. Cedia, então, a Portugal os atuais territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (ARTEAGA, 2008, p.26).

Ainda segundo Arteaga (2008, p. 27), o Tratado de Madrid significou o abandono dos direitos espanhóis que dava o meridiano de Tordesilhas. Por isso, os sete povos tiveram de sair do local para ser entregue a Portugal. Os índios lutaram contra, mas foram vencidos pelo exército português. Esse tratado foi a primeira tentativa de fixar limite entre os dois impérios, mas os conflitos não cessaram.

Esse acordo deixou como herança uma “fronteira de contato”, já que havia legalizado os avanços portugueses sobre o Rio Grande do Sul (ARTEAGA, 2008, p. 34), os quais foram responsáveis pela grande conquista territorial portuguesa com relação ao Brasil. Nesse sentido, os jesuítas foram importantes na vitória portuguesa, porque conheciam bastante a região.

O Tratado de Madri foi importante, porque até então, com o tratado de Tordesilhas, ambas as nações infringiram os limites impostos. Agora, a linha



meridiana era substituída por uma linha natural, a partir das passagens já conhecidas (ABREU, 1998, p. 174). Ainda assim, em 1752, há o registro de que um grupo de índios barrou em Aceguá os trabalhos da Comissão de demarcação dos limites portugueses e espanhóis para cumprimento do Tratado de Madri (TADÊO, s/d, p xi).

Em dezembro de 1753, os dois exércitos, português e espanhol, saindo respectivamente de Rio Grande e da Colônia de Sacramento, iniciaram a marcha em direção a Santa Tecla, localidade do povo de São Miguel, situada ao norte de Bagé, da qual fazia parte Aceguá (ABREU, 1998, p. 176). Zuge e Lucas (2010) afirmam que, segundo os diários de marcha, o exército Português chegou às cabeceiras do Rio Negro, hoje no Uruguai, onde já estava acampado o exército Espanhol. Em 1773, os dois exércitos nomeados por Aceguá também partem para fundar o forte Santa Tecla (TADÊO, s/d, p. xi).

O departamento de Cerro Largo, onde se localiza a parte uruguaia de Aceguá, é um dos cinco que tem fronteira com o Brasil e foi uma demarcação de limites sempre disputada por portugueses e espanhóis. Entre 1751 e 1778, Cerro Largo foi virtualmente terra de ninguém, terra aberta, marginal e perigosa. Elizaincín (1992, p. 158) afirma que “No debe olvidarse que se trataba de vastas zonas prácticamente desiertas (en cierto sentido lo son aun hoy) con escasa o nula urbanización (la que llegará en el siglo XIX)”⁵. Era a rota do noroeste que abria caminho até o sul, depois da Lagoa Mirim. Essa localidade era considerada terra de outros, em realidade, e os outros eram os portugueses (*El País, Uruguay y sus 19 departamentos*, s/d, p. 11-12). Assim, nessa região da campanha, circulavam livremente paulistas, portugueses e castelhanos.

O artigo intitulado “Nasce la Guardia Nueva”, da revista *El país* (s/d), explica que o noroeste do Uruguai já era um corredor geográfico antes da *Vaquería del Mar*, e teve o intercâmbio acentuado pelo passado missioneiro. Para proteger a orientalidade, começaram os processos de fundação em Cerro Largo com suas Guardas.

Segundo o mesmo artigo, o tratado de limites, firmado em Santo Idelfonso em 1777, semelhante ao Tratado de Madrid, avivou as demarcações, originou

⁵ As citações em espanhol não foram traduzidas por causa da semelhança entre as duas línguas.

confusões de interpretação e facilitou a entrada de Portugal, porque aumentou a vulnerabilidade do limite noroeste da Banda Oriental. Os espanhóis definiram o limite de Portugal no novo continente, a linha de demarcação, enquanto os portugueses continuavam avançando muito mais ao oeste do que o proposto no Tratado de Tordesilhas quase três séculos antes (ABREU, 1998, p. 178).

O tratado de São Idelfonso foi o responsável por conceder a Colônia de Sacramento e as Missões Orientais à Espanha e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a Portugal. De acordo com Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 37), com esse tratado, estabelece-se uma zona neutral (campos neutrais) na região fronteiriça.

Em 1801, Portugal tomou posse dos sete povos orientais por sua fragilidade e expulsão dos jesuítas. Em 1807, o Rio Grande do Sul foi elevado à categoria de Capitania de São Pedro. A criação das capitanias tinha como interesse, entre outros, fortalecer e proteger os territórios brasileiros contra supostas invasões espanholas.

Eduardo F. Acosta y Lara, citado em *El país* (s/d), afirma que a infiltração portuguesa no fim do século XVIII foi consequência lógica do colapso das Missões Jesuíticas, quando estas passam ao poder português.

Ainda de acordo com *El país* (s/d), Bagé (a 60 km de Aceguá) foi de posse espanhola, depois portuguesa, voltou a ser espanhola, até que veio a rendição final portuguesa. Como antigamente Aceguá era município de Bagé, pressupõe-se que a fronteira de Aceguá também teve a presença histórica de portugueses e espanhóis.

Em 1811, D. João reforça o Sul e a região do Prata com a incorporação da Banda Oriental ao território português, conhecida agora como Província Cisplatina. Segundo Bandeira (1998, p. 41), o sonho de D. João era fundar um poderoso império na América com os estados do Brasil e as colônias da Espanha, dominadas na época por Napoleão Bonaparte.

Segundo o *Relato de una vida empresarial* (s/d, p.1)⁶, no século XIX, as bandas fronteiriças entre o Uruguai e o Brasil se encontravam em plena efervescência com as revoluções e as guerras locais. O elemento espanhol, em

⁶ Esse documento descreve o percurso vivenciado por uma empresa comercial na fronteira, que em 2006 completou um centenário de existência.

sua maioria basco e galego, esteve presente na campanha oriental durante esses anos, sempre com a mente voltada a mover a economia, razão pela qual ali se encontravam.

Um dos maiores impasses para a paz na região foi a ambição dos dois países em dominar o Rio da Prata, local almejado por causa da expansão comercial e territorial. O motivo de tanta disputa e do avanço português constante na margem leste do Rio Uruguai, conhecida como Banda Oriental, era também a busca por riquezas materiais, a partir dos estímulos do mercado mundial. Por isso, com a extração do ouro, o processo de expansão territorial diminuiu. Além disso, havia a indústria e o comércio do couro e da carne de charque, rebanho bovino, estoques de mulas e cavalos e o desenvolvimento da pecuária e seus derivados (BANDEIRA, 1998, p. 38-41).

Os portugueses habilmente argumentavam que a região precisava de proteção e segurança, uma vez que a Espanha havia abandonado a região da fronteira na América (HOLANDA, 2003 p. 342). Um dos motivos para que a Espanha não se interessasse de imediato pela região fronteiriça era porque havia mais minérios do lado do Pacífico, desde a época do Império Inca (BANDEIRA, 1998, p. 21). E quando a Espanha se manifestou contra a conquista do Uruguai, os portugueses também se posicionaram dizendo que o governo espanhol, até então, nada tinha feito para manter a ordem nos territórios fronteiriços (HOLANDA, 2003, p. 364).

Assim, ao que tudo indica, parece que os espanhóis não imaginavam tamanha perspicácia dos portugueses, pois preocuparam-se mais com a posse de outros territórios, achando que a fronteira não seria tão disputada. Segundo Abreu (1998, p. 172),

Os espanhóis não curaram de ocupar a margem esquerda do Prata, descuido verdadeiramente inexplicável, se não duvidavam de seus direitos, a menos que se não explique pela certeza de sua intangibilidade.

Contra os espanhóis, a hegemonia de Buenos Aires e sua pretensão de conservar monopólio sobre o comércio do Rio da Prata, surge José Artigas como figura principal dessa luta no Uruguai (BANDEIRA, 1998, p. 43). Artigas lutava pela liberdade da província e, por isso, era conhecido como “Chefe dos Orientais e Protetor dos Povos Livres” (HOLANDA, 2003, p. 353 e 358). No entanto,

“ainda que bem delineados, os planos artiguistas não conseguiram deter os portugueses. Estes entraram em território uruguaio” (HOLANDA, 2003, p. 360-361). Na escola uruguaia de Aceguá, há escultura e homenagens a Artigas.

Em 1811, as tropas portuguesas, estacionadas em Cerro Largo, marchavam em direção a Montevidéu, passando por Aceguá, sob o comando de D. Diogo de Sousa. Assim, D. Diogo entra facilmente em território uruguaio e avança até Maldonado. Sua intenção era continuar a ocupação até a Banda Oriental: fortaleza de Santa Tereza, Cerro Largo, margem do Uruguai (HOLANDA, 2003, p. 354-358).

Em 1815, o exército português invade o Uruguai ocupando-o durante 10 anos como parte do império brasileiro. É em 1821 que D. João VI oficializa a anexação da Banda Oriental ao Brasil com o nome de Província Cisplatina (BANDEIRA, 2008, p. 46-47). Para Calógeras (1972, p. 109), nada foi tão artificial quanto essa união forçada, já que

Três séculos de guerra entre Espanha e Portugal protestavam contra o estabelecimento das tropas de D. João VI à margem esquerda do Rio da Prata, em 1817. Estava aniquilada a antiga metrópole, e as colônias hispânicas contra ela se tinham rebelado e haviam vencido. Buenos Aires, sem forças, nutriam em silêncio o ódio da impotência. Que poderia ela fazer para expelir o forasteiro invasor? Idêntico era o sentimento da Banda Oriental, tanto quanto ao dominador português, como quanto aos habitantes da margem direita do caudal.

Com a Revolta da Cisplatina, em 1825⁷, em meio à independência do Brasil em 1822, o problema da união cisplatina volta à tona, provocando discórdia com outros países. Enquanto o Brasil reivindicava a Cisplatina por ter sido anexada a Portugal, a Argentina defendia que a Cisplatina era parte do antigo Vice-Reino da Prata. O problema também interessava à Grã-Bretanha, porque esse estado prolongado de guerra poderia prejudicar seus interesses comerciais e os investimentos dos ingleses, além de enfraquecer o regime monárquico no Brasil com as hostilidades no Rio de Prata (HOLANDA, 2003, p. 410).

Em 1828, a Província Cisplatina torna-se independente do Brasil e da Argentina e passa a se chamar República Oriental do Uruguai. Agora sim, o período maior de conflitos, desde 1680, se encerrava (HOLANDA, 2003, p. 374).

⁷ Os 33 orientais, que vieram pela costa do Rio Negro, acamparam uma semana no Cerro de Aceguá (NICOLÁS LENGUAS, 1862).

Para Lima (2000, p. 189), a posse desse território era uma espécie de equilíbrio político do Rio da Prata porque

O Uruguai tornou-se assim um Estado-tampão – a expressão não era ainda do tempo, não havia sido ainda inventada, mas a ideia não podia deixar de ser antiga – e esse Estado-tampão, segundo a frase de um de seus mais ilustres filhos, Andrés Lamas, separava e garantia as fronteiras abertas, melhor do que o poderiam fazer os mais vigorosos limites naturais.

Ambas as nações admitiam sua independência, obrigando-se a garantir o novo Estado Livre. Pela primeira vez, em tratado internacional, havia a liberdade de navegação dos rios para as soberanias ribeirinhas (CALÓGERAS, 1972, p. 118).

Em 1851, foi assinado o Tratado de Limites que permitia livre acesso dos dois países no Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim. Calógeras (1972, p. 229) afirma que a exclusiva utilização das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão pelos portugueses, situação que durou até 1909 quando um novo acordo foi assinado, constrangia e humilhava os uruguaios. O Tratado de Limites foi importante para as delimitações de fronteira que iniciaram em Aceguá no ano de 1853, quando esta foi incorporada ao território do Brasil.

Apenas em 1914, em Aceguá, Uruguai e Brasil terminam de discutir os limites fronteiraços. De acordo com Pedemonte (1985), já existia um antigo marco levantado em 1852.

Esse marco foi delimitado a menos de vinte metros do antigo e foi o último marco fronteiraço entre Brasil e Uruguai, localizado em Aceguá. O atual marco ostenta placas e uma grande medalha de bronze, representando a cabeça do Barão de Rio Branco.



Foto 1: Placas sobre o Tatado de Limites



Fotos de Pacheco (2014)

A marcação política da fronteira demorou muito tempo por conta da distância, dos caminhos e conduções para os dirigentes de ambos os países chegarem ao local. Por isso, a demarcação da fronteira só iniciou-se pouco antes de 1911 (Relato de una vida empresarial, s/d.). Por fim, o último marco em Aceguá foi inaugurado em 1915 pela comissão patriótica de Cerro Largo.

Foto 2: Último marco demarcatório em Aceguá



Foto de Pacheco (2014)

Hoje, os marcos territoriais e uma avenida indicam onde acaba o Brasil e começa o Uruguai, mas os povos das duas fronteiras são bastante unidos em Aceguá. Prova disso é que essa avenida é ao mesmo tempo linha divisória e espaço de convívio pacífico entre brasileiros e uruguaios com suas culturas, esperanças e memórias partilhadas. Essa praça está localizada no limite político entre Brasil e Uruguai. Todavia, em observações *in locu*, não se percebe limite linguístico ou interacional, pois toda a comunidade compartilha hábitos, costumes, tradições, gastronomia e línguas, contexto em que se observa o bilinguismo social.

Foto 3: Praça localizada entre Brasil e Uruguai



Foto de Pacheco (2014)

Em suma, toda a linha demarcatória na zona fronteira até Aceguá foi autorizada por meio do tratado de limites entre Brasil e República Oriental do Uruguai.

No Aceguá terá o Governo de desapropriar, sobre a nova fronteira, uma faixa de duas ou mais léguas para as retalhar e vender a famílias brasileiras que vão povoar a fronteira; e não a famílias ou colonos estrangeiros; porque não é com eles, nem com desertos de léguas, ou grandes estâncias que havemos cobrir ou defender a Província. E, além disto, será preciso nesse ângulo formado pelos rios Negro e Jaguarão escolher o lugar para uma Praça, que não ocupe menos de 600 homens de guarnição, para ser, por enquanto, a primeira Praça forte do Brazil (GOLIN, 2004, p. 129-130).

Nessa praça forte do Brasil, surgiria apenas Aceguá segundo um ofício reservado do Marechal do Exército Barão de Caçapava ao ministro Paranhos (Vila

de São José do Norte, 31 de janeiro de 1857. Itamaraty: Brasil-Uruguai, 1852-1862, *apud* GOLIN, 2004, p. 130). É nítido que a colonização deveria ser feita exclusivamente por brasileiros, porque havia a ideia de defesa da fronteira. Por isso, a ocupação precisava ser feita pelos sul-rio-grandenses típicos e fronteiriços, pelos filhos naturais da terra como afirmava o barão de Caçapava (GOLIN, 2004, p. 129).

A partir de 1852, houve certa desordem na fronteira uruguaio-brasileira. Numerosos brasileiros possuíam terras no Uruguai em continuidade com as terras que tinham no Rio Grande. No entanto, a propriedade e o gado estavam ameaçados, uma vez que várias fazendas eram invadidas. Por isso, pequenos bandos começaram a cruzar as fronteiras rumo ao Uruguai para recuperar os rebanhos roubados (CALÓGERAS, 1972, p. 233-234).

Em 1858, uma força militar, sob ordens do comandante da fronteira de Bagé, entrou no território uruguaio que seria cedido ao Brasil pelo Tratado de 1851 por conta das hostilidades da fronteira (GOLIN, 2004, p. 129). Segundo o mesmo autor:

O território dessa relação abrange extensões além da linha divisória e alcança dezenas de quilômetros internos dos países limítrofes. A penetração brasileira no Uruguai foi mais facilmente observável porque se deu concretamente pela ocupação da terra e pela presença de um contingente populacional enorme, especialmente nos departamentos do norte, rivalizando demograficamente com a presença oriental (GOLIN, 2004, p. 193).

Com isso, confirma-se a presença de portugueses em território uruguaio na região do Aceguá, já que os terrenos de Aceguá passaram a fazer parte do território brasileiro, sem maiores problemas (GOLIN, 2004, p. 170 e 177). Segundo Rona (1963, p. 11), em 1861, uma ampla faixa do território uruguaio estava ocupada quase exclusivamente por brasileiros. Só depois de 1862 se inicia a migração de uruguaios até o Norte do Uruguai.

Sobre a existência de Aceguá, segundo historiadores, há mais de 50 anos já existiam famílias na região. Porém, somente em 1862 surge no parlamento uruguaio um Projeto de Lei (de Nicolás Lengua) que mostra a importância de se criar o **Pueblo Juncal**, posteriormente chamado **Povo Almeida**, uma das primeiras famílias do lugar, a partir da expropriação da terra em que se fundaria “el

pueblo". Esse povoado consolidou-se por meio do convívio intenso na fronteira em 1863.

Segundo Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 39), entre 1853 e 1862, o Parlamento funda uma série de povoações nesta zona com a esperança de conter a presença portuguesa. Mesmo assim, houve uma contínua interpenetração que assimilou elementos brasileiros e uruguaios. A cultura e a moeda brasileira se mantinham nessa região.

Nicolas Lengua (1862) divergia das opiniões de que Aceguá era deserta e defendia a criação de um *pueblo* na região, uma vez que era preciso colocar uma barreira para que os vizinhos não avançassem o limite, porque Aceguá era quase toda povoada por estrangeiros, principalmente brasileiros. Além disso, era bem localizada e já tinha vários comércios e moradores, o que reforça a necessidade política e econômica de povoamento.

De acordo com a lei de 9 de julho de 1862, artigo 1º, "En la frontera de Aceguá, en la localidad más conveniente a juicio del P. E., se fundará un pueblo, sobre la área superficial de una legua cuadrada, que se denominará *Juncal*". Segundo o historiador Juan Carlos Pedemonte (1985), a Assembléia Geral, na sessão de 18 de abril de 1863, dispôs sobre a criação na parte uruguaia do Povo Juncal, mas nunca chegou a existir esse nome, e o local só ficou conhecido como Aceguá.

Em 1904⁸, Aceguá aparece nos livros de história por causa das tentativas de paz para toda essa região, que necessitava de ordem e retomada do caminho da prosperidade.⁹ Esse ano foi marcado pela paz devido à desmobilização do exército revolucionário logo depois da morte do caudilho blanco Aparicio Saraiva, irmão de Gurmecindo Saraiva, na Vila de Aceguá. Esse foi o último confronto civil entre Colorados e Blancos no Uruguai, chamado de Batalha de Masoller.

Por volta de 1941, a Lei nº 10.101, do governo uruguaio, institui o Povo Aceguá como um núcleo de povoação situado no departamento de Cerro Largo,

⁸Disponível em http://www.turismoenuruguay.com.uy/informacion_turistica/informacion_turistica_masinfo.php?id=143&secc=informacion_turistica. Acesso em 27 fev. 2012.

⁹ Informação retirada do Relato de una vida empresarial (s/d) e de Aceguá-Yaciguay (TADÊO, s/d, p. xiv).

denominação que permanece até os dias de hoje. No entanto, somente em 1986, com a Lei 15.810, por iniciativa da Comissão de Cultura de Aceguá em contato com representantes nacionais, o Parlamento Uruguaio eleva o Povo de Aceguá à categoria de Vila, localizada no departamento de Cerro Largo¹⁰.

Em 1994, criou-se um consenso entre moradores e lideranças em prol da formação do novo município Aceguá, só emancipado de Bagé a partir do voto em 16 de abril de 1996 por meio da lei nº 10.766, do governo brasileiro. Depois de sete anos de luta pela emancipação, a estrutura administrativa só foi concretizada em 2001, porque Bagé havia interposto uma ação judicial, sem êxito, tentando inviabilizar a emancipação de Aceguá. De acordo com Faccio (s/d), Bagé não se preocupava com Aceguá, porque dizia que esta não lhes fazia falta por ser um lugar fantasma, mas não queria perder a Colônia Nova (Município de Aceguá), que era mais desenvolvida economicamente.

Em 15 de fevereiro de 2002, institui-se uma lei municipal autorizando a criação dos símbolos oficiais do município de Aceguá (ACEGUÁ, 2010).

Foto 4: Símbolos de Aceguá



Segundo outro documento histórico escrito pelo Engenheiro Agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d), havia uma necessidade de emancipação de Aceguá já que “os moradores desta vila têm na sua formação cultural uma forte

¹⁰ Disponível em: <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 2012.

influência dos uruguaios, constituindo-se praticamente uma única comunidade, como já ocorre hoje com cidades fronteiriças”. Além disso, Aceguá prosperou muito entre 1975 e 1986 com o comércio graças à desigualdade cambial entre Uruguai e Brasil. Aceguá era fonte de renda de impostos para Bagé, mas não recebia nada de investimento básico antes da emancipação (FACCIO, s/d).

Com relação à língua utilizada nessa época, Elizaincín (1992, p. 99-100), citando Pedro Varela (1964), afirma que quase todo o Norte da República falava português. Assim, Elizaincín explica que se, desde meados do século 19, era o português a língua mais falada na zona fronteiriça, seguramente era também desde muito antes. O espanhol era falado esporadicamente.

Desde o século XVI, a presença dos portugueses-brasileiros na fronteira era cada vez mais abundante, porque também os controles estavam dirigidos à vigilância do contrabando de gado. O estabelecimento pacífico de portugueses na zona não era impedido (ELIZAINCÍN, 1992, p. 98).

Até a metade do século XIX, a população do Uruguai era composta por 40% de brasileiros. E, até 1857, as propriedades territoriais dos brasileiros alcançavam mais de 47.000 km de um total de 177.508 km² (ELIZAINCÍN, 1992, p. 99).

Por conta da presença massiva de brasileiros e do português no Uruguai desde a época colonial, a política linguística uruguaia foi centrada no monolinguismo desde 1877 a 1979. Enquanto o espanhol era valorizado, considerado a verdadeira identidade do uruguaio, e imposto por meio de políticas educacionais, o português era rejeitado (CARVALHO, 2006).

Em 1994, o Tratado do Mercosul é responsável por uma integração regional maior entre Brasil e Uruguai. De 1995-1997, há um incentivo à criação de Centros de Ensino de Língua Estrangeira no Uruguai. E apenas em 2003 a política bilíngue começa nas escolas uruguaias da fronteira. Em 2008, a Lei Geral de Educação passa a reconhecer o português como língua materna dos uruguaios (CARVALHO, 2006).

É notório, pois, que a política monolíngue de mais de um século frente à política bilíngue de pouco mais de uma década traz consequências de pouca

visibilidade e aceitação do português na fronteira, apesar dessa realidade bilíngue ser bem antiga.

A Comunidade de Aceguá

Aceguá está localizada no extremo Sul do Rio Grande do Sul no Brasil em fronteira com o Uruguai e fica a 60 km do município mais próximo do Brasil (Bagé) e também do Uruguai (Melo), e a 440 km de Porto Alegre e Montevideú.

O lado brasileiro de Aceguá é emancipado de Bagé, desde 1995, e tem como capital Porto Alegre. Aceguá-Brasil é dividida em três distritos: Distrito de Rio Negro, Distrito de Colônia Nova e Distrito do Minuano.

O lado uruguaio de Aceguá pertence ao departamento de Cerro Largo, que tem como capital Melo. O Uruguai se divide em 19 departamentos, enquanto o Brasil se divide em 26 estados e o Distrito Federal.

Mapa 1: Mapa de Aceguá-Brasil¹¹



Aceguá é uma única comunidade homônima dividida ao meio por uma linha imaginária. Assim, “Aceguá es la única frontera que sus pueblos, con diferentes idiomas, tienen el mismo nombre, la misma pronunciación y forma de escribir” (Municipio Acegua, 1º de Enero del 2001).

Como não há limites físicos entre os dois países e não há acidente geográfico em Aceguá, essa ausência de delimitação também contribuiu e contribui para a interrelação entre as pessoas e o convívio intenso e pacífico entre os cidadãos de ambos os países como se pode observar na história do município.

¹¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acegu%C3%A1>. Acesso em: 09 nov. 2012.

Foto 5: Entrada de Aceguá¹²



Aceguá-Brasil tem aproximadamente 4.394 habitantes (2.091 mulheres e 2.303 homens). Deste total, 1.059 (24,1%) pessoas são da zona urbana e 3.335 (75,9%) da zona rural. Aceguá-Uruguai tem cerca de 1.432 habitantes (654 mulheres e 778 homens). Segundo o documento brasileiro oficial de Aceguá (2010), o município trabalha forte no campo, no comércio e no turismo de eventos e compras. Cerca de 80% dos municípios estão na zona rural, setor que sustenta 85% do PIB. Os entrevistados para compor nossa amostra são da área urbana, exatamente da linha fronteira.

A área territorial de Aceguá corresponde a 1.502, 17 km² (1,73 km² de zona urbana e 1.500,44 km² de zona rural), representando 0,57% do Estado, 0,27% da Região Sul e 0,018% de todo o território brasileiro¹³.

A extensão em linha de fronteira com o Uruguai é equivalente a 65 km, com 275m de altitude. Aceguá faz limite geográfico ao Norte com Bagé, ao Sul com a República Oriental do Uruguai, ao Leste com Pedras Altas, Candiota e Hulha Negra e ao Oeste com Bagé e República Oriental do Uruguai (ACEGUÁ, 2010).

Segundo Tadêo (s/d, p. II), Aceguá deriva da palavra nativa **Yaciguay**, de origem tupi-guarani, provavelmente dos **charruas**. Na tradução Guarani, significa:

- (i) ***terra alta e fria*** – pela altura das elevações;

¹² Disponível em: http://pampanopedal.blogspot.com.br/2010_12_19_archive.html. Acesso em 09 nov. 2012.

¹³ Disponível em: <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 2012

- (ii) **vale da lua, berço da lua ou seio da lua** – por ter morros (*cerros*) altos;
- (iii) **lugar de espera ou lugar de descanso (eterno)** – onde os indígenas enterravam seus mortos por conta da visão panorâmica dessa região alta, próxima ao céu.
- (iv) **divisa, fronteira, limite, final** – por se localizar na fronteira entre Brasil-Uruguai.

Essa origem indígena deve-se ao fato de que os primeiros habitantes de Aceguá foram índios pampas denominados Charruas, Guenoas e Minuanos, nômades que viviam da caça da ema, cervos etc. Segundo Arteaga (2008, p. 12), quando a Espanha descobre a América, a Banda Oriental já estava povoada principalmente por guaranis e charruas.

Há também uma versão folclórica e recorrente na fala dos colaboradores sobre possíveis contrabandistas castelhanos e portugueses que percorriam *El camino de los Quileros* com mercadorias em lombo de cavalos. Quando os *quileros* passavam pelos *cerros*, ouviam o uivo dos *Sorros* ou *Guará* (lobo pequeno) e diziam “*Hay un bicho que hace guá*”.

Tadêo (s/d, p. xiii) também relata outra versão para o mesmo fato. Segundo ele, há uma lenda que, por volta do século XIX, o contrabando da fronteira se intensificou e começaram a aparecer os contrabandistas a cavalo, que vinham do Uruguai atrás de cachaça, erva-mate e açúcar. Nesse período, um rapaz novato entrou no bando e foi motivo de brincadeiras durante toda a viagem. Ao anoitecer, já assustado com as histórias, o rapaz ouviu um grito (*guáá*) de uma raposa (*sorro*) e saiu correndo. A partir disso, os colegas sempre falavam em tom de graça “*mira que haja ahí un bicho que hace guá*”.

Essa versão para o nome da região retrata a formação de Aceguá como sendo também resultante da comercialização informal na fronteira, já que a fronteira seca é um caminho natural entre países limítrofes (TADÊO, s/d, p. 3). O contrabando era e ainda é uma forma de comércio muito comum na fronteira e, conseqüentemente, em Aceguá. Os contrabandistas, conhecidos como “quileros”, atravessavam a fronteira à noite, a pé ou a cavalo. Atualmente, eles viajam em motos transportando alimentos, vestimentas e, principalmente, botijão de gás, por conta do menor preço. Ainda que essa prática possa ser repelida por pessoas de

fora, é aceita por grande parte dos moradores, pois é vista meramente como um trabalho.

Na história de Aceguá, consta que a década de 30 foi o período com muitos avanços no povoamento, tais como: telégrafo público, caixa rural, prefeitura, transporte, campeonato mundial de futebol, polícia civil, médico e farmacêutico, escolas e comércios, em grande parte do lado brasileiro. Em 1982, surge a UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay) do lado uruguaio. Em 1986, é oficializado o primeiro meio de comunicação de massa, a Radio Integración, 101.5 FM. Em 1998, começam a funcionar as “Aduanas Integradas” entre Uruguai e Brasil (TADÊO, s/d).

Segundo o Relato de una vida empresarial (s/d), no século XIX, a saúde da população de Aceguá-Uruguai era precária, pois não havia assistência às gripes, convulsões, sarampo e difteria. Foi um período bastante difícil para a população até a chegada de alguns médicos de Montevideú. Houve, portanto, um incentivo à migração de hispano-falantes para a fronteira, porque a política uruguaia, até então, era nacionalista e unificadora, centrada em Montevideú.

Nesse mesmo documento, há o registro de que as rodovias foram construídas em 1935, como a linha de transporte Melo-Aceguá. Atualmente, Aceguá possui três estradas, a saber, a municipal (528 km), a estadual (12 km) e a federal (45 km), em um total de 585 km.

Depois da emancipação de Aceguá-Brasil em relação a Bagé (1996), a comunidade foi beneficiada com melhores estradas, melhor estrutura urbana, postos de saúde, hospital¹⁴, transporte escolar urbano e rural e avanços na educação com a escola municipal, porque a estadual, ambas do lado do Brasil, e a escola uruguaia já existiam. Tudo isso era divulgado como sinônimo de progresso na região.

A partir de um trabalho realizado sobre a temática do desenvolvimento fronteiriço, do ponto de vista das relações internacionais, Aveiro (2006, p. 102-103) afirma que o diálogo na fronteira também se intensificou depois da emancipação e propiciou um desenvolvimento maior do município.

¹⁴ Há referências de que apenas em 1943 chega a Aceguá um farmacêutico (TADÊO, s/d, p. xvi).

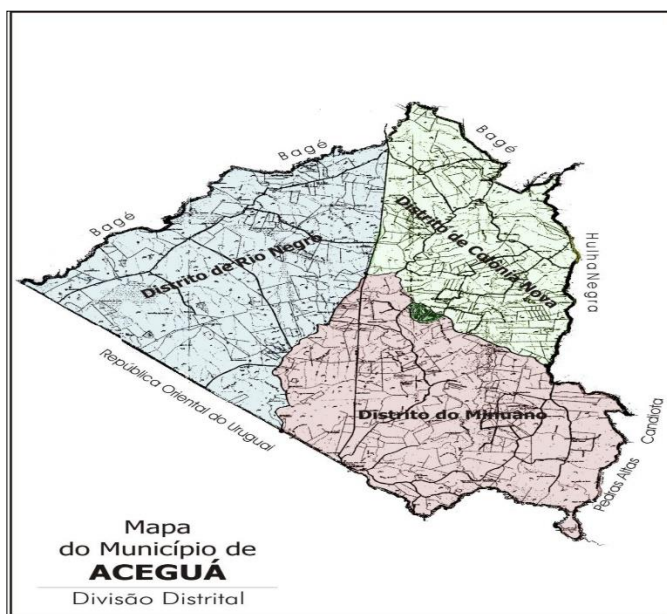
Em 1992, acontece o primeiro encontro binacional para o desenvolvimento da região fronteiriça Melo-Aceguá-Bagé (TADÊO, s/d). Os comitês de fronteira surgiram em 1989, mas o Comitê de Fronteira de Aceguá só se reuniu pela primeira vez em 1997 quando discutiu a transformação dos dois municípios em entreposto de comércio externo – importação e exportação, a fim de minimizar o desemprego nessa região predominantemente rural. A atuação em conjunto de bombeiros e policiais, em ambos os lados da fronteira, também foi pauta de discussão e são temas tratados na Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (AVEIRO, 2006, p. 69).

Essas medidas de integração fronteiriça confirmam a vivência pacífica entre os dois povos. Até hoje, percebe-se que essas instâncias são integradas no sentido de uma cooperação mútua entre os profissionais que trabalham na região fronteiriça. De fato, a rua que separa Brasil e Uruguai em Aceguá ou o registro da nacionalidade dos moradores não divide duas comunidades, mas sim as integra de forma identitária, social, cultural e até mesmo linguística. Isso não quer dizer que tudo seja semelhante nos dois lados da fronteira, mas é, de certa forma, bem complementar.

Apesar de toda essa melhoria, houve vários contratemplos. Muitos colaboradores relataram que a fronteira decaiu depois da emancipação, porque quase todos os moradores que viviam do comércio para os uruguaio foram à falência. Com a nova legislação, a fiscalização passou a ser mais acirrada e o comércio internacional da fronteira se extinguiu. Hoje, o comércio municipal é apenas voltado para o *freeshop* na parte do Uruguai e os turistas somente entram em Aceguá-Uruguai para fazerem as compras lá. Por isso, os moradores reclamam da falta de turismo e incentivo para a divulgação da cultura e o aumento do comércio local.

Como já foi dito, do lado do Brasil, o município de Aceguá (sede) é composto por três distritos: Distrito de Rio Negro, Distrito de Colônia Nova e Distrito do Minuano. Os distritos se organizam da maneira apresentada no Mapa 2¹⁵:

¹⁵ As informações sobre os distritos foram retiradas de folderes e documentos sem referência da Prefeitura Municipal de Aceguá.

Mapa 2: Mapa da divisão distrital de Aceguá-Brasil¹⁶

O Distrito de Rio Negro tem um rio denso que banha integralmente a paisagem e avança o Uruguai até chegar ao Rio Uruguai, que juntos alcançam o Rio da Prata. Esse distrito colabora na criação de gado de diversas raças europeias para disputarem o mercado mundial da carne, além da produtividade das lavouras de arroz.

O Distrito de Colônia Nova situa-se a 50 km da cidade de Bagé e a 35 km da sede do Município de Aceguá. Primeiramente, os imigrantes germânicos, denominados menonitas, que estavam na Rússia em fevereiro de 1930, estabeleceram-se na região oeste de Santa Catarina, constituindo a Colônia Krauel. Em 1949, por iniciativa do Governo do Estado, foi fundada a Comunidade Colônia Nova dos alemães que chegaram a Aceguá com interesses em adquirir terras para cultivo de trigo¹⁷.

Couto (2009, p. 168) descreve o caminho percorrido pelos menonitas até chegar ao Sul do Brasil. Segundo o autor, os menonitas surgiram do movimento anabatista/protestante na Suíça, em 1525, deslocando-se para os países Baixos devido a perseguições religiosas. O nome “menonitas” refere-se a Menno Simons, um de seus líderes.

¹⁶ Disponível nos documentos oficiais de Aceguá.

¹⁷ Disponível em <http://www.terragaucha.com.br/imagens/acegua.htm>. Acesso em 25/02/12.

Em 1930, alguns vieram para o Brasil, instalando-se no vale do rio Krauel (Witmarsum) e no chapadão do “Stolzplateau”, Santa Catarina. Em 1934, parte do grupo migrou para Curitiba, parte para Blumenau, parte para São Paulo. Em 1948, um subgrupo instalou-se na “Colônia Nova”, próximo a Bagé (RS) (COUTO, 2009, p. 168).

O anabatismo foi um movimento religioso protestante radical do período da Reforma Protestante do século XVI na Europa. Diante das perseguições, se refugiaram também no Brasil e em Aceguá (lado brasileiro)¹⁸.

Em 1956, foi fundada a Cooperativa Mista de Aceguá Ltda. Posteriormente, a pecuária leiteira também foi integrada à agricultura, incentivada pelo governo, tendo em vista a queda na produção de trigo por problemas de ordem econômica e climática. Portanto, inaugura-se em 1960 a fábrica de laticínios, que serviu para ampliar a criação de gado leiteiro e o plantio de forrageiras.

A Colônia Nova possui escolas comunitárias, associações e cooperativas, entre as quais se destaca a CAMAL (Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda), criada em 1961. O povoamento alemão contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município, com a maior industrialização do leite e seus derivados do Rio Grande do Sul.

A partir da década de 70, a Colônia Nova também começou a exportar matrizes da raça holandesa, a produzir sementes, arroz irrigado, sorgo, trigo, cevada, milho, cornichão para os bovinos, entre outros.

Esse distrito de Aceguá tem um museu, igrejas, escolas e o único hospital da região. Com o aumento da população da Colônia Nova, foi fundada, entre 1970 e 1971, a nova Colônia Presidente Médici, com 45 propriedades rurais. Em 1998 e 1999, formou-se a Colônia Pioneira com 80 propriedades rurais.

O Distrito do Minuano se destaca pela presença de novos projetos e alternativas de ocupação do solo pródigo, por meio da cultura de sorgo, milho, leite e gado de corte.

Na agropecuária, há o fortalecimento da bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, ovinocultura, criação de cavalos crioulos e produção de trigo e arroz. A economia é favorável ao Brasil, porque é o local de melhor gado

¹⁸ Disponível em <http://monergismo.com/raniere/anabatismo-o-movimento-mais-radical-e-mais-perseguido-da-reforma-protestante>. Acesso em 25 fev. 2012.

e pastagem por ter o solo de excelente qualidade e os campos bastante férteis. Aceguá possui aduanas integradas que sustentam o fluxo de importação e exportação, principalmente de carne e arroz.

Em termos territoriais, do lado do Uruguai, a extensão é bem menor e não há divisões distritais. A parte uruguaia não é emancipada e pertence a Melo, capital de Cerro Largo. Há os serviços gerais como água corrente, luz elétrica, telefone, telégrafo, coleta de lixo, banco, agência de correio, hotel, escola de ensino fundamental e médio, UTU (Universidade Tecnológica do Uruguai), policlínica. Na parte recreativa, há parques, quadra de basquete e futebol, centro social, pista de atletismo, rádio difusora local. Na parte de transporte, ônibus de linha local, interdepartamental e internacional. Além disso, também há polícia, subcomissária e aduana¹⁹.

Do lado do Brasil, na parte hospitalar, existem dois postos de saúde (um na sede e outro em Colônia Nova) e um hospital em Colônia Nova. Há aproximadamente 152 empresas comerciais, 1.045 estabelecimentos rurais e quatro indústrias. No tocante ao policiamento, existe um posto policial, uma delegacia da inspetoria veterinária e uma delegacia de polícia, todos localizados na sede do município. Também há agências bancárias, correio, cartório, posto de combustível, dois hotéis, restaurantes e diversificado comércio típico da fronteira.

Sobre a educação em Aceguá, há duas escolas municipais infantis e de ensino fundamental, três escolas municipais de ensino fundamental até 5ª série, uma escola estadual de ensino médio, Barão de Aceguá, e duas escolas estaduais de ensino fundamental. A maioria dos jovens estão na escola (82%) e são alfabetizados (92%). Não há universidade pública ou particular em Aceguá, somente em Bagé, a 60 quilômetros.

As relações de parentesco são bem integradas, pois o casamento entre brasileiros e uruguaios é bastante comum. Nesse sentido, a nacionalidade também é bastante complexa, e os moradores, em grande maioria os uruguaios, com dupla nacionalidade, são conhecidos como “doble chapa”. Esse termo é uma analogia aos carros da região que têm placa dupla para circular livremente por ambos os territórios.

¹⁹ Disponível em www.ine.gub.uy. Acesso em 03 mar. 2012.

A legislação uruguaia permite que toda mãe uruguaia registre seu filho como uruguaio mesmo que a criança tenha nascido no Brasil. Depois, o cidadão pode requerer a nacionalidade brasileira. Assim, os moradores podem estudar, trabalhar e possuir documentos em ambas as regiões. Até mesmo as pessoas que não têm dupla-nacionalidade não encontram obstáculos para se inserirem ou trabalharem tanto no Brasil quanto no Uruguai, apesar de não serem legalizadas.

A etnia aceguaense é bastante rica e diversificada, por ser formada por brasileiros, uruguaio, descendentes de espanhóis, portugueses, indígenas, afro-descendentes e ainda por ter recebido a colônia alemã e imigração árabe. Tudo isso compõe o gaúcho ou *el gaúcho* da fronteira. Segundo Abreu (1998, p. 193), “Na formação do rio-grandense entraram, sobretudo, açorianos, nortistas, principalmente de São Paulo, e não poucos espanhóis imigrados ou incorporados. Sobretudo na fronteira meridional deu-se a penetração das duas línguas”.

Sobre os símbolos culturais da região, encontram-se referências ao *Cavalo de Pedra* que fica no Cerro dos Quietos, localidade de Mina do Aceguá. Esse local é o ponto mais alto do município, que está a 276 metros acima do nível do mar. É uma espécie de mirante, onde se visualiza toda a cidade²⁰.

Foto 6: O cavalo de pedra em Aceguá



Os principais eventos de Aceguá durante o ano são: rodeio (janeiro), carnaval da integração (fevereiro), campeonato de *cross country* e semana do

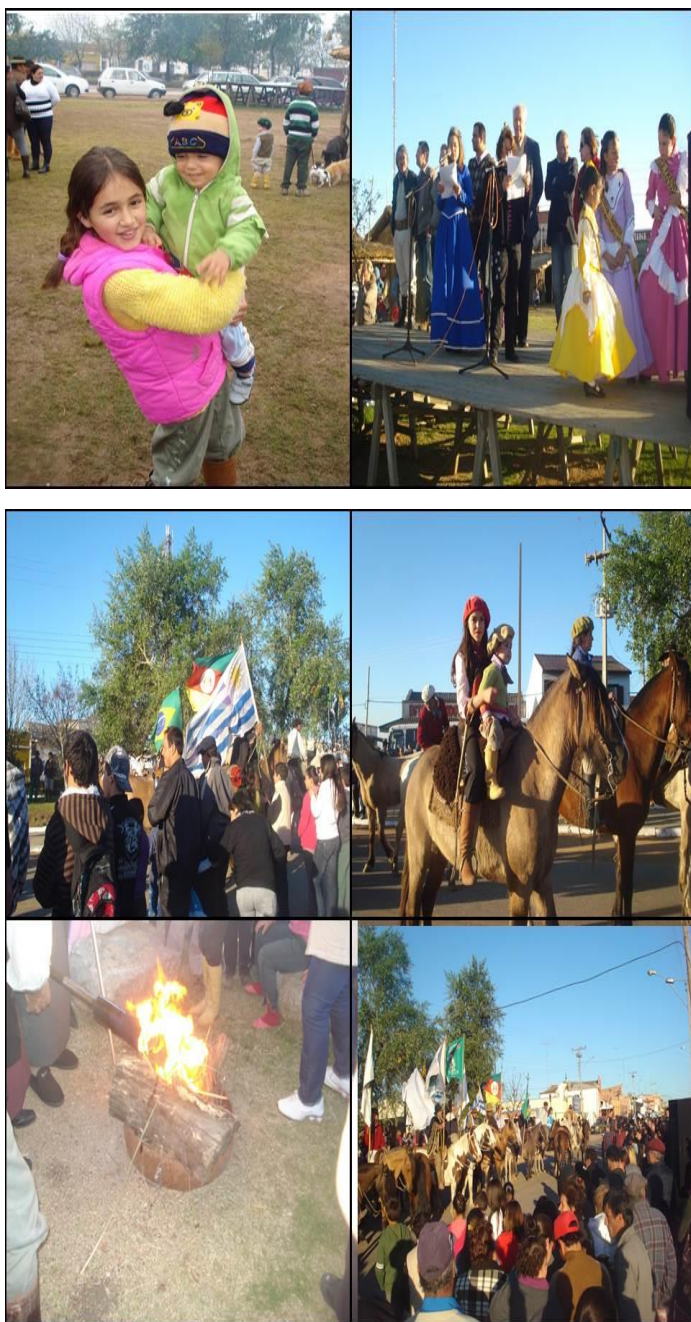
²⁰ Disponível em <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em 25 fev. 2012.

município – festa campeira (abril), festa junina (junho), semana Gaspar Silveira Martins (agosto), projeto interferências, semana farroupilha e caminhada cívica (setembro), festival de cometas e pandorgas (outubro), Gaspar Silveira Martins (novembro) e natal do pampa (dezembro).

Os **rodeios** acontecem em janeiro, tendo como pano de fundo a tradição do sul. Outra festa cultural importante no município é a **semana farroupilha**, marco cultural de resistência e autoestima típica em toda a região do Sul, que acontece em setembro de cada ano e mobiliza ambos os lados da fronteira em prol da preservação e divulgação da cultura gaúcha.

A Semana Farroupilha recorda o ano de 1835, quando explode no Brasil a Revolução Farroupilha, que durou 10 anos. Os componentes eram estancieiros ordenados por Bento Gonçalves. O sentimento era de liberdade e independência do estado. Atualmente, há atividades gerais como palestras, apresentações culturais, piquetes, cavalgada final. Para marcar o início e o término da Semana Farroupilha, os moradores de Aceguá acendem uma tocha e apagam-na no fim.

Foto 7: Semana Farroupilha na praça *Caco Blanco* em setembro de 2011



Fotos de Pacheco (2014).

Os piquetes surgiram na época das demarcações da fronteira e serviram como uma barreira militar na fronteira Brasil-Uruguaí. Foram também os incorporadores da missão brasileira. “Os piquetes de cavalaria e infantaria que davam sustentação logística à Comissão de Demarcação realizavam a escolta e efetuavam os trabalhos limítrofes, a exemplo da edificação dos marcos” (GOLIN,

Doi: 10.21057/10.21057/repamv14n1.2020.26383

2004, p. 188). Atualmente, são conhecidos por piquetes as divisões das barracas na Semana Farroupilha.

Foto 8: Piquetes da Semana Farroupilha de Aceguá em setembro de 2011



Fotos de Pacheco (2014)

Sobre os aspectos geográficos da região fronteira de Aceguá, existem a flora, com umbus, cinamomos, bosques, avenidas, matas, e a fauna, com os bem-te-vis, sabiás, joões de barro, garças, emas, lebres, cavalos crioulos. O céu é limpo e o chão preservado, com os históricos *paredões*, o relevo *cerro dos*

quietos, o arroio da Mina (principal rio), a praça “Caco Blanco” e a Casa de Pedra. Tudo isso ajuda a compor o belo quadro paisagístico da região.

O clima é variado e bem definido nas quatro estações, com temperatura úmida. A presença do vento sul e sudoeste é constante (minuano e/ou pampeiro). As geadas são comuns no inverno e a média da estação é entre 30 a 33 geadas. As temperaturas extremas variam entre – 5 °C e 38 °C (TADÊO, p. III, s/d).

O relevo é caracterizado por território uniforme e ondulado ao norte, denominado de coxilhas, que variam entre 200 e 250 metros de altitude. Destaca-se a coxilha seca (divisor de águas). Predomina no ambiente o Serrado Aceguá com 324 metros no seu ponto mais elevado e com aproximadamente 40 km de extensão. A maior parte da serra está (hoje) do lado uruguaio da fronteira (TADÊO, p. III-IV, s/d).

No geral, Aceguá é uma comunidade pequena e totalmente integrada de ambos os lados da fronteira. Várias práticas culturais são compartilhadas e, sobretudo, respeitadas por todos. Por isso é tão difícil para um turista saber onde começa e termina Aceguá-Brasil e Aceguá-Uruguaio. Até mesmo os moradores têm dificuldade em se identificar como brasileiros e/ou uruguaio, por se considerarem parte de um mesmo povo.

Foto 9: Símbolo de paz e união entre os povos e das placas do Uruguaio e Brasil



Fotos de Pacheco (2014)

Considerações Finais

É de suma importância registrar e documentar uma comunidade fronteiriça que até então não havia tido visibilidade acadêmica, sequer política e econômica. Assim, todo o recorte e a costura dos textos históricos e documentos regionais de Aceguá em muito contribuem para o (re) conhecimento dessa localidade.

Importante revisitar a atualização do termo “fronteira”, uma vez que trata-se de uma comunidade sem acidente geográfico, do lado uruguaio bilíngue em português e espanhol e do lado brasileiro monlíngue em português, completamente pacífica e harmônica em várias de suas práticas sociais, ou seja, os limites artificiais imposto pelos marcos da fronteira em nada interferem nas relações sociais construídas e estabelecidas entre os moradores de ambos os lados da fronteira.

Assim, a região e a comunidade de Aceguá é documentada pela primeira vez em correlação com a história binacional da fronteira luso-espanola na América do Sul.

Com esse artigo, é possível conhecer Aceguá em sua vivência atual e, especificamente, a partir da sua emancipação como fronteira independente de Bagé no cenário nacional e internacional.

Referências

ARTEAGA, Juan José. *Breve historia contemporánea del Uruguay*. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

AVEIRO, Thais Mere Marques. *Relações Brasil-Uruguai: a nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1972.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Fronteira: Um tema sem limites! In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Orgs.). *Estudos fronteiriços*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p. 11-41.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. As fronteiras da identidade em Corumbá-MS: Significados, discursos e práticas. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). *Estudos fronteiriços*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p. 69-97.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.

GOLIN, Tau. *A fronteira*: volume 2. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Por Celia de Barros Barreto [et al.]. 9. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 341-415.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PACHECO, Cíntia da Silva. *Alternância NÓS e A GENTE no português brasileiro e no português uruguaio da fronteira Brasil-Uruguaí (Aceguá)*. Tese de Doutorado, UnB, 2014.

Documentos sem referência ou sem data

El País, Uruguay y sus 19 departamentos (s/d, pp. 11-12).

Engenheiro Agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d).

FACCIO, Liane. Prefeito de Bagé luta para não perder Colônia Nova. (s/d)

Lei de 9 de julho de 1862, Art. 1.

Municipio Acegua. 1º de Enero del 2001.

Ricardo Garcia (s/d).

Relato de una vida empresarial (s/d).

TADÊO, Ricardo Williams Garcia. *Aceguá – Yaciguay*. (elaboração e pesquisa) (s/d).

Documentos regionais ou históricos

ACEGUÁ. *14 anos de emancipação. 10 anos de instalação*. Informe comercial, 28 de abril de 2010.

ACEVEDO, Eduardo. *Ley n° 765 – “Juncal”*. Sala de Senado, Montevideo 17 de abril de 1863.

LENGUAS, Nicolás. *Proyecto de Ley*. Montevideo, julio 9 de 1862.

LUCAS, Márcia Rodrigues e ZUGE, Tassiane Einhardt. Município de Aceguá. In: *Aceguá. 14 anos de emancipação. 10 anos de instalação*. Informe comercial, 28 de abril de 2010.

MORELLI, Juan B. *Ley n° 10,101. “Pueblo Aceguá”, 1941*.

PEDEMONTE, Juan Carlos. *Assembléia Geral*. Diário El País, 1985.

SIAB. *Sistema de Informação de atenção básica*. 2009.

TARIGO, Enrique. *Ley 15.810*. Pueblo Aceguá. 1986.

Sites

http://www.terraGaucha.com.br/imagS_acegua.htm. Acesso em: 25 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

http://www.turismoenuruguay.com.uy/informacion_turistica/informacion_turistica_masinfo.php?id=143&secc=informacion_turistica. Acesso em: 27 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

http://www.brasil.org.uy/br/home/home/index.php?menu=sub1_7&t=secciones&secc=421. Acesso em: 02 mar. 12.

<http://monergismo.com/raniere/anabatismo-o-movimento-mais-radical-e-mais-perseguido-da-reforma-protestante/>. Acesso em: 29 dez. 12.



Contextualização Sócio-Histórica da Fronteira Brasil-Urugai

Resumo

O objetivo desse artigo é fazer um histórico sobre a fronteira Brasil-Urugai e a disputa fronteiriça entre Portugal e Espanha para melhor compreendermos o contexto atual de Aceguá. Para isso, foi feita uma pesquisa documental e bibliográfica acerca da história e geografia local, além da condição atual de desenvolvimento fronteiriço. Trata-se de uma pesquisa inédita sobre Aceguá, com informações históricas até então não publicadas. Logo, o foco principal é registrar e documentar essa comunidade a partir da concepção do que é a fronteira, da história da fronteira luso-espanhola na América e da história atual da fronteira de Aceguá.

Palavras-chave: fronteira de Aceguá, pesquisa documental, contexto sociohistórico.

Socio-Historical Contextualization of the Brazil-Uruguay border

Abstract

This article aims to prepare a record of Brazil-Uruguay's border and the border dispute between Portugal and Spain, in order to understand Aceguá's current context better. To achieve that, a documentary and bibliographic research on the local history and geography has been conducted, besides the analysis of the current conditions of the border development. This is an unprecedented research about Aceguá, including historical information which has not been published before. Therefore, the main focus is to register and to document this community from the conception of what is the border, of the history of the Luso-Spanish border in America and of the current history of Aceguá border.

Keywords: Aceguá's border, documentary research, social-historical context.

Contextualización Socio-Histórica de la Frontera Brasil-Uruguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es hacer un histórico de la frontera Brasil-Uruguay y la disputa fronteriza entre Portugal y España para comprender mejor el contexto actual de Aceguá. Para ello, se realizó una investigación documental y bibliográfica acerca de la historia y geografía local, además de la condición actual de desarrollo fronterizo. Es una investigación inédita sobre Aceguá, con informaciones históricas hasta el momento no publicadas. Por lo tanto, el foco principal es registrar y documentar esa comunidad a partir de la concepción de lo que es la frontera, de la historia de la frontera luso-española en la América y de la historia actual de frontera de Aceguá.

Palavras-chave: frontera de Aceguá, pesquisa documental, contexto socio histórico.

Resenha: A quiet evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnerships in Canada¹

Leonardo Barros Soares²

A ciência política brasileira não tem demonstrado interesse pela questão indígena no país, em que pese sua crescente visibilidade política nas últimas décadas. Assim, para que se possa iniciar, entre nós, uma agenda de pesquisa nesta direção, faz sentido buscar referências teóricas em estudos oriundos deste campo disciplinar em outros contextos de pesquisa, investigando, criticamente, obras que possam se configurar como parâmetros a serem seguidos.

Este é o caso da obra dos cientistas políticos canadenses Christopher Alcantara e Jen Nelles intitulada *A quiet evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnerships in Canada* (2016). Os autores partem da constatação de que a ênfase dada pelos estudiosos às relações entre povos indígenas e governo federal no Canadá tende a ofuscar o fato de que as comunidades tradicionais habitam um certo território e desenvolvem relações políticas cooperativas com os poderes locais. Eles se perguntam, neste sentido: quais tipos de relação cooperativa existem entre povos indígenas e governos locais e que fatores explicam sua emergência?

Para responder a estas questões, Alcantara e Nelles e um time de pesquisadores-assistentes entraram em contato com todos os municípios canadenses em busca de registros formais, por meio de contratos ou similares, do estabelecimento de parcerias no âmbito da administração pública entre oficiais eleitos e lideranças indígenas e construíram, assim, um banco de dados. Depois elegeram, para a realização de trabalho de campo e estudos de caso, quatro comunidades vizinhas a pequenas cidades – as *Batchewana First Nation* e *Garden*

¹ ALCANTARA, Christopher; NELLES, Jen. *A quiet evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnerships in Canada*. University of Toronto Press, 2016.

² Leonardo Barros Soares. Mestre e doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorando no Departamento de Estudos Latino-Americanos da Unb. Indigenista especializado da Fundação Nacional do Índio. Brasileiro. E-mail:leobarros.prodep@gmail.com.



River First Nation e a cidade de *Sault Ste Marie*; o *Teslin Tinglit Council* e a cidade de *Teslin*; *Champagne* e *Aishihik First Nations* e a cidade de *Haines Junction*; *Malécite de Viger First Nation* e a Municipalidade Regional de *Les Basques* - em três províncias – *Yukon Territory*, *Québec* e *Ontario*. Nestes locais, entrevistaram trinta servidores públicos, além de lideranças indígenas e ativistas. O objetivo, afirmam os autores, era o de “construir uma tipologia das relações intergovernamentais entre povos indígenas e governos locais e apresentar um conjunto de fatores teórica e empiricamente informado” (2016, p. 13, tradução nossa). Sem a pretensão de fazer julgamentos normativos (ou seja, sem julgar se tais acordos são “bons” ou “ruins” para as partes envolvidas), seu interesse é, antes, o de catalogar, descrever e explicar os tipos de relações existentes.

Cabe ressaltar, já de saída, a qualidade do desenho da pesquisa empreendida pelos autores, articulando extensa pesquisa quantitativa a um conjunto de expedições de campo e entrevistas em profundidade. Alcantara segue, neste livro, a proposta apresentada por ele em seu primeiro livro (2013) de dar primazia a um enfoque empírico na abordagem sobre as questões indígenas, se distanciando das análises normativas tão caras aos estudiosos do campo do direito e da antropologia. Assim procedendo, contribui de forma decisiva para a ampliação do conhecimento sistematizado sobre povos indígenas daquele país, enfrentando a típica fragmentação e a coleta pouco sistemática característica de dados sobre este segmento populacional (Rainie et al, 2017). Ademais, dá ensejo a uma tipologia que convida outros pesquisadores a realizarem pesquisas comparativas a partir de seu modelo teórico.

O primeiro capítulo da obra se debruça sobre os padrões históricos e as variações regionais das relações entre povos indígenas e governos locais no Canadá. Os autores concluem que acordos entre municipalidades e comunidades indígenas vêm sendo feitos naquele país pelo menos desde 1928, apresentando uma tendência a aceleração desde os anos 2000. Além disso, pelo menos três províncias se mostraram muito ativas no processo de construção destas parcerias: Columbia Britânica, Ontario e Saskatchewan. Durante uma coleta de quatro anos (2010-2014) e contatando 2.262 municipalidades (com taxa de resposta de 80%),

os autores foram capazes de catalogar 332 acordos formais entre povos indígenas e poderes locais.

Estes acordos foram classificados a partir da seguinte tipologia: 1. Negociação jurisdicional (*jurisdictional negotiation*), que se subdivide em dois subtipos: a. acordos de serviços (*service agreements*) e; b. gestão conjunta (*joint management*); 2. Construção de relacionamento (*relationship building*); 3. Descolonização (*decolonization*) e; 4. Formação de capacidade (*building capacity*). O primeiro caso refere-se aos acordos que resultam em algum tipo de jurisdição compartilhada entre indígenas e poder local, tais como a provisão de algum serviço público como coleta de lixo ou fornecimento de água; no segundo, trata-se de acordos que estabelecem, ainda que em termos vagos, o desejo de ambas as partes de estabelecerem e aprofundarem relações intergovernamentais; na sequência, o terceiro tipo diz respeito aos acordos que reconhecem a ocupação prévia dos povos indígenas naquele território municipal e busca avançar na restauração de sua autodeterminação política plena; por fim, a formação de capacidade assinala um papel de mentoria e formação humana às municipalidades que desejam aumentar a capacidade de autogoverno das comunidades indígenas com as quais assinam os acordos. Ao passo em que o primeiro tipo de acordo compõe o “grosso” do banco de dados, os que se propõem a “descolonizar” as relações entre as partes são os menos frequentes. Não obstante, todas as categorias experimentaram um crescimento ao longo do período de coleta de informações.

Algumas conclusões importantes resultam da exploração deste banco e são delineadas neste primeiro capítulo. Em primeiro lugar, o crescimento do número e da variedade de tipos de acordos em todas as províncias ao longo do tempo sugere um padrão de difusão de políticas públicas ao nível local que muitas vezes passa despercebido ao analista político. Em segundo lugar, os acordos relativos aos serviços compartilhados entre povos indígenas e poderes locais respondem por 67% do total, indicando que acordos práticos e politicamente pouco controversos entre as partes são mais fáceis de serem obtidos. Por fim, os autores descartam a influência de fatores macro institucionais sobre a cooperação entre povos indígenas e municipalidades, optando por lançar luz sobre fatores locais

em detrimento da investigação de incentivos federais ou provinciais a esse tipo de relação.

No segundo capítulo, Alcantara e Nelles se dedicam a explorar estes fatores aludidos anteriormente, buscando explicitar um framework teórico que possa explicar as “raízes da ação coletiva” que dá origem aos relacionamentos cooperativos entre povos indígenas e poderes locais. Teoricamente denso, seu argumento é o seguinte: capacidade política dos atores entrarem neste tipo de arranjo e a vontade política de fazê-lo são dois importantes determinantes da cooperação entre povos indígenas e governo local e são moldadas por seis fatores cruciais: 1. instituições – as regras e normas que governam os processos de tomada de decisão; 2. recursos – os meios disponíveis para se engajar na colaboração; 3. intervenção externa – ação de outros níveis superiores de governo; 4. história e eventos polarizadores – a história das relações entre as comunidades e os governos locais que estruturam os incentivos para os atores; 5. imperativos – a percepção de um problema compartilhado que deve ser abordado urgentemente e demanda uma solução colaborativa e; 6. capital comunitário – entendida como identidade cívica compartilhada em uma determinada região. Em cada caso particular analisado, argumentam os autores, estes elementos agirão de forma combinada, individualizada ou simplesmente não terão efeito para impedir ou promover a cooperação entre as partes.

Ainda neste capítulo, os autores propõem uma tipologia para distinguir os quatro principais tipos de relações cooperativas baseada em variações na frequência das relações intercomunitárias e a intensidade institucional das parcerias. Se engajamento e intensidade são altos, então há uma forte sinergia (*strong synergy*) entre as partes; se, ao contrário, são baixos, a cooperação se reduz ao mínimo necessário para a realização de atividades conjuntas, sem maiores aprofundamentos na relação de confiança (*business as usual*); como células intermediárias da matriz conta-se ainda com as parcerias “centradas no acordo” (*agreement-centred*), quando a intensidade é alta, mas o engajamento é baixo e; vice-versa, quando o engajamento é alto mas a intensidade é baixa, temos uma parceria de baixa intensidade na qual os representantes dos povos

indígenas e dos governos locais se mantêm atualizados informalmente (*in the loop*) sem, no entanto, que isso se reflita em maior institucionalização.

Os capítulos subsequentes se dedicam a estudar, em profundidade, cada um dos casos que ilustram a tipologia apresentada.

O primeiro caso apresentado é o da relação entre os povos *Garden River* e *Batchewana* com a cidade de *Sault Ste Marie*, na província de Ontario. Caracterizada por baixo engajamento entre as comunidades e baixos níveis de interação institucional, esta relação é designada como *business as usual*, centrada fortemente em acordos de prestação de serviço, sem maiores aprofundamentos de coordenação estratégica de políticas públicas de parte a parte. Alguns fatores explicam este quadro: o descompasso entre os cronogramas de planejamento e empenho de recursos financeiros dos povos indígenas e da administração municipal; os planos do governo provincial de construção de uma rodovia em território tradicional, que não foram simultaneamente negociados com a administração municipal e com os povos indígenas, o que levou, ao final à recusa do empreendimento por parte destes, causando mal estar entre as partes; uma percepção difusa de racismo cultural na comunidade, erodindo as possibilidades de uma maior integração cívica entre os cidadãos. Em suma, na ausência de fatores imperativos que promovam a cooperação entre povos indígenas e administração municipal, a relação entre estes atores políticos tende a se manter desta forma pelo futuro próximo.

O segundo caso, por sua vez, está no quadrante da tipologia empregada oposto ao do apresentado no capítulo anterior. A relação entre a cidade de *Teslin* e o Conselho dos *Teslin Tlingit* é marcada por uma forte sinergia, com um alto grau de institucionalização da cooperação e da intensa frequência de interações entre as lideranças políticas de ambas as comunidades. Chamam a atenção as diminutas proporções da cidade em tela, que apresenta um total de 450 habitantes, 300 dos quais pertencentes ao povo indígena vizinho. Este, por sua vez, apresenta uma população de 800 indivíduos. Em resumo, trata-se de uma localidade composta por duas comunidades fortemente integradas, territorialmente e culturalmente. Assim, não surpreende que, além de acordos firmados para a prestação de serviços públicos em comum, as relações se

ramifiquem, se aprofundem e gerem acordos centrados na construção conjunta de uma visão comunitária partilhada entre ambos os atores políticos. Diálogo, cooperação, colaboração, respeito e abertura às diferenças são os termos-chave para a compreensão deste excepcional caso ilustrativo de como as relações entre povos indígenas e governos locais podem ser extremamente produtivas e institucionalmente sólidas.

Na sequência são apresentados dois casos intermediários, provavelmente de transição para os extremos da tipologia. O primeiro deles é o caso da relação da administração da cidade de *Haines Junction* e as primeiras nações *Champagne* e *Aishihik*, localizados no território de Yukon. Esta é marcada por uma prática culturalmente enraizada de manter as linhas de comunicação entre as lideranças políticas de ambas as partes abertas, mas com pouca consequência institucional. Em outras palavras, as parcerias informais existentes entre as lideranças políticas de ambos os governos tendem a agir como fatores que desincentivam a formalização dos acordos. Em que pese o fato de que um conjunto de acordos de prestação de serviços foi realizado entre as partes, a ausência de fortes imperativos para a cooperação age como forte elemento constrangedor da construção de parcerias mais substanciais, para além da mera prestação de serviços.

Por fim, é apresentado o caso do governo regional de *Les Basques* e o povo *Malécite de Viger*, localizado na província do Québec. Este caso, em particular, apresenta a peculiaridade de que o centro da relação entre as partes está num acordo para a gestão de um parque a ser construído na região, em terras públicas cujo livre acesso dos cidadãos foi parcialmente bloqueado por um clube privado. A existência de um “inimigo em comum” – no caso, o clube privado – aproximou as lideranças políticas do povo indígena e do governo regional numa parceria inédita que traz ganhos para ambos os interessados: para o primeiro, a construção do parque significa a retomada de uma tradicional área de caça e pesca do grupo; para o segundo, significa a valorização de uma área de convivência comum para todos os cidadãos da região. Os autores entendem que, a partir desta conjunção de forças inicial centrada num empreendimento em comum, outras parcerias podem se fortalecer.

Ao fim da obra, os autores se debruçam sobre todos os casos apresentados e concluem que, a partir dos dados levantados, é possível afirmar que, no rol dos fatores aventados para a explanação dos padrões de cooperação observados, os fatores relativos à vontade política tiveram preeminência sobre aqueles relativos à capacidade institucional dos atores envolvidos. A existência de desafios em comum a serem resolvidos por povos indígenas e administrações municipais e a forte presença de um capital comunitário que fornece a sensação, se não de uma identidade em comum, mas pelo menos de um destino comunitário partilhado coletivamente, foram os elementos cruciais em todos os casos observados. Em outras palavras, estes elementos são condições necessárias, mas não suficientes, para a emergência da cooperação entre povos indígenas e administrações municipais, independentemente da intensidade e do engajamento envolvidos em cada um dos tipos delineados.

A quiet evolution: the emergence of Indigenous-local intergovernmental partnerships in Canada é mais um excelente trabalho do cientista político canadense Christopher Alcantara, cujo primeiro livro foi objeto de resenha por este autor (AUTOR, 2017), desta feita em parceria com Jen Nelles. É impossível finalizar a leitura da obra em tela sem estarmos motivados para descobrir as potencialidades do modelo e do desenho de pesquisa caso empregados no contexto brasileiro. Com efeito, as diferenças entre as formas de governança dos povos indígenas brasileiros e canadenses são imensas e impactam diretamente nas variáveis levantadas pelo estudo. Não obstante, com as devidas mediações necessárias, é possível vislumbrar um poderoso recurso analítico a ser utilizado neste vasto e ainda inexplorado campo que é o da ciência política dedicada a investigar a questão indígena no país.

Referências

SOARES, Leonardo Barros. "Christopher Alcantara: reconhecendo demandas territoriais indígenas na América do Norte". *Revista Brasileira de Ciência Política*. No 24. Brasília, 2017, p. 265-274.

Doi: 10.21057/10.21057/repamv14n1.2020.26986

REINIE, S.C; SCHULTZ, J.L; BRIGGS, E; RIGGS, P; PALMANTEER-HOLDER, N.L.
“Data as strategic resource: self-determination, governance, and the data challenge for Indigenous nations in the United States”. *The International Indigenous Policy Journal*. Vol.8, Issue 2, April, 2017.

